



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de História



**A invenção de um Brasil pré-cabralino na Revista Trimensal do
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1838 e 1855**

André Alcântara Aguiar

Rio de Janeiro-RJ

2023

**A invenção de um Brasil pré-cabralino na Revista Trimensal do
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1838 e 1855**

André Alcântara Aguiar

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em História Social.

Linha de Pesquisa: História da cultura, da cultura científica e historiografia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andrea Daher

Rio de Janeiro-RJ

Julho-2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

**A invenção de um Brasil pré-cabralino na Revista Trimensal do Instituto
Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1838 e 1855**

André Alcântara Aguiar

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História Social
do Instituto de História da Universidade Federal
do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de
mestre em História Social.**

**Dissertação de mestrado aprovada pela banca examinadora constituída pelos(as)
docentes:**

Profª Drª Andrea Daher (UFRJ) – Presidente

Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis (UnB)

Prof. Dr. Luiz César de Sá (UnB)

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2023

CIP - Catalogação na Publicação

A282i Aguiar, André Alcântara
A invenção de um Brasil pré-cabralino na Revista
Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico
Brasileiro, entre 1838 e 1855 / André Alcântara
Aguiar. -- Rio de Janeiro, 2023.
182 f.

Orientadora: Andrea Daher.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de
Pós-Graduação em História Social, 2023.

1. Revista do Instituto Histórico e Geográfico
Brasileiro (RIHGB). 2. Historiografia. 3. História
Intelectual. 4. Antiguidades brasileiras. 5. Brasil
Império. I. Daher, Andrea, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Andrea Daher, pelas valiosas contribuições, leitura atenciosa e críticas rigorosas e construtivas que definitivamente ajudaram no meu avanço como pesquisador ao longo deste trabalho. Sou grato por ela ter demonstrado grande interesse em minha proposta, e por ter, com distinta inteligência, pacientemente me incentivando e me conduzindo na estruturação e adaptações necessárias para a conclusão dessa investigação.

Às aulas dos professores Arthur Alfaix Assis (UnB), Bernardo Ferreira (UERJ), Henrique Gusmão (UFRJ), Luiz César de Sá (UnB) e Marcelo Jasmin (PUC-Rio), acrescentando, mais uma vez, agradecimentos à minha orientadora, Andrea Daher. Esta pesquisa de mestrado foi realizada durante o cenário da pandemia da Covid-19, exigindo diversas adaptações nas atividades acadêmicas e nos procedimentos previstos para esse trabalho. O empenho desses docentes permitiu ricas aulas e diálogos mesmo em um contexto de grandes adversidades para a educação, superando barreiras impostas pelas distâncias.

Novamente, agradeço aos professores Arthur Alfaix Assis e Luiz César de Sá por aceitarem participar do meu Exame de Qualificação e da minha Banca de Defesa. Sou grato pelas contribuições provenientes da leitura e das considerações críticas atenciosas que fizeram.

Entre agosto de 2022 e fevereiro de 2023 desenvolvi minhas atividades como bolsista. Agradeço à CAPES e ao PPGHIS-UFRJ pela oportunidade, pois foi um suporte muito importante para finalizar a redação dos resultados desta pesquisa.

Ao corpo docente, discente e de funcionários da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade de Divinópolis. Desde o início da minha graduação, em 2017, este espaço se tornou uma segunda casa, um local cheio de pessoas que me apoiaram e me ajudaram a crescer em diversos aspectos. Neste local eu estudei, trabalhei e ainda mantenho preciosos laços. Iniciei minhas atividades profissionais no setor administrativo da UEMG quase simultaneamente ao momento que me tornei aluno do mestrado do PPGHIS-UFRJ e o apoio de todos com quem compartilhei aquele ambiente foi de grande valor.

Na UEMG fui estagiário, bolsista e funcionário no Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho (CEMUD). Destaco e agradeço a inestimável e atenciosa amizade da professora Flávia Lemos, coordenadora do CEMUD, que foi minha professora, orientadora, chefe e que sempre levarei como uma grande amiga que me apoiou, incentivou e com quem aprendi muito. Também agradeço à Anna Caroline Vertelo, uma amizade que se tornou imprescindível, com quem desabafei várias vezes e que também sempre me incentivou, apoiou e me encorajou a perseguir o meu melhor.

Ainda em relação ao CEMUD, agradeço ao Bruno Soares, Kátia Maise, Gabriela Araújo e Amanda Eloi pela parceria, amizade e companheirismo. Ao Bruno Soares estendo meus agradecimentos por também ter sido o primeiro a fazer uma leitura da versão completa do trabalho e me ajudar com correções. Trabalhar com essas pessoas foi um imenso prazer.

À parceria e todo o carinho que recebi enquanto fui funcionário na Diretoria da UEMG, Unidade de Divinópolis. Neste importante período da minha vida, sou muito grato pela paciência, compreensão, amparo e força que recebi da diretora, professora Ana Paula Fonseca, do vice-diretor, professor André Martins, e das minhas parceiras naquele setor, Nayara Oliveira, Bárbara Teixeira e Bruna Mourão.

À professora Vanda Praxedes, mais uma pessoa que tenho muito carinho e que me apoia muito. Foi logo após uma de suas aulas sobre historiografia brasileira que me atentei para o IHGB e, poucos dias depois, comecei a formular o que se tornaria esta pesquisa de mestrado.

À minha mãe, Daniela, uma mãe solteira de uma família simples que enfrentou muitas adversidades em minha criação. Quando mais novo, eu sequer conjecturava a possibilidade de me graduar, mas, graças a todas as oportunidades que ela me possibilitou por seus próprios esforços, estou alcançando voos cada vez maiores. Não há nenhuma conquista que eu possa alcançar que não terá sido viabilizada por ela. À minha mãe dedico todas elas.

À minha amiga, parceira, companheira, Jéssica Campos, por todo amor, carinho, compreensão, que alegrou meus melhores ou mais difíceis dias. Com bom humor, sempre me fazendo sorrir e me deixando mais leve, sua presença nos últimos anos fez toda a diferença em minha vida e me ofereceu todas as forças que precisei para superar todos os obstáculos. Estendo essa gratidão à sua mãe, Leila Campos, que também sempre foi extremamente afetuosa comigo e por quem tenho muita consideração e carinho.

Às valiosas amizades que fiz em meu período de graduação, Eduardo Gonçalves, Gilmar Santos, Leandro Ângelo, Luís Felipe, Marcus Vinícius e Rafael de Deus, além de vários outros e outras, que continuam a me acompanhar nessa trajetória. Assim como amizades de longa data, Amanda Santos e sua mãe Darci Faria, Guilherme Ramos, João Vitor Bueno, Jorge Wenceslau, Letícia Mendonça, Luiz Henrique, Mike Tommy e Patrick Torres, que, independentemente das distâncias, foram fundamentais em toda a minha trajetória até aqui.

RESUMO:

Este trabalho analisa a produção intelectual presente na Revista Trimensal de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entre os anos de 1838 e 1855, acerca dos esforços empreendidos no estabelecimento de uma narrativa do habitante pré-cabralino do Brasil. De forma mais específica, pretendeu-se identificar os principais temas, argumentos e preocupações provenientes desse esforço e destacar os saberes emergentes, norteadores da busca por métodos para se perseguir esse desígnio. Por ausência de fontes escritas, compreendidas no século XIX como o meio mais autêntico e revelador do passado, e nutridos pela expectativa de se encontrar monumentos materiais que pudessem comprovar uma antiga civilização que dignificasse às origens da história nacional, segundo os preceitos civilizacionais europeus, os membros do IHGB propuseram e articularam programas para tentar dar conta desse passado quase inacessível. No primeiro capítulo, a partir de uma análise lexical, buscou-se estabelecer um panorama das áreas da antropologia, arqueologia e linguística no Oitocentos, campos não completamente encerrados em disciplinas, mas que discutiam metodologias para se investigar as antiguidades como possíveis ferramentas para refletir acerca do habitante primevo do Brasil. No segundo capítulo, mediante um mapeamento das Revistas a respeito das discussões em torno do passado pré-ibérico da América e do Brasil e de um balanço dos dados coletados, apresentam-se os principais argumentos e narrações sobre o período pré-cabralino brasileiro em meados do século XIX. Através dessa ordenação, observou-se que essas discussões se apresentavam em duas principais preocupações. Por um lado, os intelectuais estavam desejosos de compreender a história dos povos indígenas antes da colonização, especialmente diante da teoria vivaz que previa a degeneração e desaparecimento de todas as etnias ainda restantes. Ademais, buscavam indícios comprobatórios no território brasileiro de que houve um antigo contato entre o Velho Mundo e o Novo Mundo. No terceiro capítulo, para se aprofundar em uma das teorias aventadas, é apresentado o intercâmbio intelectual entre o IHGB e a Sociedade Real dos Antiquários do Norte de Copenhague, na Dinamarca, para verificar como a hipótese de que o Brasil teria sido conhecido e até mesmo colonizado por escandinavos no século X surgiu naquele contexto de busca das origens. Essa tentativa de associação com os antigos escandinavos ilustra o anseio em torno do estabelecimento de vínculos civilizacionais com o Velho Mundo e o passado pré-cabralino do Brasil nos primeiros anos do IHGB. Como se observou, os letrados do Instituto constantemente recorreram à antiguidade clássica, a mitos coloniais e teorias de toda ordem que rodeavam as agremiações europeias, de modo a projetarem expectativas em relação à uma história pré-cabralina. Esse esforço, anunciado nas páginas da RIHGB, veiculava, entretanto, diversas lacunas e dificuldades na concepção dessa “proto-história” brasileira, levando a historiografia nascente a buscar formas especulativas para avançar em suas discussões.

PALAVRAS-CHAVE: IHGB; Revista Trimensal (RIHGB); História intelectual do Brasil Império; Antiguidades brasileiras; Brasil pré-cabralino; Sociedade Real dos Antiquários do Norte de Copenhague.

ABSTRACT:

This work analyzes the intellectual production in the Brazilian Historic and Geographic Institute Journal – *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, between 1838 and 1855, regarding the efforts to establish a narrative of the pre-Cabralian inhabitant of Brazil. More specifically, this thesis intended to identify the main topics, arguments and concerns present in this effort and highlight the emerging fields that guided the search for methods to persecute this objective. For the absence of written sources, comprised in the 19th century as the most authentic and revealing means of the past, and for the expectation of finding material monuments that could prove an ancient civilization that dignified the origins of the national history, according to European civilizational precepts, the IHGB members proposed and articulated programs to try to understand this past almost inaccessible. In the first chapter, from a lexical analysis, we sought to establish an overview of anthropology, archaeology and linguistics in the 19th century, fields not wholly closed in disciplines but which proposed and discussed methodologies to investigate the antiquities as possible tools to reflect on the original inhabitant of Brazil. In the second chapter, through a mapping of the journals regarding the discussions around the pre-iberic past of America and Brazil and an analysis of the collected data, the main arguments and narrations about the Brazilian pre-Cabraline period in the mid-19th century are presented. From this consideration, it was observed that these discussions were presented with two main concerns throughout the Journal. On the one hand, intellectuals desired to understand the history of indigenous peoples before colonization, mainly because of the theory that predicted the degeneration and disappearance of all remaining ethnic groups. On the other hand, they sought to prove evidence in the Brazilian territory that there was an ancient contact between the Old World and the New World. In the third chapter, to delve into one of the proposed theories, the intellectual exchange between IHGB and the Royal Society of Northern Antiquaries at Copenhagen is presented to verify how the hypothesis that Brazil was known and even colonized by Scandinavians in the 10th century emerged in that context of searching for the origins. This attempt to associate with the ancient Scandinavians illustrates the yearning to establish civilizational bonds with the Old World and the Brazilian pre-Cabraline past in the early years of IHGB. As noted, the institute's scholars constantly resorted to classical antiquity, colonial myths and theories of all kinds that surrounded European institutions to project expectations concerning pre-Cabraline antiquity. This effort, announced on the pages of the RIHGB, conveyed several gaps and difficulties in conceiving this Brazilian "proto-history", leading the nascent historiography to seek speculative ways to advance in its discussions.

KEY-WORDS: IHGB; *Revista Trimensal (RIHGB)*; Intellectual History of Brazil Empire; Brazilian antiquities; Pre-Cabralian Brazil; Royal Society of Northern Antiquaries at Copenhagen.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Principais pontos da rede de relações intelectuais de Rafn.....	119
Figura 2. Representação do mundo conhecido pelos escandinavos	123
Figura 3. A América dos escandinavos segundo Carl Rafn	128
Figura 4. Desenho da antiga estrutura de Newport	133
Figura 5. Ilustrações diversas da Dighton Writing Rock entre 1680 e 1830.....	134
Figura 6. Ilustração representando as inscrições da Pedra da Gávea publicada na RIHGB .	139
Figura 7. Caracteres presentes no documento 512	148

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHGB	Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHS	Rhode Island History Society
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SPIN	Study Plattform on Interlocking Nationalisms
Revista Trimensal	Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Sociedade Real	Sociedade Real dos Antiquários do Norte de Copenhagen

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Transformações semânticas no Oitocentos: o contexto científico no advento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)	18
1.1 Formação do IHGB como meio de sistematização da história nacional	18
1.2 O passado do habitante primevo pelo motivo civilizacional.....	20
1.3 Nova atitude científica: emergência de novos instrumentos teóricos-metodológicos no Oitocentos.....	23
1.3.1 Antropologia.....	25
1.3.2 Arqueologia.....	29
1.3.3 Linguística.....	33
1.4 Lexicografia como vestígio	38
1.5 A crítica textual e a raridade de evidências empíricas	39
2. Discursos sobre a antiguidade brasileira na RIHGB.....	42
2.1 Hipóteses sobre o indígena histórico e o indígena contemporâneo.....	42
2.2 Os habitantes primitivos na periodização da história nacional	46
2.3 Indagações acerca dos povos originários do Brasil.....	50
2.3.1 A antiguidade antediluviana e pós-diluviana da América.....	51
2.3.2 Martius e Varnhagen: a escrita da história do Brasil.....	54
2.3.3 A tópica da origem indígena	59
2.4 Relações entre o Velho e Novo Mundo.....	72
2.4.1 As navegações de Cabral e Colombo: acidentes de rota ou viagens planejadas?	74
2.4.2 O legado do Velho Mundo nas tradições indígenas	78
2.4.3 Expectativas arqueológicas	88
2.4.3 A América a partir de mitos do Velho Mundo.....	91
2.4.3.1 A lendária Atlântida	91
2.4.3.2 As Amazonas.....	95

3. A teoria da presença escandinava na América	105
3.1 A Sociedade Real dos Antiquários do Norte	106
3.2 Literatura nórdica medieval: Carl Rafn e as Sagas Islandesas	116
3.2.1 A América nas Sagas de Vinland	120
3.2.2 <i>Antiquitates Americanae</i> e a teoria da presença nórdica na América	125
3.2.3 Ciências e especulação na argumentação de Carl Rafn	135
3.3 As epígrafes da Pedra da Gávea	137
3.4 Trocas intelectuais entre o IHGB e a Sociedade Real dos Antiquários do Norte	142
3.5 O mito arqueológico da cidade abandonada.....	146
3.5.1 Ruínas de uma antiguidade brasileira.....	146
3.5.2 Uma ilusão arqueológica escandinava no sertão da Bahia.....	152
3.5.3 Contestação e enfraquecimento da ilusão	158
3.6 Deslocamento da expectativa para o futuro.....	162
Considerações Finais.....	163
Referências.....	168
Publicações na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	168
Dicionários consultados	172
Dicionários em espanhol	172
Dicionários em francês, séculos XVII e XVIII	172
Dicionários em francês, séculos XIX	173
Dicionários em inglês, séculos XVII e XVIII	174
Dicionários em inglês, séculos XIX e XX	175
Dicionários em português.....	175
Bibliografia.....	177

INTRODUÇÃO

Comprometendo-se em realizar levantamentos de fontes, buscar evidências, propor discussões e entrar em diálogo com estudiosos e instituições por todo o mundo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em meados do século XIX, colocou-se na dianteira da missão de constituir uma narrativa histórica do Brasil Imperial.

O objetivo geral desta dissertação é analisar, a partir do que foi publicado na *Revista Trimensal de Historia e Geografia*¹ (RIHGB), a produção intelectual resultante dessas discussões no tocante aos esforços para viabilizar a composição de uma narrativa acerca do homem pré-cabralino para a história nacional brasileira. O recorte circunscreve o período entre 1838 (ano de fundação do IHGB e data dos primeiros textos que foram publicados na Revista Trimensal, essa lançada no ano seguinte) e o ano de 1855, objetivando mapear e discorrer sobre os argumentos utilizados no empenho de fundar esse passado brasileiro nos primeiros anos do Instituto. Considerou-se, nesta pesquisa, que essa disposição foi norteada pelo contexto de florescimento e progressiva disciplinarização dos saberes que ocorreu no século XIX, em particular a arqueologia, a antropologia, a linguística e áreas correlatas a elas.

Revistas acadêmicas oferecem “um lugar precioso para a análise do movimento das idéias”², pois refletem os resultados de um campo intelectual a partir das relações estabelecidas em um determinado “microcosmo intelectual particular”³. Na Revista Trimensal é possível encontrar artigos, fontes históricas, discursos, relatórios, atas das reuniões, notícias e outros tipos de textos que foram lidos, analisados e debatidos pelos membros do Instituto. A Revista caracteriza-se como produto de um espaço de sociabilidade intelectual, em que membros de uma elite letrada e política da Corte Imperial selecionaram materiais históricos, geográficos e publicações consideradas relevantes para alcançar seus objetivos de constituição de uma memória nacional, institucional e oficial.

¹ Como é demonstrado por Lúcia Maria Paschoal Guimarães, a revista teve quatro nomes: 1º) após sua fundação até 1850 era intitulada: *Revista trimensal de historia e geografia*; ou *Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Industrial Nacional*; 2º) entre 1850 e 1859, se chamou: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil*; 3º) *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brazil*, entre 1859 e 1886; 4º) e, por fim, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nome que possui desde 1886. Para se referir ao periódico daremos preferência por designá-la como Revista Trimensal ou pela sigla RIHGB. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos: A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: ARRAIS, Cristiano Alencar Arrais; BENTIVOGLIO, Julio. *As Revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra, ES: Milfontes, p. 31-54, 2017.

² SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 231-270, 2003, p. 249.

³ *Ibidem*, p. 253.

Instituições com estruturas semelhantes ao IHGB estavam sendo formadas em vários países. Organizações que se configuravam como espaços para especialistas se reunirem e formular, reformular e aplicar as regras convencionadas para a pesquisa histórica, elegendo os métodos e problemáticas considerados relevantes, assim como impondo censuras e buscando aprofundar em determinados temas, resolver controvérsias ou dificuldades que poderiam surgir de omissões, muitas vezes intencionais. No caso do IHGB, este espaço reunia um quadro social constituído majoritariamente por profissionais liberais de diversas áreas⁴, que formavam uma elite intelectual preocupada com a missão histórica e geográfica patrocinada pela Corte Imperial.

Nesse *locus* institucional, os pesquisadores dispunham de ferramentas analíticas que se relacionavam com as dinâmicas de seu próprio tempo. Aqueles comprometidos com a missão da instituição empreenderam uma constante busca pela certeza científica, publicizando fontes históricas, relatos, realizando estudos críticos, promovendo debates e propondo pesquisas acerca do Brasil, dentro e fora de seu território. Mas, como será destacado ao longo deste trabalho, ao ideal científico constantemente se atrelavam diversas atitudes, permeadas por profundas imaginações e interesses que fugiam do discurso pretensamente objetivo anunciado nas páginas de sua revista. A aparente contradição proveniente dessa postura foi, geralmente, neutralizada por artifícios variados, pois, “a historiografia oitocentista, apesar de pautada na crítica documental, costumava valer-se de hipóteses como uma espécie de elo entre o que se podia comprovar e o que se supunha”⁵. Em particular, essas contradições eram resolvidas por hipóteses especulativas e fundamentadas a partir de um conjunto semântico direcionado à presença de vestígios do passado não passíveis de comprovação, da crítica filológica e da menção de obras cujos autores se apresentavam como autoridades dificilmente questionáveis.

Essa dinâmica foi orientada por práticas e discursos próprios ao cenário racional do Oitocentos, como o ideal civilizacional, a busca pela identidade nacional e pela validade científica. Em um contexto de transformação dos parâmetros de cientificidade em meados do século XIX, princípios que alcançaram considerável importância e autoridade, o IHGB veio constituir um discurso narrativo fundacional. Entre seus objetivos estava o de estabelecer os marcos centrais da história da nação. Inicialmente, a Independência e a descoberta foram elencados como os principais momentos históricos para balizar a produção da história nacional. Em relação à dita “descoberta”, preocupavam-se tanto em compreender como era o país no

⁴ “Funcionalmente, eram magistrados, advogados, funcionários públicos administrativos, eclesiásticos e negociantes, quase todos pertencentes, assim, à alta burocracia do Império”. WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 339, p. 7-16, abr./jun de 1983, p. 9.

⁵ DIAS, Fabiana. Polifonia e consenso nas páginas da Revista do IHGB: a questão da mão de obra no processo de consolidação da nação. *História da historiografia*, n. 5, p. 175-188, set. de 2010, p. 180.

momento da chegada dos europeus como em levantar evidências para se conceber a história do território e dos povos indígenas antes desse evento.

Nessa conjuntura, nas primeiras décadas após a fundação do IHGB havia grandes expectativas em descortinar o enigmático momento da história pré-colonial. Neste trabalho salientam-se os saberes centrais que impulsionaram a elaboração de teorias de origem nos primeiros anos de formação do Instituto e os principais resultados dessa diligência. Essa narrativa não apenas subsistia na escrita da história nacional, mas, também, inscrevia a memória brasileira em projetos e pretensões universalizantes característicos do Oitocentos.

Para que o projeto de constituição da narrativa nacional tivesse sucesso, os membros do IHGB sorveram teorias consolidadas que pudessem auxiliar seus próprios desígnios no projeto de escrita da história, mas não recorreram a uma única forma explanatória. A princípio, o Estado nacional, no contexto de fundação do Instituto, já não era mais predominantemente providencial e precisava estabelecer parâmetros para explicar quem eram os indígenas do país, apesar de aspectos religiosos ainda permearem o alicerce das arguições dos letrados do século XIX. Os traços da providência divina ainda apareciam, mas decresciam frente ao discurso científico, que se tornava cada vez mais necessário como um recurso retórico para afirmar algo sobre as origens e a história da nação mediante um rigor aceito internacionalmente.

Ademais, apesar de algumas hipóteses se apresentarem com considerado vigor, como as teorias da presença fenícia e escandinava na América, considera-se aqui que, na busca pelas origens, os intelectuais esforçaram-se em abranger vários modelos explicativos para o passado nacional pré-cabralino. Porém, esses vários modelos convergiam no que dizia respeito ao discurso civilizacional e da autoridade de registros escritos para a narrativa histórica.

Os meandros desse desígnio fundacional foram seguidos nesta pesquisa a partir das publicações presentes na Revista Trimensal, levando em conta as transformações das principais categorias analíticas que os membros do IHGB utilizaram em suas reflexões. Assim, o princípio norteador dessa investigação se deu a partir do questionamento de quais foram as principais teorias de origem aventadas pelos sócios do Instituto em sua revista, quais as ciências que influenciaram seus debates e como eles apresentaram suas hipóteses na RIHGB.

Com esses pressupostos, foi realizada uma leitura de todos os tomos da Revista Trimensal publicados entre 1839 e 1855 a fim de identificar e mapear as discussões feitas acerca do passado pré-cabralino em meados do século XIX. Contudo, é preciso observar que além da categoria que diz respeito a um território “pré-cabralino” imbrica-se também a categoria de um passado pré-colombiano. Ao se pesquisar sobre as antiguidades do Brasil, fazia-se um constante movimento entre essas noções que indicavam diferentes escalas de discussão. A pré-cabralina

circunscrevendo mais precisamente a história do território brasileiro e a categoria pré-colombiana abrangendo toda uma história do continente americano. Apesar de não demonstrarem profundas reflexões sobre o uso dessas escalas, ambas se alternavam facilmente a depender da necessidade de validação de determinado argumento. À vista disso, o mapeamento incluiu qualquer texto ou menção pertinente de ambas as categorias. Também, foi considerado como relevante reflexões relativas aos usos e avanços científicos, constantemente evocados pelos sócios.

A partir de um balanço do mapeamento realizado, observou-se aqui que a discussão sobre o passado brasileiro anterior ao século XV apresentava-se em duas grandes frentes. A primeira dizia respeito às tentativas de se explicar a origem e a história dos indígenas até a chegada dos europeus. A segunda tendência observada demonstrava uma corrente preocupação em identificar se existiu algum contato ou relação entre esses ameríndios e as civilizações do Velho Mundo antes do início definitivo da colonização europeia no continente.

Doravante essa organização inicial, os temas comuns que foram abordados em vários textos e por diferentes autores foram cotejados. É oportuno destacar que essa disposição priorizou os argumentos e não apresentou um compromisso cronológico ou se preocupou com algum protagonista específico, apesar de alguns desdobramentos ocorrerem de forma mais linear e alguns nomes serem importantes ou mais constantes em alguns pontos. Dessa forma, argumentos a respeito de um tema em comum foram agrupados e, em outros momentos, houve um retorno às publicações para discutir outros tópicos deste trabalho. O constante retorno às referências foi tarefa particularmente necessária aqui, especialmente pela amplitude de temáticas que alguns autores buscavam alcançar. Frequentemente, apesar de terem objetos específicos, muitas monografias, dissertações e artigos publicados na Revista Trimensal percorriam inúmeros assuntos antes de abordarem seus eixos principais. Assim, muitas redações falavam, ao mesmo tempo, de teorias de ocupação dos indígenas, hipóteses de contato entre elas e civilizações do Velho Mundo e revisavam outras publicações da revista para refletir a respeito de objetos variados.

Partindo da premissa de que esses debates sobre o período pré-cabralino foram orientados pelo desejo fundacional de uma origem, foi estabelecido neste trabalho um panorama dos saberes emergentes – antropologia, arqueologia e linguística –, que se colocavam como os meios científicos que alavancavam e ordenavam esse desígnio. Como será demonstrado, eram campos em que seus parâmetros estavam em intensa transformação ou mesmo em formulação, mas que já se colocavam como proposições metodológicas no interior do Instituto. Em conjunto, coadunaram-se no esforço de representar o habitante primitivo, visando instalar esse

primeiro homem em um passado fundador da nação. Para melhor compreender a situação dessas disciplinas emergentes, foram utilizados diversos dicionários em português, francês e inglês veiculados entre o século XVII e XIX, a fim de verificar o aparecimento e a atualização dos verbetes dessas principais categorias analíticas utilizadas pelos letrados do IHGB. Essa análise dos léxicos objetivou revelar as novas atitudes científicas e metodológicas que compunham o campo intelectual do contexto analisado.

Para mais, foi realizado um estudo de caso a partir do diálogo entre o IHGB e a Sociedade Real dos Antiquários do Norte de Copenhagen para uma observação mais aproximada de um exemplo no qual o campo científico foi utilizado para se discutir o homem pré-histórico e como isso deu forma a uma das várias tentativa de estabelecer um vínculo entre o passado pré-cabralino brasileiro e o Velho Mundo. Neste caso, além da RIHGB, foi possível recorrer a várias publicações da Sociedade Real dos Antiquários do Norte. Essas obras foram exploradas a fim de elencar importantes publicações a respeito dos métodos linguísticos, filológicos e arqueológicos utilizados pela sociedade e seu projeto de estudar e popularizar as antiguidades nórdicas. Os resultados tornados públicos pela Sociedade chegaram ao conhecimento dos membros do IHGB, que incorporaram suas teorias em seu repertório argumentativo. A repercussão da teoria da chegada dos escandinavos no norte do continente americano, por volta do século X, oferece uma ideia da reverberação, no âmbito da Revista Trimensal do IHGB, de teorias vindas da Europa que construíram um horizonte de expectativa junto aos intelectuais engajados na escrita da história brasileira, que visavam o estabelecimento de elos civilizacionais para dignificar a história nacional.

Seguindo essas reflexões, esta dissertação se divide em três capítulos que se aprofundam em cada uma dessas considerações. No primeiro capítulo, além da reflexão do IHGB como um espaço de sistematização da história nacional, apresenta-se a análise dos dicionários e as transformações semânticas das noções de antropologia, arqueologia e linguística como um vestígio de amadurecimento em curso das humanidades. Seu objetivo principal foi demonstrar o aparato de ferramentas que naquele momento se transformava e era utilizado para dar coerência a uma história nacional com possibilidades de se inventar um momento “pré” na história do país. No segundo capítulo, há um apanhado das teorias contidas na RIHGB, exprimindo questões que foram consideradas relevantes para a constituição da história nacional como a cronologia e periodização e a divisão entre os argumentos acerca do passado indígena e das suposições de contato entre o Velho e o Novo Mundo. Por fim, no último capítulo apresenta-se o estudo de caso focado no diálogo entre o IHGB e a Sociedade Real dos Antiquários do Norte. Inicialmente este último capítulo se detém na observação dos objetivos

dessa sociedade e seus argumentos, em meados do século XIX, em defesa do uso de fontes para se construir conhecimentos e para se escrever a respeito do passado, em especial como essas fontes permitiriam falar sobre as antiguidades dinamarquesas e a presença dos escandinavos na América mediante as narrativas islandesas medievais e achados de inscrições em supostos locais visitados pelos nórdicos. Em seguida, é abordado o impacto de suas teorias e discussões no IHGB por meio da Revista Trimensal.

1. TRANSFORMAÇÕES SEMÂNTICAS NO OITOCENTOS: O CONTEXTO CIENTÍFICO NO ADVENTO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB)

1.1 Formação do IHGB como meio de sistematização da história nacional

Partindo de uma iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e inspirado pelas *sociétés savantes* europeias⁶, o IHGB foi concebido para “colligir e methodisar os documentos historicos e geographicos interessantes á historia do Brazil”⁷. A proposta enviada para a Sociedade Auxiliadora foi assinada pelos sócios Marechal Raymundo José da Cunha Mattos e pelo cônego Januário da Cunha Barboza, seus principais idealizadores, que também eram membros do *Institut Historique* de Paris e seguiram como importantes atuantes na nova instituição brasileira.

O Instituto nasceu em meio ao processo de consolidação do Estado Nacional e, dentre seus propósitos, havia o intento de contribuir com seu sucesso na luta para assegurar uma coesão brasileira – uma nação malformada, com risco de fragmentação e sem laços capazes de conter o gigantesco território unido, complexo processo inventivo que se arrastou após a abdicação de D. Pedro I⁸. Diante de tantas dificuldades, as elites políticas voltaram seu olhar para moldar culturalmente a nação e afirmar uma identidade nacional. “O programa da unidade solicitava também a produção de um ‘território imaginário’, capaz de funcionar como plataforma para a política de fronteiras do Estado imperial”⁹. Esse debate se tornou uma tarefa fundamental para os intelectuais do país, preocupados em equiparar o Império brasileiro às nações civilizadas no âmbito internacional¹⁰.

O IHGB foi um importante meio para a institucionalização do campo historiográfico no Brasil e se manteve em sua dianteira até a década de 1930¹¹, congregando a elite política e

⁶ As *sociétés savantes* ou *corps savants* eram instituições que surgiram na Europa no século XVII, multiplicaram-se no século XVIII e estavam em voga no Oitocentos, cumprindo um importante papel no panorama cultural daquele período. Eram “formadas por homens de notório saber e talento, que se reuniam para discutir aspectos da literatura, da história, das ciências e das artes”. GUIMARÃES, L. M. P. *Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos*, 2017, p. 32.

⁷ RIHGB. Breve notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro: Proposta? Ill.mos Srs. Do Conselho da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 5-8, 1908f.

⁸ COELHO, Geraldo Mártires. Onde fica a corte do senhor imperador?. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, p. 267-284, 2003.

⁹ MAGNOLI, Demétrio. O Estado em Busca do seu Território. In: In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, p. 285-296, 2003, p. 295.

¹⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

¹¹ *Ibidem*.

cultural do período, interessado no desenvolvimento de uma história nacional produzida no próprio país e não no exterior. Essa elite tinha estreita relação com a cultura europeia, acompanhando de perto suas tendências¹² e, após sua fundação, seguiu o exemplo de sociedades similares, colocando-se sob proteção imperial com a missão de resgatar e assegurar o passado brasileiro. Para tal fim, buscava os documentos necessários para descortinar sua história e sua geografia e disseminar sua identidade através de seu caráter pedagógico, oferecendo auxílios à administração pública, “destinando-se ainda a construir uma memória nacional capaz de dar forma à alma brasileira dilacerada por tantos conflitos”¹³.

A vida cultural luso-brasileira já era predominantemente caracterizada por essa dependência de intelectuais ilustrados ao programa da Corte desde a segunda metade do Setecentos, especialmente após os impactos das reformas universitárias realizadas pelo Diretório de Pombal, que afirmaram a razão de Estado e buscaram assegurar o controle da Coroa sobre as instituições educacionais, postura que alcançou o século XIX e caracterizou a fundação do IHGB¹⁴. Tinha como referências outras academias científicas que surgiam desde o século XVIII, e – semelhante a elas e outras instituições que nasciam ou eram reformadas no Ocidente durante o mesmo período – foi um espaço modelado pelos preceitos do Iluminismo e do historicismo pós-romântico, ordenado segundo um elitismo político característico de uma sociabilidade aristocrática. Não se assemelhava, portanto, a um padrão universitário de construção de conhecimento – como o sistema universitário alemão, mais familiar ao modelo conhecido atualmente.

Empenhado na escrita da história do Brasil, o Instituto anunciou-se, nesse momento, como representante das ideias ilustradas no continente. Seus fundadores estabeleceram vários pontos de interesse a serem investigados, objetivando organizar os fatos e estabelecer uma adequada divisão e sistematização cronológica da história nacional. Segundo esse desígnio, foram postas uma série de perguntas com o intuito de orientar esse compromisso, que deveriam ser investigadas e publicadas em trabalhos úteis para o plano de constituição da história do país e revelar seu verdadeiro passado.

Há ainda de se considerar o contexto intelectual e político mais amplo em que se encontravam o Império do Brasil e seu Instituto Histórico, que inflamava uma corrente

¹² CARVALHO, José Murilo de. Introdução: As marcas do período. In: CARVALHO, José Murilo de (coord). *A construção nacional 1830-1889*, v. 2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção de Lília Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 19-36, 2012.

¹³ NEVES, Maria Bastos Pereira das. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília (Org.). *O Estado Como Vocação: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 27.

¹⁴ *Ibidem*.

necessidade de estabelecer elementos claros de nacionalidade. A intensificação de ideais românticos e nacionalistas estimulou a busca por matérias simbólicas de identidade, através de esforços institucionais pela definição de pressupostos étnicos, linguísticos e históricos que pudessem servir como referenciais de distinção¹⁵. Como resultado principal, a literatura romântica oitocentista, que culminou no indianismo, revelou um projeto de valorização e nacionalização do índio em meio a uma preocupação constante com o estado civilizacional das nações indígenas. Havia uma notável proximidade entre esta produção literária e as investigações a respeito das antiguidades empreendidas pelo o IHGB, e muitos dos famosos romancistas daquele contexto faziam parte de seu quadro social.

Neste mesmo contexto, desenrolava-se uma profunda transformação nas formas de tessitura do conhecimento histórico. Impactada por este ambiente, a proposta historiográfica do Instituto foi operada com propósitos de estabelecer seus instrumentos teórico-metodológicos e os parâmetros de sua base analítica, recorrendo ao suporte de disciplinas então emergentes, cujos ecos ressoavam até a prática literária. Para divulgar seus resultados, o IHGB passou a publicar, a partir de 1839, a *Revista Trimensal de Historia e Geografia* (RIHGB) editada, ininterruptamente, desde sua fundação e sendo considerada uma das revistas mais antigas do Ocidente¹⁶.

As páginas da RIHGB deixam evidente o caráter político da missão da instituição que, constantemente, buscava aproximar seus objetivos dos da monarquia brasileira. Para seus membros, essa postura coabitava com a intenção do Instituto de lançar mão de critérios cada vez mais metódicos, para dar conta da história e da geografia do país, refletindo a erudição crítica familiar ao processo de disciplinarização que transcorria na Europa¹⁷.

1.2 O passado do habitante primevo pelo motivo civilizacional

Os membros do IHGB, a despeito de suas profundas ligações com a intelectualidade portuguesa, pretenderam alcançar um programa histórico propriamente brasileiro, inclusive direcionando críticas ao período colonial e aos autores estrangeiros que já haviam publicado

¹⁵ CURTO, Diogo Ramada; JERÓNIMO, Miguel Bandeira; DOMINGOS, Nuno. Nações e Nacionalismos (a teoria, a história, a moral). *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 33-58, nov. 2012. Segundo o autor, “O conjunto de processos administrativos, que incluem a ação de instituições, a criação de leis e estatutos e os movimentos diversos dentro desses espaços, proporcionados pela maior mobilidade concedida pelos transportes e comunicações, ajuda a delinear uma consciência coletiva” (p. 46).

¹⁶ NEVES, M. B. *Intelectuais brasileiros nos oitocentos*, 1999.

¹⁷ GUIMARÃES, L. M. P. *Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos*, 2017.

obras a respeito da história do Brasil¹⁸. Lançando mão de um repertório epistemológico marcado pelo Iluminismo reformado de Portugal, tencionaram definir um novo discurso para o passado a fim de construir a narrativa histórica do país. Dentre as várias preocupações insinuadas para atingir os objetivos desse programa nos primeiros anos do IHGB e do Segundo Reinado, seus membros investiram na definição da figura do primeiro habitante do território. Desse modo, inseriram o nativo dentro de discussões com pressupostos civilizatórios, idealizando meios para imaginar novos passados com o intuito de conceber uma origem sublime para o Império. Para isso, indagaram-se sobre a matriz da presença humana no espaço brasileiro e interessaram-se por qualquer evidência de contatos entre os ameríndios e as civilizações do Velho Mundo anteriormente ao século XV.

A tópica da origem do habitante primevo do território brasileiro pelos eruditos do IHGB não se resumiu somente a escrever sobre o passado da nação. Decerto, possuíam preocupações contemporâneas e os indígenas foram objetos de constantes reflexões a respeito do lugar que ocupavam no Império brasileiro e qual seria o papel que teriam no futuro, sob a constante perspectiva de seu desaparecimento próximo. A incorporação indígena à civilização era um assunto em destaque nas primeiras décadas da revista, assim como as ponderações em relação aos melhores métodos para civilizá-los e educá-los, nas quais, constantemente, referiam-se às práticas dos jesuítas, há muito expulsos do domínio português pelo Diretório pombalino¹⁹. A necessidade de conhecimento de sua origem pré-cabralina era evocada nessas discussões como um conhecimento que poderia auxiliar nas pretensões civilizatórias e imperialistas sobre as nações autóctones. Desse modo, como assunto político, o indígena era percebido como um sujeito a ser civilizado enquanto ainda existia e, mediante este projeto, tornar-se-ia uma possível

¹⁸ Raimundo José da Cunha Mattos, em seu artigo “*Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Imperio do Brasil*”, afirmou que muitos estrangeiros famosos, especialmente viajantes que passaram pelo país, publicaram mentiras que foram demasiadamente disseminadas em outras obras. Além disso, afirmou que o inglês Robert Southey (1774-1843) se aproveitou de manuscritos brasileiros que ninguém desejou publicar durante o período da coroa de Castela. MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Imperio do Brasil*. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 26, p. 121-143, 1863.

¹⁹ Manoel Ferreira Lagos, como 1º Secretário do IHGB em 1848, objurgou as ações dos colonizadores, criticando a forma como perseguiram e massacraram os indígenas enquanto muitos teólogos aceitavam e sustentavam essas ações, sob o pretexto de que os nativos eram homens desprovidos de almas. Ao mesmo tempo, fez um elogio aos missionários que se empenharam em arrancá-los da barbárie, mostrando-se pesaroso com a destruição dos jesuítas e das missões. LAGOS, Manoel Ferreira. *Relatorio dos trabalhos do Instituto Historico e Geographico*. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Segunda Série, tomo 11 (1848), volume suplementar, p.89-149, 1891. Além dele, Raymundo José da Cunha Mattos denunciou uma moda em seu tempo de desprezar os serviços realizados pelos jesuítas. Cunha Mattos entendia que a Companhia de Jesus teria se lançado em uma profícua proposta ao se dedicar aos estudos dos idiomas indígenas e na elaboração de uma gramática geral. Por outro lado, ressaltou que eles controlavam rigidamente as aldeias, levantando suspeitas da administração a respeito de uma possível ambição por parte dos jesuítas de estabelecerem uma nação teocrática no território. Apesar de elogiar o trabalho, acusou-os de terem obliterado os vários dialetos indígenas para privilegiar a gramática geral. Por possuírem tradições muito confusas e diversas, ao se ignorar as filiações entre as línguas aborígenes teriam dificultado o objetivo corrente de compreensão da origem desses povos. MATTOS, R. J. C. *Op. Cit.*, 1863.

força produtiva para o país²⁰. Entretanto, os objetivos do processo de ocupação e interiorização do Império no território brasileiro esbarravam com a resistência dos indígenas considerados bravios, selvagens. Esse indígena era aquele contemporâneo e passível de aproximações e interações, todavia era percebido como degenerado e fadado ao desaparecimento, além de não corresponder aos preceitos dos discursos civilizacionais empregados pelos membros do IHGB²¹.

Em contrapartida, havia um contraste com um índio histórico, exaltando a fração tupi extinta e julgada como superior aos selvagens Tapuia, e qualificado com a áurea de nobreza e um passado civilizacional digno de ser explorado como matriz da nacionalidade brasileira. Nesse momento havia uma constante preocupação em encontrar explicações para origens em geral, seja dos homens, das sociedades ou das nações e como esses aspectos poderiam dar um sentido explicativo para o Brasil²². Saber de onde vieram as antigas populações da América e do Brasil, como se transformaram, qual grau civilizacional alcançaram, o impacto da colonização, da catequese e dos aldeamentos, e o que aconteceu com essas nações tupi, reputadas como heroicas, tornou-se, paulatinamente, um saber amplamente ambicionado.

Contudo, esse indígena celebrado carecia de fontes, monumentos, manuscritos e relatos documentados antes da chegada dos europeizados portugueses. Essa ausência embaraçava os esforços para conformá-lo em uma narrativa científica e considerada útil para a composição de uma história dentro dos padrões científicos e de acordo com os preceitos universalistas e civilizacionais do Oitocentos. A priori, sendo o território povoado anteriormente por culturas ágrafas, o material para conhecer esses antigos Tupi e suas línguas dependia de abordagens que recorressem a evidências materiais remotas, consideradas frágeis e inferiores em relação aos documentos escritos, e relatos que registravam tradições dos nativos ou experiências de viajantes após o início da colonização europeia.

Portanto, além de ambicionarem o encontro de ruínas que poderiam ser ricas em informações arqueológicas, os vestígios das linguagens e tradições indígenas, presentes em

²⁰ DIAS, F. *Polifonia e consenso nas páginas da Revista do IHGB*, 2010.

²¹ A propósito de exemplo, Joaquim Norberto de Souza Silva, em uma memória publicada em 1854, resumiu as leis criadas desde o século XVI que objetivaram garantir a liberdade dos indígenas ao proibir a escravidão dos nativos. Entretanto, lançou uma série de críticas à metrópole afirmando que ela sempre possuiu disposições mais favoráveis aos colonos e que com o recurso da compra de escravos africanos, demonstrando espanto com a progressão deste mercado no século XVIII, deixou de lado a civilização dos indígenas, afirmando que sem disciplina e tutela jamais seriam úteis para a pátria. Segundo ele, o governo imperial deveria empregar todos os meios possíveis para trazer civilização aos milhares de bárbaros pagãos que habitavam no interior. SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Memoria historica e documentada das aldêas de indios da provincia do Rio de Janeiro. RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira série, v. 17 (1854), p. 109-160, 1973.

²² NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

relatos escritos ou possíveis de serem registrados a partir do contato com grupos indígenas contemporâneos, ofereciam caminhos para se tentar recuperar esse momento longínquo a partir da crítica filológica e da linguística. A escrita desfrutava de uma posição superior no campo historiográfico, que entendia a arqueologia e seus vestígios materiais como métodos complementares e inferiores. Entretanto, pesava sobre a produção de manuscritos a partir da oralidade séculos de intervenção colonial na cultura das etnias autóctones do país, demandando recursos críticos específicos para analisar qualquer rastro ou interpretação oriundas dessas fontes.

1.3 Nova atitude científica: emergência de novos instrumentos teóricos-metodológicos no Oitocentos

Junto à gênese iluminista e, simultaneamente, romântica que caracterizava a postura dos membros fundadores do IHGB, o contexto científico apresentava transformações metodológicas e críticas em várias áreas do saber. Essas mudanças ocorreram no Ocidente no XIX doravante a emergência de novos campos empíricos, novas formas de disposições positivas que se materializavam em disciplinas analíticas. Como constatou Michel Foucault, no final da dita época clássica, houve, de fato, o florescimento de uma ciência da vida, período em que a existência humana passou a ser interrogada e suas condições de existência explicitadas por uma consciência epistemológica do homem, excluído das formas de saber precedentes²³.

Essas transformações, que tinham a Europa como palco principal, não ignoravam o potencial da América como objeto de reflexão para as ciências naturais e humanas. Ao mesmo tempo, eruditos americanos empreendiam esforços para participar desse círculo ilustrado internacional, reputado, segundo uma ótica europeia, como um indicador das grandes nações civilizadas²⁴. Muito do território e da história desse lado do Atlântico ainda era desconhecido, pois, apesar de três séculos desde a chegada dos europeus, a América espanhola e a América portuguesa por longo tempo estiveram sob restrições coloniais que impediam grandes explorações e pesquisas em suas esferas de dominação²⁵.

Porém, com o afrouxamento do controle das metrópoles sobre as colônias depois do início das Guerras Napoleônicas – caracterizado pelos processos de independência que transcorreram no início do século XIX e o acesso dos portos brasileiros para os ingleses e nações

²³ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

²⁴ GUIMARÃES, M. L. S. *Historiografia e Nação no Brasil*, 2011.

²⁵ NAXARA, M. R. C. *Cientificismo e sensibilidade romântica*, 2004.

aliadas após transmigração da corte –, essas restrições foram substituídas por aberturas às viagens e pesquisas científicas, assim como para reflexões filosóficas e trabalhos artísticos. Oportunidades para pesquisar e documentar a fauna, a flora e a história de populações nativas despontavam em uma vasta região que se insinuava como uma novidade em que muitas descobertas poderiam ser feitas. O naturalista prussiano Alexander von Humboldt (1769-1859) interessado na América no Oitocentos, promoveu publicações de sucesso que impactaram e estabeleceram modelos para outros viajantes. Quanto ao Brasil, destacam-se as obras de Ferdinand Denis (1793-1864), Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), do Príncipe de Wied-Neuwied, Alexander Philipp Maximilian (1782-1867) e as descrições da viagem empreendida pelo botânico Carl Friedrich Von Martius (1794-1868) e o zoólogo Johan Baptist von Spix (1781-1826). Esses e outros homens de letras impactaram profundamente a intelectualidade brasileira e constantemente serviram como referências para se pensar a respeito da história humana e natural do Brasil em publicações realizadas pelos sócios do IHGB.

Acerca dessa conjuntura, importa considerar que os pensadores brasileiros se interessaram e lançaram mão de categorias científicas que estavam em discussão e em formação naquela conjuntura, especialmente da antropologia, arqueologia e da linguística. Essas e outras ciências se enunciavam tanto por vocábulos antigos como por novos, mas que passaram por conversões substanciais engendradas por novas técnicas, metodologias, perspectivas e por uma constante antropologização do saber no Ocidente. Essa nova atitude teórica e metodológica tornou-se uma disposição fundamental na modernidade, renovando o que já estava disponível ou formalizando novas disciplinas no campo das ciências humanas, oferecendo novas ferramentas e perspectivas de análise.

Mencioná-las como disciplinas neste trabalho é uma operação um tanto forçada, pois tal designação leva a estabilidades semânticas ainda não existentes em meados do século XIX. De forma positiva, e mesmo após suas denominações serem disseminadas na primeira metade do Oitocentos, esses saberes viviam em intenso processo de debate, progresso e, conseqüentemente, de redefinições que indicavam um estado de tensão e de propostas diversas que não se apresentavam como campos disciplinares coesos – divergências que se acentuam se considerarmos tradições em diferentes países. Inicialmente, pretende-se transparecer aqui o cenário de transformações semânticas no qual se encontravam essas categorias naquele momento, para então, no capítulo seguinte, demonstrar as produções intelectuais presentes na RIHGB motivadas pelos usos dessas ferramentas que tinham como tema uma pré-história do Brasil.

Podemos procurar indícios das transformações e emergência desses instrumentos teórico-metodológicos a partir da consulta de alguns verbetes nos dicionários publicados pelo

padre Raphael Bluteau (1638-1734) e por Antonio de Moraes Silva (1755-1824). O *Vocabulario Portuguez e Latino* de Bluteau, publicado entre 1712 e 1721, é considerado o mais antigo dicionário da língua portuguesa. Originando-se como uma atualização e contração dessa obra, Antonio de Moraes publicou seu *Diccionario da Lingua Portuguesa* em 1789 e editou uma segunda (1813) e uma terceira (1823) edição ainda em vida. Durante o século XIX o léxico de Antonio de Moraes foi reeditado por várias vezes, sempre sendo revisado com acréscimos, atualizações e correções em conjunto com outros lexicógrafos que trabalharam em suas novas versões²⁶. Para comparação, foi consultado até a 7ª edição publicada em 1877. Com a análise de vocábulos em diferentes edições dessas obras, comparando-as com outros léxicos disponíveis na Europa, serão evidenciadas as transformações decorridas em áreas relacionadas aos principais campos utilizados pelos intelectuais do IHGB em sua tarefa de constituir meios para narrar as origens do Brasil pré-cabralino.

1.3.1 Antropologia

No *Vocabulario* de Bluteau, a palavra *Antropologia* foi definida como um discurso sobre o homem segundo sua etimologia, “Dirivase do Grego *Anthropos*, Homem, & *Logos*, Discurso” e recorreu à obra *Commentarios Urbanos*, de Raphael Volaterrano, para denotá-la como uma relação de personagens ilustres, sem indicar outros possíveis significados²⁷. Leonardo Piasere analisou o uso do termo *anthropologia* por Raffaele Maffei (1451-1522), o mesmo Raphael Volaterranus mencionado por Bluteau²⁸. Considera que seu uso no início do século XVI sofreu inspirações nas traduções medievais da obra *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, que provavelmente foi o único a utilizar a palavra durante a antiguidade grega²⁹.

²⁶ Após a 1ª edição em 1789, as primeiras cinco reedições foram feitas a cada década após o lançamento da 2ª edição em 1813; a 3ª foi em 1823; a 4ª em 1831; a 5ª em 1844; e a 6ª em 1858. A 7ª edição foi editada entre 1877 e 1878; a 8ª entre 1889 e 1890; a 9ª edição geralmente é datada como publicada no final do século XIX ou início do século XX, mas não encontramos um exemplar ou referência sólida para precisar sua datação aqui; a 10ª e última edição ocorreu em 1949. Falecendo em 1824, Antonio Moraes teve participação diretamente até a 3ª edição. Também, não tivemos acesso à 5ª edição do dicionário, por isso ela não será mencionada nas análises a seguir. Todavia, esses léxicos possuem uma série de símbolos para sinalizar atualizações e inserções de vocábulos em comparação às edições anteriores. Considerando esse intervalo e a observação das estratégias de editoração, diferenças surgidas na 6ª edição sem indicações de terem sido atualizadas ou inseridas naquela versão serão mencionadas como ocorridas após a 4ª edição.

²⁷ BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Tomo 1, A. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, [*Antropologia*], p. 401.

²⁸ PIASERE, Leonardo. Raffaele Maffei's *Anthropologia* (1506): the birth and diffusion of a (quasi)-neologism. *Dada Rivista di Antropologia post-globale*, semestral n.1, Giugno, p. 55-90, 2019.

²⁹ Piasere relatou que muitos possuem dúvidas se realmente há uma ligação entre o termo utilizado por Aristóteles e o que apareceu no século XVI. Porém, explicou que a palavra *ἀνθρωπολόγος* presente em *Ética a Nicômaco*, geralmente não foi traduzido como antropologia em obras modernas, substituindo-o por alguma expressão de conotação negativa. Segundo ele, isso levou a várias más interpretações no que se refere a como *anthrōpologos*

Antes de 1500, *ἀνθρωπολόγος* (*anthrōpologos*) possuiu interpretações marcadamente teológicas que se desenvolveram em torno da compreensão da humanização do divino, tornando-se um verbo (*anthrōpologēō* – “*anthropologize*”, antropologizar) que caracterizava o processo em que Deus, apesar de sua natureza divina, poderia falar e agir como um homem, assim como possuir outras características humanas³⁰. Tal acepção manteve-se até meados do século XIX, sobretudo na linguagem teológica francesa³¹.

Na Alemanha, no início do século XVI, o termo desenvolveu-se em duas percepções distintas segundo as expressões latinas *humaniloquus* e *hominiloquus* (aquele que fala sobre homem[ns]), igualmente marcados pela tradução de *anthrōpologos* utilizado por Aristóteles. A primeira tradução foi interpretada como uma referência aos homens em geral e abordada em um sentido médico-filosófico pelo alemão Magnus Hundt (1449-1519) em 1501. Hundt tratou seu termo *Antropologium* para falar aos homens em geral, direcionando-o com intuítos médicos

foi traduzido recentemente. Por exemplo, o trecho “οὐδ’ ἀνθρωπολόγος· οὔτε γὰρ περὶ αὐτοῦ ἐρεῖ οὔτε περὶ ἑτέρου”, que Piasere traduziu como “neither (is he) *anthrōpologos*: in fact, he neither speaks of himself nor of another” foi traduzido, em versões modernas em inglês, como “*Nor is he a gossip*; for he will speak neither about himself nor about another”. Em espanhol o mesmo trecho foi traduzido como “*Tampoco habla sobre la gente*: no hablará ni sobre sí mismo ni sobre outro”. Nesse sentido, ao menos desde o século XX, *anthrōpologos* foi substituído por ideias que indicam uma pessoa dedicada às conversas banais ou frívolas. Em acréscimo, podemos ver que no português o mesmo trecho foi traduzido como “Tampouco é dado *a conversas fúteis*, pois não fala nem sobre si mesmo nem sobre os outros”. Essas traduções assumem que Aristóteles utilizou a ideia de *anthrōpologos* para caracterizar alguém dedicado a falar sobre pessoas de forma indiscreta e maliciosa, o *logos* não teria uma noção relacionada ao estudo ou ao conhecimento que diz respeito ao homem de uma maneira científica, mas de alguém que divulga fatos com objetivos indecorosos. Com essa consideração, Piasere afirma ser complicado compreender como a palavra deveria ser realmente entendida na Antiguidade, pois ela é, por si mesma, muito ambígua e foi utilizada por Aristóteles uma única vez. A conotação negativa pode estar correta, mas outras formas de tradução como “aquele que fala de homens” ou “aquele que fala do homem” também foram outrora empregadas. Essas outras formas de traduzir, especialmente por teólogos ao longo da Idade Média, são mais adequadas para serem consideradas no processo de compreender o advento do conceito de antropologia no século XVI do que a tradução adotada atualmente para a palavra na obra de Aristóteles. | Versão em português de *Ética a Nicômaco*: ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução do português para a versão inglesa de W. D. Ross por Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. In: HEIDEGGER, Martin; STEIN, Ernildo. *Conferências e escritos filosóficos*. 4. ed. Os pensadores 5. São Paulo: Nova Cultural, p. 3-241 [versão digital], 1991, p. 83, grifo nosso.

³⁰ “In Philo of Alexandria (or Philo Judaeus, 20 BC - 45 AD) we already begin to see the appearance of some new voices of a new verb, *anthrōpologēō*, which seem to be formed by a kind of inverse symmetry compared to Aspasius’ interpretation: if it is taken for granted that man can speak about God, the problem for a Christian is that there is a God that speaks like a man. Trying to understand the humanization process of God, as God could act like a man, became a fundamental theological topic, and the verb used to denote the human actions of God was, precisely, *anthrōpologēō* (“*anthropologize*”, one might literally translate), a verb that was non-existent in classic Greek.”. PIASERE, L. *Raffaele Maffei’s Anthropologia (1506)*, p. 66. Essa ideia também é mencionada em uma das definições apresentadas para *Anthropology* no Oxford Dictionary publicado em 1888: “*Anthropology* is particularly used in theology, for a way of speaking of God, after the manner of men, by attributing human parts and passions to him”. [Conferir também nota 34]. MURRAY, James Augustus Henry *et al* (eds.). *A new english dictionary on historical principles*: founded mainly on the materials collected by the Philological Society. Vol. 1, A & B. Oxford: Clarendon Press; Nova Iorque: Macmillan and Co., 1888, [*Anthropology*], p. 361.

³¹ Quando a palavra *Anthropologie* aparecia em léxicos franceses entre o século XVII e XIX [conferir notas 53 e 57] o termo era, geralmente, definido segundo uma semântica teológica que atribuía a Deus características humanas. Também apareciam outras definições, por vezes com uma entrada diferente da descrição teológica, indicando também ser um discurso a respeito da moral e da história do homem ou sob sua perspectiva anatômica. Por sua vez, em dicionários em inglês [conferir nota 55], preferia-se indicar a *Anthropology* como uma doutrina pertencente à anatomia preocupada em descrever o corpo e a alma humana.

pela exposição do corpo humano mediante dissecação. Já *Hominiloquus* caracterizou o uso da palavra *anthropologia* por Raffaele Maffei, uma visão humanística definida pelo registro dos feitos de homens ilustres³². Em Maffei, a expressão surgiu em sua obra *Commentariorum Urbanorum Octo et Triginta Libri* (1506) – que foi dividida em três partes *Geographia*, *Anthropologia* e *Philologia* – no qual ele a tratou como um estudo de homens ilustres de todos os tempos, linguagens e povos, determinando-se em apresentar, de forma enciclopédica, uma lista de personalidades famosas desde os tempos bíblicos até o início do século XVI³³. A compreensão de Piasere foi de que a ideia de antropologia despontou em uma mesma época, com Hundt e Maffei, como neologismos com propósitos semânticos diferentes, mas não conseguiu definir se houve algum vestígio de uma comunicação entre os autores.

Posteriormente, outras significações foram atribuídas ao termo, indicando uma complexificação no uso e nas discussões de sua compreensão. Uma interpretação que mais tarde naquele mesmo momento obteve considerável sucesso foi a de que a antropologia seria um estudo a respeito do homem dividido entre a *psychologie* e a *Anatomie* ou somatologia³⁴. Foi conforme essa percepção que a edição póstuma da obra *Institutions Anatomiques* (1647), do anatomista dinamarquês Caspar Bartholin (1585-1629), definiu *Anthropologie* no início de seu prefácio como “la science qui traite de l’homme, est divisée ordinairement & avec raison en l’Anatomie, qui considere le corps & les parties, & la Psychologie, qui parle de l’Ame.”³⁵.

Podemos verificar que alguns significados para antropologia circulavam pela Europa desde o século XVI a partir do resgate de antigas menções. Bluteau apresentou o vocábulo recorrendo à forma empregada por Volaterrano para defini-lo e preteriu outros sentidos já existentes. Em contrapartida, na primeira versão do *Diccionario da Lingua Portugueza* de

³² Piasere também ressalta que a obra *Commentarii urbani* de Maffei obteve considerável sucesso e foi muito citada, assim como o uso da palavra *anthropologia*, em comparação ao uso teológico, foi bem disseminado por ele e por Hundt. Porém, o entendimento designado por Maffei foi mais restrito do que o de Hundt, e a acepção de ambos perdeu sua forma posteriormente para novas significações.

³³ Piasere menciona que sessão intitulada como *Anthropologia* continha tantos nomes e informações que foi comum autores posteriores se referirem a ela como se fosse um livro autônomo do que uma seção de um trabalho ainda maior. Nota-se que Bluteau parece seguir esse caminho a princípio, mas posteriormente indicou que ela compunha a segunda de três partes dos “commentarios urbanos” de Maffei.

³⁴ “The science of the nature of man, embracing Human Physiology and Psychology and their mutual bearing”. No Oxford Dictionary, antropologia apareceu com duas caracterizações amplas, sendo a primeira como ciência que estuda o homem em seu sentido mais geral e a segunda considerando o comportamento do homem, o conceito teológico foi inserido dentro desse segundo grupo. O primeiro significado foi subdividido em dois outros: a ciência que estuda a natureza humana abrangendo a fisiologia e a psicologia, como estamos destacando que se desenvolveu no final do século XVI, e a ciência que investiga o homem zoológicamente e pretende compreender sua evolução. MURRAY *et al* (Eds). *A New English Dictionary on Historical Principles*, 1888, p. 361.

³⁵ BARTHOLIN, Thomas. *Institvions Anatomiques de Gaspar Bartholin* : Augmentées et enrichies pour la seconde fois tant des opinions et observations nouvelles des modernes, dont la plus grande partie n’a jamais esté mise en lumiere, que de plusieurs Figures en taille-douce. Tradução para o francês de Abr. Du Prat. Paris: Mathurin Henault & Jean Henault, 1647, p. 1.

Antonio de Moraes o termo *antropologia*, ou similares, não esteve presente. A palavra reapareceu anos depois em sua segunda edição (1813) grafada *anthropologia* e apresentou a definição teológica em que se atribuía a Deus características propriamente humanas: “Figura, pela qual se diz de Deus o que é proprio dos homens: v. g. *Deus falla, ve, irou-se; arrependeu-se de crear o homem*”³⁶, posteriormente acrescentando, na quarta edição (1831), o trecho “quando fala como homem respondendo, que i[g]nora o que como Deus não pode i[g]norar, etc.”³⁷. A definição omitiu a exposição da etimologia grega e não se utilizou ou mencionou aquilo que já estava presente no *Vocabulario* de Bluteau, aparentemente deslocando-se do uso feito por Maffei para um entendimento mais corrente no francês.

Nas edições seguintes, sem desprezar a designação teológica indicada anteriormente por Antonio de Moraes e o acréscimo feito na 4ª edição, a etimologia grega, “(do Gr. *Anthrôpos* homem, e *logos* discurso)”, voltou a iniciar a descrição do vocábulo e a ele se acrescentou um sentido anatômico e um moral filosófico: “t. anat. Discurso anatomico sobre o corpo humano. §. em philos. Tractado da economia moral do homem”³⁸. O léxico também passou a apresentar um conjunto de palavras, ausentes até a 4ª edição, para designar a ciência que estuda as origens dos povos (*Ethnogénia*)³⁹, a ciência que estuda sua diversidade (*Ethnographia*)⁴⁰ e a ciência que estuda seus costumes (*ethnologia*)⁴¹. Como complemento, os adjetivos *ethnográfico*⁴² e *ethnológico*⁴³ estabeleceram referências com relação a como se referir aos objetos característicos dessas ciências e apontou o *ethnógrafo*⁴⁴ como o indivíduo responsável por essas investigações. Por fim, na 7ª edição do *Diccionario da Lingua Portuguesa* não houve

³⁶ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*, recopilado dos vocabularios impressos até agora. 2. ed. Tomo 1, A-E. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813a, [*Anthropologia*], p. 142.

³⁷ *Idem*. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 4. ed. Reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta, e enriquecida de grande numero de artigos novos e dos synonymos por Theotonio José de Oliveira Velho. Tomo 1, A-E. Lisboa: Imprensa Régia, 1831a, [*Anthropología*], p. 131. OBS: na 4ª edição as palavras corrigidas na citação foram escritas como “*inora*” e “*inorar*”, mas nas edições seguintes elas foram atualizadas para “*ignora*” e “*ignorar*”.

³⁸ *Idem*. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 6. ed. Melhorada, e muito accrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo 1, A-E. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1858a, [*Anthropologia*], p. 160.

³⁹ “(do Gr. *Ethnikos*, de *ethnos*, nação) Gentio, pagão, idólatra.”. *Ibidem*, [*Ethnogénia*], p. 909.

⁴⁰ “(do Gr. *Ethnos*, nação, e *graphô*, eu descrevo) t. did. Parte da estatística, cujo objecto é o estudo, e a descrição dos diversos povos. § t. phil. Diz-se particularmente do conhecimento dos lugares que as nações habitaram nas diferentes épocas da sua historia.”. *Ibidem*, [*Ethnographia*], p. 909. OBS: na 7ª edição, “Parte da estatística” foi substituído por “*Sciencia*”, Conf.: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 7. ed. Melhorada, e muito accrescentada com grande numero de termos novos usados no Brasil e no portuguez da India. Tomo 1, A-E. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877a, [*Ethnographia*] p. 744.

⁴¹ “(do Gr. *Ethnos*, nação, e *logos*, discurso) t. didact. Sciencia que tracta do conhecimento e dos costumes das nações.”. *Idem*. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 6. ed., 1858a, [*Ethnologia*], p. 909.

⁴² “Que pertence á ethnographia.”. *Ibidem*, [*Ethnográfico*], p. 909.

⁴³ “Que respeita á ethnologia.”. *Idem*. *Op. Cit.*, 1877a, [*Ethnológico*], p. 744.

⁴⁴ “Que descreve os costumes das nações.”. *Ibidem*, [*Ethnógrafo*], p. 744.

alterações na entrada sobre *anthropologia* em comparação à anterior. Não obstante, o léxico também acrescentou os adjetivos “*Anthropológico*”⁴⁵ e “*Anthropologista ou Anthropólogo*”⁴⁶, definindo respectivamente aquilo que pertence à *anthropologia* e aquele que se dedica ao exame de seu objeto.

1.3.2 Arqueologia

Tanto no *Vocabulario* de Bluteau como nas três primeiras edições do *Diccionario* de Antonio de Moraes, as palavras *archeologia* ou *archeologo* não foram registradas nas obras. Contudo, não significa efetivamente uma ausência, pois essas noções parecem terem sido pouco utilizadas e disseminadas antes do século XIX, pelo menos não antes das primeiras grandes explorações arqueológicas na segunda metade do século XVIII⁴⁷.

Derivada da filologia e da história, a arqueologia clássica se desenvolveu desde o início do século XIX, e suas práticas foram muito influenciadas pelos interesses nacionais de países que buscavam criar e resgatar valores para explicar suas origens⁴⁸. O *Diccionario Enciclopedico Hispano-Americano de Literatura, Ciencias y Artes* (1887-1899) delinea que o processo científico da arqueologia se desenvolveu em três fases⁴⁹. A primeira marcada pelos trabalhos dos humanistas, especialmente subvencionada por príncipes italianos interessados em criar coleções de antiguidades, que utilizaram dos textos antigos para interpretar inscrições em lápides e moedas, desenvolvendo a epigrafia e a numismática como os primeiros ramos dessa ciência, mas com conhecimentos “imperfeitos” (em comparação à forma que a disciplina se apresentava no ano de publicação do dicionário) a respeito dos povos antigos. O período entre o século XVII até a primeira metade do século XVIII compreenderia a fase antiquária, na qual teriam estudado o passado com maior devoção e cuidado. Por fim, a descrição no *Diccionario Enciclopedico* demarca o lançamento da obra *Geschichte der Kunst des Alterthums* (“História da Arte Antiga”) do alemão Johann Winckelmann (1717-1768) como o início da fase arqueológica, quando a prática começou a adquirir métodos e obteve um caráter mais sério. A respeito do vocábulo, a primeira publicação do *Oxford Dictionary*, em 1888, indicou sua

⁴⁵ “Que pertence, respeita á anthropologia.”. SILVA, A. M. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 7. ed., 1877a, [Anthropológico], p. 136.

⁴⁶ “O que se dedica ao estudo da anthropologia.”. *Ibidem*, [Anthropologista ou Anthropólogo], p. 136.

⁴⁷ No terceiro capítulo aborda-se mais sobre o desenvolvimento da arqueologia no século XIX a partir dos dinamarqueses, considerando o impacto que tiveram neste campo e o desígnio que possuíam de compreenderem sua “pré-história”.

⁴⁸ FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueología*. São Paulo: Contexto, 2003.

⁴⁹ DICCIONARIO enciclopedico hispano-americano de literatura, ciencias y artes. Tomo 2, Am-Az. Barcelona: Montener y Simon, 1887, [Arqueología], p. 671-674.

etimologia grega *ἀρχαιολογία* (*ἀρχαῖο* - *archo* + *λογία* - *logy*) e atribuiu a ocorrência mais antiga⁵⁰ da palavra “*Archæology*” ao bispo inglês Joseph Hall em sua obra *Holy Observations*, em 1607, que a utilizou como sinônimo de conhecimento da história ou dos monumentos antigos⁵¹.

O termo “*Archæologiam*” também é encontrado no prefácio da obra *Miscellanea Ervditæ Antiquitatis*, do francês Jacob Spon (1647-1685), publicada em 1685. Spon, que posteriormente foi considerado um pioneiro na arqueologia, a definiu como a ciência que se dedica às antiguidades por meio dos monumentos religiosos, históricos, políticos, artísticos e científicos que os antigos legaram sobre seu tempo para a posteridade, descrição que também atribuiu à *Archæographia*⁵².

No entanto, até meados do século XIX, ordinariamente a arqueologia era empregada como uma prática acessória às dos antiquários, conhecidos como os estudiosos das antiguidades até o final do século XVIII. Dedicavam-se a colecionar artefatos e escrever tratados sobre eles, conferindo certo protagonismo aos objetos materiais, mas os registros escritos ainda constituíam uma autoridade para a compreensão do contexto desses artigos. Consultando léxicos em francês do século XVII e XVIII as palavras relacionadas à arqueologia ou aos arqueólogos não são encontradas⁵³, enquanto definem o *Antiquaire* como um “*Homme qui a recherché & bien étudié les monuments qui nous restent de l'antiquité, ou qui en a écrit.*”⁵⁴. Em dicionários ingleses a ideia de arqueologia é menos comum antes do século XIX, geralmente contendo *Archæographia* como a arte de descrever e explicar as antiguidades⁵⁵. Apesar disso,

⁵⁰ De acordo com Langer seu uso mais antigo foi com Tucídides em *História da Guerra do Peloponeso* (450 a.C.). Segundo ele, o uso da palavra arqueologia na antiguidade designava qualquer evento distante sobre o passado de um país, possuindo um sentido menos sistemático do que veio a ser depois do Renascimento, especialmente após seu desenvolvimento como campo de conhecimento científico durante o século XIX. LANGER, Johhni. *Ruínas e Mito: A Arqueologia no Brasil Império*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

⁵¹ MURRAY *et al* (Eds). *A New English Dictionariy on Historical Principles*, 1888, [Archæology], p. 455.

⁵² SPON, Jacob. *Miscellanea Ervditæ Antiquitatis*: *Miscellanea eruditæ antiquitatis: in quibus marmora, statuae, musiva, toreumata, gemmae, numismata, Grutero, Ursino, Boissardo, Reinesio, aliisque antiquorum monumentorum collectoribus ignota, & hucusque inedita referentur ac illustrantur*. Lugduni-FR: Fratrum Huguetan & Soc, 1685, p. IX.

⁵³ Para essa interpretação foram consultadas as seguintes obras: FURETIERE, Antoine. *Dictionnaire universel contenant généralement tous les mots françois, tant vieux que modernes, & les termes de toutes les sciences et des arts* (1690); L'ACADÉMIE FRANÇOISE. *Le Dictionnaire de L'Académie Française, dédié au roy* (1694); BAYLE, Pierre. *Dictionnaire Historique et Critique* (1697); *DICTIONNAIRE Universel françois et latin, vulgairement appelé Dictinnnaire de Trévoux* (1771); FÉRAUD, Jean-Joseph-Maxime. *Dictionnaire critique, de la langue française* (1787-1788). OBS : Conferir bibliografia para referências completas.

⁵⁴ FURETIERE, Antoine. *Dictionnaire Universel: contenant généralement tous le mots françois tant vieux que modernes, & les Termes de toutes les Sciences et des Arts*: divisé em trois Tomes. Tomo 1, A-E. Haye e Rotterdam: Arnout e Reinier Leers, 1690a, [Antiquaire], n.p.

⁵⁵ Para essa interpretação foram consultadas as seguintes obras: BALLEY, Nathan. *Dictionarium Anglo-Britannicum* (1730); SCOTT, George Lewis. *A supplement to mr. chambers's Cyclopaedia or universal dictionary*

Archaeologia or Miscellaneous Tracts relating to Antiquity foi o título de um periódico criado pela Sociedade dos Antiquários de Londres em 1770⁵⁶. Todavia, em seus primeiros volumes a palavra *Archaeologia*, aparentemente, foi mais empregada para se referir ao nome do periódico do que a uma prática ou ocupação, pois os autores dos textos majoritariamente denominavam uns aos outros como antiquários (*antiquaries*).

A partir do século XIX, enquanto o termo ainda era pouco frequente no inglês em suas primeiras décadas, as palavras *Archéologie* e *Archéologue* começaram a marcar presença em dicionários franceses⁵⁷. Na obra *Nouveau Dictionnaire de La Langue Française* (1820), *Archeologie* foi definida da seguinte maneira:

Du grec *archaios* ancien, antique, et *logos* discours. La science des antiquités. L'archéologie comprend l'étude des monumens [*sic*] antiques, et celle des anciens usages. Cependant on donne plus communément le nom d'*archéologie*, à la partie de cette science qui traite des anciens monumens.⁵⁸

Porém, de modo geral, as definições objetivamente delimitavam *Archéologie* como “discours sur les monumens antiques”⁵⁹ ou “Science de l’antiquité, de ses monuments”⁶⁰, variando assim entre designá-las como uma ciência ou um discurso. A definição de *Discours*⁶¹ no *Nouveau Vocabulaire Français* (1827) não aponta uma semântica explicitamente científica. Seu significado é descrito primeiro como um desenvolvimento daquilo que pensamos; segundo como algo relacionado a uma arenga ou à oração; e, por fim, a palavras sem efeito ou validade, no sentido de uma promessa vazia. É possível presumir que a primeira definição seja a mais apropriada para a noção aplicada à *archeologie* naquela obra. Entre os demais dicionários (mencionados na nota 57), as definições de *Discours* são bem próximas ao do *Nouveau*

of arts and sciences (1753); JOHNSON, Samuel. *A dictionary of the english language* (1792); REES, Abraham. *The Cyclopædia* (1819); JOHNSON, Samuel; WALKER, John. *Johnson and Walkers Dictionary of the English Language* (1828). *OBS* : Conferir bibliografia para referências completas.

⁵⁶ O periódico foi publicado com certa frequência no século XIX e de maneira bem irregular desde a segunda metade do século XX, com uma última publicação em 2007. Ele ainda não foi oficialmente finalizado.

⁵⁷ Para essa interpretação foram consultadas as seguintes obras: LAVEAUX, Jean-Charles. *Nouveau Dictionnaire de la Langue Française* (1820); RAYMOND, François. *Dictionnaire Général de la Langue Française et Vocabulaire Universel des Sciences, des Arts et des Métiers* (1822); WAILLY, Noël François de; WAILLY, Etienne Augustin de. *Nouveau Vocabulaire Français* (1827); *DICTIONNAIRE Universel de la langue française* (1828); INSTITUT DE FRANCE. *Dictionnaire de L'Académie Française* (1835). *OBS* : Conferir bibliografia para referências completas.

⁵⁸ LAVEAUX, Jean-Charles. *Nouveau Dictionnaire de la Langue Française*. Tomo 1, A-K. Paris: Deterville Libraire, 1820a, [*Archeologie*], p. 112.

⁵⁹ WAILLY, Noël François de; WAILLY, Etienne Augustin de. *Nouveau Vocabulaire Français*. 14. ed. Paris: Rémond Libraire, 1827, p. 77.

⁶⁰ *DICTIONNAIRE Universel de la langue française: avec le latin et les étymologies, extrait comparatif, concordance, critique et supplément de tous ses dictionnaires; Manuel Encyclopédique et de Grammaire, d'Orthographe, de vieux langage, de néologie; pan-lexique*. 7. ed. Tomo 1, A-O. Bruxelas: Frechet, Libraire-Éditeur, 1828a, p. 132.

⁶¹ WAILLY, N. F.; WAILLY, E. A. *Nouveau Vocabulaire Français*, 1827, [*Discours*], p. 349.

Vocabulaire. A diferença mais significativa está no *Nouveau Dictionnaire de la langue française* (1820)⁶² que, além do que já é apresentado nos demais, diferenciou os discursos falados e os escritos, esses últimos indicados como obras preparadas para esclarecer as mais diferentes partes de um pensamento, composto por alguém a respeito de um assunto importante.

Percebe-se que a noção de arqueologia possuía pouca circularidade na superfície lexical, na Europa, antes do século XIX; e as obras de Bluteau e a de Antonio Moraes não foram exceções, pois os estudos da Antiguidade estavam intimamente atrelados às práticas dos antiquários (presentes no *Vocabulario* como “Curioso investigador de cousas antigas, de costumes velhos, de Escritura, medalhas, imagens dos antigos”)⁶³. Por conjectura, apesar de atualmente muitos serem considerados como arqueólogos desde o século XVI⁶⁴, por serem estudiosos, exploradores e colecionadores da Antiguidade clássica, decerto esse status foi conferido posteriormente, quando a noção de arqueologia começou a aparecer e se estabelecer depois da segunda metade do século XVIII e, especialmente, durante o século XIX. Isso ocorreu a partir de mudanças metodológicas nas explorações que levaram a descobertas de sítios ricos em vestígios antigos, que, com a constante reformulação das ciências humanas e a partir do avanço das ciências naturais, estimularam novos questionamentos e novas formas de se estudar essas fontes, diferenciando-se ou distanciando-se do sistema antiquário anterior que priorizava métodos de coleção e classificação. A ideia de arqueologia ainda adentrou o Oitocentos como uma prática auxiliar aos antiquários e também para os historiadores em suas primeiras décadas, sendo somente a partir da segunda metade daquele século que arqueólogos deflagraram uma cisão mais vigorosa em busca de sua autonomia ao afastá-la das humanidades e aproximá-la das ciências naturais. Alain Schnapp sintetiza este processo com a seguinte consideração:

[...] the history of archaeology records numerous individuals who fleetingly entered the annals of the discipline, following their own concerns with the historical components of the earth. However, much as we can recognize archaeological approaches among ancient and modern authors alike, force is to acknowledge that archaeology as a fully fledged discipline made its appearance at a very precise period, the mid 19th century, in the context of the emergence of positivist sciences in Europe.⁶⁵

⁶² LAVEAUX, J-C. *Nouveau Dictionnaire de la Langue Française*, 1820a, [Discours], p. 607-608.

⁶³ BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Tomo 1, A, 1712, [Antiquario], p. 410.

⁶⁴ O *Diccionario Enciclopedico Hispano-Americano de Literatura, Ciencias y Artes* considerou Flavio Josefo, Dionisio de Halicarnaso e Herodoto como os precursores da arqueologia devido aos seus estudos sobre antiguidades. Incluiu também cristãos e muçulmanos da Idade Média como pré-arqueólogos. Mas é após o Renascimento que afirma ter surgido, de fato, os primeiros arqueólogos, incentivados pelo interesse da antiguidade clássica. *DICCIONARIO enciclopedico hispano-americano*, Tomo 2, 1887, [Arqueología], p. 671-674.

⁶⁵ SCHNAPP, Alain. Between antiquarians and archaeologists – continuities and ruptures. *Antiquity*, v. 76, p. 134-140, jan. de 2015, p. 135.

Todavia, mesmo antes de se aproximar da metodologia característica das ciências da natureza, a noção de arqueologia começou a representar uma especialidade para a análise dos monumentos das antiguidades. O aparecimento da palavra *archeologia* na 4ª edição do *Diccionario da Lingua Portuguesa*, em 1831, descrita como “Tratado sobre as antiguidades; estudo dos monumentos, e costumes antigos”⁶⁶, espelhou esse processo no léxico português. É notável que se optou pela forma semântica que, em um primeiro momento, não explicita o termo como uma atividade ou um campo científico exercido por especialistas de uma área, considerando-o como um tratado sobre as antiguidades. Contudo, a partir dessa mesma edição do *Diccionario*, *Tratado* equipara-se a uma dissertação em relação a algum assunto e, por sua vez, a entrada *Dissertação* indica que esse tema pode ser desenvolvido tanto a partir de um ponto literário como científico⁶⁷. Essa descrição de *archeologia* como um tratado até a 7ª edição não se alterou, exceto pelo acréscimo de sua etimologia “do Gr. *arché*, e *logos* discurso”⁶⁸.

Apesar da estabilidade do vocábulo ao longo de quarenta e seis anos, o *Diccionario* passou a complementá-lo com outros termos posteriormente à 4ª edição. Foram inseridos, então, o adjetivo *Archeológico* para assinalar aquilo que “Pertence á archeologia” e *Archeólogo* para designar a “Pessoa versada na archeologia”⁶⁹. Logo, mesmo com a fixidez de sua definição, ao serem selecionadas como relevantes para compor o léxico, esses acessórios tornam-se indícios que sugerem o avanço da disciplinarização da área e da importância de melhor complementar seu sentido a partir de categorias satélites que orbitam a disciplina da arqueologia.

1.3.3 Linguística

De forma análoga ao que verificamos com a arqueologia, os léxicos não apresentam vocábulos relacionados à linguística antes do século XIX⁷⁰. Não é incomum tampouco encontrar referências que mencionem linguistas ou trabalhos linguísticos desde a Antiguidade ou, pelo menos, desde o Renascimento, mesmo esta sendo uma categoria com métodos que se disseminaram durante o Oitocentos. No Brasil, o termo *linguística* e outros derivados não

⁶⁶ SILVA, A. M. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 4. ed, 1831a, [*Archeologia*], p. 131.

⁶⁷ *Ibidem*, [*Dissertação*], p. 620; &, SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 4. ed. Reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta, e enriquecida de grande numero de artigos novos e dos synonymos por Theotónio José de Oliveira Velho. Tomo 2, F-Z. Lisboa: Imprensa Régia, 1831b, [*Tratado*], p. 831.

⁶⁸ *Idem*. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 6. ed, 1858a, [*Archeologia*] p. 200; &, *Idem*. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 7. ed, 1877a, [*Archeologia*], p. 168.

⁶⁹ SILVA, A. M. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 6. ed., 1858a, [*Archeológico*] & [*Archeólogo*], p. 200.

⁷⁰ Verificar notas 26, 53, 55 e 57 para consultar os léxicos examinados.

apareceram nos dicionários selecionados antes da 6ª edição do *Diccionario* de Antonio de Moraes, em 1858.

Assim como o antiquarismo protagonizava os estudos da Antiguidade antes do foco arqueológico, o estudo das línguas e linguagens foi uma antiga preocupação que perpassou diferentes momentos e abordagens desde a Antiguidade clássica, por gramáticos e filólogos. Dessa maneira, itens como língua, linguagem, gramática, filologia, e vários outros que os complementam, estão presentes tanto no *Vocabulario* de Bluteau e nas edições do *Diccionario* de Antonio de Moraes como nos léxicos europeus do século XVII ao XIX.

Antes do advento da linguística, as pesquisas filológicas eram indicadas como frutos da ciência responsável pelo estudo das letras. Bluteau definiu *philologia* como “parte das sciencias, que tem por objeto as palavras, & propriedades dellas”⁷¹, cobrindo várias áreas como a própria gramática, a oratória, a poética, as notícias da história antiga e moderna, crítica de autores e que pode ser aplicada a todas as coisas preocupadas com o discurso humano. A *grammatica*, indicada no verbete *philologia* como a principal parte desse campo no passado, foi descrita como a porta de todas as ciências e o fundamento de todas as artes liberais⁷².

As três primeiras edições do *Diccionario* de Antonio de Moraes sintetizaram as definições apresentadas em Bluteau para *Lingua* e *Philologia*, porém permanecendo próximo às suas linhas explicativas. A descrição de *Grammatica* se tornou mais objetiva e distinta da *philologia* e foi retratada como a arte que “ensina a falar, e escrever qualquer língua correctamente” segundo os melhores eruditos⁷³. Na 4ª edição do *Diccionario* o vocábulo *lingua* foi modificado, especificando que para transmitir as ideias dos pensamentos é necessário obedecer a um conjunto de leis constantes e invariáveis, enfeixadas em uma *Grammatica universal*. Cada nação é definida como detentora de determinadas particularidades que não podem fugir das leis fundamentais da natureza, como uma *Grammatica particular*, que são os idiomas. Como exemplo, apresenta-se uma distinção entre a *língua* portuguesa e o *idioma* português, a língua definindo-se pela aplicação que os povos fazem do dom da palavra para se

⁷¹ BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Tomo 6, O-P. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1720, [*Philologia*], p. 482-493.

⁷² “Artes Liberais” é um conceito utilizado desde a antiguidade clássica, mas desenvolveu-se durante o período da Idade Média a partir da obra *De nuptiis Philologiae et Mercurii* no século V, no qual as estabeleciam como as disciplinas acadêmicas realizadas pelos homens livres composta pelo *Trivium* (Gramática, Retórica e Dialética) e o *Quadrivium* (Música, Aritmética, Geometria e Astronomia). DICCIONARIO enciclopedico hispano-americano de literatura, ciencias y artes. Tomo 8, F-Fyt. Barcelona: Montener y Simon, 1891, [*Filología*] p. 393-394.

⁷³ Não há alterações dessa definição até a 6ª edição. Na 7ª edição acrescenta-se que “Hoje define-se grammatica o systema de sons, fórmãs e construccões d’uma língua, ou de mais línguas comparadas, ou a sciencia que estuda esse systema”. SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 7. ed. Melhorada, e muito acrescentada com grande numero de termos novos usados no Brasil e no portuguez da India. Tomo 2, F-Z. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877b, [*Grammatica*], p. 99.

comunicarem (*Grammatica Universal*) e o idioma designando as formas, as maneiras e o estilo nacional que modifica as leis da *Grammatica universal* mediante sua própria *Grammatica particular* para transmitir os pensamentos de um povo⁷⁴. No que diz respeito à *philologia*, em suas primeiras edições o *Diccionario* de Antonio de Moraes a estabeleceu como “a arte, que trata da inteligência, e interpretação critica Grammatical, ou Rhetorica, dos autores, das antiguidades, historias”⁷⁵, e a definição não sofreu alterações significativas até a 7ª edição, que acrescentou, no mesmo verbete, a noção de *Philologia comparada* como o “nome dado á linguística, ou sciencia da linguagem”⁷⁶.

Como dito anteriormente, *Linguística* apareceu no *Diccionario* a partir de sua 6ª edição (1858), e na edição subsequente, dezenove anos depois, sua descrição passou por modificações. Primeiramente, indicando uma origem no francês *linguistique*, o termo foi apresentado como “Estudo das linguas nas suas relações entre ellas ; sciencia da grammatica geral, applicada de um modo comparativo ás diversas línguas” ressaltando que “a linguística é uma sciencia bastantemente moderna.”⁷⁷. Na edição de 1877 apareceu da seguinte maneira:

Linguística, s. f. (*de *linguista*, com o suf. *ica*) Sciencia que tem por objecto a linguagem, considerada em quanto ao que pela observação e inducção podemos saber d'ella; a classificação morphologica e genealogica das diversas linguas, os seus elementos, as leis que presidem á sua formação e transformação. O methodo da *linguistica*, foi creado n'este seculo.⁷⁸

A diferença entre as duas versões se encontra, principalmente, no enriquecimento da descrição da última em comparação à primeira, provavelmente pelo progressivo desenvolvimento que a ciência linguística vivenciava no decurso da segunda metade do século XIX. Ademais, percebe-

⁷⁴ Essa modificação sobre a *Grammatica Universal* e *Grammatica Particular* foi feita tanto no vocábulo *Lingua* como na entrada *Linguagem*. Contudo, nas edições posteriores essa atualização permaneceu somente na definição de *Linguagem*, e *Lingua* retornou a uma definição mais objetiva. Em Bluteau, *linguagem* é anunciada duplamente, uma entrada a define como língua própria de uma terra, um idioma materno, e a segunda entrada a aborda como o aprendizado de linguagens e conjugação de verbos. As primeiras edições do *Diccionario* de Antonio de Moraes acompanham essas definições de linguagem, mas unificando as entradas. Com a atualização realizada na 4ª edição, *linguagem* também passou a ser definida como qualquer meio artificial ou natural para comunicar aos outros os nossos pensamentos. Também é indicada como sinônimo de *Lingua* e *Dialecto*, mas afirmando ser o vocábulo mais genérico entre esses três, pois a língua, como vimos, divide-se entre a *Grammatica Universal* e a *Grammatica Particular*, o *Dialecto* é descrito como um idioma comum para vários povos, mas com peculiaridades e variações acidentais na pronúncia e na escrita que não caracterizam uma nova língua, e a linguagem seria qualquer forma de expressão dos pensamentos, incluindo as línguas e os dialetos.

⁷⁵ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado*. Tomo 2, L-Z. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1779b, [*Philologia*], p. 198. Essa definição está presente, pelo menos, até a 4ª edição.

⁷⁶ *Idem. Op. Cit*, 1877b, [*Philologia*], p. 454.

⁷⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 6. ed. Melhorada, e muito accrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo 2, F-Z. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1858b, [*Linguística*], p. 286.

⁷⁸ *Idem. Diccionario da Lingua Portuguesa*. 7. ed, 1877b, [*Linguística*], p. 240, grifos do autor.

se que ambas as versões do vocábulo anunciam a novidade desse campo de estudo e de seus métodos, atitude que não se restringia aos dicionários. Manoel Ferreira Lagos, por exemplo, evidenciou seu surgimento em um de seus Relatórios do IHGB, enquanto 1º Secretário Perpétuo. Ao mencionar a necessidade dos estudos das línguas indígenas para os objetivos do Instituto, afirmou que “Depois do conhecimento das formas exteriores, nenhum ha mais apreciavel para distinguir as raças do que o da linguistica, sciencia *cujo nome é tão moderno como ella mesma*”⁷⁹.

Importa notar o aparecimento da *Linguistica* como uma ciência voltada para o estudo da linguagem a partir das diversas línguas e de seus elementos com transformações regidas por leis, sem explicitar como seu objeto a análise de antiguidades e de seu passado. Pois, a princípio, as concepções de *philologia* e *linguistica* pareciam similares, ambas tendo as línguas e as linguagens como matérias, mas se distinguiam quanto ao método. Em 1850, August Schleicher (1821-1868) evidenciou essa distinção. Schleicher considerava que quando uma ciência duradoura possuía sucessos ela poderia, em algum momento, produzir formas de abordagens divergentes, mas com distintas aplicabilidades úteis. Declarou que no seu tempo isso ocorreu com a ciência que se preocupava com a linguagem, que se separou nas categorias de filologia e linguística como dois ramos diversos⁸⁰.

A *philologie* caracterizou-se como a vertente preocupada em estudar a língua através da literatura com finalidades históricas, visando compreender a vida intelectual e moral de uma nação⁸¹. Assim, enfatizou que ela pertenceria à ciência da história, partindo das vontades individuais e das ações subjetivas humanas. Segundo ele, seria possível identificar uma *philologie* da Antiguidade clássica, uma literatura chinesa, uma indiana, uma germânica, e muitas outras, cada uma manifestando uma nacionalidade histórica, pois foram desenvolvidas por povos que apresentaram uma atividade intelectual que admitia sua análise pela crítica textual. Contudo, não seria possível uma *philologie* dos idiomas americanos, pois seriam povos sem literatura, ou seja, entendidos como sem história.

Em contrapartida, a *linguistique* é dita como pertencente às ciências naturais e a ela cumpre o estudo das línguas como uma parte da fisiologia humana, com métodos totalmente distintos àqueles das ciências históricas. O procedimento de análise de seu objeto se faz pela

⁷⁹ LAGOS, M. F. *Relatorio dos trabalhos do Instituto Historico e Geographico* (1848), 1891, p. 127, grifo nosso.

⁸⁰ SCHLEICHER, August. *Les langues de l'Europe Moderne*. Traduzido do alemão para o francês por Hermann Ewerbeek. Paris: Ladrangé; Garnier frères, 1852.

⁸¹ "Il y a une philologie de l'antiquité dite classique ; il y a une littérature chinoise, indienne, germanique, romane, slave, etc. Dans chacun de ces cercles, nous voyons la manifestation d'une nationalité historique, d'une famille de peuples qui ont brillé par beaucoup d'activité intellectuelle." *Ibidem*, p. 2.

investigação e compreensão das leis naturais e inalteráveis sob quais as línguas se submetem, que independem da vontade e subjetividade humana. Assim, enquanto as línguas indígenas seriam inviáveis como objeto da *philologie*, sua ausência de literatura e história não impediriam que esses idiomas fossem objetos significativos para a linguística. Comparando o filólogo e o linguista, diz que o primeiro precisa apenas conhecer e se aprofundar em uma ou duas línguas para realizar seus estudos, enquanto o segundo, equiparando-o aos zoólogos, botânicos e mineralogistas, necessita conhecer bem todo um universo de línguas para saber estabelecer suas leis e as relações entre elas⁸². Os linguistas estabeleceram as classes das línguas superiores e as inferiores pelo método comparativo, estratégia essencial e própria à linguística. Também enfatizou que, tal qual todas as outras ciências naturais, a forma correta, racional e lógica de comparar as línguas sobreveio somente no século XIX⁸³.

Dessa maneira, é perceptível que o contexto oferecia uma ferramenta distinta que se ocupava das linguagens. Entendia-se que as antiguidades ficavam a encargo da filologia, uma arte antiga e voltada para a manifestação da língua em textos escritos. Enquanto isso, a linguística buscava suas bases na formulação de leis com objetividade científica, não confinada ao que já foi publicado e proporcionando meios para se analisar até mesmo as línguas faladas.

No IHGB, ambas desempenharam considerável papel, pois, buscando a modernidade nas ferramentas para construção da narrativa histórica, a linguística foi entendida como um utensílio que propiciaria meios para se estudar as línguas das populações que sobreviveram à colonização. Apresentava-se como um método paliativo para contornar a perda da variedade linguística do território causada pela negligência e o desmantelamento das populações primevas pelos colonos, desde a chegada dos europeus. Por tal modo de interrogação, acreditava-se que resquícios de um mundo primitivo pudessem ser recuperados, em particular por eventuais contatos com nações indígenas desconhecidas.

A crítica-filológica será, no entanto, o meio principal para se tentar alcançar o “índio histórico”, pois, estando este índio presente somente na antiguidade americana e sendo alvo principal na elaboração de uma narrativa romântica e nacional, os eruditos voltavam-se para um

⁸² De forma alegórica, Schleicher também comparou o filólogo a um fazendeiro que trabalha com dois cavalos em um campo fértil, no qual ele precisa conhecer seus animais e entender como tratá-los adequadamente, necessitando buscar apenas conhecimentos práticos. Enquanto o linguista, foi equiparado a um zoólogo, que precisa menos desses conhecimentos práticos e mais de conhecimentos teóricos aprofundados, necessitando conhecer a espécie “*equus caballus*” e também estudar todas as outras espécies. SCHLEICHER, A. *Les langues de l'Europe Moderne*, 1852, p. 5.

⁸³ Anna Morpurgo Davies ressalta que muitas obras escritas entre 1860 e 1960 atribuíram ao início do século XIX como o momento em que as ciências linguísticas entraram no caminho da racionalidade. DAVIES, Anna Morpurgo. *History of Linguistics*. Volume 4: Nineteenth-Century Linguistics. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2014.

passado que ainda carecia de fontes. Faltando evidências escritas, enquanto os sócios estavam ávidos para encontrar achados arqueológicos pelo país, a crítica-filológica se concentrou em debates que descreviam hipóteses e especulavam sobre o contexto pré-cabralino e pré-colombiano, produções que, ao serem publicadas, tornavam-se fontes de inspiração ou crítica de outros membros. De certo modo, na falta de indícios concretos sob a autoridade do texto escrito os eruditos criavam seu próprio material de discussão a partir de publicações sobre o tema.

1.4 Lexicografia como vestígio

Alterações nas descrições presentes em dicionários podem indicar ajustes ou correções léxicas, necessárias com o passar do tempo – e há entradas cuja descrições têm uma longa estabilidade e se repetem não apenas entre diferentes edições de um mesmo título, mas até mesmo em obras diferentes. Contudo, modificações significativas não devem ser entendidas como simples revisões ou correções. Elas podem decorrer de diferentes motivos e revelar indícios pertinentes de novas atitudes e compreensões, como a transformação do discurso ou do universo conceitual ao qual o vocábulo se relaciona.

Além do mais, mudanças sociais e linguísticas têm correspondências, mas não se reduzem uma à outra e nem seguem um ritmo equivalente⁸⁴. As reformas expressivas em léxicos espelham novos e antigos contornos em que os termos são operados em seus respectivos campos, transições certamente utilizadas e discutidas em outros espaços antes de alcançarem os dicionários. Recuperando sentidos anteriores e registrando as novas formas de usos para conceitos de uma língua, obras lexicográficas possibilitam demonstrar a “repetibilidade da semântica e, ao mesmo tempo, o seu poder de inovação”⁸⁵.

A partir do final do século XVIII, e mais intensamente no século XIX, os lexicógrafos passaram a designar as noções de antropologia, arqueologia e linguística com um maior caráter científico. No idioma português, essas alterações foram mais constantes e significativas em meados do Oitocentos e, de modo geral, sem delonga em relação ao francês e ao inglês.

⁸⁴ “[...] não se pode interpretar a relação entre mudança linguística e mudança social em termos da simples antítese ou do paralelo. Cada mudança linguística já é, *per definitionem*, social. Mas nem toda mudança social é, *eo ipso*, linguística. [...] O que acontece na sociedade e em sua história é sempre algo diferente daquilo que, no plano da linguagem, se assimila e se diz sobre esse acontecer. [...]: mudança linguística e mudança social correspondem uma à outra, sem que uma se resolva na outra, sem que uma possa ser causalmente reduzida à outra. Antes, uma sempre remete à outra, sem que isso baste para que uma possa constituir o fundamento da outra ou, até mesmo, substituir a outra. Acima de tudo, os prazos temporais nos quais algo muda em termos linguísticos ou sociais são de natureza distintas.” KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 315-317.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 105.

Ainda assim, as comparações terminológicas apresentadas aqui são sumárias para demonstrar de forma aprofundada a emergência dessas concepções no Brasil. A variação de léxicos apresentada não dá conta da história de campos disciplinares e não consegue, por si só, apresentar continuidades e descontinuidades. Uma investigação mais vigorosa quanto a esses avanços na língua portuguesa, especialmente na intelectualidade brasileira, necessitaria, ao menos, considerar uma abordagem mais ampla e um escopo maior para compreender a rede de relações e o solo intelectual em que esses termos foram empregados. Isso demandaria procedimentos que vão além da comparação semasiológica de termos em dicionários e que buscam perceber ideias relevantes para as práticas sociais e intelectuais, neste caso científicas, remetendo tanto à história da língua, que se desdobra em um quadro amplo, como aos seus usos práticos em uma determinada conjuntura.

No entanto, a exposição apresentada das transformações ocorridas desde a publicação do *Vocabulario* de Bluteau até as edições que verificamos do *Diccionario* de Antonio de Moraes são suficientes para demonstrar vestígios de uma descontinuidade no modo de pensar desses campos. Observa-se uma complexidade crescente e maior relação com o discurso científico circulando esses vocábulos. Esses sinais apresentam como esses termos foram sintetizados nesses léxicos a partir das principais referências disponíveis em dado momento, e que foram articulados na constituição de uma suposta “humanidade” das origens do Brasil e durante seus primeiros anos de produção intelectual do IHGB.

1.5 A crítica textual e a raridade de evidências empíricas

No geral, esses conhecimentos trajados em discursos científicos serviam como valiosos recursos retóricos, importados e adaptados pelos estudiosos brasileiros mediante o intercâmbio intelectual com outros países – somados às posturas patrióticas e cortesãs adotadas pelos letrados, essas já muito analisadas em nossa historiografia. Esse intercâmbio pode ser pensado de maneira abrangente, considerando: a formação de brasileiros em universidades europeias, sobretudo em Coimbra, ou viagens empreendidas por eles em outros países; a realização de viagens no território brasileiro por comitivas externas; a presença de profissionais na Corte que vieram do exterior, como os cientistas e artistas que acompanharam o séquito da imperatriz Leopoldina ao Brasil em 1817; a correspondência e o estabelecimento de relações e parcerias com cientistas, universidades e instituições científicas com outros países da América e da Europa, prática acentuada após a fundação do IHGB em 1838; assim como a aquisição,

tradução, venda e circulação de obras externas; entre outras atividades que podem estimular trocas e a movimentação de ideias entre o Brasil e outros países.

Esses saberes “protocientíficos”, eram adaptados às próprias propostas e preocupações dos eruditos envolvidos nos esforços de construção de uma narrativa nacional – processo que compreendeu a nacionalização do indígena na literatura e na produção histórica brasileira, assim como na busca por evidências que concernem à crônica do homem pré-cabralino. A conexão com o passado assentava-se na expectativa de edificar uma gloriosa nação a partir da apresentação de uma tradição nobilitante e civilizacional por via da ciência e da literatura. Propósito aspirado por inúmeros países naquele contexto, cada qual com suas particularidades, mas compartilhando anseios semelhantes.

Contudo, apesar do alto interesse arqueológico para definir historicamente esse homem primitivo, seu passado era de difícil acesso pela raridade das evidências empíricas e pela subjetividade que tomavam as discussões. Nenhuma dessas disciplinas possuíam, por si só, meios que conferissem autonomia para estabelecer esse habitante antigo de forma concreta e a busca pelos vestígios, geralmente de ordem arqueológica, estavam em tensão com a crítica-filológica, que apresentava maiores possibilidades de ação para os pesquisadores. A descrição do período pré-cabralino precisava, assim, ser fundamentada por monumentos ausentes, que apenas fervilhavam no horizonte de expectativa dos intelectuais brasileiros. Ansiosos, e certos de sua existência, essa ambição era alimentada pelos achados de outros locais da América, inclusive em sua própria vizinhança, como no Peru. Mas a ausência desses achados monumentais no Brasil, inclinava esses intelectuais a análises profusamente especulativas, baseadas em testemunhos diversos e resultados de investigações arqueológicas em outras áreas de interesse ou em outras nações.

Essa ausência material da pré-história brasileira também ajudou a elevar a preocupação com a manutenção das línguas indígenas existentes. Acreditando-se que esse seria um dos caminhos para se alcançar a antiguidade do índio tupi, modelo da nacionalidade, e que permitiria sua apreciação crítica diante da crença de seu provável desaparecimento.

Simultaneamente, as discussões relacionadas a esse “homem” envolviam relatos de origem que perpassavam por variadas propostas de quem eram os indígenas da América no momento da chegada dos europeus. Sem evidências concretas, majoritariamente recorreram à crítica-filológica e buscaram a pré-história brasileira tanto em relatos escritos desde o século XV como em textos da Antiguidade clássica que pudessem oferecer suporte para a elaboração de hipóteses. Essa postura, apesar de tensa, tinha bases científicas, e gerava uma série de especulações amalgamando descobertas científicas, relatos bíblicos, mitos da antiguidade

européia, testemunhos de viajantes e mesmo a imaginação, como meios para harmonizar ou neutralizar as contradições existentes e suprir as faltas de evidências para preencher ausências durante o processo de elaboração de narrativas.

Na RIHGB, essas discussões apresentaram-se em duas formas principais. Primeiro, é possível identificar debates que postulavam teorias sobre como se deu a chegada dos indígenas no Novo Mundo, como viveram e se desenvolveram até a chegada dos europeus. Por outro lado, os letrados também se preocupavam quanto aos possíveis contatos realizados entre a América e o Velho Mundo antes do século XV, e quais foram os impactos provenientes desses supostos encontros.

Por fim, cabe reforçar que o trabalho propriamente historiográfico desenvolvido pelos sócios do IHGB foi especialmente crítico-filológico, que igualmente geravam análises substancialmente especulativas. A escassez limitou, mas não impediu as indagações e a vontade de explorar esse período que se almejava inserir na história do Brasil.

2. DISCURSOS SOBRE A ANTIGUIDADE BRASILEIRA NA RIHGB

2.1 Hipóteses sobre o indígena histórico e o indígena contemporâneo

Entre os vários tópicos assinalados para orientar os trabalhos desenvolvidos pelos sócios do IHGB, constantemente se questionaram sobre o passado dos indígenas antes da chegada dos europeus à América. Interessavam-se pela possibilidade de ter existido, particularmente no Brasil, uma antiga civilização cultural e tecnologicamente avançada. As muitas incertezas a respeito desse passado bastante longínquo motivaram indagações e tentativas de explicar quem foram os povoadores originais do continente americano e quando os primeiros europeus teriam efetivamente tomado conhecimento do continente. O objetivo deste capítulo é apresentar essas teorias e indagações preocupadas com um Brasil pré-cabralino no interior do IHGB.

Esses eruditos impulsionavam questionamentos sobre os mistérios de uma pré-história do país. Os primeiros a conhecê-lo teriam sido os castelhanos e portugueses no século XV? Haveria evidências de contatos anteriores, como sugeriam algumas teorias? Estaria correta a suposição de que existiu alguma remota civilização avançada no território brasileiro?⁸⁶. Por meio dessas interrogações, instalaram o habitante primevo em programas de pesquisa que visavam estabelecer uma narrativa pré-cabralina como princípio de uma história nacional, que não fosse necessariamente acionada a partir de uma gênese portuguesa.

Havia grandes expectativas em descortinar este enigmático momento da história do país nas primeiras décadas que seguiram a fundação do IHGB. Para isso, os intelectuais do Instituto lançaram mão, especialmente, de investigações arqueológicas, etnográficas e linguísticas, áreas que ainda amadureceriam e poderiam permitir resultados promissores, validados para revelar um “glorioso” passado do seu território. Assim, esse programa valeu-se de proposições disciplinares “protocientíficas”, operando-as como dispositivos discursivos civilizacionais, que se coadunaram na tentativa de representação do habitante primitivo brasileiro. Entre os estudos e embates a respeito dos antigos americanos, esse “homem pré-cabralino” foi objeto das publicações da Revista Trimensal do IHGB e sua representação foi enunciada nas investigações que tensionavam as “decadentes” sociedades indígenas contemporâneas com sociedades americanas históricas e seus possíveis e longínquos contatos com civilizações europeias.

⁸⁶ LEOPOLDO, Visconde de São. Programa Histórico. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 61-76, 1908.

Porém, como dito, pela falta de vestígios no Brasil, isso se tornava uma frustração constante entre os sócios. É o que se identifica em um dos relatórios anuais do Instituto elaborado por Cunha Barboza que, no início do seu discurso, fez a seguinte reflexão:

Senhor! Nos seculos futuros (disse um dos moderno escriptores das cousas do Brasil) se estudarã, talvez com mais interesse do que no presente, a historia dos Americanos ; posto que *nada mais exista da antiga America do que o Céu, a terra, e a dolorosa memoria de suas espantosas desgraças*⁸⁷, como também acrescenta, todavia reconhecemos que não são mui longe os tempos em que o espirito investigador, que já fulgura em nossos dias, passe da presente época a rastrear memoráveis acontecimentos d'esta parte do mundo, tão interessante á philosophia.⁸⁸

No relatório, o Secretário perpétuo expressou que a descoberta de vários fatos antigos enriqueceria o conhecimento sobre o passado distante. Contudo, apesar de declarar avanços no assunto, manifestou que as antiguidades do país se recusavam aparecer. Essa privação de monumentos empíricos gerava certo desencantamento, pois obstruía a possibilidade de realizar acertados juízos sobre a história primitiva do país. Com tal pessimismo, no trecho destacado acima, Cunha Barboza deslocou para os historiadores do futuro a responsabilidade de descortinar os grandes acontecimentos da América. Essa tarefa somente seria possível após maiores avanços científicos que assegurassem descobertas monumentais no Brasil, pois, embora esses achados fossem projetados na expectativa desses letrados, os esforços para encontrá-los estavam sendo infrutíferos.

Nas primeiras décadas de pesquisa, a angústia em relação à carência dos vestígios almejados se intensificava pelo horizonte degenerativo das culturas nativas, porvir ostensivo na maioria dos trabalhos que abordavam o indígena contemporâneo no decurso do século XIX. No Brasil, a preocupação com o conhecimento do passado indígena recrudescia pela inquietação acerca de seu futuro incerto, principalmente após a publicação das teses de Von Martius em sua famosa monografia intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*⁸⁹. Nesse trabalho, a que retornaremos, o autor defendia que houve no Brasil uma população que viveu em avançado estado civilizacional, muito além daquele que foi encontrado pelos portugueses. Contudo, por

⁸⁷ Manoel Ferreira Lagos repetiu esse trecho em destaque em seu discurso da 6ª sessão aniversária do IHGB, em 1844, creditando essa reflexão a “Paw” [Cornelius de Pauw]. LAGOS, Manoel Ferreira. Relatório dos Trabalhos do Instituto no sexto anno acadêmico, pelo 2.º Secretario Perpetuo, o Sr. Manoel Ferreira Lagos. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), suplemento ao tomo 6, p. 4-35, 1973, p. 8.

⁸⁸ BARBOZA, Januário da Cunha. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social, pelo 1.º Secretario Perpetuo o Sr. Conego Januario da Cunha Barboza. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 4, Suplemento ao tomo 4, p. 4-27, 1842, p. 4, grifos nossos.

⁸⁹ VON MARTIUS, Carl Friedrich. Como se deve escrever a Historia do Brazil. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), 3. ed., p. 381-403, 1973.

diversas razões, essa nobre civilização teria se degenerado, uma decadência que julgava ainda estar em progresso em seu tempo⁹⁰.

Como constatou John Monteiro, a perspectiva de desaparecimento dos povos indígenas foi tão potente na historiografia brasileira que, “pelo menos até a década de 1980, a história dos índios no Brasil resumia-se basicamente à crônica de sua extinção”⁹¹. Entre os intelectuais do IHGB essa previsão pessimista e inevitável estimulou estudos que visavam inserir as sociedades indígenas em um quadro histórico capaz de compreender seus processos de formação e auxiliar na disposição das nações primevas dentro da história nacional e imperial em construção. Essa tendência foi recorrente na maioria dos grandes trabalhos publicados na revista. Muitas das discussões principiavam-se a partir das etnias indígenas conhecidas no século XIX e, para compreender o passado desses grupos, investiam em descrições culturais presentes em relatos, em vestígios de ocupação, em análises de vocabulários e em indícios arqueológicos no Brasil e em outras regiões da América, que pudessem conferir algum esclarecimento sobre as distinções entre o estado pretérito e moderno dos indígenas. Mas se deparavam com a ausência de fontes realmente antigas para a execução desse projeto, no qual constantemente culpabilizavam os colonizadores por negligenciarem a história dos habitantes originários.

De qualquer modo, esses elementos eram organizados em hipóteses que diziam respeito à origem dos ameríndios ou a supostos contatos realizados por eles com povos de outras partes do mundo. Pressupostos concebidos por análises fixadas na ótica civilizacional, amplamente debatida no cenário intelectual da época. Mediante os textos publicados na RIHGB é possível observar esses dois conjuntos argumentativos constituintes de um “passado indígena” pela intelectualidade da Corte. No primeiro agrupamento, destacam-se as discussões voltadas para a questão da ocupação do continente americano e, em particular, do território brasileiro em um tempo pré-cabralino. A grande dúvida sobre a origem dos ameríndios instigou várias especulações que se manifestaram transversalmente nas publicações da revista. O segundo conjunto preocupava-se com a identificação de vestígios civilizacionais do Velho Mundo no continente americano, porém em épocas mais longínquas, anteriores à chegada de Colombo. Em diversos momentos na Revista Trimensal, os intelectuais do IHGB se questionaram sobre as tradições conservadas pelos indígenas que hipoteticamente comprovariam a visita de outras sociedades ao Brasil séculos antes dos ibéricos. A argumentação deste grupo se apresentava

⁹⁰ RIHGB. 44ª Sessão em 1 de agosto de 1840. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 2 (1840), 3. ed., p. 413-416, 1916.

⁹¹ MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. Tese (Livre Docência) – Departamento de Antropologia, IFCH – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001, p. 4.

mais como um desígnio, no qual narrativas verossímeis de contatos eram engendradas a partir de interpretações muitas vezes criativas – como identificar escritas fenícias ou nórdicas “autênticas” nas fissuras encontradas na Pedra da Gávea, na capital do Império, e que mulheres guerreiras entre os indígenas indicariam a presença de Amazonas do Velho Mundo no Norte do Brasil. Em alguns casos, certas evidências foram facilmente aceitas como vestígios de um encontro com o Velho Mundo, e mesmos alguns posicionamentos mais céticos evitavam objetar certas possibilidades, demonstrando expectativas mesmo que comedidas.

Essa repartição em grupos é uma identificação artificialmente estabelecida para fins de organização desses debates neste trabalho. Pois, apesar de haver diferentes abordagens entre os autores, os argumentos no que diz respeito ao Brasil pré-cabralino não se manifestaram em publicações que explicitassem esse arranjo. Em um mesmo autor ou em um mesmo texto – atas, notícias, memórias, discursos, relatórios, entre outros –, encontram-se perquisição das teorias de origem e das teorias de contato sem uma clara separação, a intensidade desses assuntos dependia do foco da publicação.

Além do mais, em muitos trabalhos essas hipóteses foram abordadas de forma subsidiária para temas diversos, que não necessariamente anunciavam o interesse pelas antiguidades em seus títulos⁹². À exemplo, em 1854 foi publicada a *Memoria Historica e Documentada das Aldêas de Indios da Provincia do Rio de Janeiro*, escrita pelo sócio Joaquim Norberto de Souza Silva⁹³. Neste texto, com objetivo de realizar um levantamento histórico sobre os indígenas presentes no Rio de Janeiro, Souza Silva apresentou suas reflexões a respeito das teorias de origem dos habitantes da América, recorrendo às pesquisas que realizavam análises linguísticas, etnográficas e de morfologia comparada entre as raças⁹⁴ caucasiana, mongólica, americana, malaia e negra, assim como em relação às possibilidades de contato

⁹² No geral, as atas das reuniões e os relatórios anuais publicados na RIHGB são as tipologias dentro da RIHGB que mais abordaram esses temas, pois nas sessões eram distribuídos tópicos para serem desenvolvidos pelos membros, discutiam-se pareceres variados, obras recebidas, liam-se cartas e trabalhos realizados pelos membros, e nos relatórios anuais faziam-se um balanço de todos os temas avançados pelo Instituto em um determinado ano ou período, constantemente relembando discutidas em anos anteriores.

⁹³ SILVA, J. N. S. *Memoria historica e documentada das aldêas de indios da provincia do Rio de Janeiro*, 1973.

⁹⁴ Pesquisas baseadas no DNA e da variabilidade genômica concluíram que não existe variação genética suficiente entre sujeitos, do ponto de vista biológico, para afirmar a existência de diferentes raças humanas, mesmo que exista alta variabilidade fenotípica entre povos de diferentes regiões. Entretanto, esse termo ainda é comumente utilizado. Nas ciências humanas e sociais, ao menos, é empregado como uma categoria analítica que considera a existência de raças sociais constituídas historicamente, construções que afetam a organização e relação entre sujeitos de diferentes origens, especialmente considerando os efeitos de ações etnocêntricas de uma sociedade sobre outra sustentadas pelo paradigma científico anterior que estabelecia e categorizava distinções biológicas. Todavia, a noção das diversas raças humanas era um *topos* consolidado até a segunda metade do século XX e era uma categoria estruturante dos procedimentos de argumentação sobre o homem no século XIX, demasiadamente utilizada pelos personagens que aparecem nessa pesquisa. Neste trabalho, a noção de raça é empregada no sentido biológico tal como é utilizado pelas fontes, a fim de se manter uma equivalência adequada nas descrições e argumentações que, neste ponto, privilegiou as normas do período estudado e não os dos pesquisadores.

entre indígenas e civilizações do Velho Mundo. Sobre o contato, ele se ocupou com um pouco mais alento em outra dissertação, em que reflete se a descoberta de Cabral teria sido um acidente ou se ele teria indícios para isso.

2.2 Os habitantes primitivos na periodização da história nacional

Uma das primeiras metas empreendidas pelos sócios do Instituto em seu projeto historiográfico foi a proposição das épocas históricas do Brasil. Logo na primeira reunião dos membros, realizada em 1º de dezembro de 1838, o Secretário Perpétuo do IHGB, cônego Januário da Cunha Barboza, propôs que no próximo encontro, a ser realizado no dia quinze daquele mês, fosse determinado “as verdadeiras épocas da historia do Brazil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quaes devem ser suas divisões”⁹⁵. A proposta do Secretário não dizia respeito à formulação de uma simples cronologia, pois expressava uma preocupação mais complexa que estipulava uma condição prévia para a realização do projeto da escrita da história nacional⁹⁶.

Previamente, em seu discurso de inauguração do Instituto, um dos primeiros textos publicados na Revista Trimensal, Cunha Barboza já havia encetado uma consideração sobre esse tema. Para ele, a independência já era considerada como um marco histórico importante para o país, devendo este evento delimitar a divisão entre sua história antiga e moderna⁹⁷. Sua proposta seria considerar que a história moderna brasileira teria sua origem na emancipação dos colonizadores, principiando o nascimento da jovem nação e da autonomia do povo brasileiro. Com essa sugestão, acreditava que uma das funções do Instituto seria subdividir essas categorias em outros ramos e épocas⁹⁸.

Em resposta à discussão proposta pelo cônego, o marechal Raymundo José da Cunha Mattos elaborou a *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Imperio do Brasil*, escrita em 1838⁹⁹. Sua principal avaliação era de que ainda seria possível

⁹⁵ RIHGB. 1ª Sessão em 1 de dezembro de 1838. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 45, 1908a, p. 45. Segundo José Honório Rodrigues, Cunha Barboza foi, no Brasil, quem inaugurou a discussão sobre periodização do país. RODRIGUES, José Honório. *Teoria e História do Brasil*. Vol. 1., 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

⁹⁶ CÉZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

⁹⁷ BARBOZA, Januário da Cunha. Discurso. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 9-17, 1908a.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ MATTOS, R. J. C. *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna...*, 1863. Sua dissertação foi publicada somente em 1868, no Tomo 26 da Revista Trimensal. Porém, discutiu suas ideias nas primeiras Sessões realizadas pelo Instituto no mês de dezembro e janeiro, pouco tempo antes de falecer em fevereiro de 1839. Segundo José Honório Rodrigues, o trabalho foi ligeiramente alterado antes de sua futura publicação. RODRIGUES, J. H. *Op. Cit.*, 1957.

escrever um trabalho digno sobre a história geral do Brasil, seja para atender as pretensões do Império ou para atender os anseios do IHGB. Presumindo não haver elementos consistentes para essa iniciativa, declarou que se ele fosse incumbido de tal tarefa, seja por votação ou indicação, mesmo como colaborador, renunciaria à responsabilidade para não ter de desempenhar um papel tão desagradável e sem frutos para o Instituto.

De antemão, argumentou que a natureza de um dos principais problemas daquele momento era a bibliografia disponível sobre o Brasil, majoritariamente composta por textos de autores estrangeiros. Julgava que essas obras eram preparadas sem critérios, apresentando dados inexatos e até mesmo mentirosos¹⁰⁰, e, antes de qualquer coisa, objetivavam insultar e rebaixar os brasileiros¹⁰¹. No relatório do Primeiro Secretário, durante o quinto aniversário do Instituto, o cônego Januário retomava algumas dessas questões, ecoando determinadas considerações de Cunha Mattos entre as suas palavras:

Esta verdade palpada em todos os tempos, e nos estados conscios de seus verdadeiros interesses, reclamava os cuidados de benemeritos brasileiros, mormente depois que, *proclamada a sua independencia, se constituiram em corpo de nação, principiando uma época nova*, e bem differente da que marcára no mundo o descobrimento d'este vasto paiz. Um futuro glorioso se lhes antolhava; e desprendidas as azas do genio, *cortadas as prisões coloniaes que acanhavam seus vôos patrioticos*, elles conheceram as innumeraveis preciosas proporções, com que o céo dotára o seu solo, e que pareciam bradar pela coadjuvação das sciencias, letras e artes, para se aproximarem de mais em mais da *gloria nacional*, que então lhes era permittido ambicionar¹⁰².

A Independência foi percebida como a transposição de uma fronteira que abriu novos horizontes para o Brasil, os grilhões da colonização deveriam ser abandonados e à nação se colocava a missão de perseguir um célebre futuro. Nota-se uma certa aversão ao passado colonial quando Januário identificou o domínio da metrópole portuguesa como uma obstrução às possíveis glórias que os brasileiros poderiam alcançar. Por trezentos anos o monopólio de

¹⁰⁰ “Eu não devo fazer censuras em desabono de varios naturalistas estrangeiros apontando-os pelos seus nomes ; mas posso asseverar com muito conhecimento de causa, que alguns d’elles improvisaram, e até se inculcaram conhecedores de tribus, que nunca viram, e de idiomas e dialetos, que nunca examinaram.”. MATTOS, R. J. C. *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna...*, 1863, p. 136.

¹⁰¹ Mesmo que, de acordo com Raymundo, muitos desses escritores tenham usurpado relatos de autores brasileiros ou portugueses, que não puderam publicar seus textos por causa da censura da coroa. Em relação a ausência de bons escritos de autores brasileiros e portugueses, defendeu-os argumentando que jamais poderiam ter publicado suas relações de viagens e considerações sob o julgo da censura da arte e da ciência impetrado pela Coroa. Essa política sufocava a disseminação do conhecimento em seu território, especialmente durante o governo de Castella sobre Portugal pela dinastia filipina. Ressaltou que somente a partir de 1823 que o povo brasileiro experimentou a liberdade para publicar seus escritos.

¹⁰² LEOPOLDO, Visconde de São. Discurso: quinta sessão publica anniversaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro no dia 10 de dezembro de 1843. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 5 (1843), 3. ed., suplemento ao tomo 5, p. 1-3, 1886, p. 5, grifo nosso.

Portugal sobre a edição de livros teria inviabilizado a empreitada de uma escrita de uma história geral genuinamente brasileira. No entanto, após se libertar da prisão colonial, alçando a condição de nação, entendia-se que a pátria poderia perseguir seu esplendor com a ajuda das ciências, das letras e das artes.

Para Cunha Mattos, o Instituto, em primeiro lugar, deveria eleger sócios encarregados da função de examinar obras que foram publicadas sobre o Brasil durante o período colonial, seja elas nacionais ou estrangeiras, a fim de realizar um balanço crítico e de censura dessas produções. A seguir, acreditava ser necessário desenvolver a história geral das províncias, face à falta de fontes e abundância de relatos estrangeiros avaliados como imprecisos. Somente a partir dessa organização supunha ser possível propor uma divisão cronológica para a história geral do país. Mas, mesmo afirmando que havia elementos essenciais a serem levantados antes de se empenharem na tarefa principal, ele aquiesceu que a proposta do Secretário Cunha Barboza era um procedimento comum tanto aos escritos modernos como para os antigos, e resolveu contribuir com o programa sobre a divisão da história do Brasil em distintas épocas.

Naquele contexto de nascimento do IHGB, estimou que seria possível decompor a história nacional em três períodos. O primeiro momento diria respeito aos “aborígenes ou autochthones¹⁰³”; o segundo, compreenderia as “éras do descobrimento pelos portugueses, e da administração colonial”¹⁰⁴; e, por fim, a última parte se concentraria em todos os acontecimentos nacionais, da Independência até aquele momento. Por causa de suas dificuldades, chamava atenção especial para o período pré-colonização portuguesa.

Sobre a história antiga brasileira, Cunha Mattos ressaltou as dificuldades de se investigar o assunto, fazendo coro às observações de outros membros do Instituto em seus primeiros anos de atuação. Para ele, esse trabalho somente poderia ser realizado “quase às apalpadelas, por falta de monumentos bíblicos ou lapidares que sirvam ao menos para dar uma certa côr de probabilidade às nossas conjecturas”¹⁰⁵. Os dois problemas mais comumente citados pelos eruditos seriam a incapacidade que atribuíam aos indígenas em registrar e passar suas histórias para posteridade e a violência e a negligência dos colonizadores, constantemente acusados de descenderem ao nível da barbárie e se preocuparem apenas em conquistar, destruir e lucrar, mas nunca em preservar os costumes dos povos que encontraram¹⁰⁶. Ainda assim, recorrendo a um

¹⁰³ MATTOS, R. J. C. *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna...*, 1863, p. 129.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 129.

¹⁰⁵ *Ibidem*, *loc. cit.*

¹⁰⁶ “[...] aos conquistadores nenhum outro objecto punha, que não fôsse o saciar sua avidez de riquezas, destruindo com a mão pesada qualquer meio ou objecção que se lhes antepuzesse para atingir a esse almejado *desiderutum* : e aos que exerceram a catechese entre ellas, e que todo o seu anhelos fitava-se exclusivamente no estabelecimento

outro texto de sua autoria, intitulado *Epochas Chronologicas do Imperio do Brasil*, Cunha Mattos estipulou uma outra subdivisão específica para os anos pré-cabralinos. De acordo com ele,

[...] a historia da população do novo mundo, anterior ao seu descobrimento pelos povos do norte da Europa, e conquista dos portuguezes e castelhanos, pôde classificar-se em *três epochas diferentes e distinctas*: A *primeira* é a da primitiva ocupação do paiz pelos indivíduos a que podemos denominar autochthones, filhos da natureza ou da sociedade selvagem. A *segunda* é a da civilização primitiva introduzida por homens industriosos que o acaso, as adversidades ou as conveniencias da vida, obrigaram a abandonar os paizes dos seus nascimentos, e a estabelecerem-se em lugares por elles descobertos. A *terceira* é a da entrada dos taltecos, dos chichimecos, dos nahuatltecos, dos acolhues e dos astecos, os quaes destruíram em parte, e aliaram-se emfim com esses povos agora desconhecidos, e de origem apenas suspeitada, que levantaram os admiraveis edificios ruinas magestosas hoje se estudam, e se assemelham as do antigo Egypto, e as de diferentes povos do Indostão e da Asia Occidental.¹⁰⁷

O primeiro instante dessa subdivisão apontou para a história da ocupação primitiva do território pelos autóctones, considerados como “filhos da natureza ou da sociedade selvagem”. O segundo momento, provavelmente, referia-se à certeza de que antigas civilizações do Velho Mundo conheciam essas terras ocidentais e que teriam ocupado partes dela. Por fim, a terceira parte da divisão indicou a influência de povos mexicanos, com origens incertas e que possuíam arquitetura semelhante à dos antigos egípcios, indianos e do Sudoeste Asiático ou Oriente Médio.

Na 6ª Sessão, realizada em 2 de março de 1839, a mesma que noticiou a morte do marechal Cunha Mattos, foi aprovado um parecer sobre a divisão cronológica da história do Brasil¹⁰⁸. Para José Honório Rodrigues, a Comissão responsável pelo parecer se deixou influenciar pela dissertação apresentada por Cunha Mattos, ratificando sua divisão em três

do Christianismo, o zelo e ardor ascetico com que se davam a fazer prevalecer a sua propaganda sob a ruina da Idolatria dos Indigenas, não consentiam a possibilidade de um exame, ou previo conhecimento sobre as crenças religiosas, que acaso podiam existir entre esses filhos da natureza selvagem. Nem todos os que se deram á importante missão de propagar o Christianismo no Brazil foram os Anchieta, Nobregas e Vieiras, que com verdadeiro zelo evangelico, nunca desmentido em todos os tempos de seus trabalhos apostolicos, muniram-se de um espirito intelligente e investigador, afim de explorarem as convicções ou sympathias que iam combater, para mais bem implantarem nos animos dos Aborigenes a religião catholica, e calcularem o grau de força que seria de mister empregar n’essa tentativa. [...] esse conhecimento ia distrahir os conquistadores do afan que empregavam na aquisição do ouro, que se lhes antolhava em toda a parte [...]. D’OLIVEIRA, José Joaquim Machado. Programa “Se todos os Indigenas do Brazil, conhecidos até hoje, tinham idéa de uma única Divindade, ou se a sua Religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de *fetiches*; se acreditavam na immortalidade da alma e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribos? No caso da afirmativa, em que differencavam eles entre si?”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), 3. ed., p. 134-155, 1973, p. 134.

¹⁰⁷ MATTOS, R. J. C. *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna...*, 1863, p. 139-140, grifos nossos.

¹⁰⁸ *RIHGB*. 6ª Sessão em 2 de março de 1839. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 49-50, 1908c.

períodos. Todavia, as discussões sobre a periodização da história não cessaram após essa decisão¹⁰⁹.

Apesar do destaque às origens indígenas nas propostas de periodização da história nacional, isso não significava reconhecê-los como agentes históricos. John Monteiro analisou a dificuldade da historiografia brasileira, pelo menos até a segunda metade do século XX, em admiti-los como participativos na história, um isolamento registrado desde os primeiros escritos sobre a colônia, mas que começou a ter seus moldes formados em meados do século XIX¹¹⁰. Por serem culturas ágrafas, os historiadores se viam sem ferramentas adequadas para o exame do passado indígena, colocando-os sob o domínio da etnografia, um campo nascente, como meio de engendrar narrativas sobre “as antiguidades” do país. Tal como defendido por Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), a imagem do índio era cristalizada por uma “projeção etnográfica” que os isolava no tempo e espaço.

2.3 Indagações acerca dos povos originários do Brasil

No contexto após as primeiras décadas de fundação do IHGB, compreender o passado dos povos originários significava “lançar luzes sobre um tempo remoto, no qual esta terra estaria fixada de par com as antigas civilizações do mundo”¹¹¹. Essa elite intelectual enfrentava o problema da falta de ruínas civilizacionais no Brasil e testemunhava um constante conflito com as populações indígenas que lhes eram contemporâneas, ao mesmo tempo que esboçava uma mitografia nacional¹¹². Os membros do Instituto se empenharam, assim, em “conciliar as origens americanas com os princípios civilizadores que guiavam os estados-nação do século XIX”¹¹³, de maneira que fosse possível transformar a perspectiva negativa de atraso, veiculada sobre o Brasil oitocentista, sobretudo devido à escravidão africana.

Como poderá ser percebido ao longo deste capítulo, os membros do IHGB também se preocuparam em compreender se os indígenas migraram de outras regiões do mundo para a América ou se o habitante pré-colombiano teria sua origem diretamente a partir do continente americano. Em uma conjuntura intelectual de ampla escala, a teoria monogenista, que concebiam as raças humanas como derivadas de um homem primitivo único; e a teoria poligenista, que afirma que as raças humanas procederam de origens distintas, permeavam as

¹⁰⁹ RODRIGUES, J. H. *Teoria e História do Brasil*, 1957.

¹¹⁰ MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores*, 2001.

¹¹¹ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: EDU SP, 2009, p. 60.

¹¹² MONTEIRO, J. M. *Op. Cit.*

¹¹³ *Ibidem*, p. 26.

hipóteses desse debate no Ocidente. A noção biológica de raça era o fundamento em qualquer uma das duas vertentes, o que impactava muito o caminho seguido na formulação de argumentos.

No geral, o entendimento monogenista e difusionista foi dominante nas páginas da RIHGB. Esse ponto de vista suscitou teorias ambíguas, estimulando hipóteses que garantiam a antiguidade do habitante primitivo americano e, até mesmo, pontos de vistas que poderiam indicá-los como colonizadores predecessores aos europeus.

2.3.1 A antiguidade antediluviana e pós-diluviana da América

Cunha Mattos anunciou que havia pouco tempo que o “grande livro da natureza”¹¹⁴ fora desvelado, referindo-se explicitamente à etnografia e à arqueologia como disciplinas emergentes e, desde então, auxiliares na atestação da antiguidade das terras da província que viria a ser o Brasil. Foi, assim, um dos primeiros membros do Instituto a anunciar essas noções como chaves interpretativas para constituição da história nacional. Ao refletir sobre o passado indígena, afirmou:

Esta parte da historia do Brasil existe enterrada debaixo de montanhas de fabulas, porque cada tribu ao mesmo tempo que apresenta origens as mais extravagantes, não sabem dar razão clara das suas emigrações, e a actual residencia: e para cada uma d'ellas um seculo dos nossos, é a eternidade.¹¹⁵

Chamou atenção para o fato de que a história dos aborígenes era parcamente estudada e pouco se podia dizer acerca de suas origens. Outra indagação, que também aparecerá em outros estudos, foi se as tribos encontradas no Brasil pertenciam a uma mesma raça de povos americanos e, até mesmo, do Velho Mundo ou se seriam raças distintas. Sobre essa questão, mencionou que no norte do Amazonas existiam tribos que utilizavam “quippos na contagem por meio de nós”¹¹⁶ como os antigos chineses e os naturais do México e Peru. Também proferiu que havia relatos de viagens que discorriam sobre a presença de nomes hebraicos entre grupos indígenas, o que propiciava o debate em relação à chegada dos fenícios ao Novo Mundo¹¹⁷.

¹¹⁴ MATTOS, R. J. C. *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna...*, 1863, p. 140.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 129-130.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 130. Quipos eram instrumentos de registro e contagem utilizado por sociedades pré-colombianas. Constituíam-se em cordões que possuíam nós com diferentes cores e texturas que podiam ser utilizados de diferentes formas e, provavelmente, ajudavam no sistema de administração da civilização inca.

¹¹⁷ Vale sublinhar que o *Vocabulario* de Bluteau descreveu o hebraico como uma língua pura e a mais antiga de todas, no qual, após a confusão das línguas originada pela construção da Torre de Babel, dela teria se originado várias outras como a caldeia (babilônica), a samaritana (fenícia), a sírica (aramaica), a arábica e a etiópica. Essa suposta presença de nomes hebraicos serviria tanto para alimentar um suposto contato com o Velho Mundo como

Para Cunha Mattos, todas as incertezas ao redor dessas conjecturas reforçavam seu argumento de que muito ainda deveria ser compreendido antes do recém-fundado Instituto congregar forças na escrita da história geral.

Também discorreu a respeito das teorias de sua época que afirmavam que os mares eram muito mais altos no passado, primordialmente por decorrência do dilúvio, e que seu nível teria diminuído com o tempo e revelado territórios antes submersos. Relatou que, à medida que as águas baixavam, muitos vestígios de povoações estavam sendo encontrados pelo mundo, desvelando regiões ocupadas em épocas pregressas. Diz acreditar que, no passado, houve condições climáticas para causar essa elevação das águas, a ponto de cobrir as montanhas, principalmente por conta de chuvas e de degelos que teriam causado o desaparecimento de grandes porções. Percepção que era sancionada por filósofos que lhe eram contemporâneos, que teriam sustentado que regiões inteiras da África, da Ásia e das Américas estiveram então inundadas. No que diz respeito ao território brasileiro, garantiu que “As terras que ora se acham seccas abaixo das serras do Brasil, desceram provavelmente das montanhas; e a ilha do Marajó no Amazonas, todas as do Rio da Prata foram creadas pelo mesmo modo que se formou o delta do Egypto, e o da fóz do Mississipi”, e ainda fez a seguinte previsão:

Os baixos e bancos do Rio da Prata, hão de um dia ficar convertidos em ilhas; a bahia do Rio de Janeiro, há de aterrar-se, e com effeito já se vai aterrando com os despojos da serra, e por diversos outros modos, e as lagôas Mirim e Patos do Rio Grande, hão de cessar de existir, conservando-se unicamente os canaes suficientes para a passagem dos rios.¹¹⁸

Nesse sentido, finalizou sua *Dissertação* com a seguinte convicção:

[...] não deixo todavia de entender que todas as terras que ficam acima da serra do mar do Brasil, acham-se em secco ha imenso numero de seculos, e que todas ellas foram habitadas; e que d’ahi desceram para as planicies contiguas ao Oceano muitas hordas selvagens, que lá superabundavam.¹¹⁹

Em suma, ao defender que muitas terras foram cobertas pelo dilúvio e que vestígios de populações estavam sendo reveladas com o tempo, correlacionando sua análise com regiões brasileiras, Cunha Mattos sustentava que, em tempos pregressos, essas regiões eram secas e habitadas. Contestava, assim, qualquer suposição de que a América tivesse sido uma massa continental recentemente erguida e povoada.

para indicar uma considerável antiguidade desse contato. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Tomo 5, K-N. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1716, [*Lingua, ou Lingoa*], p. 137-141.

¹¹⁸ MATTOS, R. J. C. *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna...*, p. 141.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 143.

Apesar de não as citar diretamente, é provável que estivesse corroborando as críticas que outros membros do Instituto faziam às concepções negativas relação à América, especialmente àquelas disseminadas por Georges Louis Leclerc, o Conde de Buffon (1707-1788) e Cornelius De Pauw (1739-1799). No decorrer do século XVIII, fortaleceu-se o entendimento de que o Novo Mundo não era apenas novo no que dizia respeito à consciência de sua existência pelos europeus a partir das navegações do século XV. Outra hipótese postulava que a demora para se ter consciência das terras além do Atlântico se deu porque o Dilúvio teria se prolongado mais na América, ou mesmo que ele passou por uma segunda inundação posterior à narrativa de Noé descrita na Bíblia¹²⁰. Por este princípio, tanto a demora para o abaixar das águas como uma nova inundação justificaria a imaturidade geral do continente americano, seu aspecto úmido e propício para criaturas peçonhentas, fracas e pequenas. O indígena ainda não teria se desenvolvido ao ponto de domar essa natureza, pois as águas teriam recuado há pouco séculos, muito tempo após o ressurgir no restante do mundo¹²¹.

Buffon, defendendo o tamanho e força física como sinal de perfeição e superioridade, destacava que o tamanho diminuto dos animais e o ambiente favorável para uma maior proliferação de insetos na América atestava sua inferioridade. Enquanto Buffon buscava diferenciar os homens dos animais, de Pauw equiparava os indígenas “selvagens” a eles. De Pauw defendia que os humanos e animais americanos se degeneravam pelas condições climáticas corrompidas e nocivas do território, acusando uma decadência geral do Novo Mundo. A justificativa dessa degeneração recaía sobre possíveis catástrofes que afetaram essa terra, principalmente a hipótese constante da inundação.

Tal concepção pessimista se defrontava diretamente com o juízo romântico dos intelectuais do IHGB. Pois, apesar da teoria de degeneração do índio ser bem aceita e disseminada, seu território era concebido como o extremo oposto da decadência. A degenerescência, nesse sentido, era pensada em relação aos habitantes da raça americana, não à sua vegetação ou aos seus animais, que recebiam uma concepção auspiciosa por terem particularidades célebres como beleza, nobreza e coragem, exaltadas frequentemente pelos literatos românticos que compunham o quadro social do IHGB. Assim, a narrativa da degeneração, longe de ser eliminada, ganhava novas formas em meados do Oitocentos enquanto as perspectivas universalmente negativas de De Pauw sobre a América foram contestadas por naturalistas e intelectuais, em especial por parte de eruditos americanos. Essa outra tendência

¹²⁰ GERBI, Antonello. *The Dispute of the New World: the history of a polemic, 1750-1900*. Traduzido do italiano para o inglês por Jeremy Moyle. Piitsburgh-PA, 2010.

¹²¹ No capítulo 3 de seu livro, Antonello Gerbi apresenta algumas dessas teorias em circulação no século XVIII.

decadentista, apesar de ainda se fundamentar em uma declinação biológica, intelectual e moral dos habitantes primevos, possuía proporções menos negativas em relação aos indígenas e particularmente com a natureza americana.

Apesar das defesas de Cunha Mattos da antiguidade da América, no advento do IHGB minguiavam vestígios comprobatórios para essa hipótese, e os membros do Instituto sentiam a necessidade de alcançar respostas mais precisas e fundamentadas sobre a origem e dispersão dos indígenas pelo país. Ademais, no contexto do Oitocentos, descobrir antigas sociedades consideradas desenvolvidas em âmbito tecnológico e civilizacional era encarado como um importante passo para a edificação de uma narrativa nacional dignificante. Desse modo, havia o interesse em descobrir os meios eficazes para constatar se existiu um passado civilizacional no território imperial.

2.3.2 Martius e Varnhagen: a escrita da história do Brasil

Esse esforço de defesa da antiguidade americana e a conseqüente periodização de sua história inauguraram no IHGB a expressão da vontade de enfrentar os desafios de fundar uma narrativa de origem para o Brasil. Nessa conjuntura, esse desejo não poderia ser realizado de forma livre e sem critérios, e o Instituto estava determinado em se apresentar como uma entidade que possibilitaria construir uma história nacional por meio de sistemas de análise mais rigorosos, discutidos por intelectuais de várias áreas e partes do mundo. Para Kodama, “As inquirições em torno do estabelecimento de uma periodização da história do Brasil parecia [*sic*] corresponder à busca de um lugar na história universal, uma vez que cada época teria como função preencher um significado em um esquema mais geral da história”¹²². Desse modo, o projeto histórico proposto pelo IHGB não pode ser entendido exclusivamente como um plano submisso aos interesses imperiais, pois o projeto também tinha pretensões universalizantes de concatenar a história geral brasileira com a história geral universal, tal como proposto pelas ciências do Oitocentos.

Entretanto, não havia entre os intelectuais do IHGB um claro consenso sobre como buscar os primórdios da nação e como enfrentar o desafio de realizar pesquisas etnográficas de povos que já não existiam ou se tornavam diminutos com o tempo¹²³. Na 51ª Sessão do Instituto, em 14 de novembro de 1840, o Secretário Perpétuo, cônego Cunha Barboza, comunicou que o Instituto ofereceria um prêmio de 100\$000 (cem mil-réis) para quem enviasse o melhor trabalho

¹²² KODAMA, K. *Os índios no Império do Brasil*, 2009, p. 67.

¹²³ MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores*, 2001.

acerca de um “Plano de se escrever a historia antiga e moderna do Brasil, organizada com tal systema que nella se comprehendão as suas partes politica, civil, ecclesiastica e litteraria”¹²⁴. O concurso foi vencido pelo naturalista alemão Carl Friedrich Philipp Von Martius, com reflexões que foram muito influentes entre os letrados do IHGB, especialmente para Varnhagen. Sua dissertação foi publicada na Revista em 1844. Entretanto, vale observar que uma carta de sua autoria, contendo resumidamente as mesmas ideias que veio a defender neste trabalho, já havia sido publicada no periódico em 1840 na ata da 44ª Sessão do Instituto, realizada em 1º de agosto daquele ano, quando foi lida pelos membros presentes¹²⁵.

Nesta carta, o botânico alemão observou que os indígenas se tornavam cada vez mais objeto de curiosidade, à medida que cresciam as pretensões de inseri-los nos círculos de civilização europeia. Segundo ele, no Brasil se encontravam as maiores lembranças dos tempos antigos, nas matas entre os rios Xingú, Tocantis e Araguaia, bacias hidrográficas que cortam as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Von Martius alegou que “ahi residem descendentes dos antigos Tupys (os Apiacás, Gés, Mandurucús, etc.) que ainda fallão a língua Tupy” e que esses remanescentes “devem ser considerados como depositarios da Mythologia, tradição historica, e restos de alguma civilisação dos tempos passados”¹²⁶. Sugeriu que ninguém havia estudado esses povos e que essa investigação ajudaria a encontrar as razões pelas quais as populações indígenas viviam em estado de constante decadência.

Um dos sócios do Instituto, o tenente coronel Antonio Ladislau Monteiro Baena, enquanto questionava algumas afirmações que alguns geógrafos e naturalistas fizeram a respeito de indígenas no norte do país, teceu algumas críticas às colocações de Von Martius em sua carta¹²⁷. Baena discorreu sobre o ponto defendido pelo naturalista, de que os descendentes dos antigos Tupi seriam detentores de uma tradição civilizacional antiga. Entre suas contraposições, asseverou que não havia provas de silvícolas diferenciados por algum tipo de grau civilizacional, como aludia o naturalista alemão. No seu entender, Von Martius, em sua curta visita científica ao Brasil, teria recolhido narrativas de pessoas que não tinham uma memória exata com relação à província, provavelmente referindo-se ao Grão-Pará. Após apresentar algumas características etnográficas dos então chamados *Mundurucús*, garantiu que

¹²⁴ RIHGB. 51ª Sessão em 14 de novembro de 1840. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 2 (1840), 3. ed., p. 542-545, 1916b, p. 545.

¹²⁵ *Idem*. 44ª Sessão em 1 de agosto de 1840, 1916a.

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ O objetivo principal do autor era apresentar notas ilustrativas para complementar os três primeiros capítulos da segunda parte do texto “Thesouro descoberto no Rio Amazonas”, que teria sido escrito pelo jesuíta João Daniel em meados do século XVIII e que teve sua segunda parte publicada na Revista Trimensal do IHGB em 1840. BAENA, Antonio Laadislau Monteiro. Observações ou notas illustrativas dos primeiros tres capitulos da parte segunda no thesouro descoberto no Rio Amazonas. *RIHGB*, tomo 5 (1843), 3. ed., p. 275-311, 1886.

se Von Martius tivesse obtido sucesso em levantar informações precisas ele não poderia alegar que ninguém os estudou.

No mais, novamente acusou Von Martius de não se informar adequadamente ao argumentar acerca da possibilidade de se encontrar nesses povos algum vestígio sobre a sua decadência, pois os sinais religiosos e de Igreja que se achavam nos bosques – presumindo serem esses os vestígios mencionados por Von Martius – seriam trabalho de povos posteriormente convertidos ao cristianismo¹²⁸. Baena prenuncia que Von Martius poderia ter cometido outros equívocos, considerando as informações erradas que julgou terem sido publicadas pelo naturalista. Contudo, as críticas de Baena não repercutiram nas páginas da Revista, especialmente após Von Martius vencer o concurso proposto pelo Instituto¹²⁹ e seu texto ter sido publicado logo no ano seguinte, alcançando grande influência no círculo do Instituto.

Uma das primeiras observações de Von Martius, na dissertação *Como se deve escrever a Historia do Brazil*¹³⁰, foi que os historiadores deveriam se atentar para o fato do território brasileiro ter três raças que, no seu encontro e mescla, formaria a população do país. Essas raças

¹²⁸ “Porém, supposto mesmo que achassem nas florestas do Tapajós alguns signaes de Igreja ou de outra casa, jamais se poderia entender que eram de fabrica effectuada pelos Mondrucús ou por outros quaesquer Sylvicolas, porque tudo o que a este respeito se ha encontrado nos bosques da provincia não é lavor dos Gentios, é daquelles que os fizeram cahir dentro das rêdes de Christo.”. BAENA, A. L. M. *Observações ou notas ilustrativas...*, RIHGB, t 5, 1886, p. 284.

¹²⁹ A dissertação de Von Martius foi discutida na 168ª Sessão em 10 de junho de 1847, ocasião em que o parecer do concurso foi apresentado por Francisco Freire Allemão, Joaquim da Silveira e Thomaz Gomes dos Santos, membros da comissão responsável por avaliar os memoriais encaminhados para a premiação. O parecer informa que uma das dissertações encaminhadas reforçou a necessidade de se estudar as nações indígenas na época do descobrimento e adotou o sistema cronológico de décadas de Tito Lívio. Todavia, este trabalho foi criticado porque o autor, segundo os pareceristas, não entendeu a proposta do programa e apresentava métodos artificiais e ficcionais. A segunda obra foi bem descrita e elogiada pela comissão, sendo revelado no final que seria a dissertação de Von Martius ao determinar que ela receberia o prêmio. No momento da publicação do parecer o texto de Martius já havia sido impresso no periódico e já era bem conhecido. RIHGB. 168ª Sessão em 10 de junho de 1847. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 9 (1847), 2. ed., p. 277-288, 1869a. No parecer não foi mencionado o autor da outra monografia, mas ela foi enviada por Henrique Julio de Wallenstein e chegou a ser publicada na Revista Trimensal somente em 1882, na primeira parte do tomo 45. O texto é objetivo, defendendo que a história do Brasil deveria começar com uma introdução abordando as nações indígenas na época do descobrimento e, a partir disso, descrever os acontecimentos década por década até a coroação de D. Pedro I, não avançando além disso para os historiadores não exporem seus juízos nos acontecimentos contemporâneos. A estratégia de escrita deveria priorizar a parte política e separando um espaço para um artigo ao final de cada decênio que se ocupasse de questões civis, eclesiástica e literárias. WALLENSTEIN, Henrique Julio de. Memoria sobre o melhor plano de se escrever a historia antiga e moderna do Brazil Segundo a proposição do Instituto Historico e Geografico Brasileiro na 4ª Sessão Anniversaria em 27 de novembro de 1842. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 45, primeira parte, p. 159-160, 1882. A crítica da comissão à sua proposição de escrita da história por meio do sistema de décadas seria porque o autor apresentou uma sugestão tradicionalmente cronológica, sem contribuir com o sentido ou a finalidade do fazer historiográfico, não avançando naquilo que Cunha Mattos já teria legado para a intelectualidade brasileira com seus trabalhos historiográficos e corográficos acerca das épocas de algumas províncias do país e do Brasil como um todo. Conferir: MALEVAL, Isadora Tavares. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838-1850). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, 2019.

¹³⁰ VON MARTIUS, C. F. *Como se deve escrever a Historia do Brazil* (1844), 1973.

seriam a “de cór de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana¹³¹, e enfim a preta ou ethiopica”. Por meio da índole inata a cada uma delas e das circunstâncias em que se desenvolvem, a relação entre elas proporcionaria “um movimento historico caracteristico e particular”¹³². Para Von Martius, o historiador brasileiro deveria se preocupar, minuciosamente, com a vida e o desenvolvimento dos aborígenes americanos. Em consonância com o que já estava sendo discutido no Instituto, isso necessitaria ser feito para além do tempo da Conquista, com a preocupação com a história dos habitantes primitivos do Brasil, ainda que não se encontrassem monumentos visíveis desse período recôndito. Mas, a condição de passado obscuro deveria animar a curiosidade dos pesquisadores ao se perguntarem sobre os povos que os portugueses encontraram na terra dita de Santa Cruz. Somente após estabelecerem um juízo quanto a natureza primitiva dos autóctones brasileiros é que seria possível compreender como se formou o “estado moral e physico por suas relações com os emigrantes”¹³³.

Ponderou, ainda, que poucos anos antes do momento em que escrevera seu texto os aborígenes brasileiros eram considerados como uma amostra do desenvolvimento da humanidade na ausência da revelação divina, vivendo unicamente por meio de seus instintos. Nessa perspectiva, que para ele era enfeitada com “as côres de uma filantropia e philosophia enganadora”¹³⁴, os indígenas americanos eram vistos como modelos de um estado primitivo dos seres humanos. Contudo, argumentou que investigações aprofundadas demonstrariam algo

¹³¹ A maiusculização da inicial “C” na palavra caucasiana, enquanto o mesmo não ocorre ao se referir às outras raças, demonstra a perspectiva taxonômica eurocêntrica descrita por Marie Louis Pratt em *Os olhos do império*. Conforme ela analisou, o sistema de classificação de Lineu foi um dentre vários esquemas totalizantes de classificação que surgiram no século XVIII reunidos na disciplina História Natural. Pratt argumentou que a sistematização da natureza foi um projeto europeu fundamentado em suportes elaborados para a produção de conhecimento que visavam uma “consciência planetária” a partir de suas próprias ferramentas, no qual cientistas buscaram catalogar e classificar a natureza em uma escala global. Eventualmente, os seres humanos foram incluídos nesse projeto de classificação, sendo Lineu o primeiro a classificá-los junto aos animais pelo rótulo *homo sapiens*, apontando suas subdivisões. Para ele, após observar as características humanas, o *homo sapiens* seria dividido em: Selvagem, Americano, Europeu, Asiático e Africano, além da categoria *homo monstrosus*, que incluía anões e gigantes. Essa classificação era notavelmente comparativa, naturalizando o mito da superioridade europeia e ratificando um discurso sobre o mundo não europeu. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. Von Martius vislumbrava os indígenas como um povo em decadência em contraposição ao português descobridor, conquistador e colonizador, apresentando este como o motor mais poderoso do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, entendia que não se poderia negar as forças de progresso para a civilização brasileira contidas entre os indígenas e negros. Dessa forma, ele compreendia que a “raça branca superior” teria seu efeito sobre as demais raças, consideradas inferiores. Por uma vontade da Providência, as raças brasileiras estariam predestinadas a uma mescla, caracterizada pela absorção das raças “índia e Ethtiopica” pelo sangue português europeu, resultando uma classe sublime e que seria a última da população brasileira. Ainda comparou o Brasil com outros lugares, dizendo que essa mistura das três raças seria uma condição desconhecida na história antiga e fez um elogio ao brasileiro, por permitir ao negro participar do desenvolvimento de sua nacionalidade, em comparação aos outros países que excluía as outras duas raças inferiores do movimento geral de sua história.

¹³² VON MARTIUS, C. F. *Como se deve escrever a Historia do Brazil* (1844), 1973, p. 382.

¹³³ Outra questão corrente no IHGB dizia respeito aos impactos que os conquistadores tiveram sobre os povos indígenas desde a colonização até aquele momento.

¹³⁴ VON MARTIUS, C. F. *Op. Cit.*, 1973, p. 385.

totalmente diferente, declarando que estudos viriam comprovar que “o actual Indígena Brasileiro, não é senão o *residuum de uma muito antiga, posto que perdida historia*”¹³⁵, sendo necessárias explorações acerca desses povos em comparação com outros de mesma raça. Com essa reflexão, preparou uma das teorias mais difundidas entre os intelectuais do IHGB no século XIX, várias vezes referida aqui: a de que os povos indígenas conhecidos viviam um processo de degradação e decadência¹³⁶.

Von Martius destacou os estudos das línguas indígenas como o mais significativo para o conhecimento de seu passado, argumentando que, em pouco tempo, muitas dessas línguas estariam inteiramente extintas. Alegou que, no Brasil, as pesquisas linguísticas eram insuficientemente cultivadas e, como não acreditava que muitos historiadores investiriam nessa área, recomendava ao Instituto a designação de alguns linguistas para prepararem a redação de dicionários e observações gramaticais sobre essas línguas, especialmente da tupi e das línguas consideradas então como seus dialetos. Segundo ele, a língua principal falada pelos aborígenes do Brasil se assemelharia aos casos do *quetchua* e do *aimara* no Peru. Com a língua tupi e a grande quantidade de tribos “inteligíveis” por meio dela, os estudiosos poderiam estabelecer que esses povos pertenceram a um único e grande povo em “um estado florescente de civilização, [que] decahiu para o actual estado de degradação e dissolução”¹³⁷. Anunciam-se, seguindo preceitos da linguística ou filologia comparada, as investigações sobre a língua dos indígenas brasileiros e a condução de análises etnográficas como objetos de interesse geral para compreensão do Novo Mundo. Na avaliação de Von Martius, os estudos das línguas deveriam, primeiramente, investigar as geogonias e teogonias dos indígenas, a partir das quais o “historiador philosophico” poderia inferir que os costumes domésticos, sacrifícios humanos de prisioneiros e canibalismo eram restos de cultos e cerimônias religiosas mais antigas, somente explicáveis como resquícios da degeneração.

Em uma memória publicada no terceiro tomo da Revista, em 1841, Varnhagen, muito em sintonia com Von Martius em relação à perspectiva decadentista, também defendeu fortemente o estudo das línguas indígenas por compreender que essas populações

¹³⁵ VON MARTIUS, C. F. *Como se deve escrever a Historia do Brazil* (1844), 1973, p. 385.

¹³⁶ Como demonstrado anteriormente, a ideia de decadência dos povos indígenas não foi uma novidade, pois Cornelius de Pauw já acusava que os ameríndios experienciavam há muito tempo um processo contínuo de degeneração. Dizer que Von Martius preparou a teoria decadentista significa afirmar que sua publicação estabeleceu os moldes de como essa teoria seria operacionalizada pelos sócios do IHGB, forma que reconhecia uma corrupção que partia de uma grande civilização e não se contrapunha ao entusiasmo romântico direcionado à natureza americana e ao passado do indígena brasileiro, notavelmente o Tupi.

¹³⁷ VON MARTIUS, C. F. *Op. Cit.*, p. 387.

desapareceriam em pouco tempo, assim como suas línguas¹³⁸. Não deixou de observar que a própria língua portuguesa, com raízes em tantos outros idiomas antigos da Europa, também se enriqueceu após cruzar o Atlântico, acrescentando várias designações e sons antes desconhecidos na língua dos colonos. Para Varnhagen, imperava a necessidade de elaborar glossários de línguas indígenas antes da inevitável extinção de suas culturas. Ainda fez uma provocação, dizendo não compreender o porquê de, no Brasil, haver mais aulas voltadas para o estudo de línguas mortas europeias, já conhecidas e registradas pela escrita, quando havia diversas línguas vivas, espalhadas por todo o país, disponíveis para serem exploradas, pois o que já se conhecia poderia sempre retornar no futuro:

Dê pois o Brasil e toda a América, e o mais breve possível, uma prova de adesão ao seu continente, desprezando preocupações inveteradas, e promovendo por todos os meios o estudo das línguas indígenas, pelo menos até ellas estarem também escriptas, e haverem as sciencias e as letras conseguido as idéas luminosas que o seu estudo fornecerá. E os vindouros nos agradecerão mais esta introdução, do que se apenas se lhe conservassem aulas de Hebraico, Grego, ou Latim, que a todo o tempo se poderão novamente transplantar da Europa.¹³⁹

Varnhagen, então, propôs que o Instituto criasse uma seção de etnografia indígena, responsável por se ocupar dos “nomes das nações (com a synonymia quando a houver), suas línguas e dialectos, localidades, emigrações, crenças, arqueologia, usos e costumes, os meios de as civilisar, e tudo o mais tocante aos indígenas do Brasil”¹⁴⁰. Na ata da 58ª Sessão, em que sua memória foi lida e debatida pela comissão de História¹⁴¹, suas propostas foram analisadas e a indicação de criação de uma nova seção seria então levada para análise de uma Assembleia Geral, conforme exigência dos estatutos. A aprovação da seção de etnografia indígena pela Assembleia Geral ocorreu somente em 1847, ocasião em que também foi formada uma comissão de arqueologia e etnografia indígena¹⁴².

2.3.3 A tópica da origem indígena

No *Programa Histórico* publicado no primeiro tomo da Revista Trimensal, uma das preocupações assinalada para ser desenvolvida pelos membros do IHGB era “Se a America é ilha ou terra firme? E de que parte do mundo, e como vieram para este novo mundo os seus

¹³⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brazil: lida na Sessão do 1º de agosto de 1840. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 3, p. 53-63, 1841.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 60.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 62.

¹⁴¹ RIHGB. 58ª Sessão em 27 de fevereiro de 1841. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 3, p. 134-140. 1841a.

¹⁴² *Idem*. 178ª Sessão em 16 de setembro de 1847. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 9 (1847), 2. ed., p. 442-444, 1869a.

primeiros povoadores?”¹⁴³. A segunda metade deste problema despertou o interesse em discussões que abordaram o passado americano. Novamente, Cunha Mattos é profícuo ao revelar as primeiras dúvidas e opiniões presentes entre os membros do IHGB a respeito das origens indígenas. Em uma de suas obras, também discutindo a questão das épocas da história brasileira, apontou a “Escritura Sagrada” como “o melhor monumento da história do gênero humano”¹⁴⁴. Entretanto, a Bíblia não apresentava uma explicação positiva sobre como ocorreu a suposta emigração do gênero humano do Antigo Mundo para o Novo Mundo¹⁴⁵. Ainda assim, como adepto do monogenismo, Cunha Mattos entendia que os primeiros habitantes do mundo eram membros da raça caucasiana e que as primeiras famílias da Europa e da África se disseminaram pelos mares, atravessando ilhas e, por fim, ocupando os vários continentes do mundo. Em seu entendimento, essa concepção daria sentido aos vários nomes de indígenas semelhantes aos nomes hebraicos.

Dessa forma, para ele, o litoral da América do Norte teria sido ocupado por uma população primitiva capaz de construir edifícios majestosos, pirâmides, pontes, casas e fortificações, “uma raça muito mais industriosa do que a dominante no México, e no Peru, em o tempo da conquista dos espanhóis”¹⁴⁶. Após se espalharem pelas Américas, teriam se extinguido da mesma maneira que outras colônias, como as do “hannon em África, e os dinamarqueses na Groenlândia, como se vão extinguindo os portugueses em África e Ásia”¹⁴⁷. Por motivos desconhecidos, barbarizaram-se, e, posteriormente, colônias da Ásia teriam chegado à América pelo noroeste e pelo norte, algo que ele constata como sendo fácil devido à proximidade ou, até mesmo, a uma possível união entre os dois continentes em um tempo pretérito. Como reforço dessa teoria, sublinhou que japoneses e chineses possuíam a memória dos séculos VIII e XIII de visitas feitas ao continente.

Cunha Mattos supunha que os povos encontrados na América tinham origens na raça mongólica, mas asseverou que somente uma comparação da linguagem de nações americanas

¹⁴³ LEOPOLDO, V. *Programa Histórico*, 1908, p. 75.

¹⁴⁴ MATTOS, Raimundo José da Cunha. Épocas brasileiras ou sumario dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 302, p. 218-351, jan./mar. de 1974, p. 256. O texto foi redigido provavelmente em 1838.

¹⁴⁵ Neste momento, a tradição do dilúvio não se contrapunha às investigações e pensamentos dos naturalistas e etnólogos, que buscavam conciliar suas descobertas científicas com os dogmas bíblicos. Apesar do poligenismo ter começado a ganhar força em muitos lugares pelos avanços da anatomia comparada, principalmente na década de 1840, parte da etnografia realizada neste período buscava respeitar os princípios adâmicos do cristianismo. Os intelectuais tradicionalmente católicos da geração romântica brasileira eram adeptos dessa conciliação, possuindo pouca afeição pela corrente poligenista. Conf.: KODAMA, Kaori. O Tupi e o Sabiá: Gonçalves Dias e a Etnografia do IHGB em Brasil e Oceania. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Rio de Janeiro, ano 4, v. 4, n. 03, p. 1-14, jul./set. de 2007.

¹⁴⁶ MATTOS, R. J. C. *Op. Cit.*, p. 257.

¹⁴⁷ *Ibidem*, loc. cit.

com as dos chineses, japoneses e outros povos asiáticos poderia demonstrar se havia alguma afinidade entre esses povos. Como afirmou serem inúmeros os dialetos dos indígenas americanos, a classificação deveria ocorrer conforme o mesmo sistema observado na botânica, principalmente para identificar as modificações culturais ou linguísticas resultantes das migrações e alianças estabelecidas no passado.

Na década de 1840 vários textos se debruçaram sobre essas questões, particularmente em introduções com comentários a respeito de etnografias indígenas. No discurso do relatório das atividades do Instituto no ano de 1848, escrito pelo 1º Secretário Manoel Ferreira Lagos¹⁴⁸, a origem dos autóctones da América foi indicada como o problema mais difícil e obscuro da “ethnologia”. Lagos apontou para o fato de que, diariamente, novos livros e sistemas apareciam com essa temática, com inúmeras pesquisas interessadas em estabelecer diálogos entre os dois mundos. Ainda sem uma resposta certa, acreditava ser a arqueologia, por meio do estudo e comparação de monumentos ancestrais da América, que daria o próximo passo no assunto. Em seu relatório, sustentou a afirmação de que está fora do alcance do homem poder saber tudo sobre sua aparição na terra, que vivia em uma ignorância inevitável quanto a seus primórdios e forçado a se “refugiar no seio da Divindade”¹⁴⁹. Em sequência, alegou não ser necessário aspirar ir até o berço da espécie humana, mas que seria conveniente indagar as fases da humanidade até as mais remotas eras. Suas considerações com relação às origens americanas, mais constantemente recorrendo a recursos especulativos, finalizaram-se com o que ele qualificou como uma “curiosa reflexão”:

E terminarei este topico do meu discurso com uma curiosa reflexão do coronel Galindo¹⁵⁰: « A mais antiga raça da terra é a americana, assim pensa elle : a raça caucasica, que se arroga a mais alta antiguidade, é a mais nova de todas as raças ; e a mais idosa população do globo, a dos Americanos, vai em decadencia, e brevemente desaparecerá. ».¹⁵¹

Apesar de considerar a afirmação curiosa, na década de 1840 a antiguidade dos habitantes da América se tornava um discurso cada vez mais presente e possível no repertório científico americano. Esse interesse avançava concomitantemente aos estudos da cronologia

¹⁴⁸ LAGOS, M. F. *Relatorio dos trabalhos do Instituto Historico e Geographico* (1848), 1891.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 109.

¹⁵⁰ Lagos não indicou a origem exata de sua citação, mas é possível afirmar que o autor citado por ele foi Juan Galindo (1802-1840). Nascido na Irlanda, emigrou para a América, onde atuou como militar, diplomata e oficial administrativo para a República Federal da América Central e foi governador de Petén, na Guatemala. Durante seu trabalho na Mesoamérica, explorou várias ruínas, com atenção especial a Palenque e Copán, e enviou relatórios de suas observações para a *American Antiquarian Society*, nos Estados Unidos, para *Royal Society of London*, na Inglaterra, e para a *Société de Geographie* em Paris, no qual fazia descrições das antiguidades que visitou com sugestões e hipóteses sobre o passado das sociedades maias.

¹⁵¹ LAGOS, M. F. *Op. Cit.*, p. 109.

geológica da terra e das investigações que associavam artefatos antigos e humanos, como os instrumentos de pedra lascada, a um caminho para temporalizar uma possível pré-história¹⁵² que se estendia a uma idade muito mais avançada a humanidade do que os poucos milhares de anos bíblicos¹⁵³. Peter Wilhelm Lund (1801-1880) é um dos notáveis que publicaram na RIHGB, descrevendo os resultados de seus estudos com fósseis animais e humanos, contribuindo muito para a ideia referida por Lagos.

O naturalista foi um dos pesquisadores dinamarqueses mais importantes do Oitocentos e conduziu inúmeras pesquisas paleontológicas que trouxeram resultados impactantes acerca da pré-história do continente. Em uma carta de 1842 enviada ao Instituto, publicada na Revista naquele mesmo ano¹⁵⁴, Lund descreveu parte de seu trabalho com ossadas de animais extintos que recolheu em explorações de cavernas no interior de Minas Gerais. Nessa ocasião já havia fixado residência no Brasil havia dez anos e em sua correspondência declarou nunca ter encontrado nenhum indício de convivência de homens com as inúmeras espécies ancestrais que descobrira, até aquele momento.

Após seis anos de busca, relatou ter localizado restos humanos junto aos fósseis de antigos animais gigantes, o que indicava possibilidades diferentes do que a história natural permitia defender até aquele momento. Certificou que não poderia haver dúvidas sobre a idade avançadíssima daqueles ossos. Contudo, tentou ser cuidadoso, sustentando que até então era cedo para defender a coexistência entre as espécies, já que seus resultados ainda eram inconclusivos. Pois, por ter encontrado ossadas de animais de diferentes épocas, alguns ainda existentes, suspeitava que a ação do tempo poderia ter misturado amostras de estágios e níveis estratigráficos distintos¹⁵⁵:

¹⁵² No terceiro capítulo dessa dissertação, no tópico 3.1, abordamos sobre as discussões acerca da divisão das épocas da pré-história e o desenvolvimento de métodos arqueológicos para se estudar as antiguidades.

¹⁵³ ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erica. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. *REVISTA USP*, São Paulo, n.44, p. 10-31, dez./fev. de 1999-2000.

¹⁵⁴ RIHGB. Carta Escripita da Lagôa Santa (Minas Geraes), ao Sr. 1.º Secretario do Instituto, pelo socio honorario Sr. Dr. Lund. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 4, p. 80-86, 1842e.

¹⁵⁵ Lund já havia encontrado ossadas humanas antes. Em uma carta enviada em 1840 para Johannes Reinhardt (1778-1845), Lund comentou sobre os ossos encontrados com outros restos animais. Em sua carta disse: “Comecei a desempacotar os achados da viagem e o primeiro osso que examino, daqueles que se encontram junto com a ossada humana, é o que corresponderia entre nós ao osso navicular da pata dianteira esquerda do *platyonyx Bucklandii*!! Um astrálgalo humano escavado ao lado encontra-se no mesmo estado de conservação e imperfeitamente petrificado! (...) Infelizmente as condições de ocorrência dos ossos na gruta são tais que não permitem decidir se os ossos humanos foram depositados ao mesmo tempo que os do *Platyonyx*, pois se encontram em um leito secundário, para onde foram trazidos pela água que entra na gruta periodicamente de um lago próximo.” In: HOLTEN, Birgitte; STERLL, Michael. *Peter Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 211. Porém, nos anos seguintes ele encontrou mais partes humanas sob condições de decomposição e petrificação, permitindo chegar às conclusões que descreve em sua carta para o IHGB. Os esqueletos encontrados em 1843 foram os mais importantes para afirmar a antiguidade de seus achados. Holten e Sterll afirmam que Lund chegou a encontrar, no mínimo, 30 ossadas humanas.

Sobre a imensa idade d'elles não podia pois haver duvida alguma ; porêm, em quanto á questão de saber se os individuos de que elles derivavam tinham sido coevos com os animaes, em cuja companhia se achavam, não se pôde infelizmente tirar conclusão alguma decisiva, visto a caverna que os continha achar-se na margem de uma lagôa, cujas aguas anualmente, no tempo das grandes chuvas, entravam n'ella. Em consequencia d'esta circumstancia podia não só ter havido logar uma introdução sucessiva de restos de animaes na caverna, como tambem os introduzidos posteriormente podiam mistura-se com os já depositados.¹⁵⁶

Mesmo se os restos encontrados não pudessem lançar uma luz na dúvida em relação aos seres humanos terem convivido ou não com os grandes mamíferos, o estado dos achados seria interessante por outros motivos. Os ossos estavam petrificados e, segundo Lund, restos humanos nessas condições não haviam sido encontrados em nenhum lugar até então. Comparando esses vestígios aos achados europeus caracterizados como fósseis – salientando que ainda havia poucos conhecimentos sólidos sobre o processo de petrificação –, confirmou serem dotados de uma antiguidade correspondente entre eles. Com isso, o paleontólogo estimava que aqueles ossos não apenas eram muito anteriores à chegada dos europeus no continente, “como talvez além de todos os documentos immediatos que possuímos da existencia do homem”¹⁵⁷.

Sendo as amostras bem conservadas, os questionamentos no tocante a quem eram e qual a raça desses habitantes tão antigos foram tratados como menos complicados. Analisando-as para compreender o lugar que ocuparam no sistema antropológico, afirmou serem definitivamente ossos da chamada raça americana, cuja raça mais próxima seria a mongólica, em especial por compartilharem um rebaixamento na testa. Com essa classificação, Lund constatou o seguinte: “Fica[va] pois provado, em segundo logar – que os povos, que em tempos remotíssimos habitaram n'esta parte do novo mundo, eram da mesma raça dos que no tempo da conquista ocupavam este paiz.”¹⁵⁸.

As pesquisas de Lund passaram a ser uma referência nos estudos que mencionavam as antiguidades americanas no Brasil. Em 1844, o dinamarquês encaminhou outra carta ao Primeiro Secretário, Cunha Barboza, dando continuidade ao relato dos resultados de seus estudos, discutindo com mais afinco nesse documento a antiguidade humana no Brasil¹⁵⁹. Inicialmente, explicou que os primeiros grandes ossos encontrados foram tomados como resquícios de gigantes pelos primeiros observadores. Todavia, o progresso da anatomia

¹⁵⁶ RIHGB. *Carta Escripta da Lagôa Santa (Minas Geraes)...*, 1842e, p. 82.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 83.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 84.

¹⁵⁹ RIHGB. Carta do Dr. Lund, escripta da Lagôa Santa (Minas Geraes) a 21 de Abril de 1844. – Lida na sessão do Instituto de 20 de Junho d'este msmo anno. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), 3. ed., p.326-335, 1973d.

comparativa teria apontado o erro, e demonstrado que eram restos de grandes espécies já extintas. Até a ocasião em que Lund empreendia suas pesquisas, vários estudos já teriam manifestado que humanos não coexistiram com esses animais enormes, mas as investigações de Lund apontavam em outra direção.

Apesar disso, antes de continuar, chamou atenção para receptores apressados dessas ideias. O naturalista alertou que as situações de transição de dogmas, como os que ele indicava com sua pesquisa, habitualmente estimulavam alguns “espíritos mais ousados”¹⁶⁰ a se precipitar em levar as novas ideias aos seus limites mais extremos. Segundo ele, não apenas esses estudiosos começaram a retroceder a origem humana até a época desses grandes animais, como também aproximaram essa época a períodos mais modernos. Lund assinalou que esses autores compararam as efígies presentes nos monumentos do Egito, da Grécia e de Roma, em particular, considerando-as como representações dessas diversas espécies gigantes por testemunhas humanas. Pupilo de Georges Cuvier (1769-1832), afirmava que este já havia submetido a questão a um admirável exame crítico, principalmente com base nos dados fornecidos pelos achados na Europa, defendendo que suas conclusões eram aplicáveis em qualquer outra parte do mundo; e asseverando que “pôde-se dizer com certeza que não existe realmente factó nenhum, que prove com evidencia o desaparecimento de espécie alguma animal, dentro dos tempos historicos”¹⁶¹.

Conforme já indicado em seu primeiro relato, afirmou a importância de encontrarem-se vestígios em um estrato junto a outros resíduos de que se conhece a idade, ação que permite a datação dos achados. Com relação aos restos humanos, essa coincidência era rara nas cavernas brasileiras. Porém, se antes havia dúvidas a respeito da integridade do estrato em que ele havia encontrado fósseis, Lund comunicou que no ano anterior, em 1843¹⁶², havia justamente achado ossos humanos misturados com os de vários outros animais. Todos estavam em um estado de petrificação e decomposição similar, provavelmente depositados na mesma época. Os vestígios que encontrou indicavam uma grande antiguidade do estrato. Entre os restos animais, constatou que alguns ainda existiam e outros já estavam extintos¹⁶³, e pôde concluir:

A’ vista dos factos que acabo de referir, não póde pois restar duvida alguma de que a existencia do homem n’este continente data de tempos anteriores á época em que acabaram de existir as ultimas raças de animaes gigantescos,

¹⁶⁰ RIHGB. *Carta do Dr. Lund, escripta da Lagoa Santa (Minas Geraes)*..., 1973d, p. 327.

¹⁶¹ *Ibidem*, loc. cit.

¹⁶² Nesse ano, afirma ter examinado mais de 200 grutas, considerando como o grande avanço de suas pesquisas como geógrafo. HOLTEN, B.; STERLL, M. *Peter Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*, 2011, p. 212.

¹⁶³ RIHGB. *Op. Cit.*, p. 329.

cujos restos abundam nas cavernas d'este paiz, ou em outros termos, anteriores aos tempos historicos.¹⁶⁴

Dessa maneira, apesar de antes defender categoricamente que não houve coexistência entre humanos e animais extintos, sua análise não lhe permitiu manter a convicção que lhe foi instruída e sua pesquisa empírica foi de encontro aos ensinamentos de Cuvier. Em uma carta escrita em 1843 e enviada para Johannes Christopher Hagemann Reinhardt (1778-1845), professor de zoologia na Universidade de Copenhagen e um dos seus principais correspondentes acadêmicos, Lund expressou o quanto lutou para seguir o instinto que lhe foi ensinado. Porém, segui-lo se tornava inviável, pois acreditava que o seu trabalho material o forçava a abandonar suas crenças de que os homens não conviveram com espécies extintas:

Por outro lado, não vou negar que alguns pontos, que antes acreditava resolvidos, foram envolvidos em uma nova escuridão, e que vários nós, que eu acreditava desatados, mostraram-se ainda mais embaralhados. Nesses está, entre outros, a importante questão sobre a relação da fauna dos dois períodos entre si com relação à identidade das espécies, junto com o, não menos importante, estabelecimento de uma linha de fronteira entre elas. Essa última tornou-se para mim totalmente indistinta: vejo várias espécies extintas cruzar essa linha, da forma como eu, até agora, a tinha esticado, em direção ao presente, e várias das espécies do presente cruzando-a para o passado. Entre essas últimas, o poder dos fatos me força, independentemente do quanto eu tenha lutado contra isso, considerar o ser humano, do qual, nesse ano, tive tanta sorte em encontrar restos antiquíssimos em um número de condições diferentes, que não deixam qualquer dúvida para mim de que eles foram testemunhas da destruição de, no mínimo, cinco espécies extintas de mamíferos.¹⁶⁵

Agora, seguro de que a América já era habitada “em tempos em que os primeiros raios da história não tinham ainda apontado no horizonte do velho mundo”¹⁶⁶, o estudioso ainda decidiu ir além de atestar a antiguidade dos indígenas. Com sua pesquisa ele possuía material para abordar a questão acerca das origens dos habitantes dessa parte do mundo, e seus resultados o afastou das perspectivas de origens secundárias ou derivadas. Contudo, admitia ser inegável que ocorreu algum contato remoto entre os habitantes do Velho e do Novo Mundo. Referiu-se não somente às teorias de migração, mas aos crânios desenterrados na Europa, semelhantes aos da raça americana, e também a achados materiais, em ambos os hemisférios, que seriam indistinguíveis se postos lado a lado.

¹⁶⁴ RIHGB. *Carta do Dr. Lund, escripta da Lagõa Santa (Minas Geraes)*..., 1973d, p. 329-330.

¹⁶⁵ HOLTEN, B.; STERLL, M. *Peter Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*, 2011, p. 213. OBS: o trecho transcrito foi publicado pelas autoras na obra.

¹⁶⁶ RIHGB. *Op. Cit., loc. cit.*

Declarou que, até aquele momento, a semelhança entre a raça americana e a mongólica era o sustentáculo para os defensores de uma povoação asiática na América Primitiva. Refletindo sobre essa teoria, explicou que a principal semelhança entre a anatomia dos crânios dessas duas raças seria a presença de uma testa mais baixa e estreita e uma maior proeminência dos ossos faciais em comparação às raças caucasiana e etiópica. Mas, entre as duas fisionomias, essas características seriam mais acentuadas nos crânios americanos. Conforme os pressupostos da escala racial de sua época, avaliava que a raça americana ocuparia um lugar inferior em comparação à mongólica. Por conseguinte, se a raça mongólica fosse a espécie primitiva, então a raça americana seria uma degeneração dela, ideia que era a concepção mais constante naquele momento.

Entretanto, seu estudo demonstrava que os americanos não apresentavam mudanças há mais de 3.000 anos, e sob qualquer transformação se afastavam dos traços compartilhados com os mongólicos. Aventou, então, que faria mais sentido a natureza marchar em outro sentido, “procedendo do imperfeito para o mais perfeito”¹⁶⁷. Dessa forma, seguindo uma convicção em etapas evolutivas que concebia o aperfeiçoamento sempre em direção ao progresso, alvitrou a hipótese de que a raça mongólica se originou da raça americana, e não o contrário. Fundamentou-se, para isso, no fato dos estudos com os fósseis ameríndios indicarem provas de uma antiguidade maior do que as evidências de outros habitantes espalhados pelo mundo.

Suas conclusões não se encerrariam na idade das populações americanas, pois afirmou que uma interpretação semelhante poderia ser observada em relação à existência do próprio continente. Lund ilustrou que a grande planície, na parte central do Brasil, que vai desde a Serra do Mar, no litoral sudeste e sul, até as Cordilheiras dos Andes, constituía um extenso terreno formado por rochas depositadas em camadas horizontais, sem que fossem cobertas por outras camadas mais recentes. Geologicamente, essas rochas são pertencentes ao período “de transição”, não havendo, segundo ele, outra região no mundo com uma extensão semelhante ao encontrado no sul da América com condições geológicas que apresentem “rochas primitivas e de transição em camadas consideravelmente inclinadas”. Isso provaria terem sido esses solos levantados por forças internas. Ou seja, as regiões de rochas primitivas teriam se erguido por ações provocadas dentro da terra, colocando-as em posições elevadas e inclinadas, mas sem apresentar várias camadas superiores posteriormente depositadas com o tempo¹⁶⁸.

¹⁶⁷ RIHGB. *Carta do Dr. Lund, escripta da Lagõa Santa (Minas Geraes)*..., 1973d, p. 333.

¹⁶⁸ Essas observações decorrem das investigações de Peter Lund nas grutas de Minas Gerais. Sua pesquisa o levou a aceitar que a Terra evoluiu gradualmente e que a paisagem do planalto brasileiro teria se elevado em épocas realmente remotas. Assim, suspeitava que as grutas não teriam se formado apenas pelo gotejar de água através das

Argumentando que essa era uma condição única, considerou que a falta de depósitos secundários neste enorme platô atestava que essa região estaria acima do mar enquanto as outras, com mais camadas de rochas, estavam submersas. Ao final, revelou o seu intento profundo, com essa explanação geológica, asseverando que:

[...] já existia como um continente extenso a parte central do Brazil, quando as mais partes do mundo estavam ainda submergidas no seio do oceano universal, ou surgiam apenas como umas ilhas insignificantes, tocando assim ao Brazil o titulo de ser o mais antigo continente do nosso planeta.¹⁶⁹

Suas afirmações repercutiram entre os membros do IHGB. Naquele mesmo de 1844, em seu discurso na sessão pública de aniversário do Instituto como novo Secretário Perpétuo do IHGB, Manoel Ferreira Lagos recomendou o trabalho de Lund, ressaltando sua novidade e sua importância após apresentar um panorama de seus resultados a partir dos fósseis encontrados. Lagos afirmou que os estudos paleontológicos de Lund poderiam causar uma revolução na história do mundo pela dedução da antiguidade humana do Brasil e de que parte do seu território representaria o bloco continental mais antigo do planeta. Sem maiores detalhes, comunicou que esses resultados corroborariam com a teoria da “ressurreição da Atlantida de Platão”¹⁷⁰.

Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva (1808-1865) também refletiu sobre os escritos de Lund. Em resposta ao pedido do sócio Francisco Freire Allemão, que propôs ao Instituto requisitar aos presidentes de províncias informações relativas às populações indígenas de seu território, Cerqueira e Silva escreveu uma dissertação com o objetivo de discorrer sobre quais tribos indígenas habitavam a província da Bahia no período da Conquista e refletir a respeito do histórico de suas matas e animais¹⁷¹, exposição que foi publicada na Revista Trimensal em 1848. Como parte de seu trabalho, refletiu acerca dos povos originários do continente, apresentando algumas das ideias de Lund, e até mesmo transcrevendo um trecho de seis páginas da carta publicada por ele na RIHGB em 1842. Lançou mão, enfim, dos resultados

rochas, mas também por influência dessas forças de elevação. HOLTEN, B.; STERLL, M. *Peter Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*, 2011.

¹⁶⁹ RIHGB. *Carta do Dr. Lund, escripta da Lagõa Santa (Minas Geraes)*..., 1973d, p. 333.

¹⁷⁰ LAGOS, M. F. *Relatorio dos Trabalhos do Instituto no sexto anno academico...*, (suplemento-1844), 1973, p. 8.

¹⁷¹ SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Dissertação Historica, ethnographica e politica sobre Quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a provincia da Bahia, ao tempo em que o Brazil foi conquistado; que extensão de terreno occupavam : quaes emigraram e para onde ; e, em fim, quaes existem ainda e em que estado? Qual a parte da mesma provincia que era já a esse tempo desprovida de matas ; quaes são os campos nativos, e qual o terreno coberto de florestas virgens ; onde estas tem sido destruidas, e onde se conservam; quaes as madeiras preciosas de que abundavam, e que qualidades de animaes as povoavam?* RIHGB, Rio de Janeiro, Segunda série, v. 12 (1849), p. 143-257, 1973. A proposta do sócio Francisco Freire Allemão, que recomendou ao Instituto requisitar aos presidentes de províncias informações sobre as populações indígenas de seu território, pode ser conferida em: RIHGB. 180ª Sessão em 14 de outubro de 1847. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 9 (1847), 2. ed., p. 562-563, 1869c. Este projeto está muito ligado ao que defendia Cunha Mattos nos primeiros meses do Instituto, antes de falecer.

arqueológicos, geológicos e antropológicos principais dos estudos de Lund para complementar a segunda parte de sua dissertação, quando se preocupou em abordar os grandes animais da região, já que vestígios semelhantes também haviam sido encontrados no interior baiano. Todavia, na primeira parte de seu trabalho, em que refletiu sobre o passado pré-colombiano, não há menção direta às teorias do dinamarquês.

Por sua vez, Cerqueira e Silva partilhou da opinião dominante que atribuía aos asiáticos a ancestralidade de todas as nações americanas entre o cabo de Horn, na ponta meridional da América, até as extremidades de Labrador, na região setentrional do continente. Supôs que algumas famílias tártaras errantes, “levados apenas do genio vagabundo que ainda hoje os caracteriza”¹⁷², teriam passado por algumas ilhas em um arquipélago descoberto pelo capitão Vitus Behring (1681-1741), na viagem em que este teria achado o caminho para o Alasca. Neste local, a passagem seria facilitada pela proximidade das ilhas entre si, permitindo o movimento de grupos humanos de uma ilha para outra até chegarem ao norte do continente.

Somando-se a esta teoria, apresentou o que considerava ser “observações melhoradas” sobre uma possível comunicação entre o Velho Mundo e o Novo Mundo através do noroeste europeu. Para muitos, àquela altura, essa perspectiva parecia plausível pelo avanço dos estudos que indicavam a ocupação da Groenlândia no século IX e a suposta descoberta do continente americano no século X pelos noruegueses¹⁷³. O fato da Groenlândia e da América continental serem separadas por um pequeno estreito, “sendo provavel que em sua extremidade se unam ambos os continentes”¹⁷⁴, teria permitido o estabelecimento de antigas colônias europeias na América, como a hipótese de que os escandinavos viajaram e colonizaram partes da região meridional americana. Porém, considerou que os esquimós, população encontrada nas regiões árticas do continente, tinham características particulares, diferindo-se de todas as nações americanas em relação à língua, aos costumes, à constituição física e moral, o que reforçava a crença da origem por ocupação asiática.

¹⁷² SILVA, I. A. C. *Dissertação Histórica, ethnographica e política sobre Quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a provincia da Bahia ...*, 1973, 149.

¹⁷³ Apesar dessa teoria ter tomado consideráveis proporções durante o século XIX, no qual nos aprofundamos mais no terceiro capítulo, foi somente a partir da década de 1960 que surgiram as primeiras evidências concretas de que os escandinavos chegaram à América antes de Colombo. Essa comprovação se deu pelos achados no sítio arqueológico em *L'Anse aux Meadows*, situado ao norte da ilha de Terra Nova (*Newfoundlands*) a partir de escavações realizadas pelo arqueólogo Helge Ingstad e sua esposa Anne-Stine Ingstad. Além da Groenlândia, até o momento esse centro arqueológico ofereceu as únicas evidências autênticas de presença europeia pré-colombiana na América.

¹⁷⁴ SILVA, I. A. C. *Op. Cit.*, p. 150.

A tese de que o continente americano teria uma “antiguidade humana” que excedia a do Velho Mundo também foi abordada por Joaquim Norberto de Souza e Silva, na *RIHGB*¹⁷⁵. Valendo-se da autoridade de Humboldt, destacou que os resultados mais brilhantes da ciência humana eram aqueles provenientes de análises dos estratos sedimentares, das camadas metamórficas e dos terrenos invadidos por erupções, assim como os restos orgânicos encontrados nesses ambientes. Esse seu destaque se direcionava ao campo da “archeologia da organização e das formações”¹⁷⁶, que desvelava novas descobertas sobre o continente americano e comprovavam que a povoação do território brasileiro coincidiria com os tempos históricos dos antigos habitantes do Velho Mundo.

Souza e Silva destacou que vários viajantes adentraram o continente americano, “guiados pela luz da sciencia”¹⁷⁷, para explorar os segredos da natureza, tal como Lund. No entanto, salientou que o “mundo científico” ainda não teria sancionado as relevantes observações do naturalista dinamarquês, mas já predizendo que ele teria “examinado fria e sensatamente as suas descobertas”¹⁷⁸ e que suas deduções geológicas pareciam verdadeiras e prudentes. Com isso, reafirmou a existência de um remoto continente extenso formado pela parte central do Brasil. A respeito das indagações da coexistência entre humanos e grandes animais, declarou ser esta uma questão sem resposta satisfatória, mas que os achados fósseis de Lund seriam documentos comprobatórios irrecusáveis do povoamento do país em épocas remotas.

Logo após apresentar e apoiar as conclusões de Lund no que dizia respeito à antiguidade do Brasil, Souza e Silva entendeu que isso explicaria o grande número de aldeias encontradas pelos portugueses, quantidade, aliás, admirada pelos jesuítas. Relacionou as apurações do naturalista com uma carta publicada na *Revista Trimensal* em 1844, um registro do padre Affonso Braz, de 1551¹⁷⁹. Neste documento, o padre relatava sua experiência catequisando indígenas no Espírito Santo e justificava o motivo de não os batizar facilmente. Assumindo a tópica da inconstância do índio, presente em discursos jesuíticos desde o Seiscentos, afirmou que, mesmo se os gentios pedissem o batismo, eram tão inconstantes que preferia batizá-los somente próximo à morte, pois pareceria ser impossível torná-los bons cristãos, e mais ainda

¹⁷⁵ SILVA, Joaquim Noberto de Souza. Sobre o Descobrimento do Brazil: o descobrimento do Brazil por Pedro Alvares Cabral foi devido a um mero acaso ou teve elle alguns indicios para isso? *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira série, tomo 15 (1852), 2. ed., p. 125-204, 1888.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 131.

¹⁷⁷ *Ibidem*, *loc. cit.*

¹⁷⁸ *Ibidem*, *loc. cit.*

¹⁷⁹ *RIHGB*. Carta de Affonso Braz, mandada do porto do Espirito Sancto do anno de 1551. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), 3. ed., p. 441-442, 1973c.

que conservassem a conversão¹⁸⁰. Essa não seria, segundo o padre, uma exclusividade local, rogando, em sua missiva, a misericórdia divina: “São tantos e é a terra tão grande, e vão em tanto crescimento que, se não tivessem contínua guerra, e se se não comessem uns aos outros, não poderiam caber.”¹⁸¹. E foi essa mesma passagem da carta do jesuíta Affonso Braz que levou Souza Silva à conclusão de que o grande número de gentios decorreria de uma grande antiguidade geológica e populacional.

Munido deste argumento, afirmou ainda que se tornava compreensível, com isso, a razão de os primeiros europeus, ao chegarem na América, terem julgado esses povos “como apenas sahindo de seu estado de selvagens”¹⁸², apoiando-se, enfim, em Von Martius para explicar que essa população primitiva viveu em um estado civilizacional muito mais avançado e, por diversas razões, teria decaído de sua nobre posição.

Assumindo um lugar-comum de todos esses discursos acadêmicos, Joaquim Norberto de Souza e Silva lamentava que a América tenha deixado poucos vestígios relativos à origem de seus habitantes:

Sepulchro de ignorados povos que passaram, mal nos deixando débeis testemunhos de sua existencia , sem que soubessem nos transmitir seus nomes, usos e costumes, a America não nos apresenta sinão alguns vestígios – vagos – quebrados – sem nexos – que nos guiem de pesquisa em pesquisa á solução do problema da origem de seus habitantes, e que por três seculos e meio tem triumphado do estudo dos sábios e das indagações dos viajantes.¹⁸³

As crônicas e relatos de viajantes eram as principais informações que circularam por três séculos. Segundo ele, os conhecimentos humanos não poderiam penetrar na origem dos “povos errantes”, mas os principais discursos demonstravam que essa população primitiva poderia ter se desgarrado de outra civilização superior e ter sido levada pela decadência, degeneração e barbárie. Um segundo ponto de vista, defendido por outros estudiosos, avançava

¹⁸⁰ Esse assunto é analisado por Andrea Daher em sua obra *A Oralidade Perdida*. Ela relata que Manoel de Nóbrega observou que muitos índios convertidos retornavam aos seus antigos costumes considerados bárbaros. Dessa forma, o maior desafio à real conversão seria a continuidade nos dogmas cristãos e não a ideia de uma nova doutrina. Considerando este panorama, Nóbrega concebeu a “desconversão”, para desconverter aqueles inconstantes que retornavam aos seus hábitos selvagens. Essa estratégia buscava evitar que a “boca infernal” tragasse os cristãos. Desde o século XVI o combate à inconstância indígena foi um problema sério a ser resolvido na perspectiva Católica, no qual dispositivos disciplinares foram elaborados visando, principalmente, a intensificação da doutrinação no cotidiano das crianças. A catequese desde a infância seria o principal fundamento, nos termos de Anchieta e de Nóbrega, para a conversão e estabelecimento da constância entre os gentios brasileiros. Conf.: DAHER, Andrea. *A Oralidade Perdida: Ensaio de História das Práticas Letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 52-54.

¹⁸¹ RIHGB. *Carta de Affonso Braz, mandada do porto do Espirito Sancto do anno de 1551*, 1973c, p. 442.

¹⁸² SILVA, J. N. S. *Sobre o Descobrimento do Brazil*, 1888, p. 132.

¹⁸³ SILVA, J. N. S. *Memoria historica e documentada das aldêas de indios da provincia do Rio de Janeiro*, 1973, p. 117.

que essas nações permaneceram na ingenuidade e na ignorância desde sua origem. Em todo o caso, Souza e Silva considerava que a maioria desses trabalhos criou “desencontradas conjecturas”, gerando outras dificuldades e apresentando um quadro no qual o conhecimento mal havia conseguido “penetrar na verdadeira origem d’esses povos errantes”. Isso era desanimador, como diz, para alguns escritores, ávidos na busca pelo conhecimento da história “ante-colombiana”¹⁸⁴.

Nessa conjuntura, os conhecimentos antropológicos começavam a lançar luz na direção do passado dos autóctones, enquanto a arqueologia impulsionava indagações sobre seus monumentos e tentava decifrar seus hieróglifos, comparando ruínas nos dois hemisférios. Souza e Silva reconheceu, nesse contexto, que as ciências buscavam “no estudo das línguas a voz do passado”¹⁸⁵, não apenas investigando a semelhança de sons acidentais, mas adentrando sua estrutura orgânica. Dessa forma, longe de perder totalmente as esperanças, acreditava ser possível a construção de uma história pré-colombiana por meio da ciência:

Á vista d’essas investigações científicas e de seus resultados, que talvez possam ainda erguer a ponta do véo, que tantos mysterios encobre, não podemos deixar de conceber lisonjeiras esperanças da composição de uma historia americana dos tempos anti-colombianos, quando os materiaes que se começam de reunir vão avultando, e pois no porvir repousa a esperança da elucidação do passado d’esses povos de quem vimos occupar o logar, que lhes pertencia nos annaes d’esta terra.¹⁸⁶

Nota-se que o lugar-comum a respeito da insuficiência de vestígios para revelar a história pré-Americana persistia no discurso, mas ele alimentava também os argumentos acerca do interesse e da confiança na capacidade científica para encontrar materiais e elucidar questões de um período histórico considerado obscuro.

Em chave romântica, Silva e Souza enalteceu a vegetação das florestas do Brasil, exaltando sua beleza e longevidade e, simultaneamente, a comparou com civilizações antigas, como a grega, denotando a esperança de que as árvores ancestrais do território brasileiro acobertassem ruínas antigas a serem descobertas.

Essas florestas tão ricas de vegetação, tão magníficas pela sua idade de seculos e seculos, cheias de vida, ressoando com as harmonias das aves e com o bramir das feras, embalsamadas pelos effluvios de suas flores de esplendor e galas são como as cinzas que abafaram Pompéa, que subterraram Herculana; são as arvores sepulchraes que ensobram restos de cidades, como

¹⁸⁴ SILVA, J. N. S. *Memoria historica e documentada das aldêas de indios da provincia do Rio de Janeiro*, 1973, p. 118

¹⁸⁵ *Idem. Sobre o Descobrimento do Brazil*, 1888, p. 132.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 133.

Palenque e Mitla, que existiram, e cujos nomes não nos veio com a tradição que nol-as aponta, e de cujos povos nem si quer restam cinzas, como nos seus túmulos silenciosos, *engaçabas* ou *commucis*, encontrados nas entranhas de nosso solo.¹⁸⁷

Se, no Brasil, ainda não havia grandes achados arqueológicos, como em outros países, era preciso, segundo o erudito, incentivar as viagens científicas, e engrossar o rol ainda muito parco de inscrições e de vestígios encontrados, mas que não deixavam de indicar a possibilidade grandiosa de uma antiga civilização ter existido nestas partes.

2.4 Relações entre o Velho e Novo Mundo

As hipóteses que sondavam compreender o passado pré-cabralino do território imperial se mesclavam com suposições de que antigas civilizações do Velho Mundo constituíram relações com os antepassados da raça ou raças que habitavam a América – que já não era mais considerada tão nova em termos de idade, à medida que sua antiguidade era afastada para tempos cada vez mais longínquos. Já no segundo grupo de discussões identificadas na Revista Trimensal, destaca-se o interesse dos membros do IHGB em constatar essa possível comunicação entre esses dois mundos, em períodos anteriores à denominada descoberta ibérica.

Neste cenário de busca de origens, que ambicionava por indícios “civilizacionais” propícios à construção de uma narrativa fundacional do povo brasileiro, os sócios do IHGB ficaram atentos a qualquer notícia acerca de inscrições, fósseis, ou relatos de descobertas de ruínas no interior do país. Esses tipos de vestígios poderiam subsidiar a compreensão das antiguidades, amparando a elaboração de hipóteses ou corroborando suposições já existentes a respeito da ocupação ou do contato entre habitantes da América e do Velho Mundo em um período anterior à chegada dos europeus no século XV. Havia muitas especulações que diziam respeito a colonizações de gregos, fenícios, cartagineses e escandinavos, lado a lado com os estudos paleontológicos de Peter Lund, que forneciam uma tendência interpretativa para os períodos mais remotos do Brasil. Na 168ª Sessão, em 10 de junho de 1847, o primeiro-secretário, Manoel Ferreira Lagos, propôs o seguinte tema como digno de discussão pelos membros do Instituto:

Quaes as tradições conservadas pelos autochthones, ou vestígios physicos descobertos até hoje, que possam confirmar a opinião de alguns autores – de

¹⁸⁷ SILVA, J. N. S. *Memoria historica e documentada das aldêas de indios da provincia do Rio de Janeiro*, 1973, p. 117, grifos nossos.

haver o Brasil sido visitado por Europêos, ou por outros quaisquer descendentes do velho mundo, antes da chegada do venturoso Cabral.¹⁸⁸

A formulação da questão apontava para a busca de indícios de contatos com base na análise de características presentes nos indígenas que poderiam remeter ao mundo conhecido pelos europeus antes da colonização. Levando em conta a dificuldade do assunto, Cerqueira Silva recorreu a Humboldt para cogitar que a questão do povoamento primitivo da América talvez não fosse um assunto de competência da história, assim como a origem das plantas e dos animais não eram responsabilidade da história natural¹⁸⁹. Afirmou que muitas conjecturas surgiam para explicar o tema, declarando que algumas eram bizarras e fabulosas. Com o excesso de possibilidades, reiterou que não haveria uma só nação, no mundo tido por civilizado, cujos antiquários não teriam atribuído a honra de terem povoado a América.

[...] os Judeos, os Cananeos, os Phenicios, os Carthaginezes, os Gregos e o Scythas tinham em tempos remotos formado estabelecimentos n'este hemispherio occidental, e [...] posteriormente os Chinas, os Suecos, os Noruegianos, os Gallos e os Hespanhães enviaram colonias para o mesmo hemispherio, em diferentes circumstancias e diversas épochas [...].¹⁹⁰

Cerqueira Silva assumiu que a maioria das hipóteses referentes a esses contatos não passariam de suposições convenientes, que relacionavam pequenas semelhanças acidentais, seja de costumes ou termos entre povos de diversas épocas e locais, para estabelecer frágeis conjecturas. Contudo, também sinalizou que, embora muitos empregassem grande erudição para tentar provar hipóteses contrárias a essas teorias, não chegaram a um resultado útil para refutá-las. Sua crítica se dirigiu, sobretudo, para aqueles que, desde o século XVIII, faziam uma funesta propaganda, como “apóstolos do filosofismo”, contestando o dilúvio e a proveniência do gênero humano de apenas um único tronco. Essa tendência, segundo o autor, questionava como os filhos de Noé teriam povoado a recém-descoberta América, pela impossibilidade de navegarem até lá antes do advento da bússola.

Logo, mesmo acusando um excesso de hipóteses em que todos alegavam que sua nação teria descoberto a América, Cerqueira e Silva não suprimia o princípio de que o continente fora explorado por civilizações do Velho Mundo muito antes de Colombo e Cabral. Descrente frente a argumentos e justificativas que considerava serem frágeis, afirmou que a crença na existência de grandes terras além do Oceano Atlântico era uma convicção comum entre hebreus, egípcios,

¹⁸⁸ RIHGB. 168ª Sessão em 10 de junho de 1847, 1869a, p. 278.

¹⁸⁹ SILVA, I. A. C. *Dissertação Historica, ethnographica e politica sobre Quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a provincia da Bahia, ao tempo em que o Brazil foi conquistado ...*, 1973.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 146.

árabes, gregos e romanos, a exemplo da reputada Atlântida de Platão. Particularmente, para ele e para a maioria dos membros do IHGB naquele momento, não havia dúvidas de que a parte setentrional do continente americano fora explorada por navegadores nórdicos no século X, principalmente após o sucesso das teorias sobre as antiguidades americanas difundidas pela Sociedade Real dos Antiquários do Norte de Copenhague – instituição antiquária dinamarquesa que impressionava, como veremos no terceiro capítulo, muitos eruditos com a teoria da presença escandinava na América, no século X. Em conclusão, uma resposta satisfatória ainda não havia sido alcançada e competiria aos estudiosos do Instituto reunir evidências para descobrir e emitir um juízo adequado sobre uma de suas mais inquietantes questões, se a parte meridional do continente também chegou a ser alvo de semelhantes explorações.

2.4.1 As navegações de Cabral e Colombo: acidentes de rota ou viagens planejadas?

Ao final da década de 1840 e nos primeiros anos da década de 1850, surgiu um debate nas páginas da Revista Trimensal em torno da dúvida se Pedro Álvares Cabral teria descoberto o Brasil por ter notícias acerca de terras na parte meridional do continente ou se o evento foi apenas um acidente. O Imperador D. Pedro II, na 212ª Sessão realizada em 15 de dezembro de 1849, a primeira presidida por ele no Instituto, solicitou que fosse efetuada a leitura de todos os programas já aprovados até aquele momento e distribuiu algumas propostas de seu interesse, até então inativas, para alguns membros do IHGB¹⁹¹. Entre esses, o Imperador atribuiu à Joaquim Norberto de Souza Silva a responsabilidade de dissertar se “O descobrimento do Brazil por Pedro Alvares Cabral foi devido a um mero acaso ou teve elle alguns indícios para isso?”¹⁹². Diga-se de passagem, o assunto não era novo, mas engajou muitas discussões a partir de então.

Doravante essa possível noção de terras desconhecidas no Ocidente, Cunha Mattos, em sua dissertação a respeito do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império brasileiro, afirmara existir motivos para se acreditar que os sábios da Antiguidade tinham conhecimento de terras na parte ocidental do mundo, que avançavam além dos oceanos conhecidos¹⁹³. Em suas reflexões, alegou que Platão, ao aludir sobre a Atlântida em *Timeu e Crítias*, não pareceu ter deixado uma simples alegoria relativa às repúblicas gregas ou em relação ao Mediterrâneo. Pensava que o filósofo poderia se referir às ilhas próximas à Península

¹⁹¹ RIHGB. 212ª Sessão em 15 de dezembro de 1849. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Segunda série, v. 12 (1849), p. 550-557, 1973b.

¹⁹² *Ibidem*, p. 554.

¹⁹³ MATTOS, R. J. C. *Épocas brasileiras ...*, 1974.

Ibérica e ao continente africano, como a Ilha dos Açores, Madeira, Porto Santo, Canárias e Cabo Verde.

Se os antigos não tinham conhecimentos positivos, e detalhados das terras ocidentais agora denominadas – América, ou Novo Mundo – possuíam ao menos, algumas notícias vagas da sua existência, talvez adquiridas dos anais da Finícia, e de Cartago, ou desses homens cujas histórias principiam agora a divulgar-se acompanhadas de reflexões críticas que as privam do maravilhoso.¹⁹⁴

Para Cunha Mattos, versos de Sêneca, Ovídio (em nome de Pitágoras) e Virgílio denominavam lugares desconhecidos. Se esses versos não apresentavam informações verdadeiras ou dados possíveis de ensinar algo à modernidade, seria plausível, então, questionar outras deduções respeitadas com origem em prosas da Antiguidade. Recordou que inúmeras afirmações relativas à história do Egito foram julgadas como fábulas e, em sua época, defrontavam-se com hieróglifos dos templos, das grandes colunas e obeliscos, além de artefatos que demonstravam magníficos mistérios.

De qualquer modo, acreditava que, com o tempo, as descobertas de terras ocidentais seriam inevitáveis. Ele descreveu Cristóvão Colombo como um conhecedor das lições dos antigos geógrafos, um homem versado acerca dos fenômenos da natureza e que se amparava em noções cosmográficas. Sendo um viajante experiente, concordava com uma hipótese corrente que dizia que, ao realizar uma visita à Islândia, em fevereiro de 1477, Colombo provavelmente adquirira ciência das terras groenlandesas, povoadas por dinamarqueses alguns séculos antes. A existência dessa península¹⁹⁵, habitada por pessoas com feições próximas às dos chineses e japoneses, poderia ter provocado especulações sobre seu prolongamento em regiões não muito distantes das terras visitadas pelos noruegueses no século X e colonizadas no início do século XI. Sublinhou que Colombo também estava ciente da existência da antiga Atlântida e dos versos a respeito de terras desconhecidas, a partir dos quais Cunha Mattos assumiu haver indícios relevantes disponíveis ao navegador, deixando, porém, sempre aberta a possibilidade à dúvida.

No geral, apesar das grandes esperanças em encontrar vestígio civilizacionais provenientes do Velho Mundo, esse debate era acompanhado de uma grande preocupação em não negar a Colombo as honras pela sua viagem de sucesso, já que os membros do Instituto

¹⁹⁴ MATTOS, R. J. C. *Épocas brasileiras ...*, 1974, p. 253.

¹⁹⁵ Cunha Mattos utiliza o termo “península”. Em meados do século XIX ainda existiam dúvidas sobre como era a região do extremo norte daquele território. Sem a certeza do que haveria naquela região, era comum presumir que a Groenlândia possuía uma continuação ininterrupta com o nordeste do Canadá.

consideravam que, com inteligência e coragem, o navegador teria conseguido revelar para a Europa este mundo esquecido. Manoel Ferreira Lagos, por exemplo, ressaltou que “Longe de nós o mais leve pensamento de minorar o tributo de admiração pago ao genio e intrepidez do imortal filho do Mediterraneo ; quando elle em 1492 conquistou a America, já esta havia volvido ao nada em que a encontraram os Scandinavos”¹⁹⁶. O enaltecimento direcionado ao navegador o induzia até mesmo a expressar que América era um nome injusto ao continente, pois usurpava uma honra que deveria ter sido direcionada a Colombo.

Essa visão heroica do genovês, exprimida pelos membros do IHGB, partia de uma corrente idealização sobre sua imagem desde o século anterior. Até então, as pessoas lhe ofereceriam pouco protagonismo na narrativa de descoberta do Novo Mundo, mas sua participação foi reimaginada e o navegador se tornou um importante símbolo do espírito da curiosidade e racionalidade, materializando-se como um emblema da iluminação¹⁹⁷. Nos Estados Unidos, o enaltecimento de sua figura alcançou grandes proporções e seu passado europeu foi ignorado para torná-lo o primeiro americano, tanto no sentido de pertencimento ao continente como de nacionalidade, mesmo que ele nunca tenha pisado nos países ao norte¹⁹⁸.

O programa atribuído a Souza Silva pelo Imperador, referente a Cabral ter conhecimentos ou não quanto a terras meridionais do continente americano, apresentava em seu interior questionamentos semelhantes aos que Cunha Mattos avançou com relação à descoberta de Colombo. Souza Silva chegou à conclusão de que a chegada de Cabral nestas partes não foi um acaso e que ele tinha indícios da existência de terras mais ao sul da América. Servindo-se das hipóteses da antiguidade longeva do continente americano, de sua possível ocupação por antigas sociedades do Velho Mundo e dos estudos da Sociedade Real dos Antiquários do Norte de Copenhagen, Souza Silva salientou que a América já era conhecida por antigas civilizações antes de Colombo e Cabral¹⁹⁹. Afirmava não ser possível comprovar se a região brasileira fora conhecida por europeus ou outros povos considerados civilizados, como muitos alegavam. Contudo, declarou que documentos encontrados por Varnhagen, datados de 1493 e 1500, demonstravam que os portugueses já suspeitavam da existência das terras ao sul, antes da chegada de Cabral.

¹⁹⁶ LAGOS, M. F. *Relatorio dos trabalhos do Instituto Historico e Geographico* (1848), 1891, p. 100-101.

¹⁹⁷ HANDLIN, Lilian. *Discovering Columbus. The American Scholar*, v. 62, n. 1, p. 81. 95, 1993.

¹⁹⁸ SCHUMAN, Howard; SCHWARTZ, Barry; D'ARCY, Hannah. *Elite Revisionists and Popular Beliefs: Christopher Columbus, Hero or Villain?*. *The Public Opinion Quarterly*, v. 69, n. 1, p. 2-29, 2005.; HANDLIN, L. *Op. Cit.*

¹⁹⁹ SILVA, J. N. S. *Sobre o Descobrimento do Brazil*, 1888.

O primeiro documento, datado de 5 de setembro de 1493 de Barcelona, seria a carta que os reis católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, escreveram a Cristóvão Colombo. A missiva solicitava agilidade para a partida da segunda viagem à América, instando o navegador a se manter longe de terras portuguesas, “afim de não ser detido ou embaraçado na sua derrota”²⁰⁰. A partir dessa afirmação, Souza Silva pressupôs que os espanhóis soubessem das projeções portuguesas em “intervir nos descobrimentos das terras do novo mundo” e que suspeitassem da existência de ilhas e terras firmes, mais ricas que todas as outras, “situadas no meio da distancia que ia da ponta ou cabo da Boa-Esperança até a raia que o almirante genovez quizera, que viesse na bulla do papa Alexandre VI, e que, a ser assim, necessario emendal-a”²⁰¹.

O segundo documento, de 1º de maio de 1500, era a carta “que de Vera-Cruz escreveu mestre João. physico do rei D. Manoel, ao mesmo afortunado monarcha”²⁰², no qual entendia comprovar as suspeitas dos reis católicos de uma terra firme. Por meio desses registros, Souza Silva asseverou o seguinte:

É pois evidente, á vista de documentos irrecusaveis, coetanos e incontestaveis, que os Portuguezes suspeitaram da existencia das terras, que Pedro Alvares Cabral descobriu demandando-as, quando deu á sua viagem direcção inteiramente nova de que levára Vasco da Gama, e não para fugir ás calmarias da costa de Africa, por quanto esse fito teve tambem o protonauta do Oriente, o ilustre protogonista da epopéa do Homero dos modernos tempos, sem comtudo amarar-se tanto para oeste, nem ser arrebatado das correntes ; [...].²⁰³

Antônio Gonçalves Dias manifestou, entretanto, discordância com seus argumentos, o que rendeu um debate entre os dois autores publicado na Revista Trimensal. O debate animou o Primeiro Secretário, Joaquim Manoel de Macedo, em 1854, quando avaliou a querela como um brilhante certame entre dois ilustres e ativos sócios do Instituto²⁰⁴. Segundo Gonçalves Dias, as viagens dos escandinavos não teriam influenciado a descoberta de Colombo²⁰⁵ e os documentos analisados por Souza Silva eram insuficientes para provar que Portugal tinha conhecimento das terras descobertas por Cabral, imputando ao feito um caráter proposital²⁰⁶.

²⁰⁰ SILVA, J. N. S. *Sobre o Descobrimento do Brazil*, 1888, p. 141. Em termos náuticos, *derrota* significa o rumo planejado para uma embarcação de seu ponto de partida ao de chegada. Pode ser compreendido como um roteiro de viagem.

²⁰¹ *Ibidem*, loc. cit.

²⁰² *Ibidem*, loc. cit.

²⁰³ *Ibidem*, p. 141-142.

²⁰⁴ MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira série, v. 17 (1854), suplemento ao 17º volume, p. 3-51, 1973, p. 37.

²⁰⁵ Sua conclusão corresponde a que Alexander Von Humboldt chegou após analisar esse tema em sua obra *Cosmos*. Humboldt deduziu que em sua viagem Colombo não se inteirou da existência de terras no oeste ou que isso tenha impactado seu roteiro, já que não faria sentido ele ficar sabendo de uma rota no Norte e seguir um curso totalmente diferente (ver mais sobre isso no tópico 3.4 no terceiro capítulo).

²⁰⁶ MACEDO, J. M. *Op. Cit.*

Sua conclusão foi que o descobrimento do Brasil se deu por um erro no roteiro de viagem, no qual “Pedro Alvares Cabral fôra arrastado pelas correntes pelágicas ás costas do Brazil”²⁰⁷.

2.4.2 O legado do Velho Mundo nas tradições indígenas

Conforme foi afirmado por John Monteiro, a Revista Trimensal publicava muitos relatos coloniais inéditos com ênfase em descrições das populações indígenas, particularmente com relação aos Tupi que viviam no litoral²⁰⁸. Para os membros do Instituto, descobrir, editar e recuperar textos, com um pano de fundo etnográfico, versando sobre os primórdios dos povoadores do Brasil, constituía um dos maiores desafios dentre seus objetivos. Por meio dessas fontes, os temas eram aprofundados por estudiosos, romancistas e poetas, que, em muitos casos, transitavam entre os gêneros ficcionais e científicos, ainda sem delimitação clara até o final do Oitocentos. Nesse contexto, o “desenvolvimento de um conhecimento etnográfico acompanhava uma emergente literatura voltada para temas fundacionais”²⁰⁹.

Analisando a obra de Gabriel Soares de Sousa (1540-1591) – relegada ao esquecimento por mais de duzentos anos, reaparecendo no início do século XIX, reorganizada e publicada por Varnhagen –, John Monteiro afirmou que ela “estabeleceu de início uma grande divisão entre duas categorias maiores, a de Tupi e Tapuia”²¹⁰. Os Tapuia eram até então descritos como uma tribo oposta aos Tupi, a sua contradição negativa. Assim, uma das primeiras operações realizadas pelos historiadores imperiais foi a reconfiguração da dicotomia do binômio tupi-tapuia. Neste processo, foi acrescentado um eixo temporal no qual os Tupi passaram a ser vistos como aqueles que heroicamente contribuíram para a consolidação da presença portuguesa, por meio de alianças com os conquistadores. Posteriormente, esses heróis teriam cedido lugar para a civilização superior, restando somente suas marcas em vestígios toponímicos, em seus descendentes mestiços e na permanência da língua geral, cultivada por instâncias da elite “como a autêntica língua nacional”²¹¹. Eram tratados, então, como pertencentes ao passado e, cada vez mais, eram apresentados de maneira nostálgica e romântica.

Da mesma maneira, mas mantendo uma visão negativa, os Tapuia eram os inimigos dos portugueses e um grande obstáculo à civilização. Em contraposição aos nobres Tupi, seriam os selvagens que ofereceram violenta resistência aos portugueses. Contudo, se a nobreza tupi teria

²⁰⁷ RIHGB. Sessão em 9 de dezembro de 1853. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira série, v. 17 (1854), p. 579-583, 1973g, p. 583.

²⁰⁸ MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores*, 2001.

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 26.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 18.

²¹¹ *Ibidem*, p. 29.

sido motor de seu desaparecimento, a ferocidade tapuia permitiu que resistissem às “brutais políticas visando o seu extermínio”²¹², remanescendo ainda no século XIX. No Oitocentos, a reforma dessa representação levou os Tupi a serem considerados como os nobres ancestrais dos brasileiros, mas tratava-se de uma representação ancestral que contrastava com a figura conhecida e visível do indígena contemporâneo no interior do país.

Outra questão relevante observada por John Monteiro é a contradição imperial em relação aos indígenas, que marcou muito o ideário oitocentista. Ele explica que ao mesmo tempo em que a elite reivindicava esse passado comum como referência identitária para a nova nação, em um contexto de separação política, após 1822, o Estado realizava “guerras ofensivas” legalizadas contra os indígenas por todo o país. Em suma, para Monteiro: “O resultante diálogo entre o pensamento científico e a política indigenista produziu, no decorrer do Oitocentos e, de certo modo, do XX, imagens e opiniões conflitantes, ora promovendo a inclusão das populações indígenas no projeto de nação, ora sancionando a sua exclusão”²¹³. Nitidamente, esse contrassenso impunha adversidades ao projeto nacional, e é dessa forma que a operação de temporalizar representações dos Tupi e dos Tapuia serviu a essa elite intelectual e política. Como nos explica Daher, “o índio, o *outro* nacionalizado e, no mesmo movimento, ideal das origens, não podia ser tapuio – destribalizado, caboclicado ou aculturado”²¹⁴. Concepção aprofundada pela historiografia e pela literatura oitocentista, pois quando o índio idealizado, especialmente o Tupi, é lançado para o passado ele pode ser integrado às origens por meio de um distanciamento do índio contemporâneo e, portanto, visível.

Como podemos ver até agora neste capítulo, as páginas da RIHGB demonstravam a preocupação que os intelectuais do Instituto em meados do século XIX tiveram em relação às origens das populações indígenas, tanto na dimensão pré-colombiana quanto, mais particularmente, na dimensão pré-cabralina. À inquietação sobre os primórdios da civilização americana se estendeu o anseio de apurar se o Tupi e o Tapuia seriam descendentes de uma mesma linhagem ou não e o que explicaria a diferença entre essas nações. No período estabelecido como recorte para este trabalho, não há um só texto na Revisita Trimensal que tenha como proposta principal fazer essa discussão. Contudo, essa foi uma abordagem presente no interior de muitas publicações e documentações do IHGB, em particular nas dissertações que abordavam objetos de interesse histórico e com caráter mais etnográfico.

²¹² MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores*, 2001, p. 30.

²¹³ *Ibidem*, p. 131.

²¹⁴ DAHER, Andrea. *A Oralidade Perdida*, 2012, p. 211, grifo da autora.

Assim como Cerqueira e Silva, Varnhagen também respondeu ao pedido de Freire Allemão que visava levantar informações sobre as populações indígenas nas províncias, mas não submeteu um trabalho e, sim, uma carta enviada de Madrid ao IHGB em abril de 1849²¹⁵. Mostrando-se muito interessado no tema, decidiu esboçar algumas opiniões que o assunto lhe despertava, partindo do princípio de que o pouco conhecimento em relação aos “desgraçados indígenas”²¹⁶ não se devia ao esquecimento dos escritores antigos, que teriam dedicado muitas páginas ao assunto sem realmente avançarem na história das raças. Haveria, portanto, registros volumosos de costumes, usos e tecnologias, praticamente gerais a todas as raças, mas os cronistas teriam ignorado os assuntos que poderiam, de fato, elucidar suas divisões.

Nesse sentido, afirmou que muitos se limitaram a escrever nomes de grupos dissonantes, o que poderia funcionar, segundo ele, para se referir aos povos mais conhecidos, tais como judeus, chineses ou ciganos. Ademais, essas listas de nomes e termos raros que circulavam eram constantemente plagiadas, adulteradas e acompanhadas de fábulas disseminadas no processo de recepção. Lembrou que Hervas, em um trabalho sobre línguas indígenas²¹⁷, teria distinguido cinquenta e uma nações diferentes que não seriam tupi nem guarani, além de outras setenta que ainda seriam duvidosas. Contudo, para Varnhagen, as apurações já demonstravam que muitas dessas nações seriam apenas uma, diferenciadas apenas por nomes distintos designados por cronistas da época colonial.

Também salientou que o erro se dava às próprias raças indígenas, que criavam alcunhas para outros grupos de acordo com suas relações. Como principal exemplo, explicou que o nome tapuia surgira da denominação guarani que significava “*barbaro*” ou inimigo, mas que “se insiste a ignorância que haja sido o nome de uma grande nação”²¹⁸. Para ele, os Tupi intitulavam seus inimigos como tapuia, da mesma forma que os antigos romanos se referiam aos estrangeiros e adversários como bárbaros. Portanto, Varnhagen refutava a ideia da existência de uma nação tapuia, afirmando que a melhor prova disso era que os Tupi também se referiam aos inimigos europeus por este termo, a depender de suas alianças. Com isso, reforçou que a

²¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Ethnographia indigena, linguas, emigrações, e archeologia. Padrões de Marmore dos Primeiros Descobridores.* (carta dirigida ao 1º Secretario Perpetuo do Instituto pelo socio correspondente o Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen). *RIHGB*, Rio de Janeiro, Segunda série, v. 12 (1849), p. 366-376, 1973.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 366.

²¹⁷ Estaria se referindo ao teólogo Lorenzo Hervas, autor da obra *Catalogue de las lenguas de las naciones conocidas, y numeración, división y ciases de estas según la diversidad de sus idiomas y dialectos*, publicada em 1800.

²¹⁸ VARNHAGEN, F. A. *Op. Cit.*, p. 367.

melhor forma de estudar as raças indígenas e dissipar esses erros seria pelo exame apropriado de suas línguas²¹⁹.

Sobre a origem dos Tupi, Varnhagen declarou que não eram uma raça autóctone, mas um povo conquistador que teria invadido as terras do norte para o sul²²⁰, e não o contrário como supunham algumas hipóteses – desde Hervas, muitos etnógrafos alegavam ser o Paraguai o solo primitivo dos aborígenes. Seus estudos demonstravam que os Tupi e os Guarani migraram por conta de suas habilidades de canoagem e marinha de guerra, comparando-os, assim, aos normandos e aos “Jasons e argonautas da sua mythologia”²²¹.

Diferentemente de outros intelectuais do IHGB, Varnhagen não considerava importante perseguir os vestígios de uma suposta raça anterior aos Tupi, pois poderia significar uma perda de dinheiro e de tempo ao Instituto, como afirmou na sua missiva.:

Não creia V. S^a de tudo isto que sonho com cidades encantadas , e que sou de opinião que se devem buscar como quem busca ouro. Não senhor : tanto mais que eu sou d’aquelles que crê que o ouro não se deve buscar, mas que deve elle apparecer [...]. Repito: eu que vi altissimos jequitibás e tão fortes begnonias e melanoxilons, cujas raizes vestiam sem penetrar um monte d’ostras cortado a pique [...], creio tudo possível. Mas que não se abuse de tal crença ; convém estar prevenido para seguir a pista d’algum indício, mas perder o tempo e o dinheiro a procurar e maneira alguma. As roças e as aberturas de estradas serão n’este sentido os verdadeiros exploradores.²²²

Por sua vez, Cerqueira e Silva, ao refletir a respeito dos indígenas da província da Bahia, disse que a opinião mais generalizada seria justamente aquela que reduzia todos os aborígenes brasileiros a duas nações²²³. De um lado, estariam as tribos mansas e mais tratáveis, que ocupavam a costa e falavam o mesmo idioma. Estes seriam os grupos que se comunicavam pela língua geral, gramaticalizada por José de Anchieta, como os “Tobayáras, Tupis, Tupinambás, Tupinaes, Tupimínós, Amoipirás, Araboiarás, Rariguarás, Potiguares, Tamoyos, Carijós, e

²¹⁹ Comentou que muitas dificuldades surgiam enquanto estudava a história da colonização e civilização do Brasil, trabalho que estava redigindo há quinze anos naquele momento, principalmente por desconhecer a qual família pertencia a língua de uma ou outra raça. Varnhagen aproveitou para pedir ao Instituto que propusesse em seu nome um aumento da proposta de Freire Allemão para que incluísse a questão de como as tribos de cada província expressavam algumas palavras, e elencou a que possuía mais interesse: “*sol, lua, fogo, agua, terra, peixe, mel, branco, preto, pé, mão, rir, chorar*, e finalmente os numeraes até onde saibam ou soubessem contar”. VARNHAGEN, F. A. *Ethnographia indígena, linguas, emigrações, e archeologia* (1849), 1973, p. 369.

²²⁰ O seu argumento foi de que os Tupi, quando perseguidos pelos conquistadores, refugiaram-se instintivamente em seu ninho pátrio, localizado ao norte do Brasil. Tal ideia também influenciou o raciocínio de Gonçalves Dias, quando ele discutiu essa temática. DIAS, Antônio Gonçalves. *Brasil e Oceania*. (Memoria apresentada ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro e lida na augusta presença de sua Magestade Imperial). *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 30, segunda parte, p. 5-192 e 257-292, 1867.

²²¹ VARNHAGEN, F. A. *Op. Cit.*, p. 373.

²²² *Ibidem*, p. 372-374.

²²³ SILVA, I. A. C. *Dissertação Historica, ethnographica e politica sobre Quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a provincia da Bahia ...*,1973.

quaesquer outras tribus que tambem fallavam aquelle idioma”. Por outro lado, os Tapuia seriam subdivididos em muitos povos, com cerca de cem línguas, destacando-se os “Aymorés, Potentús, Guaitacás, Guaramonis, Guaregorés, Jeçarussús, Amanipaqués, Payeras e outros muitos, cuja raiz primitiva ou procede da denominação do logar que habitam, ou do principal que os dirigia”²²⁴.

Explicou que, originalmente, o território ocupado pelos Tupi pertencia aos Tapuia, mas que estes foram empurrados para o interior do país após sucessivas guerras territoriais contra os Tupinae. Emigrando para o sertão, ainda sofreram a perseguição dos Tupinambá, que ocupavam as margens do Rio São Francisco, além dos Amoipirá e dos próprios Tupinae. Os Botocudo, especialmente os Aymoré, seriam a única nação que, após os conflitos com os Tupi e mesmo com os colonizadores, teriam conseguido se manter forte e poderosa, mas ainda selvagem.

Com base em Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), afirmou que os Botocudo tinham uma fisionomia muito próxima à da raça mongólica, e que “o canto dos Chineses não é em realidade senão o dos Botocudos extremamente modificado”²²⁵. Comparando essas duas línguas, alegou que eram muito semelhantes, principalmente pelas falas muito aspiradas. Dessa forma, perguntou-se se não seria possível que esses Tapuia tenham suas origens na Ásia, enquanto outras povoações deviam sua linhagem aos ramos menos nobres da raça caucásica, como os fenícios. Já no continente americano, esses herdeiros da raça caucásica teriam tido seus traços alterados pelo clima e pela mistura com os indígenas de ascendência mongólica. Ele retornou, com isso, às teorias sobre a passagem do estreito de Bering²²⁶, que sustentavam, inclusive, a ideia da origem asiática dos Aymoré.

Com essas considerações, os Tapuia poderiam ser da raça dos mongóis, enquanto os índios de língua tupi pertenceriam a uma distante ramificação da raça caucásica. Considerando que essa antiga herança seria supostamente fenícia, Cerqueira e Silva afirmou que “Jorge de Horn pensa que em éras afastadas fôra a America povoada pelos Huns e Tartaros cathayenses, e que pelo diante foram os Carthaginezes e os Phenicios lançados sobre a costa occidental do

²²⁴ SILVA, I. A. C. *Dissertação Historica, ethnographica e politica sobre Quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a provincia da Bahia ...*, 1973, p. 152-153.

²²⁵ *Ibidem*, p. 159.

²²⁶ Este trabalho focou na preocupação acerca das origens especificamente no IHGB em meados do século XIX. Todavia, dúvidas e discussões sobre a matriz da sociedade primitiva americana já era um assunto presente desde a chegada dos europeus à América. A ideia de uma possível migração pelo estreito de *Behring* como origem da população primeva do continente não foi uma invenção do século XIX, pois já era considerada desde o século XVII. Conf.: ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. *Arqueologia em perspectiva*, 1999-2000.

Novo Continente”²²⁷. Os descendentes dos mongóis, que teriam chegado na América em uma época extremamente remota, seriam bem menos civilizados do que os fenícios. Ao chegarem no continente, tiveram que repelir os Tapuia para o interior, o que estaria de acordo com a tradição histórica da ocupação dos Tupi no litoral brasileiro.

Para Joaquim Norberto de Souza e Silva, as semelhanças entre as línguas de todos os aborígenes do Brasil, assim como as de seus costumes e tradições, provavam que todos descendiam dos Tupi, e que um dia foram apenas uma grande nação. Para isso, recorreu a Alcide D’Orbigny (1802-1857), que teria classificado todos os indígenas nessa raça única, intitulada *Brasilio-Guarany*, subdivididos nas nações dos *Guarani* e *Boticudo*, segundo o critério linguístico, que aponta para a “reunião de homens que fallam uma lingua derivada de uma origem commum”²²⁸.

Empregando uma distinção entre índios bárbaros habitantes do sertão e os do litoral, menos ferozes, disse ser certo que entre os bárbaros havia diferenciações pela linguagem, que já não tinha quase nenhuma relação com a língua geral de seu tempo. A variação linguística, menor nos índios litorâneos, era prova de que, para ele, os bárbaros eram uma divisão que datava de tempos mais remotos e que, segundo o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied²²⁹, a linguagem seria uma característica mais importante para pensar a separação das tribos do que seus costumes. Porém, seria muito difícil, ou mesmo impossível, apresentar as relações entre as línguas das várias tribos do Brasil, de modo que seus grupos fossem comparados.

Supôs que, como os indígenas eram errantes e nômades, subsistindo da pesca, caça e sempre em busca por novos lugares para praticar a agricultura, as tribos se subdividiam e esses grupos se afastavam. Com o tempo, qualquer afinidade e sentimento de união eram dissipados, neutralizando antigas relações e viabilizando violentas disputas por regiões férteis ou pelo sentimento de vingança transmitido dos pais para os filhos. Os portugueses, por sua vez, teriam atribuído uma série de desinências impróprias ao entrar em contato com essas complexas relações. Dessa forma, teriam registrado como um mesmo povo diferentes segmentos que não possuíam nenhuma relação ou compreenderam uma mesma nação, que possuía grupos em conflito, como se fossem povos totalmente diferentes. Segundo ele, o resultado foi uma grande

²²⁷ SILVA, I. A. C. *Dissertação Histórica, ethnographica e politica sobre Quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a provincia da Bahia ...*, 1973. p. 159.

²²⁸ SILVA, J. N. S. *Memoria historica e documentada das aldêas de indios da provincia do Rio de Janeiro*, 1973, p. 120.

²²⁹ A obra citado por Souza e Silva do príncipe de Wied-Neuwied foi: MAXIMILIEN, Alexander Philipp. *Voyage au Brésil dans les années 1815-1816 et 1817*. Traduzido do alemão para o francês por J. B. B. Eyries. vol. 3, tomo 3. Paris, 1821-1822, p. 17.

confusão terminológica e uma substancial adversidade para o real conhecimento dos novos de cada povo.

Para Souza e Silva, uma metodologia de análise linguística, procedendo tribo por tribo, poderia permitir remontar as origens dos indígenas segundo as orientações de Gonçalves Dias, que em seu memorial *Brasil e Oceania* fazia a seguinte proposta:

Comparar o estado physico, intelectual e moral dos indígenas da quinta parte do mundo com o estado physico, intelectual e moral dos indígenas do Brazil, considerados uns e outros na época da respectiva descoberta, e deduzindo d'esta comparação quaes ofereciam n'essas mesmas épochas melhores probabilidades á empresa da civilização.²³⁰

Este memorial foi resultado de um programa inicialmente proposto pelo sócio Desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, na 127ª Sessão do Instituto em 10 de outubro de 1844²³¹. Assim como vários temas apresentados ao longo dos anos, este não havia sido desenvolvido por nenhum dos membros do IHGB. Na mesma primeira sessão com participação do imperador D. Pedro II, em dezembro de 1849, a mesma em que atribuiu a Joaquim Norberto de Souza Silva o programa para refletir se a descoberta do Brasil foi um acidente ou não, ele também distribuiu o programa de comparação entre os indígenas do Brasil e da Oceania a Gonçalves Dias²³².

O memorial que resultou desse trabalho foi lido ao longo das sessões do Instituto, conforme demonstrado nos relatórios de atividades das sessões de aniversários do IHGB de 1852 e 1853²³³. No relatório de 1852, comentou-se o progresso dos programas distribuídos pelo imperador, e em particular fez-se o encômio de Gonçalves Dias²³⁴. Gonçalves Dias encaminhara um vocabulário de termos de uma língua “não portuguesa”, mas em uso no Brasil, e outros escritos de cunho etnográfico sobre os indígenas, enquanto reunia manuscritos e notícias importantes para seu trabalho.

Sua obra foi dividida em duas partes, uma delas a respeito dos indígenas do Brasil e a outra relativa aos aborígenes da Oceania, e foi publicada postumamente ao longo do trigésimo

²³⁰ RIHGB. 212ª Sessão em 15 de dezembro de 1849, 1973b, p.554.

²³¹ *Idem*. 127ª Sessão em 10 de outubro de 1844. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), 3. ed., p. 458-501, 1973a.

²³² *Idem*. *Op. Cit.*, 1973b.

²³³ MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório. RIHGB, Rio de Janeiro, Terceira série, tomo 15 (1852), 2. ed., p. 486-519, 1888; & MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do Primeiro Secretario Dr. Joaquim Manoel de Macedo. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira Série, tomo 16, p. 563-600, 1853. O Relatório de 1853 anunciou que a obra de Gonçalves Dias seria publicada no ano seguinte, mas isso não ocorreu. Na Revista, foi publicada em 1857. Como livro, em 1869: Obras posthumas de A. Gonçalves Dias: precedidas de uma noticia da sua vida e obras pelo dr. Antonio Henriques Leal. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4445>. Acesso em 11 de maio de 2022.

²³⁴ MACEDO, J. M. *Op. Cit.*

tomo da Revista do IHGB, em 1867²³⁵. Ao discorrer sobre o estado físico, moral e intelectual dos indígenas do Brasil, conforme previa o programa, Gonçalves Dias também reforçou ser este um assunto complicado, com muitas hipóteses, e que, por mais bem fundadas que aparentassem, muitas chegavam ao limite duvidoso entre o verdadeiro e o verossímil. O grande problema seria conseguir formas confiáveis para estudar aqueles que não tinham meios de transmitir suas ações para a posteridade, deixando apenas recordações e tradições contraditórias.

Apesar disso, baseando-se nas afirmações de Ferdinand Denis, entendia que, na falta de dados positivos e seguros, as tradições e relatos disponíveis poderiam ser comparados aos aspectos contemporâneos dos habitantes americanos, pois as semelhanças de linguagens, crenças, identidade, índole e costumes permitiriam indicar possibilidades para análises históricas. Isso porque, segundo ele, mesmo passando por transformações, os indivíduos sempre conservam resquícios de seu passado, traços que julgou jamais poderem ser desassociados da educação política e social das pessoas.

Embora essa compreensão fosse, para ele, genérica, seria uma forma possível de comparar os indígenas do Brasil com de outros lugares, particularmente com os da América do Norte. Como já vimos com Varnhagen, havia um debate se os Tupi teriam avançado em sua conquista surgindo do norte ou se expandido pelo sul. Gonçalves Dias tomou partido na discussão, dizendo que já havia defendido em outro trabalho que a teoria mais provável era a migração dos indígenas do norte para o sul, em concordância com os estudos de Varnhagen, lançando uma advertência quanto à possibilidade de se perder no “labyrintho inextricavel das epochas primitivas da nossa historia”²³⁶.

Refletindo quanto às origens da raça dos Tupi, afirmou que ela não poderia ser considerada autóctone do território brasileiro, ressaltando haver uma grande distinção na relação entre os povos presentes no interior e aqueles que habitavam o litoral. Ambos tinham conflitos internos, porém criavam alianças e tratados de paz entre si. Contudo, a paz entre os indígenas do litoral e do sertão seria algo muito raro, traço de um ódio e uma inimizade antiga e indelével que motivava essa profunda cisão. Essa discórdia seria marcada profundamente pela invasão e conquista dos Tupi, que teriam obrigado os Tapuia a se retirarem.

Entendia que seus estudos linguísticos demonstravam que era possível comprovar que os Tupi eram invasores que dominaram o litoral brasileiro, mas não seriam os seus habitantes primitivos. Explicou que, na organização social desses índios, as mulheres viviam muito separadas dos homens, chegando a ter vocábulos distintos para se referir às mesmas coisas. Para

²³⁵ DIAS, A. G. *Brasil e Oceania*, 1867.

²³⁶ *Ibidem*, p. 9.

ele, isso indicaria que muitas mulheres foram feitas prisioneiras durante a conquista e, ao serem absorvidas pela sociedade dos dominadores, conservaram expressões de seu “idioma original”. Sendo povos com forte distinção sexual nos costumes e nas práticas sociais, as mães teriam transmitido esses vocábulos para suas filhas, enquanto os filhos viviam muito próximos dos pais para aprenderem as atividades guerreiras, não assimilando os hábitos linguísticos maternos. Afirmou não notar essa distinção entre os Caraíba habitantes das Antilhas, que se acreditava terem a mesma origem dos Tupi.

Mas se os Tupi, a raça mais numerosa e mais forte que ocupava as praias, as matas mais abundantes e as margens dos grandes rios, era um povo invasor, perguntou-se, então, de onde vieram? Decerto, Gonçalves Dias acreditava que os grupos constituintes da raça tupi tinham uma mesma origem, pois todas eram denominadas por vocábulos de uma mesma língua: “*Tupy*, formado da palavra *tupá*, era a tribo mãe. *Tamuya* ou *Tamoyo*, avô ; *Tupiminós*, netos ; *Tabajáras*, cunhados ; e alguns outros mais.”²³⁷. Sobre sua aparição, já havia manifestado sua primeira resposta, concordando que viriam do norte e não do sul, contra a opinião de D’Orbigny, referência corrente em sua obra. D’Orbigny defendia que os Guarani, fugindo dos temíveis Charrua, habitantes da região do atual Uruguai e norte da Argentina, teriam sido impelidos para o norte do continente e conquistados novas terras. Porém, Gonçalves Dias o acusou de não ter consultado corretamente a história do Brasil que exibia as evidências de uma pressão exercida do Norte em direção ao sul do país e da reação dos indígenas frente aos conquistadores europeus, que se retiraram em direção ao Amazonas e às florestas setentrionais, conforme observado por Varnhagen.

Destacou os anais mexicanos como documentos relevantes para elucidar a questão da emigração indígena na América. De forma imperfeita, os registros mencionavam que, no século XI, uma peste teria convertido o México em deserto e sua população somente teria se renovado por meio de um povo guerreiro surgido ao norte. Não há uma especificação de quem seria esse povo guerreiro, mas, para Gonçalves Dias, essa crônica seria mais um indício de que o povo tupi seria o resquício de uma civilização antiga, desconhecida e setentrional. Como não foi possível a completa eliminação dos inimigos ao sul pelos Tupi, eles fugiram para o interior e lá conseguiram se reerguer. Modificados, fortalecidos e sem muitas referências culturais de seu passado, os Tapuia (Aymoré ou Botocudo) voltaram sua atenção para as terras litorâneas e contra-atacaram. O cenário encontrado pelos europeus foi de combate entre essas nações, como atesta:

²³⁷ DIAS, A. G. *Brasil e Oceania*, 1867, p. 15.

Assim que nem todas as tribus do litoral eram *Tupys* ; nem todas as do interior *Tapuyas*. Nem todas por tanto eram do mesmo gráo domesticáveis ; e os meios que se empregassem para a civilização e catechese de uns, não seriam talvez igualmente applicaveis a todos. Para os *Tapuyas*, era preciso achar algum modo de se unirem, de viverem em lugares aldêados sob tal ou qual forma de sociedade e de disciplina, ao que repugnavam : para as do litoral era preciso fazer-lhes perder o amor ás lutas carniceiras, e aos sanguinolentos triumphos, em que faziam consistir toda a sua gloria²³⁸

A respeito dos Tapuia, afirmou que muitas informações a seu respeito se perderam porque os descobridores não conviveram em seu meio. As informações que recebiam eram aquelas oferecidas pelos seus aliados, de modo que o temor e a ignorância induziram relatos exagerados sobre a quantidade e diversidade de suas línguas, pouco servindo para o estudo de suas características. Ainda assim, Gonçalves Dias defendeu que os Tapuia foram os primeiros povoadores do país e, apesar de não ser possível remontar a sua origem, sua índole e seus costumes se pareciam com os da extensa raça dos Pampa, “sendo uns e outros indomesticaveis, nada agrícolas, nomades sempre e caçadores por excellencia”²³⁹.

Os relatos dividiam os Tapuia em inumeráveis nações, com várias linguagens e dialetos diferentes, pluralidade esta cautelosamente aceita por Gonçalves Dias. De acordo com o príncipe Wied-Neuwied, a experiência demonstrava que a separação das tribos influenciava suas línguas, sendo possível encontrar variações em diferentes ramos de uma mesma raça, como Souza e Silva também descreveu. A confrontação da linguagem de diversos povos considerados distintos demonstrava que as diferenças existentes não eram tão grandes quanto às observadas entre povos falantes de um mesmo idioma. Porém, isso apenas indicava que uma resolução satisfatória relativa à variedade de línguas presentes no Brasil seria mais difícil. A semelhança de costumes, caracteres essenciais em uma desinência comum, entre outras similaridades, seriam indícios de que certos idiomas teriam uma mesma origem, embora diversificados em vários aspectos. Assim, especulava-se de que todas as tribos tapuia seriam ramificações do que um dia havia sido uma mesma família, segundo Gonçalves Dias.

Modernamente se tem querido reduzir a uma unica a estructura de todas linguas que foram encontradas na America ; mas, sem adoptar plenamente esta opinião, que se torna suspeita pela sua mesma generalidade, não será muito arriscado considerar estas chamadas linguas diferentes como girias ou dialectos produzidos pela dispersão de uma raça, e que como taes variam na razão do tempo em que se separaram, do espaço que percorreram, da distancia

²³⁸ DIAS, A. G. *Brasil e Oceania*, 1867, p. 43.

²³⁹ *Ibidem*, p. 45.

em que se achavam umas das outras, e das tribus com as quaes estivessem em contacto.²⁴⁰

Contrastando de maneira mais direta os Tapuia e os Tupi, Gonçalves Dias descreveu os primeiros como mais altos e mais claros; mais ferozes; sem nenhuma ideia de religiosidade e devoradores de carne humana; não construíam casas, aldeias ou cultivavam lavouras, chegando a se alimentar apenas de carne crua e de raízes. Essa avaliação embasava o argumento de que os autores que julgaram os indígenas da América como pertencentes à mesma família ou raça, como D'Orbigny, estavam enganados por avaliarem as diferenças apenas como resultado da dispersão. Sua conclusão, correspondendo às teorias mais gerais, fundamentadas em Von Martius e Spix, seria de que a grande diferença entre eles era que os Tapuia pertenciam à raça mongólica, com uma linguagem diferente e diversificada. Os Tupi não eram errantes; viviam em casas e aldeias; praticavam a agricultura e somente sacrificavam prisioneiros pelo amor à vingança, e não por desejo de devorar a carne humana. O memorial de Gonçalves Dias avançou, portanto, a ideia de que havia duas raças visivelmente distintas, com origens incertas, habitando o território encontrado pelos navegadores europeus.

2.4.3 Expectativas arqueológicas

Naquele contexto, o interesse arqueológico avançava. As ruínas encontradas na Europa desde o século anterior maravilham muitos intelectuais, e a expectativa de se descobrir indícios de uma civilização ancestral no interior do Brasil era reforçada pelos vestígios achados em outros países da América. No século XVIII, as escavações ao pé do Vesúvio chamaram muita atenção, após a descoberta das cidades bem conservadas de Pompeia e Herculano, soterradas devido a uma erupção do vulcão datada em 79 d.C. e consideradas como grandes descobertas civilizacionais da Antiguidade, estimulando muitos estudiosos por todo o mundo. Naquela mesma centúria, grandes construções eram encontradas pelo México, com ruínas sofisticadas e bem conservadas. Essas descobertas propiciaram inúmeras manipulações ideológicas do passado mexicano, estimulando a criação de várias comissões oficiais incumbidas de investigar, coletar objetos preciosos e emitir relatórios a respeito de seus monumentos²⁴¹. Como exemplo, uma comissão foi estruturada em 1786 para investigar a cidade

²⁴⁰ DIAS, A. G. *Brasil e Oceania*, 1867, p. 48.

²⁴¹ LANGER, J. *Os enigmas de um continente*, 2001.

de Palenque, com um relatório publicado em Londres, em 1822, concluindo que as ruínas eram de origem egípcia²⁴².

Menções as essas e outras cidades encontradas pela América eram constantes nas páginas da Revista Trimensal. No Brasil, estruturas ancestrais não haviam sido encontradas e até mesmo os artefatos antigos não eram abundantes como em outros países²⁴³. Contudo, não faltavam expectativas de fazer tais descobertas no sertão brasileiro. Decerto, essa valorização de ruínas e outros tipos de indícios civilizacionais, principalmente inscrições, projetava um horizonte de expectativa, desde o primeiro ano de fundação do IHGB. Como visto, as esperanças eram alimentadas numa dupla via: por um lado, pelos inúmeros relatos de achados arqueológicos de que se tinham notícia no exterior; e, por outro, pelas especulações ainda não confirmadas de ruínas, inscrições e outros vestígios no Brasil.

Souza Silva ressaltou que no interior do país se encontravam várias inscrições hieroglíficas que deveriam ser estudadas com mais afinco, para que fosse possível diferenciá-las de ações humanas ou do tempo²⁴⁴. Manoel Ferreira Lagos, contudo, acusava os viajantes de reproduzirem incorretamente os caracteres cuneiformes, rúnicos e hieroglíficos impressos em artefatos brasileiros, pois a grande maioria não eram iniciados na leitura de línguas antigas²⁴⁵. Logo, denunciava que se copiavam as marcas com inexatidão, reproduzindo-se falhas abertas pelo passar do tempo e não se prestava atenção às partes mais apagadas. Segundo o Secretário do Instituto, essa situação possivelmente mudaria com o desenvolvimento de uma técnica baseada na cópia *fac simile*, em gesso, inventada em 1845 por Lottin de Laval em suas viagens pela Ásia, posteriormente conhecida como lotinoplastia (do francês “*lottinoplastie*”).

Ao longo das publicações, as conferências das sessões de aniversário enfatizavam achados arqueológicos por todo o continente, com um nítido encanto pelas ruínas mexicanas das cidades de Palenque e Mitla, comparadas com as antiguidades egípcias, sírias²⁴⁶ e gregas²⁴⁷. Para Manoel Ferreira Lagos, o México deveria ser considerado como a terra clássica da antiga civilização e das artes na América, descrevendo que era possível encontrar altos *teócallis*²⁴⁸ espalhados por todo o país. As ruínas mexicanas eram ricamente compostas por monólitos, obeliscos, aquedutos, pontes trabalhadas em pedra lioz, entre as quais sobressaíam as pirâmides

²⁴² LANGER, J. *Os enigmas de um continente*, 2001.

²⁴³ PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brasil? *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 3, p. 149-157, 1841.

²⁴⁴ SILVA, J. N. S. *Sobre o Descobrimento do Brazil*, 1888, p. 140.

²⁴⁵ LAGOS, M. F. *Relatorio dos trabalhos do Instituto Historico e Geographico* (1848), 1891, p. 99.

²⁴⁶ *Idem. Relatorio dos Trabalhos do Instituto no sexto anno acadêmico...*, (suplemento-1844), 1973.

²⁴⁷ *Idem. Op. Cit.*

²⁴⁸ Um tipo de construção encontrada na Mesoamérica com estrutura piramidal com um templo em seu topo.

de *Paupatla*, as cidadelas de *Xochicalco*, o templo de *Copan*, com seus ídolos singulares, “figuras de crocodillos gigantes, zodiacos e hieroglyphicos, que mostram terem sido traçados por mão muito habil de um povo chegando a seu grande desenvolvimento das faculdades intellectuaes”²⁴⁹. O Primeiro Secretário considerava Palenque e Mitla como nomes mágicos que ilustravam o que os seres humanos poderiam construir de mais grandioso e duradouro:

Palenque ! emphaticamente appellidada a Thebas americana, com suas ruas de templos colossaes de marmore e de basalto, ornados de primorosos baixos relevos, um d’elles manifestando antigo culto da cruz !²⁵⁰ Os seus monumentos offerecem um mixto de indico, egypcio e arabe : muitos imitam as obras indostanicas, approximando-se de caracter dos templos de Ellora e das cavernas de Salcete. [...]. Mitla ! a necropole magestosa, com suas muralhas de mosaicos, ornamentos gregos, arabecos e variadas esculpturas !²⁵¹

Ademais, não apenas os achados setecentistas na América ou as já citadas ruínas de Pompeia e Herculano impressionavam os intelectuais brasileiros na primeira metade do século XIX. Lagos também se referia às ruínas mexicanas de *Chi-Chen*, encontradas no ano de 1843²⁵², como uma prova de que as explorações ainda não haviam esgotado todas as antiguidades americanas. Von Martius afirmou que nenhum historiador interessado em formar um juízo sobre as antiguidades do país poderia se abster de estudar as ruínas de *Paupatle*, *Uxmal*, *Copan*, *Quinto* e *Tiaguanoro*, entre outras descobertas pelo continente americano. Para ele, se vestígios monumentais semelhantes ainda não haviam sido encontrados no Brasil, não indicava nenhum motivo para duvidar da existência de ruínas antigas no interior do país.

Não apenas para Von Martius, mas também para os demais intelectuais brasileiros, a experiência recente havia deixado claro que o continente ainda era extremamente inexplorado e muito ainda estava por ser descoberto. O Império se situava em uma enorme massa continental de florestas e sertões ainda não suficientemente conhecidos, onde, provavelmente, antigos monumentos aguardavam algum explorador²⁵³. A exemplo da cidade mexicana de *Paupatla*,

²⁴⁹ LAGOS, M. F. *Relatorio dos Trabalhos do Instituto no sexto anno acadêmico...*, (suplemento-1844), 1973, p. 104.

²⁵⁰ Adiante o Primeiro Secretário explicou que o membro Araújo Porto Alegre teria manifestado que o culto da cruz entre os astecas seria algo moderno ou uma combinação de linhas que nada comprovava. Também aproximou as vestes em um ídolo representado por uma estátua que seria semelhante com as vestimentas dos índios boopés do Pará. *Ibidem*, *loc. cit.*

²⁵¹ *Idem*. *Relatorio dos trabalhos do Instituto Historico e Geographico* (1848), 1891, p. 104.

²⁵² *Idem*. *Op. Cit.*

²⁵³ José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, presidente do IHGB desde sua fundação até sua morte em 1847, no Discurso da 1ª Sessão de Aniversário do Instituto, em 1839, já alardeava que a questão do povoamento da América por humanos e animais era um problema histórico e que a geografia do país e suas matas eram antigas e mal exploradas, escondendo essas origens. Conf.: LEOPOLDO, Visconde de São. Discurso do Presidente. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 209-212, 1908.

encontrada em meio a “matas altíssimas e millenarias sobre as construcções de antigos monumentos”, seria plausível semelhante achado nas florestas do Brasil, “que até agora ellas não são conhecidas, nem accessiveis, senão em muito pequena proporção”²⁵⁴. A afirmação do Secretário Manoel Lagos teve origem na dissertação de Von Martius, que ressaltou a relevância de expedições às regiões do sertão do país, principalmente em locais desconhecidos que poderiam guardar grandes riquezas de importância geográfica e etnográfica.

A maior expressão dessas expectativas foi a jornada realizada durante a década de 1840 pelo cônego Benigno José de Carvalho e Cunha. Em 1839, Manoel Ferreira Lagos apresentou aos membros do Instituto um velho documento datado de 1754 que havia encontrado. O manuscrito corroído e parcialmente destruído se assemelhava a um registro de viagem em uma antiga construção no interior da Bahia. O relato versava a respeito de uma estrutura semelhante às antigas fortificações romanas, contendo a descrição de uma grande estátua em seu centro, com inscrições por toda a cidade, transcritas no documento.

Após uma primeira tentativa, no fim de 1840 e no início de 1841, o cônego Benigno empreendeu a esperançosa viagem a que dedicou os últimos anos de sua vida, com o objetivo de revelar antiguidades brasileiras. Ao longo de sua extensa e difícil jornada, o cônego encaminhou relatos para o IHGB sobre seus avanços, que se pode qualificar de utópicos, lidos, entretanto, com muito entusiasmo nas sessões, discutidos em publicações dos membros e mencionados em discursos das sessões comemorativas do Instituto. Os esforços empenhados na expedição e a divulgação tão esperada de seus resultados – que serão abordados com mais detalhe no terceiro capítulo desta dissertação – talvez sejam a ilustração mais viva das expectativas dos eruditos oitocentistas depositadas no trabalho arqueológico em prol da construção de um passado nobilitante para o jovem Império.

2.4.3 A América a partir de mitos do Velho Mundo

2.4.3.1 A lendária Atlântida

Como demonstrado anteriormente, Cunha Mattos já argumentava que os Antigos tinham conhecimento das terras além do Oceano Atlântico. Em um dos números da Revista Trimensal editado em 1843, o cônego Januário da Cunha Barboza publicou um trecho traduzido da obra *Antiguidades Mexicanas*, escrita por Warden alguns anos antes. O excerto selecionado dizia

²⁵⁴ LAGOS, M. F. *Relatorio dos Trabalhos do Instituto no sexto anno acadêmico...*, (suplemento-1844), 1973, p. 21.

respeito às povoações primitivas da América, especialmente às suposições da antiguidade de terras desconhecidas²⁵⁵.

A passagem do texto de Warden intentava demonstrar que existiam escritos notáveis que indicavam o conhecimento de um grande continente além do Atlântico, começando por Platão e a Atlântida. Em *Timeu e Crítias*, por meio dos personagens de Sócrates, Timeu, Hermócrates e Crítias, Platão transmitia “uma tradição comunicada á Solon por um sacerdote egypcio”²⁵⁶, descrevendo uma enorme ilha para além do Oceano Ocidental, chamada Atlântida, “maior que a Lybia (Africa) e Asia juntas” e “habitada por um povo, cujas leis, usos, e commercio eram conhecidos”²⁵⁷. Os governantes da suposta *Atlantida* tinham muito poder sobre outras ilhas e, num passado longínquo ao de Platão, teriam conquistado a *Lybia* e a Europa até a *Tyrrhenia*, hoje na Itália. A ilha teria sido atingida por um grande terremoto que rapidamente a submergiu.

Partindo dessa asserção, Warden asseverou que Crantor, comentador de Platão, atestou a história como verdadeira, explicando que o único a discorrer acerca do assunto antes do filósofo fora “o historiador ethiope Marcello, citado por Proculo”²⁵⁸. Outros como Estrabão, Plínio, Aelien, e Tertuliano teriam repetido tudo o que fora dito por Platão ou, ao menos, mencionaram a tradição descrita por ele. Plínio, refletindo acerca da hipótese de que em tempos longínquos o oceano abriu passagem por entre as montanhas, supôs que talvez os egípcios tenham se confundido por uma má informação ao referirem-se a uma ilha, o que, na verdade, poderia ser um continente, unindo a Europa e a África.

Outros escritores teriam considerado o diálogo de Platão como fantasioso, dos quais Warden destacou Ampelius, Numênio, Jâmblico, Siriano, Proclo, Orígenes e Porfírio, sublinhando que os três últimos seriam pensadores platônicos. Warden destacou, então, os principais pontos levantados a fim de indicar que a Atlântida era um “conto criado”. Conforme destacou, nem Sólon e nem Platão teriam apresentado documentos positivos para corroborar as narrações dos egípcios; além disso, a América ficava a mais de três mil milhas das Colunas de Hércules, no Estreito de Gibraltar, de onde a ilha deveria estar próxima, de acordo com a descrição; dizia-se que a Atlântida era maior do que a Líbia, na África, mas, para isso, deveria ocupar quase todo o Oceano Atlântico; por fim, parecia extremamente fictícia a descrição de

²⁵⁵ RIHGB. Investigações sobre as povoações primitivas da America, etc., Publicadas na obra intitulada – Antiquidades Mexicanas –, 3 vol. Folio, Pariz 1834. Capitulo I da 2ª Parte. Pretendido conhecimento da America pelos antigos. (Escreito por Warden, e traduzido pelo Conego J. da Cunha Barboza). *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 5 (1843), 3. ed., p. 199-219, 1886b.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 199.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 200.

²⁵⁸ *Ibidem*, *loc. cit.*

Atlântida, com muralhas externas de cobre e as interiores de estanho, além dos muros de ouro da cidadela.

Segundo Warden, a Atlântida de Platão estimulava a imaginação de muitos escritores. O dito “conto”, com suposta origem nos anais egípcios, comunicava a existência de outras grandes ilhas e um continente banhado por um grande mar em seu lado oposto. Essa descrição levou muitos a acreditarem que este continente seria o Americano e o grande mar seria o Oceano Pacífico. Se a América fosse o grande continente, ilhas como as Canárias e os Açores seriam os restos da terra de Atlântida, a parte superior da grande terra submersa após o terremoto e do dilúvio. Ao mesmo tempo, outros acreditavam que a própria América seria a Atlântida de Platão, e as ilhas de Canárias e Açores seriam as demais ilhas, na tradição transmitida pelo filósofo.

Resumindo as opiniões do Conde de Buffon, Warden explicou que ambos os hemisférios foram unidos no passado, formando apenas um continente. Um violento terremoto teria atingido a antiga Atlântida, levando-a para o fundo do mar e criando o Oceano Atlântico. Para Buffon, essa poderia ser uma explicação natural para o dilúvio, pois um evento de tamanha magnitude, talvez pela cessão de uma grande caverna no interior do planeta, seria capaz de causar o alagamento universal, presente em tantos costumes pelo mundo. Apoiando-se, a seguir, na autoridade do Barão d’Engel – por sua vez, autorizado por Buffon -, acreditava que a ilha era vizinha da Europa e seus reis teriam dominado a Líbia e a Espanha, guerreando contra os gregos e os egípcios. Elencando um rol de autores que respaldavam a existência de Atlântida, Warden resumiu as hipóteses levantadas até então: em particular, De Pauw sustentava que a América seria a antiga Atlântida; o Dr. Mac Culloh, argumentava que a Atlântida de Platão teria sua identidade “com as Antilhas e as Hesperides, de que fallam Oviedo e outros escriptores”²⁵⁹ e que as ilhas localizadas entre a América e a Europa seriam os restos da antiga ilha; e Montgomery Martin, na sua *History of the British Colonies*, de 1834, dizia que a formação geológica das Américas seria uma prova da existência da Atlântida, particularmente as Ilhas de Bermudas, que pareciam restos de uma grande ilha.

Warden também discutiu a alegação dos continentes terem sido unidos no passado, exemplificando com o fato de que a Grã-Bretanha teria se separado da França e a Sicília da Itália. Dessa forma, afirmou a possibilidade de uma distante união entre a Ásia e a América, especialmente próximo ao Estreito de Bering, uma vez que os muitos vulcões presentes na península de *Kanschatka*, no extremo oriente russo, reforçavam este cenário.

²⁵⁹ RIHGB. *Investigações sobre as povoações primitivas da America, etc.*, 1886b, p. 207.

Partes do globo têm sido destruídas por terremotos ; outras por volcões ; rios têm fornecido novos terrenos pela deposição do seu lodo. O mar apertando-se em um estreito, e transbordando em outro, tem augmentado ou diminuído as terras, separado paizes originariamente unidos, e formado estreitos e golfos novos. Ilhas ha, diz Buffon, que não são precisamente mais do que picos de montanhas, como por exemplo, a de Santa Helena, a de Ascensão, a maior parte das Canarias e dos Açôres.²⁶⁰

Na Revista Trimensal, além da publicação do excerto de Warden, há indícios de que o mito da Atlântida também entusiasmava outros eruditos brasileiros. Como já dito, Manoel Ferreira Lagos proclamou que os resultados das pesquisas de Peter Lund corroboravam a sua retomada²⁶¹. Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva também recorreu à Atlântida, ao sustentar o lugar-comum de que os Antigos tinham conhecimento de grandes terras para além do Oceano Atlântico.

Foi sempre tradição constante entre os Hebreus, Egypcios, Arabes, Gregos e Romanos, que além da Europa e Africa, para as partes do Oceano atlantico occidental, havia um grande continente ; e *a existencia da famigerada Atlantida* que, segundo Platão, era maior que a Europa e a Asia reunidas, ou de tres mil estadios, sobre dous mil de largura, de figura oblonga, abundante em tudo, e que se submergira em uma só noite por cataclysmos que soffrêra, é até sustentada por escriptores do cunho de Mentelle, Voltaire e Raynal.²⁶²

Cerqueira e Silva veiculou informações similares ao do trecho traduzido por Warden, explicando que era de notória certeza que o planeta passou por grandes mudanças físicas em sua superfície, transformações evidentes pelos vestígios idênticos encontrados em lugares afastados por grandes distâncias, mas divididos por um mesmo mar. Destacou especialmente que o Novo Mundo poderia ser, de fato, uma parte restante da antiga Atlântida, reunindo em uma nota breves considerações de alguns autores que comentaram evidências físicas dessa perspectiva, como é o caso do conde Carli, em *Cartas Americanas*.

[...] não será desagradavel addicionar aqui uma observação physica que não é vulgar, e pôde servir de tornar mais verosimil a antiquissima existencia d'aquelle grande continente, e persuadir que é parte restante d'elle o novo mundo. Olhando nós desde a bocca do Rio Grande do Brazil, até a ponta do cabo do Tangrin, na costa africana de Malagueta, por uma linha que faça um angulo com o Equador de 30 a 35 grãos, vêem-se n'ella pela grande extensão do mar Atlântico claros vestigios de haver quasi desaparecido, ou por inundações, ou por outras causas semelhantes, um grande continente, porque n'esta mesma linha se descobre uma continuação de ilhotas, picos e baixos, demonstradores da antiga existencia de uma vastissima região, o que bem

²⁶⁰ RIHGB. *Investigações sobre as povoações primitivas da America, etc. ...*, 1886b, p. 210.

²⁶¹ LAGOS, M. F. *Relatorio dos Trabalhos do Instituto no sexto anno acadêmico...*, (suplemento-1844), 1973, p. 8.

²⁶² SILVA, I. A. C. *Dissertação Historica, ethnographica e politica sobre Quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a provincia da Bahia ...*, 1973, p. 147, Grifos nossos.

mostra M. Buache nos mappas que publicou, e depois reimprimiu o já citado Carli nas suas cartas estampadas em Cremona em 1785.²⁶³

A Atlântida, como foi visto na tradução que o cônego Januário da Cunha Barboza fez do texto de Warden, foi um mito fértil que transitou pelo campo intelectual até o século XIX e, até mesmo, além dele²⁶⁴.

2.4.3.2 As Amazonas

No norte do país, desde o primeiro século de colonização, o tema sobre mulheres guerreiras encontradas nas margens de um grande rio em uma densa e gigantesca floresta suscitava a suposição de que elas seriam representantes de civilizações ancestrais descritas nas narrativas de filósofos clássicos, em destaque os citas e sármatas retratados por Heródoto. Envolvida em narrativas fantásticas, enredos sobre o maravilhoso e muita curiosidade sobre seus habitantes e sua desconhecida flora e fauna, este espaço alimentou fortes projeções fantasiosas disseminadas por exploradores espanhóis, que buscavam dar sentido a essa curiosa imensidão geográfica. Assim, o rio passou a ser conhecido como Amazonas, seguindo o relato do espanhol Francisco de Orellana (1511-1546)²⁶⁵, que empreendeu uma navegação por toda a extensão do rio até o mar e descreveu ter entrado em conflito com as guerreiras.

Na RIHGB, o mito das Amazonas surgiu como assunto em 1840, quando José Silvestre Rebello e Lino Antonio Rebello encaminharam um parecer em nome da *Comissão de Geographia* do Instituto a respeito da obra *Examen critique de l'histoire de la Geographie du nouveau continent*, escrita por Alexander Von Humboldt e publicada entre 1836 e 1839. No parecer, explicaram que Humboldt falou sobre a ficção das Amazonas, como um mito pertencente a todos os homens e épocas, e com quem Colombo teria as encontrando ao fim de sua primeira viagem. A dita Comissão, transparecendo sua própria opinião a respeito do assunto, expressou não defender a existência de nações de Amazonas, seja no mundo antigo ou no novo, mas afirmou crer na existência de mulheres Amazonas, como mulheres guerreiras. Valendo-se da autoridade de Pedro de Magalhães Gandavo, falaram sobre mulheres que seguiam e imitavam os homens em seus ofícios, através da perspectiva que ao fazerem isso

²⁶³ SILVA, I. A. C. *Dissertação Historica, ethnographica e politica sobre Quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a provincia da Bahia ...*,1973, p. 196.

²⁶⁴ Em 1970, Carlos Studart Filho afirmava que a ciência moderna já recusava a veracidade da narrativa de Platão, um “um mito poético e encantador”. Paulo Rivet *apud* STUDART Filho, Carlos. A Nova Atlântida. *Revista do Instituto do Ceará*, ano 84, p. 60-83, 1970, p. 68.

²⁶⁵ Explorador espanhol durante o período de colonização espanhola na América. Seu nome também foi citado no programa elaborado por Joaquim Norberto de Souza Silva.

agiam como se não fossem mulheres. O relato de Orellana foi evocado no parecer, no qual a autenticidade da descrição do navegador foi aventada pela certeza de que indivíduos Amazonas eram encontradas por onde ele passou.

Na ata da 74ª sessão, realizada em novembro de 1841, o sócio Joaquim Norberto de Sousa Silva fez a seguinte proposição para ser elaborada por um dos membros do IHGB:

Se existiram ou não Amasonas no Brasil ? Se existiram, quaes os testemunhos de sua existencia, quaes seus costumes, usanças, crenças? Si se assemelhavam ou indicavam originarem-se das Amasonas da Scythia e Libia, e quaes os motivos de seu rapido desaparecimento? – Si não existiram, que motivos tiveram Orellana e Christovam da Cunha, seu fiador, para nos asseverarem a sua existencia?²⁶⁶

Tal programa ficaria inerte e somente foi propriamente desenvolvido muitos anos depois. Contudo, em um programa desenvolvido por José Joaquim Machado de Oliveira e publicado em 1842, cuja temática foi “Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?”²⁶⁷, a proposta do programa foi mencionada e o tema das Amazonas chegou a ser brevemente abordado. Em seu texto, a preocupação central foi defender que, contrariamente ao que se costumava afirmar em outros escritos, as mulheres não viviam em condições sociais degradantes nas sociedades indígenas conhecidas ou primitivas. No geral, buscou destacar que possuíam posições de autoridade, influência e autonomia em diversos aspectos de sua vida pessoal, de forma até mesmo incompreensível para os colonizadores.

A respeito da proposta de se discutir a existência das Amazonas, aproveitou para oferecer uma resposta a partir de seu ponto de vista. Primeiramente, acusou existir um forte movimento que buscava falsear os relatos acerca das Amazonas encontradas nas margens do *Grande Rio* (Rio Amazonas) por Orellana, criticando diretamente nomes como Raynal e Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva como antagonistas neste assunto. Mencionou que Raynal acreditava que Orellana confundiu homens imberbes com mulheres e que Ignacio Accioli julgava que o explorador inventou as narrativas sobre as guerreiras em sua viagem a fim de comover os ânimos dos conquistadores espanhóis e estimular suas fantasias com o maravilhoso.

Porém, José Joaquim não aceitou tais considerações e as qualificou como tentativas de dismantelar a reputação de Orellana. No tocante às observações de Raynal, defendeu que os exploradores que cruzavam o rio tiveram contato com vários grupos indígenas, constantemente os combatendo, e supôs que certamente teriam se acostumado com o aspecto de seus

²⁶⁶ RIHGB. 74ª Sessão em 4 de novembro de 1841. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 3, p. 493-498, 1841c.

²⁶⁷ OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Programma sorteado na sessão de 3 de fevereiro de 1842: Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 4, p. 168-201, 1842.

adversários, afirmando que geralmente eles andavam nus. De tal forma, acreditava ser inexplicável interpretar que houve algum equívoco por parte daqueles homens em relação ao sexo dos indivíduos que encontraram durante a expedição. Em contraposição aos comentários de Ignacio Accioli, buscou combater uma especulação com outra. Para ele, se o objetivo era inventar algo para alimentar as fantasias dos espanhóis, seria mais condizente com sua época Orellana ter descrito encontros e combates com gigantes ou homens descomunais, o que para ele teria mais sentido do que mencionar mulheres guerreiras.

José Machado prosseguiu justificando que Orellana, ao entrar em combate com grupos compostos por mulheres, teria se lembrado das guerreiras Cítias e, igualmente, as nomeado como Amazonas. Como forma de autorizar seus argumentos, recorreu aos relatos do Padre Cunha, que explorou o rio após Orellana; aos relatos de La Condamine – que foi simpático ao mito de Eldorado e ajudou a reforçar o mito das Amazonas –, pois este teria recolhido narrativas de tradições que José Machado considerou como imparciais e invariáveis; as menções de Southey sobre a existência das mulheres guerreiras; e, por fim, evocou a autoridade de Colombo, que teria se encontrado com tribos exclusivamente femininas.

A esse grupo de autoridade, mesclou as teorias climáticas defendidas por outros escritores a respeito do território brasileiro. Teorias que já haviam sido utilizadas para justificar uma certa inépcia por parte dos indígenas em relação ao trabalho físico e mesmo como recurso para combater a escravidão indígena, foram empregadas por José Machado para justificar que o clima mais doce, com terreno fértil e abundante da América, admitiria a dispensabilidade do trabalho masculino, condições que afirmou serem especialmente presentes nas regiões septentrionais do Brasil. Dentro de sua premissa principal, deixou claro que acreditava que seus argumentos seriam provas suficientes para se comprovar a existência das Amazonas e que a reminiscência dessas guerreiras seria um registro importante e estimulante para as mulheres do país, argumentando que seria uma recordação lisonjeira e de nobreza para o sexo feminino.

Uma década após essas considerações, na sessão de 21 de outubro de 1853, o Imperador D. Pedro II distribuiu o programa proposto por Joaquim Norberto a Gonçalves Dias, indicando que esse ainda era um assunto que despertava interesse²⁶⁸. Naquele mesmo ano de 1853, a conclusão do trabalho por parte de Dias foi anunciada por Joaquim Manoel de Macedo no relatório do Primeiro Secretário, na Sessão de Aniversário do IHGB²⁶⁹, afirmando que, até aquele

²⁶⁸ RIHGB. Sessão do dia 21 de outubro de 1853. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira série, v. 17 (1854), p. 103-105, p. 104.

²⁶⁹ MACEDO, J. M. *Relatório*, (suplemento), 1973.

momento, não se havia tratado o assunto com tanta severidade, comparando, a seguir, inúmeras discussões referentes a presença de mulheres guerreiras na longa história do Velho Mundo.

Publicado na edição de 1855, o trabalho “Amazonas” de Gonçalves Dias se propôs a esboçar comentários acerca das produções pertinentes ao objetivo do programa, apresentando algumas observações que julgou serem necessárias²⁷⁰. O primeiro aspecto que chamou sua atenção foi a própria redação da proposta: ao questionar a existência de Amazonas no Brasil, no enunciado presumia-se terem existido na Cítia e na Líbia, respectivamente no mediterrâneo e na África, já se admitindo a possibilidade de terem estabelecido colônias permanentes na América, em tempos muito remotos. Para ele, se houve provas de que existiu uma sociedade composta exclusivamente por mulheres, “que tivessem achado meios de se conservar e progredir sem que as fatigasse o exercício das armas, nem o estado violento em que se achariam collocadas”²⁷¹, isso permitiria argumentar contra as opiniões que negavam que elas habitaram (ou ainda habitavam) o Brasil. Essa foi a razão de Gonçalves Dias refletir, em primeiro lugar, quanto a existência de Amazonas no Velho Mundo, ocupando-se, por posteriormente, de sua presença na América.

Gonçalves Dias fez, assim, um breve panorama de autoridades que admitiam a presença de Amazonas no continente americano, incluindo Humboldt que, como vimos acima, teria admitido essa possibilidade por um tempo, diante de tantas provas escritas a respeito do assunto. Contudo, acusou a capacidade dos eruditos em sustentar paradoxos, dizendo que são mestres em se aproveitar das obscuridades e discrepâncias de escritos produzidos em épocas distantes e em locais distintos, aproximando ideias opostas e relacionando objetos totalmente diferentes entre si. Expressou que a capacidade de deformação da realidade por parte deles seria tamanha que “Si bem lhes aprece, virão gravemente apresentar-nos testemunhos e provas do maior momento, sustentando, no seu desenvolvimento, que Napoleão é um mytho de antiguidade e a republica das Amazonas um factio dos tempos modernos”²⁷².

Sua compreensão foi a de que o mito das Amazonas surgiu na poesia antiga e que, pela popularização do maravilhoso, os historiadores modernos aceitaram-no sem maiores interpretações criteriosas e veneraram a antiguidade da narrativa, assim como fizeram com vários outros assuntos. Nos três séculos anteriores ao Oitocentos, a fábula das mulheres guerreiras aparecia, assim, em novos poemas, que paulatinamente reduziam o fantástico e

²⁷⁰ DIAS, Antônio Gonçalves. Amazonas. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira Série, tomo 18 (1855), p. 6-70, 1896.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 6.

²⁷² *Ibidem*, p. 8-9.

tornavam as narrativas mais verossímeis. Os historiadores teriam, portanto, seguido de perto os poetas, “admittindo nas lições severas da historia as ficções caprichozas da imaginação”²⁷³.

Sobre a presença de Amazonas na Antiguidade, Gonçalves Dias primeiramente recorreu à Bíblia para recolher, no livro de Êxodos, o relato de um evento de extinção da população masculina. Explicou que o episódio de Moisés no Mar Vermelho, narrado nas Escrituras Sagradas, levou muitos historiadores a improvisarem a hipótese de ter existido um reinado exclusivo de mulheres, mesmo que não fossem verdadeiras Amazonas. Porém, foi relutante em acreditar que uma sociedade desprovida do convívio de homens tenha existido, por ser menos verosímil “ou antes mais pasmozo, que a energia viril se tenha podido sugeitar ao imperio das mulheres”²⁷⁴.

A seguir, transcreveu um trecho de Justino, explicando que sua escolha foi por reproduzir a obra de Trogo Pompeo que, por sua vez, se valeu da autoridade de Theopompo. Assim, por meio do teólogo romano do século II, traçou uma representação do mito das Amazonas até o século IV a.C com o historiador grego Theopompo. Justino contava como dois príncipes citas, Ilinos e Scolopito, expulsos de sua pátria pelos nobres, levaram com eles muitos jovens que se instalaram próximo ao rio Termodonte, nos confins da Capadócia, ocupando os campos de Temiscera. Combatendo por muitos anos naquela região, todos os homens teriam morrido após emboscadas de seus inimigos, restando apenas suas mulheres, então viúvas e exiladas. Essas se armaram, defenderam suas fronteiras e avançaram contra seus inimigos.

Considerando o casamento como uma servidão, renunciaram ao matrimônio e consolidaram, pela primeira vez, uma república sem homens, que elas passaram a desprezar, exterminando os poucos restantes. Apenas permitiam seus vizinhos em seus leitos para se reproduzirem, executando todos os filhos homens. Educavam suas filhas nas artes marciais, na equitação e na caça, queimando o peito direito para facilitar o uso do arco. Consideravam-se descendentes de Marte e subjugaram a maior parte da Europa e algumas cidades da Ásia. A rainha Oritia, foi tão admirada em seu tempo, especialmente por sua virgindade fervorosa, que um dos doze trabalhos de Hércules seria adquirir suas armas. Após sucessivas guerras, reduzindo drasticamente sua população, e com a morte de suas rainhas, as Amazonas teriam desaparecido de vez.

Como lembra Gonçalves Dias, ainda em sua época essa narrativa era utilizada como fonte comprobatória da existência dessas antigas heroínas, alimentando a possibilidade de elas ainda existirem. O espanhol Canseco, que publicou em 1844 o *Diccionario das mulheres*

²⁷³ DIAS, A. G. *Amazonas* (1855), 1896, p. 11.

²⁷⁴ *Ibidem*, loc. cit.

illústres, considerou provável essa hipótese. Porém, Gonçalves Dias entendia que a fábula apresentava inúmeras inverossimilhanças e que a maioria dos escritores não a tinham discutido seriamente. Primeiramente, investiu em desfavor da cronologia, entendendo que a narrativa indicava a existência dessa sociedade em um espaço de 1.700 anos, considerando pouco provável que um império constituído somente por mulheres tivesse perdurado por tanto tempo, pois “não podia deixar de ser tão precário quanto era excepcional”²⁷⁵. Logo, também julgava ser improvável a magnitude das conquistas alcançadas por elas, por toda a Europa e parte da Ásia. A respeito dos autores que escreveram sobre as Amazonas da Líbia, afirmou que defendiam o fato de que elas tinham conquistado os Atlantes, os Númidas, os Etíopes e toda a região setentrional da África, enquanto coexistiam com o Império das Amazonas citas. Isso significaria a sujeição simultânea de quase todo o mundo até então conhecido.

Si confrontamos Justino com Apollonio, o historiador com o poeta, vemos, que nenhum fundamento teve Canseco para avançar que os poetas, e especialmente os da antiguidade, ao passo que se immortalizaram com as suas bellas inspirações, cauzaram grande damno ás sciencias historicas por entretecerem ficções com verdades.²⁷⁶

Homero, reputado por Gonçalves Dias como um historiador minucioso na enumeração de tropas e armas do continente, não dava notícia das Amazonas, o que deveria ser entendido como um forte argumento acerca da veracidade da sua existência. Outros evocavam a autoridade de Platão, na sua referência às Sauromatides, que dizia respeito somente a mulheres notáveis por aprender a montar e atirar com o arco, mas não consistia em um fundamento para asseverar a presença de reais Amazonas em sua obra. Em suma, concluiu que os autores da Antiguidade exageraram em relação à maior parte do que diz respeito a essa fábula.

Se, para Gonçalves Dias, as premissas em favor de um reino das Amazonas no Velho Mundo eram insuficientes para atestar a veracidade dessa lenda, as provas de que poderiam ser encontradas às margens do rio Amazonas não seriam mais producentes. Havia alegações circulando no país que pretendiam se apoiar na linguística a partir da seguinte elucubração: na língua tamanaque, as Amazonas seriam designadas como *aikembenano*, e na língua dos Tupi como *cunháteseçuyama* e *loniápuyara*, significando “mulheres que vivem sós, mulheres sem maridos, e grandes senhoras”²⁷⁷.

²⁷⁵ DIAS, A. G. *Amazonas* (1855), 1896, p. 16.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 17.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 26.

A controversa origem de uma pedra verde, que dizia-se ser mole debaixo d'água e dura como diamante em contato com o ar, instigava ainda mais essa crença. Gonçalves Dias apontou para uma antiga tradição indígena que afirmava que essas pedras tinham origem no país das mulheres sem marido, situado nas nascentes dos rios Oiapoque, Orenoco ou Rio Branco. As notícias que corriam diziam que a pedra era muito rara em qualquer lugar, exceto no Amazonas, especialmente no rio Tapajós. Os indígenas eram capazes de moldá-las em diversas formas, como animais e frutos, e queimá-las para manter a aparência desejada. Humboldt negava que essas pedras seriam naturais do norte do Brasil e que deviam ter sido talhadas em tempos antigos por indígenas, aludindo a uma civilização superior que teria manipulado utensílios adequados para efetuar os entalhes. Os colonos portugueses e espanhóis acreditavam que essas pedras eram dotadas de propriedades de cura.

Gonçalves Dias entendeu que essas virtudes atribuídas à pedra poderiam ser apenas uma recordação de crenças da Antiguidade. Além da admiração estética, os antigos gregos acreditavam que as esmeraldas, um nome genérico para qualquer pedra verde, tinham dons mágicos, e julgavam que a única esmeralda verdadeira provinha da Cítia, país das Amazonas. Portanto, suspeitava “não só que a íntima correlação da história das pedras verdes com a das Amazonas é uma recordação da antiguidade, como que é d'esse facto que se originou a fé nos seus pretendidos milagres.”²⁷⁸. Ademais, ponderou que o estado em que os indígenas foram encontrados não era suficiente para esclarecer como as pedras foram lapidadas e não seria aceitável supor que seriam pelas Amazonas. A premissa de toda essa explicação era a hipótese de que essa suposta república feminina teria, em sua natureza efêmera, atingido um grau civilizacional maior do que as tribos indígenas compostas por homens.

Em relação aos motivos mais gerais de alguns autores terem aventado a ideia de haver Amazonas no Brasil, Gonçalves Dias expôs alegações que considerava extremamente frágeis. O padre Christovão da Cunha, mencionado no programa histórico que originou a dissertação, teria reconhecido a existência das mulheres guerreiras apenas por haver um rio com o nome Amazonas e por considerar comuns os relatos de que essas mulheres habitavam suas margens, admitindo ser impossível uma mentira se espalhar por várias línguas e nações. Porém, Gonçalves Dias questionou essa simplificação, afirmando que contos sobre fantasmas, feitiços, gigantes e pigmeus se repetiam por todo o mundo, o que não implicava em credibilidade de fato. Com Humboldt, reconheceu em muitos escritores do século XVI, motivados pelo amor ao maravilhoso, a tendência para encontrar todos os costumes da primeira idade descritos em

²⁷⁸ DIAS, A. G. *Amazonas* (1855), 1896, p. 30.

relatos dos antigos gregos dentre os povos então descobertos. O desejo de ornar o novo continente com características da Antiguidade clássica seria o grande impulso para muitas dessas narrações fantasiosas com relação à América.

O relato de Francisco de Orellana foi evocado na dissertação com toda pertinência, uma vez que aludia a república das Amazonas e a fantasia da mítica Eldorado, tendo sido recebida como verídica por muito tempo. Segundo Gonçalves Dias, “Ele pretendeu ter descoberto nações tão ricas que o pavimento de seus templos era alastrado de placas de ouro; e descreveu uma republica de mulheres tão guerreiras e bellicozas que tinham avassallado consideravel tracto das ferteis planicies por elle vizitadas”²⁷⁹.

Orellana afirmara que, ao passar pelo Rio Negro, começou a encontrar as primeiras notícias das Amazonas: um relato de um índio e de um chefe indígena, ou ainda o de frei Gaspar, que explicou que as mulheres combatiam com sucesso junto com os homens, e se defendiam com afinco por serem tributárias das Amazonas. Segundo o seu próprio testemunho, umas dez ou doze delas eram, inclusive, capitães dos índios. Esse testemunho transcrito por Orellana não era, para Gonçalves Dias, uma prova da existência das Amazonas, pois, reconhecia que entre os povos bárbaros isso seria uma prática comum, particularidade que poderia ter sido exagerada por cronistas. Jean de Léry e outros viajantes, nas primeiras décadas após a descoberta, observaram que mulheres indígenas acompanhavam seus maridos em suas guerras, especialmente na operação de arcos. Ademais, enquanto Orellana retratava essa sociedade feminina, nos moldes das antigas Amazonas, habitantes de casas com pavimentos de ouro e cidades muradas, Gonçalves Dias observava que o explorador confessou não entender os indígenas, sendo duvidoso admitir que tivesse ampliado rapidamente seu vocabulário para apresentar essa quantidade de detalhes.

Quanto a propagação da lenda das Amazonas entre os indígenas, fonte dos relatos de muitos viajantes, Gonçalves Dias teceu duas suposições. A primeira forma de disseminação seria por parte dos próprios conquistadores, que, como Orellana, julgaram mulheres combatentes ou que se defendiam na ausência de seus maridos como as mulheres guerreiras das lendas da Antiguidade. A ideia de mulheres em combate seria uma prática atípica para os costumes europeus, dificultando interpretar os hábitos indígenas como algo diferente da república das Amazonas. A segunda maneira de propagação seria pelos indígenas, tidos por mentirosos e afeiçoados a contos e maravilhas, percebendo a curiosidade e o interesse dos europeus, reiteradamente respondendo às questões feitas pelos exploradores de acordo com a

²⁷⁹ DIAS, A. G. *Amazonas* (1855), 1896, p. 37.

vontade daqueles que perguntavam. Assim, julgava que narrativas fantasiosas poderiam ser verosímeis para os indígenas e que os próprios europeus poderiam ter, facilmente, vulgarizado esse mito entre eles. Gonçalves Dias lembrou que suas crenças falavam de gigantes, pigmeus e homens com pés virados e o fato de a tradição indígena confirmar a existência desses seres não significava que eram reais.

Noto mais, que essa tradição predomina nos lugares por onde, andaram Espanhóes, e quer me parecer que elles, dezejando verificar a narração de Orellana, eram os que aos indios davam idéa de similhante factó, no passo em que ingenuamente se persuadiam deverem-se dar por convencidos com o apoio, que n'elles encontravam.²⁸⁰

De acordo mais uma vez com Humboldt, Gonçalves Dias diz que, de fato, não poderia rejeitar inteiramente uma tradição tão vulgarizada como a da República das Amazonas, entre indígenas e viajantes, pois talvez ela teria alguma fundamentação histórica. Todavia, sua conclusão foi de que não poderia ter existido uma sociedade nos moldes das Amazonas, constituída sob um pacto social, e que tenha perdurado por gerações admitindo homens em sua companhia esporadicamente apenas para fins de reprodução.

Seria compreensível mulheres pegando em armas para lutar, afirmando que há exemplos disso em todos os povos durante a História. Mas, apoiando-se em De Pauw, presumia ser contra a natureza e um fato inadmissível que uma sociedade exclusiva de mulheres fizesse das artes marciais uma norma. Reconheceu que homens podem se submeter ao governo de uma mulher, mas que jamais existiu uma aristocracia ou oligarquia do sexo feminino. Do mesmo modo, atacou outras partes do mito, como o corte do seio direito, que seria um ato inútil, doloroso, e questionou-se sobre a dinâmica de encontrarem homens dispostos a se deitar com elas, certos da morte após a relação.

Por fim, reunindo considerações de várias ordens a respeito da maternidade, argumentando em favor de um amor materno natural, considerava inconcebível que as mães matassem seus filhos homens ou mesmo os entregassem para seus pais. Também reuniu elementos de natalidade com um raciocínio estatístico para especular em desfavor dessa possibilidade. Estabeleceu que em uma sociedade como as das Amazonas haveria uma alta incidência de abordos, levando em conta a constante luta pela sobrevivência e os combates frequentes contra os inimigos. Supôs que as mães teriam que se dedicar por pelo menos três anos às suas crianças antes de engravidarem outra vez, pela incapacidade “civilizacional” de cada uma delas cuidar de mais crianças simultaneamente. Com essas alegações, Gonçalves Dias

²⁸⁰ DIAS, A. G. *Amazonas* (1855), 1896, p. 49.

propôs um cálculo matemático, ilustrando que, nessas sociedades, mil mulheres conseguiriam conceber apenas 150 filhas. Deduzindo as que morreriam antes dos quinze anos e outras que sucumbissem por enfermidades, acidentes ou em combates, acreditava que, antes das primeiras filhas chegarem à idade adulta, já não existiria mais uma República das Amazonas. Assim, concluiu

[...] que nem na Europa, nem na America existiram ; e que ainda dada como provavel ou somente como possivel a sua existencia, não encontro nem nos antigos escriptores, nem nos modernos viajantes razoavel fundamento para me decidir pela afirmativa.²⁸¹

O mito das Amazonas foi algo que fascinou muitos viajantes e intelectuais por vários séculos. Enquanto alguns asseveravam sua indubitável veracidade, outros encontravam várias margens para creditar as narrações das mulheres guerreiras como elaboradas fantasias. Em uma análise mais extensiva sobre essa temática na intelectualidade brasileira oitocentista, Langer evidenciou como as especulações sobre as civilizações das Amazonas no Brasil, retratando essas mulheres como habitantes de grandes cidades de pedras com enormes templos e ídolos de ouro e prata, remetiam, inicialmente, a um interesse pelo exotismo por parte dos conquistadores que perseguiram as fantásticas cidades perdidas, como o famoso Eldorado, e sobreviveu como uma idealização das civilizações andinas no território imperial a partir de explorações de cunho arqueológico, que persistiu por um longo período²⁸². De nossa parte, podemos notar que, como a origem nos mitos gregos, as pressuposições da existência das Amazonas no Brasil também fizeram parte do conjunto de expectativas de se determinar um contato pretérito e longínquo entre o Novo e o Velho Mundo, mas que a falta de evidências concretas consolidava um campo de pensamento marcadamente especulativo.

²⁸¹ DIAS, A. G. *Amazonas* (1855), 1896, p. 69.

²⁸² O mito das Amazonas e o interesse pela Floresta Amazônica foi objeto do sexto capítulo da tese de Johnni Langer, intitulado *Uma Floresta Misteriosa*, no qual ele analisou de forma mais abrangente o assunto durante todo o Império Brasileiro, considerando fontes além da RIHGB. LANGER, J. *Ruínas e Mito*, 2000, p. 242-275.

3. A TEORIA DA PRESENÇA ESCANDINAVA NA AMÉRICA

No capítulo anterior, ao abordarmos as publicações na RIHGB sobre possíveis contatos entre o Velho e o Novo Mundo no período pré-colombiano, demonstramos que circulavam hipóteses que aventavam uma descoberta do continente americano por antigas civilizações antes de 1492. Vimos que elas marcaram os debates relacionados às possibilidades de percursos migratórios que permitiram a chegada dos ameríndios, assim como aqueles preocupados em estabelecer se Colombo e Cabral possuíam conhecimentos sobre as terras americanas antes de chegarem a elas. Dentre os cenários mencionados, uma tese que impactou essa discussão entre os sócios do IHGB foi a de que os escandinavos teriam chegado à América do Norte no século X, em consequência das mesmas explorações que os levaram a encontrar e colonizar outros territórios, como a Islândia, as Ilhas Faroé e a Groenlândia nos séculos anteriores.

O sucesso da teoria de colonização escandinava na América no século X decorreu, acima de tudo, a partir dos trabalhos realizados e difundidos pela Sociedade Real dos Antiquários do Norte de Copenhagen. Em seu bojo de comunicações internacionais, essa instituição chegou a estabelecer um intercâmbio intelectual marcado por interesses arqueológicos com o IHGB durante a década de 1840. A aceitação internacional alcançada por suas propostas chamou a atenção de alguns membros do IHGB, que incluíram essas ideias em seus próprios repertórios retóricos para se falar sobre as antiguidades americanas.

A princípio, este capítulo apresenta a Sociedade Real dos Antiquários do Norte como uma instituição que se afigurou como um espaço preocupado em discutir a relação entre fontes literárias e não-literárias como ferramentas convergentes para a constituição de uma narrativa das antiguidades do Norte europeu. A seguir, apresentamos como a literatura nórdica medieval, as sagas islandesas, foram empregadas pelos antiquários dinamarqueses como fontes confiáveis para atestar uma hipótese da presença escandinava na América cinco séculos antes de Colombo, e como evidências materiais foram buscadas para aumentar a legitimação dessa conjectura. Por fim, abordamos como esses estudos chegaram ao IHGB e proporcionou um cenário de entusiasmos e especulações por parte de alguns sócios que formularam uma hipótese a respeito de uma possível presença escandinava que teria avançado mais ao sul do que era pressuposto pela Sociedade Real, alcançando a costa brasileira pré-cabralina.

3.1 A Sociedade Real dos Antiquários do Norte

A Sociedade Real dos Antiquários do Norte de Copenhague²⁸³ foi uma instituição formada em 1825 e entre seus principais idealizadores estavam o linguista Rasmus Kristian Rask (1787-1832) e o filólogo Carl Christian Rafn (1795-1864). O objetivo inicial de seus fundadores foi descortinar o passado dinamarquês mediante a tradução, interpretação e publicação de manuscritos nórdicos do período medieval, conhecidas como as sagas islandesas²⁸⁴. Com isso, visavam compreender qualquer coisa que pudesse auxiliar a elucidar a língua, a história e as antiguidades do Norte, em geral, além de cultivarem o amor pátrio e aos antepassados²⁸⁵.

Enquanto o quadro do IHGB era formado, majoritariamente, por profissionais liberais ligados à alta burocracia do Império²⁸⁶ interessados nas propostas do Instituto, a Sociedade Real (como será referida a partir de agora) – mesmo que não deixasse de ter sócios pertencentes a essas categorias – era representada em suas publicações, sobretudo, por especialistas associados aos campos científicos, principalmente àqueles filiados à Universidade de Copenhague. Dentre eles, podemos destacar o trabalho de Rask, que ficou conhecido por atuar na área da filologia e linguística com sua abordagem taxonômica e comparativa das línguas, no qual visava estabelecer relações genéticas entre diferentes idiomas a fim e estabelecer suas origens em comum. Como resultado, propôs um sistema de classificação que categorizava diferentes “raças linguísticas” subdivididas em classes, troncos, ramificações, línguas e dialetos²⁸⁷.

Tal como vimos para o IHGB, a Sociedade Real também surgiu num contexto de progressiva demarcação dos campos de conhecimento, pouco mais de uma década antes do IHGB. Instituições como essas estavam em voga no século XIX e cumpriam um importante

²⁸³ Seu nome de fundação, em 1825, foi *Det Nordiske Oldskriftselskab* (Sociedade Nórdica de Antiquários), mas foi elevada a posição de uma sociedade real em 1828 pelo rei Frederik VI e alterou seu nome para *Det Kongelige Nordiske Oldskriftselskab* (Sociedade Real dos Antiquários do Norte). Desde então, o governante da Dinamarca possui o cargo de presidente da Sociedade. Atualmente, a instituição possui um site com um cronograma ativo de discussões e palestras. OLDSKRIFT SELSKABET. Oldskriftselskabet: Selskabets historie. Resumo sobre a história da Sociedade Real. Disponível em: <https://www.oldskriftselskabet.dk/selskabet/selskabets-historie.aspx>. Acesso em 16 de mar. de 2023.

²⁸⁴ MARSH, George Perkins. *Royal Society of Northern Antiquaries at Copenhagen*. Burlington, USA: [s.n], 1835.

²⁸⁵ “The object of the Society is, principally, the publication and interpretation of old Icelandic MSS [sigla para *manuscripts*]; but it comprehends, besides, whatever else may serve to elucidate the language, history and antiquities of the North in general, whatever may tend to a more extensive diffusion of the interest taken in Northern archæology, and thereby to awaken and cherish a love for forefathers and fatherland.”. EGERTON, Francis [Earl of Ellesmere] (ed). *Guide to Northern Archæology by the Royal Society of Northern Antiquaries of Copenhagen*. Edited for the use of English readers. Londres: Bearling Brothers, Copenhagen, 1848, p. 105.

²⁸⁶ Conferir nota 4.

²⁸⁷ RISCHÉL, Jørgen. The contribution fo the Nordic countries to historical-comparative linguistics: Rasmus Rask and his followers. *Set Halbbd 1+2*. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, p. 124-133, 2002.

papel no panorama cultural e intelectual do Oitocentos²⁸⁸. Dessas organizações sucederam gabinetes formados por elites letradas que objetivavam discutir literatura, ciências, artes, política e formular bases para a escrita histórica de suas nações.

Nessa conjuntura, as ciências se profissionalizavam e sistemas de análises mais rigorosos eram constantemente discutidos por intelectuais de várias áreas e partes do mundo. Nessa direção, a Sociedade Real buscava alcançar e defender seus resultados segundo preceitos estabelecidos cientificamente e se apoiou, essencialmente, em princípios filológicos, linguísticos e arqueológicos para desvendar o passado nórdico medieval. Seus membros não apenas se apoiaram em tais áreas, como foram personagens ativos no desenvolvimento delas como ciências, discutindo sobre a validade de suas fontes bem como propondo metodologias analíticas para estudá-las.

É possível observar a ênfase nesses campos por intermédio da obra *Guide to Northern Archaeology by the Royal Society of Northern Antiquaries of Copenhagen*²⁸⁹. Editado em 1848 pelo político e escritor britânico Francis Egerton (1800-1857), Earl de Ellesmere, o trabalho contava com textos selecionados e extraídos dos periódicos da Sociedade Real direcionados para leitores da língua inglesa. Seguindo o trabalho de Rask a respeito do *old norse* (nórdico antigo), o artigo *Extent and Importance of Ancient Northern Literature*²⁹⁰, escrito por Niels Matthias Petersen (1791-1862), salientou que a língua seria uma ferramenta essencial para a compreensão das antiguidades, pois ela caracteriza o instrumento pelo qual a raça humana desenvolve seu intelecto e com a qual se é possível registrar a voz do passado para o futuro.

Objeto considerado fundamental para o conhecimento histórico, foram discriminados dois modos para trabalhá-la. Primeiramente, por meio de uma abordagem mecânica, no qual suas formas seriam compreendidas e aplicadas considerando seu uso corrente no momento da análise. A segunda maneira indicada foi através do método científico, que buscaria conceber suas estruturas não apenas em um estado atual, mas, também, investigando suas origens, suas transformações e os meios, causas e condições para a existência e modificações dos idiomas. Este aspecto científico teria como foco o estudo de parentescos entre as línguas, equiparando seu método de estudo ao da botânica e o definindo como pertencente à história natural. Por

²⁸⁸ GUIMARÃES, L. M. P. *Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos*, 2017.

²⁸⁹ PETERSEN, Niels Matthias. *Extent and Importance of Ancient Northern Literature*. In: EGERTON, Francis [Earl of Ellesmere] (ed). *Guide to Northern Archaeology by the Royal Society of Northern Antiquaries of Copenhagen*. Edited for the use of English readers. Londres: Bearling Brothers, Copenhagen, p. 1-24, 1848.

²⁹⁰ *Ibidem*. O autor, Niels Matthias Petersen (1791-1862), foi um filólogo e historiador dinamarquês que lecionou na Universidade de Copenhagen, trabalhando próximo de Rasmus Rask. Petersen foi membro colaborador do Conselho Administrativo da Sociedade, pertencendo ao Comitê de Publicação de Antigos Manuscritos, especialmente na Secção Islandesa, no qual contribuiu com várias traduções e artigos sobre o assunto.

consequente, julgava-se que o melhor caminho para se conhecer as antiguidades do Norte seria a análise de monumentos textuais por intermédio da filologia e da linguística. Como veremos adiante, ele também entendia que fontes não-literárias poderiam ser um complemento às investigações, mas em uma condição de autenticidade inferior à dos manuscritos.

Rask, que muito se dedicou ao estudo das línguas escandinavas, concluiu que no norte europeu havia um idioma comum falado por todos os países daquela região (Noruega, Suécia, Dinamarca e suas colônias) antes da cristianização. Os falantes desse idioma não possuíam, em sua própria época, uma designação singular para essa língua, sendo chamada por *dönsk túnga* ou *danska túngu* (danês / *danish*), *norræda* (nórdico / *norse*) ou *vort mál* (islandês / *icelandic*). No período contemporâneo é comum o uso do termo *old norse* (nórdico antigo) ou *Icelandic* (islandês). De qualquer modo, Rask destacava que os falantes desses diferentes países compreendiam uns aos outros sem a necessidade de intérpretes. Como demonstrou Théó de Borba Moosburger, apesar de uma factual proximidade, esse idioma se dividia em dois grupos dialetais, estando o antigo sueco e o dinamarquês de um lado e o norueguês do outro. Na Islândia, colonizada por noruegueses, encontrava-se a segunda variedade linguística, e, igualmente como nas Ilhas Faroé, manteve esse idioma quase que inalterado até os dias atuais, o que não aconteceu com os demais países após o fim do período medieval:

Na parte final da Idade Média, as diferenças dialetais dentro do antigo escandinavo se acentuaram muito, e logo se tornaram um impedimento à comunicação. O sueco, o norueguês e o dinamarquês sofreram muitas alterações nessa fase e distanciaram-se bastante da antiga língua da Era Viking, perdendo muito da morfologia complexa (flexões nominais e verbais). Por outro lado, o islandês e, em menor grau, o faroês (também dito feroês ou feroico), permaneceram isolados em comunidades pequenas e mudaram bem menos. O islandês, na verdade, não sofreu grandes alterações gramaticais entre o séc. XII e os nossos dias, de modo que os textos em prosa medievais são ainda facilmente legíveis pelos islandeses modernos. O que chamamos de nórdico antigo (em inglês *Old Norse*) é a língua escandinava preservada nas inscrições rúnicas da Era Viking e nos manuscritos medievais dos séculos XII a XV.²⁹¹

Em uma aparente forma de enobrecer o *old norse*, Petersen o equiparou ao grego antigo, tratando-os como línguas bem preservadas, autossuficientes e independentes de palavras estrangeiras, ricas, complexas, com rara flexibilidade e da qual quase todas as línguas europeias descendem – o *old norse* se disseminando pelo norte, nos dialetos germânicos e anglo-saxões, enquanto o grego antigo pelo sul europeu. Dentro de uma tradição romântica que se fortalecia,

²⁹¹ MOOSBURGER, Théó de Borba. *Brennu-Njáls Saga*: projeto tradutório e tradução para o português. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014, p. 62.

a constatação de uma unidade linguística no Norte que se comparava ao grego era interessante para os ideais ideológicos escandinavistas²⁹² do período, no qual muitos eruditos e artistas buscavam compreender a Escandinávia medieval como uma região caracterizada por “uma unidade cultural pensada em termos absolutos”²⁹³.

Neste contexto, de forma análoga ao movimento romântico no Brasil, os intelectuais mesclavam seus objetivos de pesquisas com o desígnio de dignificar o passado de sua nação. A literatura medieval escandinava foi muito mobilizada nesse sentido, nota-se que desde o século XVIII os artistas do Norte buscaram um “modelo do passado glorioso nórdico e germânico”²⁹⁴ a partir de heroicas representações inspiradas nos *vikings*²⁹⁵. Essa memória, enaltecida dos

²⁹² SIMONSEN, Kim. The Cultivation of Scandinavism: The Royal Society of Northern Antiquaries’ International Network, Seen Through the Letter of Carl Christian Rafn. In: RUTH, Hemstad; MØLLER, Jes Fabricius; THORKILDSEN, Dag. *Skandinavismen: Vision og virkning*. Odense M, Dinamarca: Universidade do Sul da Dinamarca, p. 73-98, 2018, p. 78. O escandinavismo, como explica Simonsen, foi um movimento que se propunha a promover uma unidade escandinava e uma identidade em comum no contexto de construção nacional. Nesse sentido, o autor destaca que para se entender este movimento é preciso compreender a imagem europeia da Escandinávia e dos países nórdicos, levando em consideração que afirmar o que é escandinavo implica apontar o que não é. Com base nos estudos sobre nacionalismo de Joep Leerssen, Simonsen relata que o escandinavismo pode ser compreendido dentro dos movimentos pan-nacionalistas, mais especificamente como um subtipo de pan-germanismo, entendido, segundo a definição de Louis Snyder, como: [...] *politico-cultural movements seeking to enhance and promote the solidarity of peoples bound together by common or kindred language, cultural similarities, the same historical traditions, and/or geographical proximity*. Conferir também: LEERSSSEN, Joep. *The Cultivation of Culture: Towards a Definition of Romantic Nationalism in Europe*. Opleiding Europese Studiers, University of Amsterdã, 2005.

²⁹³ LANGER, Johnni. História e sociedade nas sagas islandesas: perspectivas metodológicas. *Alétheia: Revista de estudos sobre Antigüidade e Medievalidade*, v. 1, n. 2, jan./jul. de 2009, p. 5. Atualmente, a historiografia e a arqueologia escandinava questionam essa homogeneidade constituída pelos românticos nacionalistas do Oitocentos.

²⁹⁴ LANGER, Johnni; SANTOS, Sérgio Ferreira dos. Fúria odínica: A criação da imagem oitocentista sobre os vikings. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 25, p. 214-230, jul. 2001; & CÓRDOVA, Daniel Salinas. Vikings nas Artes Plásticas. *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. São Paulo: Hedra, 2017, p. 757.

²⁹⁵ Na historiografia preocupada com a Escandinávia, o termo *viking* é consideravelmente polêmico. Contemporaneamente, é comum que essa palavra seja utilizada para se referir de forma unitária e étnica aos habitantes da Escandinávia durante o período chamado de *Era Viking*. Este período é uma tentativa de demarcar um espaço temporal caracterizado por grandes atividades *vikings* através de seus processos migratórios, conquistas e impactos culturais na Europa, geralmente definido entre o final do século VIII e início do século XI – diferentes autores adotam marcos distintos para delimitar este recorte, alguns a partir de marcos específicos, como o saque ao mosteiro na ilha de Lindsfarne, na Inglaterra, no ano de 793, e outros a partir de transformações nas estruturas sociais escandinavas, como a fundação dos primeiros grandes centros urbanos nórdicos por volta de 750. Contudo, há uma constante discussão sobre as origens do termo *Viking* e se ele seria adequado para se referir aos povos da Escandinávia como um todo, especialmente porque atualmente há várias hipóteses para a origem da palavra e sobre os distintos usos que ela pôde ser empregada durante o período medieval, que poderiam variar dependendo do contexto. A principal compreensão alternativa à perspectiva étnica é de que *viking* possuía um sentido ocupacional, relacionado a ações náuticas, principalmente de pirataria. Assim, acredita-se que o termo não denotava uma identidade cultural ou geográfica e as primeiras traduções das sagas escandinavas considerava o termo como sinônimo de piratas vindos do Norte. Nessa acepção, considerando que estamos nos referindo a uma população composta majoritariamente por agricultores e comerciantes, o termo *viking* não seria adequado como uma designação de identidade para todos os nórdicos. Segundo o *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*, as principais hipóteses sobre a etimologia do termo são: 1) pessoas da região de *Viken*, habitantes do sudoeste da Noruega, que caracterizaria apenas uma parcela de noruegueses em uma região bem delimitada; 2) relação com o termo masculino *vik* (baía), referindo-se às pessoas que saíam da baía, o termo seria derivado de sua forma feminina *vík*, que dizia respeito às pessoas que embarcavam na baía; 3) proveniente do termo *víkja* (mover, caminhar, trilhar), no qual *viking* diria respeito a alguém que está se afastando de sua própria casa; 4) relativo ao termo inglês *wicing*, que seria uma germanização da palavra *vicus* (porto, local, comércio), nesta perspectiva *viking*

mitos e das narrativas envolvendo as inúmeras atividades de navegação, foi empregada pelo campo artístico e intelectual segundo ideologias sociais do Oitocentos²⁹⁶, que estimulada por “uma interpretação política da História”²⁹⁷ também ajudou a incentivar a publicação da literatura medieval escandinava.

Contudo, neste contexto, enquanto historiadores procuravam delimitar o seu campo de investigação, insistindo na independência da história como um campo de estudo da humanidade fundamentado a partir da evidência textual, havia aqueles que suspeitavam da validade da escrita para elucidar determinados casos, o que definia as bases para a dicotomia entre pré-história e história. Christian Jürgensen Thomsen (1788-1865), primeiro diretor do Museu Real de Antiguidades Nórdicas²⁹⁸, e membro colaborador da Sociedade Real, tornou-se um importante nome no estabelecimento da arqueologia como um campo científico moderno após a publicação do ensaio *Kortfattet Udsigt over Mindesmærker og Oldsager fra Nordens Fortid*,

estaria relacionado às pessoas que visitaram um *wic*, um porto, em especial os comerciantes ou piratas, posteriormente denominados de *wicingas* e *vikingar*, que por volta do século X foi atrelado ao sentido de pirataria, “sair à viking” – uma compreensão que poderia colocar o uso moderno do termo em questionamento, já que seria empregado de uma forma genérica e não exclusiva aos escandinavos; e, 5) derivação da palavra feminina *vika*, uma unidade de distância náutica, um sentido que seria até mesmo anterior à demarcação temporal da *Era Viking*, com referências, ao menos, desde o século IV. LANGER, Johnni. Vikings. In: LANGER, Johnni (Org). *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. São Paulo: Hedra, p. 706-717, 2017. Apesar dessas hipóteses, outros termos foram mais comumente utilizados para designar os povos do Norte em fontes medievais, como nórdicos, normandos, escandinavos, daneses ou mesmo designações que especificavam os reinos dos grupos mencionados, quando suas origens eram identificadas, como islandeses, dinamarqueses ou noruegueses. O termo *Viking*, mais conhecido atualmente, chegou a aparecer em fontes medievais, mas passou a se popularizar a partir do movimento artístico romântico escandinavista que teve início no XVIII e se intensificou durante o Oitocentos. Este uso se fortaleceu, sobretudo, com o advento das Histórias em Quadrinhos e do Cinema no século XX, continuando a se disseminar atualmente, não apenas pelos mesmos meios do século anterior, mas também através de músicas, seriados de TV, páginas da internet, *podcasts* e outros formatos de comunicação de massa. Dentro do cenário acadêmico há uma certa tensão em relação ao termo, pois alguns pesquisadores entendem que é incorreto o uso da designação *viking*, por não ser uma expressão que possa amalgamar os povos do Norte sob uma pretensa identidade. Entretanto, outros o utilizam por ser um termo bem disseminado e compreendido por várias áreas, inclusive pelo público geral não especializado, inferindo que o vocábulo assumiu uma semântica contemporânea e adequada para se referir aos habitantes do Norte da *Era Viking*. Geralmente, ao menos em pesquisadores sérios, os acadêmicos que utilizam o termo *viking* não ignoram a complexidade por trás de seu uso. Como é possível notar, neste trabalho há preferência pelos termos “nórdicos” e “escandinavos”. Além de uma inclinação pessoal, esses usos são mais adequados com as fontes tratadas, pois os membros da Sociedade Real raramente recorreram à palavra *viking*, geralmente optando pelas designações “*northmen*”, “*nordics*”, “*scandinavians*” ou se referindo diretamente às nações mencionadas que pretendiam abordar, como “*norwegians*”, “*danish*” ou “*danes*”, “*icelandics*” e “*greenlanders*”.

²⁹⁶ Um interessante exemplo do uso artístico nesse sentido foi apresentado por Pablo Gomes de Miranda em um artigo que analisou a obra *Åsgårdsreien* de Peter Nicolai Arbo (1831-1892). Em seu trabalho, Miranda relacionou as representações mitológicas presentes nas obras do pintor norueguês considerando os anseios políticos de reforçar a identidade nacional da Noruega em expressões artísticas. Conf.: MIRANDA, Pablo Gomes de. A Caçada Selvagem de Asgard, Nacionalismo e Mito na Noruega do Século XIX: considerações sobre a obra de Peter Nicolai Arbo. *Roda da Fortuna*. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval, v. 6, n. 1, p. 232-249, 2017.

²⁹⁷ LANGER, J. *História e sociedade nas sagas islandesas*, 2009, p. 5.

²⁹⁸ Este museu, fundado em 1819, passou por algumas transformações durante o século XIX e, em 1892, fundiu-se com outros três (com temáticas relacionadas à etnografia, antiguidade e numismática) para formar o atual Museu Nacional da Dinamarca.

pela Sociedade Real em 1837²⁹⁹. O ensaio foi traduzido e publicado na obra *Guide to Northern Archaeology* com o título *Cursory View of the Monuments and Antiquities of the North*³⁰⁰, com indicações de que, nesta versão, teve contribuições de outros membros do Comitê Arqueológico da Sociedade, como Finn Magnussen (1781-1847) e Carl Rafn³⁰¹.

A princípio, Thomsen, assim como Petersen, defendia que os recursos escritos seriam os meios mais fiéis para se conhecer a história de toda a humanidade, mas ambos consideravam que haveria limites ou dificuldades impostas por essas fontes ao se estudar sociedades em períodos mais remotos. Isso porque muitos registros escritos foram produzidos séculos após os fatos que narravam, misturando antigas e novas tradições em novas versões que foram constantemente reeditadas. Ademais, muitos manuscritos desapareceram³⁰² ou foram assolados pela falta de cuidado com os artigos obtidos. Com isso, seria extremamente difícil organizar essas informações, criando lacunas que impossibilitariam uma reconstrução de determinados momentos históricos a partir dos textos disponíveis. Portanto, para Thomsen, registros materiais

²⁹⁹ Christian Thomsen nunca chegou a adquirir um título acadêmico. Ele foi educado para ser um homem de negócios, um comerciante, mas se tornou um entusiasmado colecionador de antiguidades. Não apenas reuniu artefatos, mas também acompanhava os debates que envolviam as investigações sobre o passado escandinavo. Em sua posição no museu, chegou a ter um intercâmbio com vários acadêmicos e curadores de outras instituições museológicas. Mesmo não sendo um acadêmico, o ensaio de Thomsen teve um grande impacto na constituição de um paradigma arqueológico, considerado como início ao declínio da era antiquária.

³⁰⁰ THOMSEN, Christian Jürgensen. *Cursory View of the Monuments and Antiquities of the North*. In: EGERTON, Francis [Earl of Ellesmere] (ed). *Guide to Northern Archaeology by the Royal Society of Northern Antiquaries of Copenhagen*. Edited for the use of English readers. Londres: Bearling Brothers, Copenhagen, p. 25-104, 1848.

³⁰¹ EGERTON, Francis [Earl of Ellesmere]. Introduction. In: EGERTON, Francis [Earl of Ellesmere] (ed). *Guide to Northern Archaeology by the Royal Society of Northern Antiquaries of Copenhagen*. Edited for the use of English readers. Londres: Bearling Brothers, Copenhagen, p. III-XVI, 1848.

³⁰² Certamente um dos eventos mais impactantes no que diz respeito a perda de antigos documentos escandinavos foi causado pelo incêndio que destruiu parte da coleção de Arní Magnússon (1663-1730). Magnússon, docente na Universidade de Copenhagen, após passar treze anos na Islândia a pedido do rei Frederik IV da Dinamarca, que o incumbiu de realizar um censo completo daquele país, um dos primeiros a nível nacional já feitos, dedicou-se a colecionar e copiar tantos manuscritos islandeses quanto conseguiu. Contudo, um incêndio que rapidamente se espalhou pela cidade de Copenhagen, em outubro de 1728, atingiu a Universidade da cidade e destruiu a maioria de seu rico acervo, incluindo cópias raras e únicas de muitas obras e o trabalho de vários professores, assim como uma grande parte da coleção de manuscritos de Magnússon. Este, com a ajuda de empregados e amigos, esforçou-se para salvar seus preciosos volumes, conseguindo resgatar uma fração de sua coleção, mas perdendo a maior parte dela, além de notas pessoais, livros, e suas próprias publicações. Acredita-se que muito do que foi destruído eram arquivos únicos e ainda não haviam sido propriamente estudados. Todavia, Arní salvou uma grande quantidade de sagas, cerca de 1600 manuscritos islandeses, que hoje fazem parte da coleção do *Arnemagnean Institute*, do Departamento de Estudos Nórdicos e Linguísticos da Universidade de Copenhagen. Os detalhes dessa história podem ser consultados na obra: BJARNASON, Egill. *How Iceland changed the world: the big history of a small island*. Nova Iorque: Penguin Books, 2021. Apesar de tudo isso, foi através do trabalho de Magnússon que as sagas se tornaram documentos mais disseminados, pois na Islândia essas histórias eram quase inacessíveis para outros países, e ao levar essas histórias para Copenhagen elas passaram a ser mais conhecidas. Isso significa que até o século XVIII toda essa literatura era praticamente desconhecida fora da Islândia. Rafn trabalhou junto da Comissão de Antiguidades Nórdicas de Copenhagen e da *Den Arnemagneanske Samling* (A Coleção Arnemagnean), que organizava esses manuscritos. Na abertura do periódico *Mémoires de la Société Royale des Antiquaires du Nord*, 1836-1839, é dito que a vasta coleção de Magnússon oferecia um amplo campo de investigação para a Sociedade Real. AVERTISSEMENT. *Mémoires de la Société Royale des Antiquaires du Nord* (1836-1839). Copenhagen: Secrétariat de la Société, p. 3-4, 1839, p. 3.

como locais funerários, um círculo de pedras ou ornamentos encontrados em uma escavação poderiam oferecer “a livelier image of antiquity than Saxo or Snorre, the Eddas, or the Germany of Tacitus”³⁰³.

Dessa forma, afora a grande relevância dada aos registros literários, entendidos como fontes imediatas, a Sociedade Real foi um espaço para ajudar a defender o potencial dos achados arqueológicos, investindo diretamente em escavações e no uso de materiais físicos como uma fonte indireta, mas detentora de autoridade para se discutir as antiguidades. No início do ensaio de Thomsen foi demonstrado os primeiros parâmetros dessa perspectiva:

How undeniable soever the proposition that no history of a country, that is, a narrative of events and actions connected and chronologically arranged, can be conceived which shall be independent of written materials, or, as they are called, immediate sources, it is not less certain *that monuments and remains of antiquity, other than literary, have a just claim to be considered as indirect sources of the same historical result*³⁰⁴.

No seu ensaio, propôs um modelo arqueológico que distribuía os artefatos pré-históricos segundo um método comparativo que priorizava o estado das artes e da tecnologia dos povos e os separou em três períodos. Empenhado em se afastar das várias mitologias que orientavam as cronologias da espécie humana e tirar conclusões a partir da análise empírica de achados materiais, considerando que esses se pronunciavam quando os escritos são silenciosos ou insuficientes, o dinamarquês organizou, classificou e subdividiu os artefatos pré-históricos no Sistema de Três Idades, sendo elas: a Idade da Pedra, a Idade do Bronze e a Idade do Ferro³⁰⁵. Neste sistema, o autor enfatizou os avanços tecnológicos das sociedades, no qual os objetos mais primitivos seriam gradualmente substituídos por materiais mais sofisticados, que poderiam demonstrar não apenas o desenvolvimento na criação de técnicas materiais, mas, também, a comunicação entre diferentes povos dentro e fora da Europa.

Kasper Risbjerg Eskildsen relacionou o modelo de Thomsen com sua atividade profissional como diretor do Museu Real de Antiguidades Nórdicas, onde, atuando como

³⁰³ THOMSEN, C. J. *Cursory View of the Monuments and Antiquities of the North*, 1848, p. 25.

³⁰⁴ *Ibidem*, loc. cit., grifo nosso.

³⁰⁵ É comum creditar a Thomsen a criação desse sistema, mas ele não foi o primeiro a utilizar a ideia de idades para se falar sobre objetos da antiguidade. Essa convenção já era usada por outros acadêmicos escandinavos, franceses e alemães. Porém, apesar de ser uma noção conhecida, foi a partir de sua base comparativa que esse sistema encontrou sua validação e foi admitido como muito pertinente, colocando-se como uma proposta cronológica para a arqueologia científica e formando um de seus primeiros paradigmas. Conf.: KELLEY, Donald Reed. The Rise of Prehistory. *Journal of World History*, v. 14, n. 1, p. 17-36, mar. de 2003; & ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. The Language of Objects: Christian Jürgensen Thomsen’s Science of the Past. *Isis*, b. 103, n. 1, p. 24-53, mar. de 2012; e o capítulo 9, *The Three Ages* da obra FAGAN, Brian. *A Little History of Archaeology*. New Haven: Yale University Press, 2018.

curador, teria preferido organizar os artefatos por categorias que enfatizavam suas funções e nível tecnológico ao invés de reunir os itens de uma mesma sociedade que foram encontrados em um mesmo local³⁰⁶. No ensaio o antiquário explicou esses níveis técnicos a partir da ordenação dos objetos de um determinado povo, fundamentando-se na disposição dos objetos disponíveis no Museu Real de Antiguidades Nórdicas em que ele era curador, por meio de subcategorias pensadas segundo às funções de cada item.

Em sua amostra, os artigos escandinavos foram distribuídos, inicialmente, em dois grandes períodos com marcos definidos em relação à cristianização do Norte, que caracterizaria uma distinção entre as idades da pedra e do bronze e a inserção da civilização pela fé cristã. Os *Artigos do Período Pagão* correspondiam a tudo que fosse anterior ao fim do século X, distribuindo os itens em: Objetos de pedra; Urnas funerárias; Objetos relacionados com a adoração pagã; Armas e outros objetos de metal relacionados com a guerra (subdividido em Armas ofensivas e Equipamentos defensivos); Ornamentos; Ferramentas de outros materiais além da pedra; Utensílios domésticos e Artigos diversos. Os *Artigos do Período Cristão* correspondiam a todos os achados entre o ano 1.000 e a reforma luterana na Dinamarca em 1536, categorizada por: Objetos relacionados à adoração católica; Armas e armaduras do período medieval-cristão, em especial da cavalaria (subdividido em Armas ofensivas e Equipamentos defensivos); Ornamentos; Ferramentas e Utensílios domésticos; Objetos utilizados em construções; e, Objetos diversos³⁰⁷. Ao longo das descrições de cada categoria há outras subdivisões, essas mais preocupadas com seus formatos, usos específicos e materiais de produção. Também são apresentados desenhos de vários objetos encontrados a fim de servirem como ilustrações para os leitores.

Com isso, um dos principais impactos de Thomsen foi ter oferecido meios de padronização dos objetos materiais, que não precisavam se ater a biografia do item como um achado – dispensando a supremacia das informações sobre onde foram encontrados, e os agrupando segundo suas categorias e não em conjunto com as demais unidades descobertas em um mesmo local. Assim sendo, utensílios domésticos encontrados em qualquer escavação poderiam ser aproximados de acordo com suas funções e materiais de produção. Mas, mais do que isso, poderiam ser comparados com a fabricação de produtos similares encontrados em outras regiões ou sociedades, independentemente se os achados compartilhavam um mesmo espaço temporal ou local. Essa noção seguia um caráter universalista do desenvolvimento

³⁰⁶ ESKILDSEN, K. R. *The Language of Objects: Christian Jürgensen Thomsen's Science of the Past*, 2012.

³⁰⁷ As descrições sobre as categorias do Período Pagão estão entre as páginas 35 e 71 e sobre o Período Cristão entre as páginas 71 e 76. THOMSEN, C. J. *Cursory View of the Monuments and Antiquities of the North*, 1848.

humano, na qual os objetos de determinada etapa da humanidade seriam similares em qualquer lugar e poderiam ser positivamente comparados.

Assim, lançando mão de um esquema que organizava a sociedade em etapas evolutivas de desenvolvimento técnico, essa divisão permitiria sistematizar uma forma de analisar e organizar os vestígios deixados por sociedades pré-literárias. Isso porque Thomsen concordava com a tendência comum que compreendia os mesmos estágios de desenvolvimento para todas as culturas europeias e não-europeias³⁰⁸. Em conformidade com o entendimento de que “selvagens” teriam certas propriedades definidas em qualquer lugar ou período em que fossem analisados, objetos da Idade da Pedra, também possuiriam padrões definidos independentemente da localização e da datação do sítio de escavação ao qual pertenciam³⁰⁹. Ou seja, mesmo que possuíssem características particulares, como no caso escandinavo com a gravação de runas em objetos cotidianos e de guerra, todos os materiais pertenceriam a níveis tecnológicos universalmente identificáveis, e essa uniformidade estabelecia as fundações científicas necessárias ao seu modelo.

³⁰⁸ Esses arranjos em etapas de desenvolvimento já se popularizavam como um lugar-comum desde o Setecentos, como o famoso modelo tripartite utilizado por Montesquieu (1689-1755) em sua obra *Do Espírito das Leis*, em que comparou as diferenças nos regulamentos utilizados por sociedades selvagens, bárbaras e civilizadas. Essa segmentação se popularizou muito no século XIX, explorada de diferentes formas, e foi impulsionada pelo impacto das interpretações provenientes do livro *A Origem das Espécies*, lançado em 1859 por Charles Darwin. Os pesquisadores que teorizavam as diferenças sociais, como é observável na sociologia e na antropologia, debruçaram-se sobre esse tópico e propuseram a definir os estágios da evolução social dos humanos. Edward Tylor, por exemplo, considerava que os seres humanos se encontravam em diferentes estágios da evolução cultural, mas segundo uma perspectiva uniforme e universal, no qual todas as culturas passariam pelos mesmos caminhos evolutivos, partindo da fase primitiva, para o estágio bárbaro e, por fim, chegando à civilizada, segundo os moldes europeu. Na nota 131 também comentamos a respeito do modelo taxonômico de Carl Lineu no século XVIII e sua categorização do *homo sapiens*, seu sistema também é uma representação de uma prática epistemológica que serviu de influência para os procedimentos de periodização cultural característico do Oitocentos. Sobre essa relação de influência epistemológica entre os séculos XVIII e XIX, Foucault prescreveu alguns cuidados. Ressaltou que Lineu estava inserido em uma episteme que representava a vida de uma forma diferente da episteme que surgiu no século XIX, por mais que seu sistema ainda tenha continuado pertinente. Sua constatação parte do pressuposto que no século XVIII tanto biólogos como cientistas desejavam fazer uma história da vida, mas ao imobilizarem a natureza em um quadro rígido não permitiam uma real apreensão dela por meios científicos. Esse desejo do Setecentos realizou-se positivamente somente no século seguinte, com a antropologização do saber e o advento de uma ciência da vida, em que os seres vivos apareciam pelo saber da história natural. FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*, 2016.

³⁰⁹ Posteriormente, Jens Jacob Asmussen Worsaae desenvolveu esse entendimento em sua obra *The Pre-History of the North based on contemporary memorials* (publicada originalmente em dinamarquês em 1878 e traduzida para o inglês em 1886). O livro foi dividido em três partes principais, cada uma abordando uma das Idades da Pré-História. Um de seus argumentos foi que as pesquisas arqueológicas, ainda muito jovem naquele contexto, demonstravam que os estágios primitivos da cultura humana já apareciam em quase todas as partes do mundo, inclusive nas civilizações conhecidas por seus registros escritos: “[...] for instance in India China Assyria and Egypt, an Age of Stone must once have prevailed – followed by a Bronze Age – long before those highly developed stages of culture recognised by history, which were in full bloom in these countries thousands of years before the birth of Christ. Similar strata of ancient culture and in part of several earlier populations even within the limits of the Stone Age are beginning to show themselves in Egypt Asia Japan the South Sea Islands and America [...]”. WORSAAE, Jens Jacob Asmussen. *The Pre-History of the North based on Contemporary memorials*. Traduzido para o inglês por Henry Fife Morland Simpson. Londres: Trübner & Co., 1886, p. 2.

Outro fator importante na proposição de Thomsen, que com certeza chamava a atenção para os objetivos da Sociedade Real de conhecer tudo sobre as antiguidades nórdicas, é que ele presumia que os vestígios materiais indicavam pistas de comunicação entre povos europeus. Ele partia da compreensão difusionista de que o desenvolvimento tecnológico de um povo antigo não ocorria simplesmente por transformações internas, mas eram estimulados a partir de migrações e comércio, com muitas inovações advindas do Império Romano³¹⁰. Desse modo, objetos encontrados fora dos países do Norte europeu, mas com propriedades comparáveis àquela região, poderiam ajudar a elucidar o passado nórdico, oferecendo suporte para as pesquisas que, como veremos, buscavam aproximar as ruínas, objetos e inscrições encontrados na América do Norte com as antigas viagens náuticas escandinavas.

Assim como o trabalho de Rask sobre as línguas foi influente na produção da Sociedade Real, o modelo arqueológico de Thomsen também balizou suas produções. Mas não seria uma tarefa fácil deslocar o protagonismo dos manuscritos, pois os vestígios arqueológicos, em meados do século XIX, não eram considerados tão eficientes para a narrativa histórica como os registros escritos. Essa compreensão fez com que, eventualmente, os seguidores de Thomsen se afastassem da história e da filologia no processo de consolidação de seu método arqueológico, aproximando-se das ciências naturais e suas técnicas, priorizando os dispositivos da geologia, da etnografia e da antropologia física³¹¹. Esse afastamento pressupunha que, apesar dos textos serem importantes, a natureza somente seria adequadamente compreendida se estudada a partir de critérios específicos e discutidos no interior das ciências naturais.

³¹⁰ ESKILDSEN, K. R. *The Language of Objects: Christian Jürgensen Thomsen's Science of the Past*, 2012.

³¹¹ Eskildsen analisou os impactos do ensaio de Thomsen e explicou que a princípio sua proposta realmente se aproximou da filologia e da história para pensar os métodos da arqueologia, valorizando o trabalho mútuo entre evidências textuais e não textuais. Entretanto, essas áreas supervalorizavam a evidência escrita, colocando o objeto arqueológico em uma posição inferior. Com o desenvolvimento de seu método comparativo e com a relevância que ele foi assumindo, especialmente após a segunda metade do século XIX, sua argumentação pendeu para uma proximidade maior com a história natural, sobretudo com a etnografia e antropologia. Dessa forma, os arqueólogos se distanciaram dos campos baseados em interpretações textuais a fim delimitarem seu campo, enquanto aquelas áreas também buscavam se estabelecer cientificamente a partir da distinção e delimitação de seus métodos e objetos. Por sua vez, a antropologia e a etnografia compartilhavam o interesse da arqueologia pelo desenvolvimento da humanidade a partir de evidências não-textuais e os pesquisadores dessas áreas, a princípio nos países do Norte, foram simpáticos às propostas de Thomsen. Em 1847, em um encontro da *Society of Scandinavian Natural Scientists*, em Copenhague, no qual Thomsen participou, foi proposto a criação de uma Seção Etnográfica naquela sociedade, considerando que antiquários (entendido aqui como arqueólogos preocupados com as antiguidades) e cientistas naturais deveriam não apenas trabalhar juntos, mas, também, que fossem considerados como cientistas. Eventualmente, os seguidores de Thomsen – dentre eles Jens Jacob Asmussen Worsaae (1821-1885), seu pupilo que o substituiu na direção do Museu Real de Antiguidades Nórdicas e é considerado um dos primeiros arqueólogos profissionais, que também foi um membro colaborador da Sociedade Real –, manifestaram uma ativa oposição aos acadêmicos que trabalhavam a partir da literatura, inclusive questionando a prática de Niels Petersen de utilizar textos para interpretar a pré-história, pois entendiam que as conclusões deveriam ser oriundas por meio de técnicas das ciências naturais. *Ibidem*, p. 39-44.

No que diz respeito à Sociedade Real, uma organização que se ateve muito ao antiquarismo e à primazia do texto escrito, pelo menos, até o ano de 1864³¹², prevalecia a concepção de que os vestígios materiais possuiriam um papel auxiliar à literatura no processo de resgate das antiguidades. Essa visão foi mais desenvolvida pela abordagem comparativa de Niels Petersen, que – seguindo Rask em sua compreensão de que pela etimologia das palavras seria possível desvelar as relações das nações segundo descendências e, dessa forma, penetrar no passado distante delas –, buscava compreender as origens e relações dos povos “from their mythology, symbols, and language”³¹³.

Em síntese, os monumentos escritos seriam as referências primordiais para a compreensão do passado, mas as evidências materiais poderiam oferecer um precioso complemento para comprovar certas conjecturas e para superar as lacunas advindas da literatura. Seu papel coadjuvante poderia ser minimizado em estudos de emigrações e conexões com outras nações, por aludir a contatos muitas vezes silenciosos nos textos à disposição. Todavia, no caso de os escritores serem omissos sobre determinadas relações evidenciadas por indícios materiais, sempre se julgaria como mais interessante rastrear testemunhos em documentos escritos, mesmo que em outras nações, a fim de autorizar o argumento formulado. Mas, na metodologia empregada pelos membros da Sociedade Real, veremos que o contrário era igualmente válido, pois rastreavam resquícios da antiguidade nórdica em outras partes do mundo, como foi o caso do Brasil, que poderiam ser valiosos para comprovar o que estava registrado em manuscritos antigos.

3.2 Literatura nórdica medieval: Carl Rafn e as Sagas Islandesas

O interesse pelas sagas islandesas era um fenômeno em crescimento desde o século XVII e os acadêmicos escandinavos conferiam muito crédito ao seu conteúdo³¹⁴. A palavra saga tem origem no islandês *segja* (sua forma em plural é *sögur*) e seu sentido está associado a dizer ou recontar, sendo um tipo narrativo literário específico do contexto medieval islandês³¹⁵. As sagas abordam diferentes histórias e, em muitos casos, seus autores não foram identificados, por isso são agrupadas de acordo com suas temáticas³¹⁶.

³¹² Após a morte do Secretário Carl Rafn, a Sociedade Real passou a se concentrar em atividades arqueológicas.

³¹³ SIMONSEN, S. *The Cultivation of Scandinavism*, 2018.

³¹⁴ KELLEY, D. R. *The Rise of Prehistory*, 2003.

³¹⁵ LANGER, J. *História e sociedade nas sagas islandesas*, 2009.

³¹⁶ Entre outras categorias e diferentes formas de divisão, as *sögur* são subdivididas em: *fornaldarsögur* (sagas legendárias); *biskupasögur* (sagas dos bispos); *íslendingasögur* (sagas de família); *sturlunga saga* (sagas contemporâneas); *riddarasögur* (sagas de cavalaria); *lygisögur* (sagas de cavalaria de origem nativa) *konungasögur* (sagas de reis). *Ibidem*.

Essa produção literária surgiu na Islândia no século XII, mas teve seu ápice nos séculos XIII e XIV, sendo Snorri Sturluson (1179-1241) o mais famoso autor desse tipo de conteúdo. Consistiu na compilação de relatos que, antes da cristianização do Norte³¹⁷, eram transmitidos oralmente entre as famílias e os poetas. O material disponível foi composto em prosa, mas contendo vários trechos em versos, em uma mistura de eventos verossímeis, em certos casos possivelmente reais, com a mitologia escandinava e germânica, apresentando contos de indivíduos notáveis, heróis, entidades e outras criaturas, desde o início do universo até a previsão de seu fim no *Ragnarøk*.

Essas histórias, do século XVIII em diante, ganharam um público considerável dentro e fora dos países escandinavos, despertando não apenas o interesse dos acadêmicos, mas também de públicos letrados em geral. Leitores britânicos, alemães e da América do Norte se interessaram pela literatura nórdica, particularmente motivados pelas identificações linguísticas, culturais e históricas que poderiam estabelecer com os heróis “*vikings*”³¹⁸. O filologista americano George Perkins Marsh, um importante representante da Sociedade Real nos Estados Unidos, fez as seguintes considerações sobre o potencial das sagas:

As Müller has observed, they bring the heroic and historical periods nearer together than any known writings of established authenticity, and to say nothing of their extraordinary literary merit, they are in the highest degree curious and interesting, whether we regard their immediate subject, the history of Iceland, and the Scandinavian kingdoms, or the light they throw on the contemporaneous history of Great Britain, Ireland, and other parts of Europe, and even of the American Continent.³¹⁹

O Secretário da Sociedade Real, Carl C. Rafn, foi o responsável pela tradução para o latim e dinamarquês de muitas dessas narrativas. O antiquário tornou-se um reconhecido especialista na literatura nórdica medieval, sendo um dos principais responsáveis pelos rumos da instituição até a sua morte em 1864. Entre os anos de 1825 e 1837 a Sociedade Real publicou

³¹⁷ A introdução da literatura pela Igreja Católica teve um grande impacto na Escandinávia, alterando diversos tipos de práticas relacionadas às suas formas de comunicação. Antes os nórdicos possuíam o costume, apesar de não ser uma prática generalizada, de gravar runas em objetos. A inscrição em runas possuía funções culturais específicas, como a memorização, a demarcação de posse ou propriedades mágicas. Com a inserção da literatura pela cristianização a relação com a escrita foi radicalmente alterada. Textos religiosos começaram a ser produzidos em latim, mas a população passou a escrever informações diversas em seus próprios vernáculos que foram gramaticalizados, como textos administrativos, genealógicos e histórias. Tradições que eram passadas oralmente começaram a ser registradas em manuscritos e, posteriormente, principalmente no século XIII, foram compilados em documentos mais elaborados. QUINN, Judy. From orality to literacy in medieval Iceland. In: ROSS, Margaret Clunies (Ed). *Old Icelandic Literature and Society*. Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press, p. 30-60, 2000.

³¹⁸ ROSS, Margaret Clunies. The Cambridge introduction to the Old Norse Icelandic Saga. Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010. Sobre o termo *viking*, conferir a nota 295 dessa dissertação.

³¹⁹ MARSH, G. P. *Royal Society of Northern Antiquaries at Copenhagen*, 1835, p. 1-2.

várias obras que totalizavam cerca de 50 volumes³²⁰, dentre ela várias traduções de sagas – como as da obra *Fornaldarsögur Nordrlanda*³²¹, que estabeleceu a identidade de um grupo de sagas que ainda continua sendo utilizado na atualidade³²².

Dedicando-se à missão de encontrar e divulgar tudo que poderia para desvendar a antiguidade do Norte europeu, Rafn estabeleceu uma extensa rede de relações com intelectuais que se estendeu por vários países da Europa, Ásia e América (figura 1), mantendo diálogos com inúmeras entidades acadêmicas e publicando textos em dinamarquês, inglês, francês, alemão e latim a fim de intensificar a disseminação sobre suas produções e ampliar as possibilidades de alcançarem novas fontes para suas pesquisas. A partir dessa comunicação, ele se tornou membro de toda instituição antiquária, literária e de letrados em geral que tivesse considerável projeção internacional em seu período³²³.

Com o tempo, o objetivo originário de Rafn, de traduzir e publicar as sagas islandesas, deslocou-se para um novo propósito. A partir de seus estudos, o antiquário passou a se concentrar em identificar e divulgar o alcance das viagens dos antigos navegadores escandinavos, estabelecendo-se como o principal defensor de que os nórdicos haviam não apenas chegado à América do Norte, como também empreenderam tentativas de colonizá-la. A confirmação arqueológica dessa hipótese ocorreu somente no século seguinte, durante a década de 1960, com as escavações no sítio de *L'Anse aux Meadows*, na Ilha de Terra Nova (*Newfoundlands*) no Canadá, não havendo evidências concretas de ocupação mais ao sul daquela região. Porém, antes de se encontrar vestígios realmente sólidos para essa teoria, interpretações filológicas dos relatos das sagas em conjunto com a interpretação de alguns vestígios arqueológicos, encontrados na região da Nova Inglaterra, incentivaram a criação de um mito arqueológico da presença nórdica nos Estados Unidos em meados do século XIX³²⁴. Apesar dos acadêmicos não mais defenderem a hipótese de explorações que alcançaram regiões mais ao sul, por falta de vestígios além daqueles encontrados no Canadá, a crença nesse mito ainda é muito comum.

³²⁰ RAFN, Carl Christian. *Supplement to the Antiquitates Americanae* – edited under the auspices of the Royal Society of Northern Antiquaries. Copenhagen: Secretary's Office of the Society, 1841, p. 13-14.

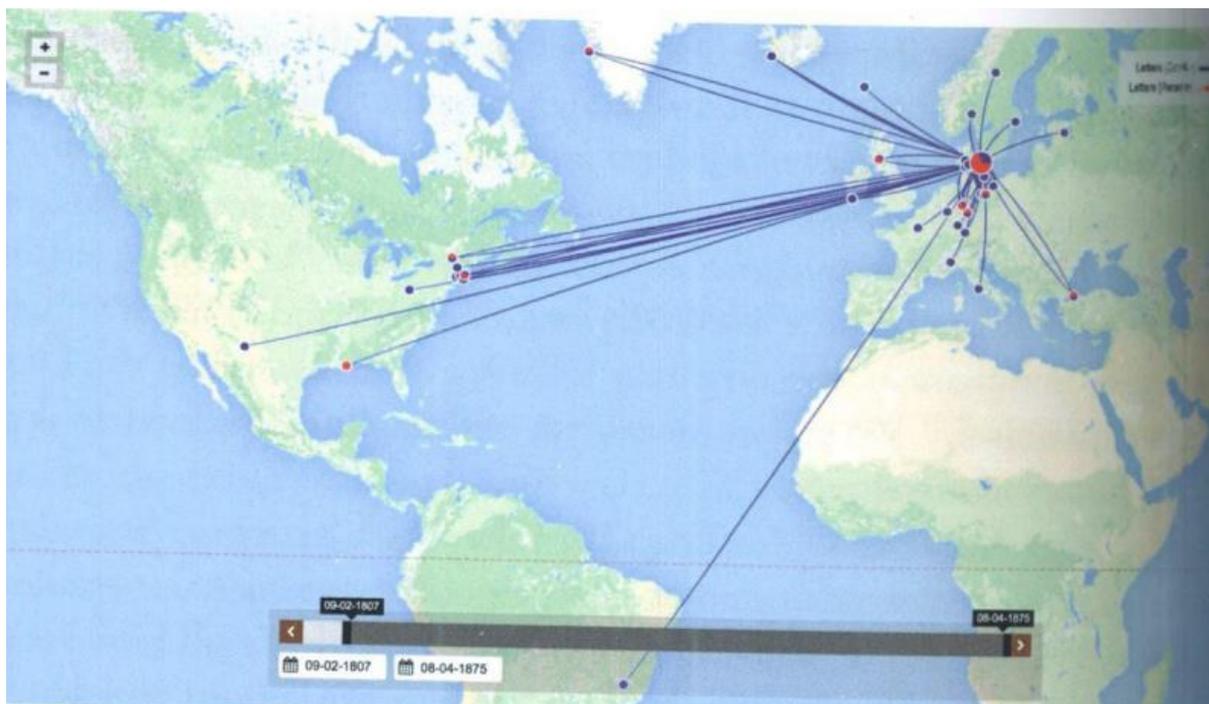
³²¹ Margaret Clunies Ross traduziu o título, para o inglês, como *Sagas of the Ancient Time of Northern Land*.

³²² ROSS, M. C. *The Cambridge introduction to the Old Norse Icelandic Saga*, 2010.

³²³ SIMONSEN, S. *The Cultivation of Scandinavism*, 2018.

³²⁴ LANGER, Johni. Vikings, cultura e região: o mito arqueológico nórdico dos Estados Unidos. *O Olho da História*, Salvador, BA, n. 18, p. 01-16, jul. de 2012.

Figura 1. Principais pontos da rede de relações intelectuais de Rafn



Fonte: SIMONSEN (2018, p. 80)

Este mapa, criado pela *Study Platform on Interlocking Nationalisms* (SPIN), demonstra uma visualização de parte das correspondências que Rafn trocou através de sua rede internacional de comunicação. O mapa possui uma versão interativa que pode ser acessada pelo link: <https://ernie.uva.nl/viewer.p/21/59/scenario/67/geo>. Simonsen afirmou que essa visualização ainda é parcial. Sua consideração faz sentido visto que a única correspondência apresentada entre ele e o Brasil foi com Peter Lund, não indicando as comunicações realizadas entre ele e outros membros do IHGB, da qual se tornou membro correspondente, como Manuel Porto Alegre e Roch Schüch³²⁵. Os periódicos da Sociedade Real também sugerem contatos com vários outros países da América e da Europa, não presente na imagem, mas vale ressaltar que a comunicação indica apenas correspondências de Rafn, e não da Sociedade Real como um todo.

Seguindo os relatos na literatura islandesa, em especial duas sagas produzidas no século XIII, a *Eiríks saga rauða* (A saga de Erick, o Vermelho) e a *Grænlendinga saga* (Saga dos groenlandeses), Rafn buscou provar que as regiões descritas nessas narrativas correspondiam ao leste do Canadá e ao nordeste dos Estados Unidos. Em conjunto, esses textos são atualmente conhecidos como *As Sagas de Vinland*³²⁶, descrevendo os acontecimentos que levaram os nórdicos a encontrarem a Groenlândia e outros locais em seu redor, estabelecidas pelo antiquário como regiões norte-americanas.

³²⁵ Parte significativa deste trabalho foi realizado em um período crítico da Pandemia de COVID-19. Isso impediu a realização de viagens em arquivos pelo pesquisador, localizados principalmente na cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de fazer um levantamento de toda essa documentação e posterior análise do material disponível. Dessa forma, este trabalho foi exequível somente a partir do que estava disponível on-line.

³²⁶ ANÔNIMO. *The Vinland Sagas: The Norse Discovery of America – Grænlendinga Saga and Eirik's Saga*. Traduzido para o inglês por Magnus Magnusson e Hermann Pálsson. Londres: Penguin Books, 1965; & ANÔNIMO. *The Saga of Erik the Red*. Traduzido para o inglês por John Sephton do original Icelandic 'Eiríks saga rauða' em 1880. *Icelandic Saga Database*, publicado em set. de 2007.

3.2.1 A América nas Sagas de Vinland

A *Grænlendinga saga* conta como Erik o Vermelho, no século X, fugiu da Noruega para a Islândia após o seu pai, Thorvald, ter se envolvido em alguns assassinatos. Tempos depois, Erik, de forma similar ao seu pai, foi acusado de homicídio e expulso de *Haukadal*, onde vivia. Estabeleceu-se em uma ilha em *Breiðafjörður*, mas, após se envolver em novos conflitos, novamente foi considerado um fora da lei em decisão feita no *Alþingi*³²⁷. Nesse último caso, Erik abandonou a Islândia com sua família e decidiu descobrir se os rumores do avistamento de terras desabitadas ao norte daquela ilha eram reais. De acordo com as sagas, Erik teve sucesso em sua procura e, por volta de 981 ou 982, fundou o primeiro assentamento no local que batizou de *Greenland* (Groenlândia)³²⁸, acreditando que poderia atrair pessoas para lá se a terra tivesse um nome chamativo³²⁹.

Alguns anos depois, por volta de 986, a narrativa conta que um mercador islandês, Bjarni Herjólfsson, após ter passado um período na Noruega, foi visitar seu pai em sua terra natal e soube que ele partira com Erik para a Groenlândia. Ninguém em sua tripulação estivera lá antes, logo nenhum deles conhecia o caminho certo. Porém, mesmo assim partiram em uma errática viagem ao encontro do pai de Bjarni, enfrentando ventos e neblinas que dificultaram o estabelecimento de uma rota. No caminho, avistaram algumas terras, mas não se atreveram a explorá-las porque Bjarni, considerando as descrições que recebeu, acreditava que nenhuma

³²⁷ A colonização da Islândia, em um lugar remoto o suficiente para usufruir de uma menor influência de outros reinos, comportou a criação de um sistema singular no período medieval. Os colonos estabeleceram uma sociedade geralmente considerada mais igualitária e com maior liberdade do que em outros países da Europa medieval na mesma época, caracterizando uma espécie de “protodemocracia”. Sem poder centralizado ou complexos sistemas hierárquicos, pelo menos até o século XIII, sua estrutura social era dividida entre os *goðar* (chefes de uma região) e os *bændr* (fazendeiros livres), esses se subdividiam entre os mais ricos e os menos ricos, também possuindo escravos. Sem um governo central, o controle social era realizado por mecanismos legislativos relativamente democráticos que regulavam os indivíduos em diferentes escalas. Primeiro, as decisões eram feitas entre familiares, depois eram discutidas regionalmente (os *things*) e, por último, as deliberações mais importantes eram realizadas na Assembleia Nacional, o *Alþingi* ou *Althing*. Essa Assembleia Nacional ocorria anualmente e, segundo o *Íslendingabók*, surgiu por volta do ano 930. O encontro ocorria no meio do ano e durava cerca de duas semanas. Todos os *goðar* eram obrigados a comparecer, acompanhados de um certo número de fazendeiros livres para aconselhá-los, mas todos os sujeitos livres que quisessem participar poderiam frequentar e contribuir com a Assembleia. O *Alþingi* se dividia em duas funções: o conselho legislativo e a corte judicial ou tribunal. O conselho reforçava, discutia e transformava as leis mediante votação, e a corte julgava os casos entre *goðar* ou as situações que não tiveram uma resolução nos *things* regionais. Com o passar dos séculos, o *Alþingi* foi reformado de acordo com as mudanças políticas ocorridas na Islândia, existindo até hoje como um dos mais antigos parlamentos ocidentais, atualmente sediado em Reykjavík após ter sido desativado entre os anos de 1800 e 1844. LOVE, Jeffrey; LARSSON, Inger; DJÁRV, Ulrika *et al* (eds.). *A Lexicon of Medieval Nordic Law*. Cambridge, UK: OpenBook Publishers, 2020, p. 25-26; & VAQUERO, Pablo Barruezo; JIMÉNEZ, Iris Baena; CIVANTO, José M^a Martín. Violence and judicial-legislative system in Viking Age Iceland. *Roda da Fortuna*. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, v. 6, n. 1, p. 174-196, 2017.

³²⁸ A *Eiríks saga rauða* possui uma semelhante descrição inicial sobre a vida de Erik.

³²⁹ “He named the country he had discovered *Greenland*, for he said that people would be much more tempted to go there if it had an attractive name”. ANÔNIMO. *The Vinland Sagas*, 1965, p. 50.

delas se tratava da Groenlândia. Eventualmente chegaram aonde pretendiam e prosseguiram para *Herjolfsness*, o local que Bjarni passou a residir com seu pai permanentemente. Após algum tempo, Bjarni viajou novamente para a Noruega e falou sobre sua complicada viagem, sendo criticado pela falta de curiosidade ao não explorar os territórios desconhecidos que avistou. Os boatos de outras possíveis terras chegaram até Leif, filho de Erik o Vermelho, que foi ao encontro de Bjarni para saber sobre sua jornada. Leif Eriksson comprou o navio de Bjarni e foi até *Brattahlíð*, onde seu pai vivia, e o pediu para que chefiasse uma expedição com trinta e cinco homens para encontrar os locais mencionados pelo mercador. Porém, já não se considerando tão jovem, Erik recusou o pedido e permitiu que o próprio Leif liderasse a tripulação.

Saindo da Groenlândia, os exploradores tiveram sucesso em encontrar novas regiões, continuando sempre além e dando nomes aos desconhecidos locais. As designações se basearam em suas características, e os principais lugares foram chamados de *Helluland* (Terra das pedras chatas)³³⁰, *Markland* (Terra das Florestas)³³¹ e, a de maior importância para os interessados nas sagas, *Vinland* (Terra das Vinhas)³³². A narrativa segue descrevendo sobre a estadia que tiveram em *Vinland*, as explorações realizadas na região e as novas viagens empreendidas àquele lugar, lideradas também por outros personagens.

O relato continua com a expedição de Thorvald, irmão de Leif, que seguiu as instruções para alcançar o mesmo lugar que seu irmão chegou em *Vinland*. Após navegarem mais, ele e sua tripulação passaram por um promontório que chamaram de *Kjalarness*³³³. Exploraram mais o local e estabeleceram uma base em outro promontório, onde Thorvald se agradou e decidiu que ali seria sua residência. Após um tempo, enquanto investigavam aquelas redondezas, avistaram três canoas feitas de pele com três homens em cada, no qual rapidamente se desenrolou um combate entre eles. Oito daqueles homens morreram, mas o último escapou em sua canoa.

³³⁰ “There was no grass to be seen, and the hinterland was covered with great glaciers, and between glaciers and shore the land was like one great slab of rock. It seemed to them a worthless country.”. ANÔNIMO. *The Vinland Sagas*, 1965, 1965, p. 55.

³³¹ “This country was flat and wooded, with white sandy beaches wherever they went; and the land sloped gently down to the sea.”. *Ibidem, loc. cit.*

³³² “It is said that the tow-boat was filled with grapes. They took on a full cargo of timber; and in the spring they made ready to leave and sailed away. Leif named the country after its natural qualities and called it *Vínland*.”. *Ibidem*, p. 57-58.

³³³ Rafn indicou que a palavra deriva dos termos *kiölr* (*keel* – quilha) e *nes* (*cape* – cabo, promontório), acreditando que: “most likely so named on account of its striking resemblance to the keel of a ship [...]”. Assim, o antiquário supôs que o nome fazia referência a um cabo que se assemelhasse a uma quilha de um navio, acreditando que se referia à Baía do Cabo Cod (*Cape Cod Bay*). RAFN, Carl Christian. *America discovered in the tenth century*. Nova Iorque: William Jackson, 1838, p. 18.

No caminho de volta para seu assentamento, foram surpreendidos por uma multidão que chegou em mais canoas e os atacaram. Nas sagas, esses personagens são chamados de *Skrælings*³³⁴. Apesar de terem resistido ao ataque e a maior parte da tripulação ter ficado intocada, Thorvald foi ferido fatalmente por uma flecha. Antes de morrer, pediu para ser enterrado junto ao promontório que havia decidido morar, com duas cruzes em seu túmulo e solicitou que aquele lugar fosse conhecido como *Krossaness*³³⁵. A *Grænlendinga saga* ainda descreve mais algumas viagens. A primeira realizada por Karlsefni, um poderoso homem de origem nobre, que se casou com a viúva de Thorstein, um outro filho de Erik que adoeceu e morreu antes de conseguir ir até *Vinland* em busca do corpo de seu irmão. A segunda foi uma expedição dividida em duas comitivas, uma liderada por Freydís, também filha de Erik, e a outra pelos irmãos Helgi e Finnbogi, que foram passar um tempo na casa que Leif construiu em *Vinland*. Seguindo algumas desavenças, toda a comitiva de Helgi e Finnbogi foram assassinados após Freydís persuadir seu marido a matá-los.

³³⁴ Aqui foi empregado o plural como *skraelings*, mas a forma plural no antigo nórdico seria *skraelingjar*. Acredita-se que este termo era utilizado pelos groenlandeses para se referir ao povo que foi denominado por arqueólogos dinamarqueses como *Thule*, que são ancestrais dos atuais Inuítes, os indígenas esquimós que habitam as regiões árticas do Canadá, Alasca e da Groenlândia. Rafn, em sua tradução das sagas, ao utilizar o termo *Skrellings* pela primeira vez, colocou a palavra *Esquimaux* entre parênteses para indicar que se referia aos mesmos povos. Discussões arqueológicas indicam que o povo *Thule* eram habilidosos fabricantes de arpões para a caça de baleias e navegavam em canoas ou caiaques feitos de pele. Este povo vivia na região do Alasca, próximo ao Estreito de Bering, e há indícios que, por volta do século X, vivenciaram processos migratórios e de expansões. O deslocamento chegou à região oeste da Groenlândia, passando pelo norte canadense e, provavelmente, chegando ao sul daquele país. Porém, essa ocupação ainda parece ter sido um tanto distante de Massachussets, como pressupôs Rafn em sua localização de *Vinland* (conferir tópico 3.2.2), mas tanto o alcance das explorações dos nórdicos como a precisão do movimento migratório dos *Thules* são assuntos incertos e cheios de especulações até os dias atuais. Supostamente, durante os séculos XIII e XIV os colonos nórdicos e os *Thules* dividiam diferentes espaços na Groenlândia, o mesmo período em que as sagas foram compiladas em manuscritos. No entanto, julga-se que aquela região passou por severas alterações climáticas no decorrer do século XIV, tornando-a muito mais fria do que já era, e, após séculos de ocupação, os escandinavos não conseguiram sobreviver às essas mudanças. Enquanto isso, os *Thules* tornaram-se os ocupantes principais da região. Supõe-se que os nórdicos não sobreviveram por terem um estilo de vida apoiado na agricultura, que definiu com a severidade do clima, enquanto os *Thules* tiravam sua subsistência da caça, raramente se dedicando ao plantio. A teoria das mudanças climáticas permite deduzir que, provavelmente, a Groenlândia pode ter feito jus ao seu nome e foi uma terra mais verde quando encontrada pelos nórdicos no século X – contradizendo um famoso mito de que o nome *Green-land* foi apenas uma forma de enganar as pessoas e atraí-las para colonizar a região, enquanto a *Ice-land* (terra do gelo) teria esse nome para afastar possíveis povoadores. Sobre os *Thules* Conf.: FAGAN, Brian; DURRANI, Nadia. *People of the Earth: An Introduction to World Prehistory*. 15 ed. Nova Iorque, Londres: Routledge, 2019, p. 157-158; LEMBERG, Tia. *Reverse Colonization: How the Inuit Conquered Greenland and Vanquished the Vikings*. *Remake*, set. de 2021; &, DEMUTH, Bathsheba. *What made the Thule move? Climate and Culture in the High Arctic*. *Historical Climatology*, dez. de 2016.

³³⁵ Comparando com a tradução feita por Rafn para o nome *Kjalarnes* (conferir nota 333), no qual informou que o termo *nes* remete a um promontório ou um cabo, é possível supor que *Krossaness* se traduza para algo próximo de Cabo das Cruzes ou Promontório das Cruzes.

saga, foram nomeando vários locais enquanto buscavam por *Vinland*, dentre eles deram o nome à *Helluland*, *Markland*³³⁶ e o promontório de *Kjalarness*. Explorando mais ao sul, repetiu-se o encontro com alguns nativos que foram avistados em canoas, no entanto, neste relato, em vez de um iminente combate foi descrito uma tentativa de contato. Embora não tenha sido um experimento de sucesso imediato, a aproximação inicial não se transformou em um conflito³³⁷.

Após o fim do inverno, a comitiva de Karlsefni e Bjarn foi abordada por uma horda de *Skrælings*, mas, dessa vez, conseguiram estabelecer um breve contato e trocar mercadorias. Tudo corria bem até que um touro de Karlsefni apareceu, de forma súbita, correndo furiosamente, afugentando os nativos. Os *Skrælings* somente retornaram a surgir após três semanas daquele incidente. Contudo, dessa vez vieram preparados para atacar, e com armas que os exploradores consideraram estranhas:

Karlsefni and Snorri saw them hoist a large sphere on a pole; it was dark blue in colour. It came flying in over the heads of Karlsefni's men and made an ugly din when it struck the ground. This terrified Karlsefni and his men so much that their only thought was to flee, and they retreated farther up the river.³³⁸

Recuaram, mas Freydis, irmã de Leif, ficou furiosa com a fuga, chamando-os de covardes. Pegou a espada de um dos mortos de seu lado e, enquanto ameaçava enfrentar seus inimigos, colocou um de seus seios para fora enquanto avançou sobre eles, um recurso literário característico do mito das amazonas. Ao presenciarem uma mulher furiosa como ela, os atacantes fugiram amedrontados³³⁹. Após o ocorrido, Karlsefni e seu grupo teriam chegado à

³³⁶ “They found there many slabs of stone so huge that two men could stretch out on them sole to sole. There were numerous foxes there. They gave this country a name and called it *Helluland*. From there They sailed for two days before a northerly wind and sighted land ahead; this was a heavily-wooded country abounding with animals. There was an island to the south-east, where they found bears, and so they named it *Bjarn Isle*; they named the wooded mainland itself *Markland*”. ANÔNIMO. *The Vinland Sagas*, 1965, p. 94.

³³⁷ “Karlsefni said, ‘What can this signify?’, ‘It could well be a token of peace,’ said Snorri. ‘Let us take a white shield and go to meet them with it.’ They did so. The newcomers rowed towards them and stared at them in amazement as they came ashore. They were small and evil-looking, and their hair was coarse; they had large eyes and broad cheekbones. They stayed there for a while, marvelling, and then rowed away south round the headland”. *Ibidem*, p. 98.

³³⁸ *Ibidem*, p. 99-100.

³³⁹ “Freydis came out and saw the retreat. She shouted, ‘Why do you flee from such pitiful wretches, brave men like you? You should be able to slaughter them like cattle. If I had weapons, I am sure I could fight better than any of you.’ [...] She was following them into the woods when the *Skrælings* closed in on her. In front of her lay a dead man [...] and his sword beside him. She snatched up the sword and prepared to defend herself. When the *Skrælings* came rushing towards her she pulled one of her breasts out of her bodice and slapped it with the sword. The *Skrælings* were terrified at the sight of this and fled back to their boats and hastened away.”. *Ibidem*, p. 100. Os detalhes relacionados à Freydís parecem fazer uma alusão às Amazonas. Apesar do anonimato, sabe-se que os escritores das sagas passaram a transcrever as histórias dos povos escandinavos após o contato com a literatura do sul europeu, e que, certamente, influenciou a maneira de registro dos eventos e história. Não seria estranho supor que o(s) autor(es) conhecia(m) os contos das mulheres guerreiras, já que a literatura clássica e medieval descrevia

conclusão de que, apesar da boa qualidade da terra, nunca teriam segurança naquele lugar por causa dos habitantes locais. Assim, retornaram para as regiões situada mais ao norte, por entenderem que seriam locais mais seguros. A saga conta que nos anos seguintes tiveram contato com outros *Skrælings*, e que chegaram a capturar um garoto nativo que foi batizado e ensinado a falar sua língua. O garoto teria explicado sobre seu país, dizendo que ele era governado por dois reis e que mais ao sul haveria uma outra região chamada *Hvítramannaland* – que significava Terra dos Homens Brancos ou Grande Irlanda³⁴⁰ (White Men’s Land ou *Greater Ireland*). Mas a *Eiríks saga* finaliza com o retorno da expedição para a Groenlândia, com uma descrição dos descendentes de Karlsefni, que regressou com sua família para a Islândia, e um relato sobre a morte de Bjarni.

3.2.2 *Antiquitates Americanæ* e a teoria da presença nórdica na América

A princípio, essas sagas eram muito restritas à Islândia antes do século XVIII e eram pouco conhecidas em outros lugares nas primeiras décadas do Oitocentos. Os textos passaram a ser traduzidos em dinamarquês e latim pelos membros da Sociedade Real e, posteriormente, foram publicados em outras línguas, em especial o inglês, com o aumento dos leitores interessados. Essas histórias eram ricas em detalhes. Aprofundavam-se na genealogia dos personagens, informavam os locais de nascimento de cada um, os lugares que visitaram e em que morreram, por vezes tratavam de suas personalidades e reproduziam uma série de informações pretensamente precisas sobre os diálogos, decisões tomadas, direções de curso de viagem e descrições dos ambientes mencionados. Ademais, considerando as sagas como um todo, não era incomum os compiladores se preocuparem em indicar quem foi o responsável por

este modelo feminino e combativo por meio da representação das amazonas. A disposição violenta de Freydís foi demonstrada nas duas sagas. Porém, enquanto na *Eiríks saga* ela foi retratada como uma mulher corajosa e intrépida, na *Grænlendinga saga* ela foi apresentada como uma mulher arrogante, gananciosa e capaz de enganar seu marido para matar várias pessoas que os acompanhavam em *Vinland*, ameaçando todos os sobreviventes a nunca comentarem sobre o evento. Kirsten Wolf publicou um artigo analisando essa representação das Amazonas nas Sagas sobre Vinland: WOLF, Kirsten. Amazons in Vinland. *The Journal of English and Germanic Philology*, v. 95, n. 4, p. 469-485, out. de 1996.

³⁴⁰ A região da *Greater Ireland* também é mencionada no *Landnámabók* (O Livro da Colonização). Este manuscrito fala sobre o povoamento da Islândia, entre os séculos IX e X, e, por meio de uma descrição genealógica das famílias colonizadoras e suas relações, narra as versões de como o território foi avistado e ocupado. Ao falar sobre a família de Ulf, o Vesgo, que ocupou uma região no nordeste da Islândia, o manuscrito menciona que seu bisneto, Ari, foi para a *White Men’s Land*: “[...] Ari who drifted to White Men’s Land, which some people call Greater Ireland. It lies in the ocean to westward, near Vinland the Good, said to be a six day sail west from Ireland. Ari couldn’t get away, and was baptized there. This story was first told by Hrafn Limerick-Farer who spent a long time at Limerick in Ireland. Thorkel Gellisson quoted some Icelanders who had heard Earl Thorfinn of Orkney say that Ari had been recognized in White Men’s Land, and couldn’t get away from there, but was thought very highly of.” ANÔNIMO. *The Book of Settlements: Landnámabók*. v. 1. Traduzido para o inglês por Hermann Pálsson e Paul Edwards. Winnipeg, MB, Canadá: University of Manitoba Press, 2006, cap. 122. *E-pub*. Grifos nossos.

relatar determinados eventos³⁴¹. Seguindo essas informações detalhadas, e certo da autenticidade das informações históricas apresentadas nos manuscritos, Rafn não apenas identificou que as terras mencionadas, além da Groenlândia, referiam-se à América do Norte como também utilizou elementos das narrações para precisar com exatidão cada um dos lugares citados.

A partir da tradução e análise das *Sagas de Vinland* e do contato estabelecido com pesquisadores norte-americanos, Rafn editou e publicou a mais importante obra da Sociedade Real, e, provavelmente, a mais influente defesa da presença pré-colombiana dos escandinavos na América³⁴². Foi lançado, em 1837, o livro *Antiquitates Americanae: sive escriptores septentrionales rerum ante-columbianarum in America*, que apresentava grande parte do trabalho do antiquário até aquele momento. A obra incluiu versões das *Sagas de Vinland* em seu idioma original, o Islandês antigo (*old norske*), com traduções em dinamarquês e em latim. Porém, talvez um dos trechos mais significativo foi o tópico intitulado *America Discovered in the Tenth Century (an abstract of the historical evidence contained in this work)* – este excerto em inglês, resumindo as traduções das sagas e suas análises, também foi publicado separadamente no ano seguinte, com pequenas modificações³⁴³.

Nesse mesmo período, a Sociedade Real passou a publicar duas revistas: a *Antiquarisk Tidsskrift*³⁴⁴, publicada em sua maioria em dinamarquês, e a *Mémoires de la Société Royale des Antiquaires du Nord*, que selecionava os artigos mais relevantes para difundi-los em inglês, francês e alemão. Nesses dois periódicos, preocuparam-se em veicular textos que diziam

³⁴¹ Por exemplo, a morte de Bjarni, parceiro de Karlsefni, foi descrita na *Eiríks saga* como causada por um naufrágio. O navio em que ele e sua tripulação estavam possuía apenas um bote, mas que somente conseguiria levar metade das pessoas. Então, Bjarni propôs que a divisão não fosse feita por posição, mas por sorteio. O próprio Bjarni teria ficado entre aqueles que seriam salvos. Porém, um jovem islandês, dentre aqueles que ficaria no navio que estava afundando, questionou-o dizendo que a morte não foi o que ele o prometeu quando o tirou da Islândia e disse que o justo seria que eles trocassem de lugar. Bjarni acabou cedendo e permitiu que o garoto se salvasse em seu lugar. A metade do bote que ficou segura sobreviveu e chegou segura em terra firme, a parte que ficou pereceu. Assim, a saga alude que os membros da metade sobrevivente teriam sido os responsáveis por contar as aventuras que passaram, assim como sobre a morte de Bjarni. ANÔNIMO. *The Vinland Sagas*, 1965, p. 103-104. Também é descrito que os descendentes de Karlsefne, começando por Snorre, nascido em *Vinland*, formaram uma linhagem grande e ilustre. A um dos netos de Snorre, o bispo Thorlak Runolfson, é atribuído à autoria do primeiro códice eclesiástico da Islândia e indicado como aquele que registrou as memórias das viagens de Karlsefne.

³⁴² Rafn não foi o primeiro a publicar uma obra relacionando as *Sagas de Vinland* com o território da América do Norte, inclusive alguns eruditos dos Estados Unidos já haviam feito traduções parciais dessas sagas e indicado que os territórios mencionados faziam parte do norte do continente. Um exemplo foi Henry Wheaton (1785-1848) que antes da publicação do *Antiquitates Americanae*, mas ciente dos trabalhos realizados por Rafn, já havia publicado algumas traduções e realizado análises similares para indicar que *Vinland* seria localizado na Nova Inglaterra. Todavia, não foram trabalhos que tiveram o mesmo impacto que a obra de Rafn. MELTON, Zachary J. *Nineteenth-Century American Reception of Old Norse Literature: The Search of American Identity*. 2017. Ensaio dissertativo (Mestrado – *Viking and Medieval Norse Studies*) – Universidade da Islândia (*Háskóli Íslands*), Reykjavik, 2017, p. 16-17.

³⁴³ RAFN, C. C. *America discovered in the tenth century*, 1838.

³⁴⁴ Seu nome traduz-se como Revista Antiquária.

respeito às suas investigações, resumos sobre suas reuniões, descrição de contatos estabelecidos e sobre a repercussão de suas obras, destacando os alcances da *Antiquitates Americanae*.

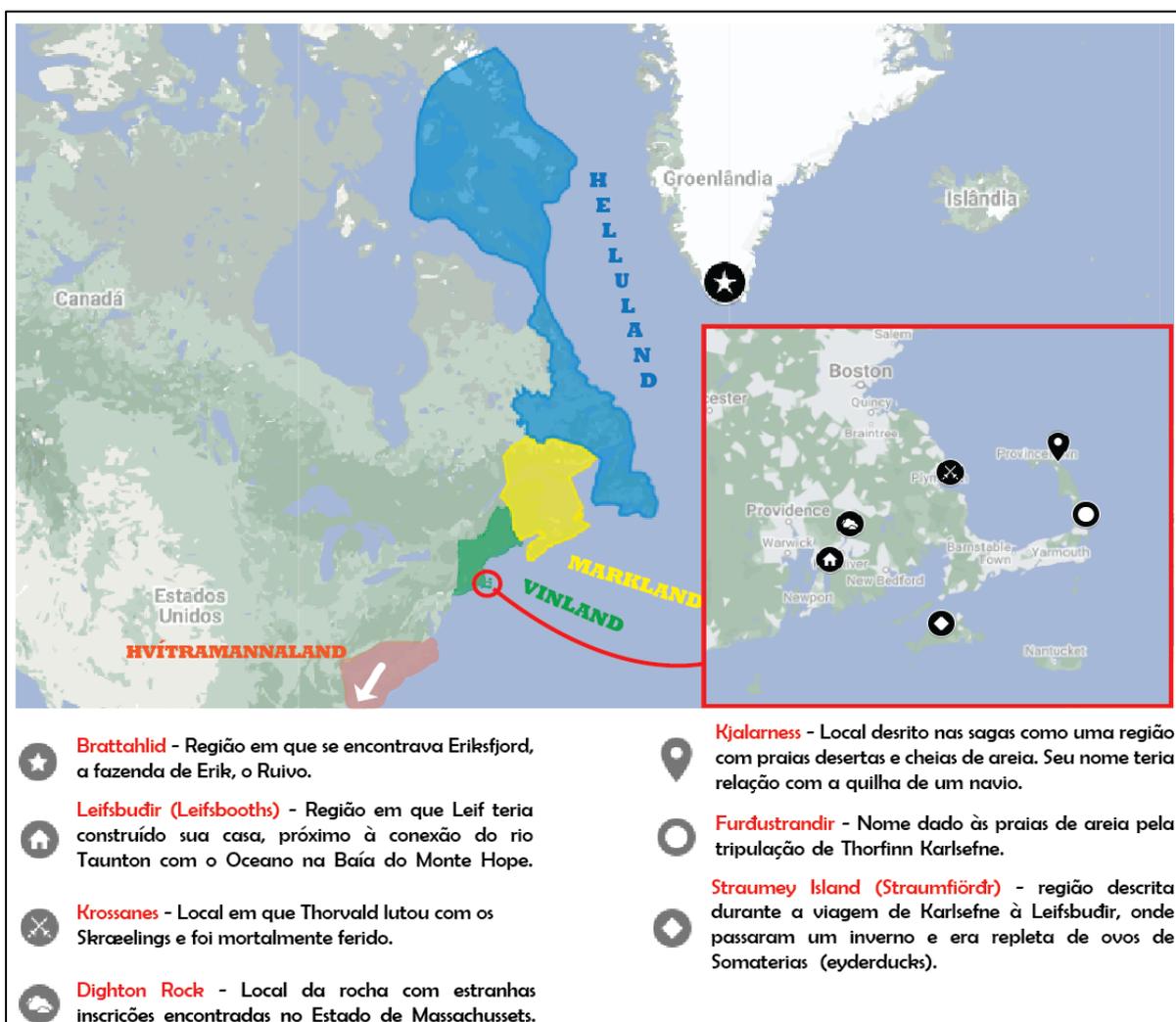
Na primeira edição do *Mémoires* foi publicado o artigo *Memoire sur la decouverte de l'Amerique au 10^e Siècle*, escrito por Rafn como um resumo de sua obra principal, um texto quase idêntico ao trecho em inglês presente no livro. Este texto foi enviado para várias instituições do mundo e traduzido em muitos idiomas, incluindo o português. O artigo sintetizou todo o conteúdo das sagas³⁴⁵ e as análises feitas por Rafn considerando informações geográficas, hidrográficas, climáticas, astronômicas e as comparações com outras sagas e registros que mencionavam viagens à *Vinland*. Em conjunto, suas observações o levaram a estabelecer a localização de *Vinland* no estado de Massachussets, interpretando que as detalhadas direções, ilhas e descrições geográficas presentes nas sagas diziam respeito, principalmente, à Baía do Cabo Cod (*Cape Cod Bay*) e seus arredores. Assim, *Markland* se situava nas regiões da *Nova Scotia*, *New Brunswick* e no sul do Canadá, e *Helluland* ocupava os locais mais ao norte (ver figura 3).

Para chegar a essas conclusões, Rafn se aproveitou dos detalhes das narrativas para realizar aproximações das localizações dos ambientes supostamente divisados. Recorreu às menções de animais avistados e as peles negociadas entre os escandinavos e os *Skrælings*, comparando com descrições de autores contemporâneos afirmando que esquilos, baleias, salmões e outros seres citados nas sagas ainda viviam em abundância nas regiões costeiras do Canadá e Estados Unidos. Porém, mais interessante foi a retórica utilizada para determinar tão rigorosamente os locais visitados pelos antigos exploradores. Comparando as *Vinlands Sagas* com outra sagas e com dados presentes em suas correspondências e relatos contemporâneos que descreviam a geografia de regiões do Norte americano, Rafn combinou constatações oriundas dessa operação com conhecimentos matemáticos presentes em áreas das ciências naturais. Assim, mesmo que as informações presentes sagas apresentassem descrições que contradiziam umas às outras, ele localizou *Vinland* na Nova Inglaterra, segundo o que parecesse mais lógico em relação às descrições das paisagens e direções de viagens mencionadas nas histórias³⁴⁶.

³⁴⁵ Neste artigo menor, ao sintetizar as sagas, Rafn editou ambas como uma narrativa corrida, sem distinção entre a *Eiríks saga rauða* e a *Grænlendinga saga*. Assim, considerou a descrição mais detalhada da viagem de Leif presente na *Grænlendinga saga* e, em sequência, a viagem de Karlsefni descrita na *Eiríks saga*, desconsiderando os trechos em que este teria nomeado *Helluland* e *Markland*. Sobre Freydis, irmã de Leif, considerou as duas versões em que ela aparece. Primeiramente ela estaria junto com Karlsefni, na batalha contra os *Skrælings*, e no futuro teria proposto que os irmãos Helgi e Finnbogi a acompanhasse em uma nova viagem para *Leifsbuðir*, onde os assassinou. Na apresentação de Rafn, a maioria dos detalhes das duas sagas foram distribuídas em uma linha cronológica que permitia ambas coexistirem com o mínimo de contradições possíveis.

³⁴⁶ MELTON, Z. J. *Nineteenth-Century American Reception of Old Norse Literature*, 2017, p. 16.

Figura 3. A América dos escandinavos segundo Carl Rafn



FONTE: criado pelo autor por meio do recurso *My Maps*, do Google, com base na obra *Antiquitates Americanae*.

O mapa é uma representação *aproximada* da localização de *Helluland*, *Markland* e de outros lugares específicos, segundo a análise filológica apresentada por Rafn na obra *Antiquitates Americanae*. *Hvíttramannaland*, indicada mais ao sul, estender-se-ia nessa representação até o Estado da Flórida. Essa concepção diferencia-se dos mapas disseminados sobre este assunto na atualidade, pois, após a descoberta do sítio arqueológico de *L'aux aux meadows*, muitos passaram a considerar que *Vinland* refere-se à ilha de *Newfoundland*, onde o assentamento nórdico foi encontrado. Nessa interpretação moderna, *Markland* seria a parte continental do Estado de *Newfoundland and Labrador*, e *Helluland* a Ilha de Baffin, mais ao norte.

De tal forma, baseando-se em informações presentes no *Landnamabók*, deduziu que um dia de navegação nos barcos de viagens equivaleria entre 27 e 30 milhas geográficas³⁴⁷. Partindo dessa constatação, buscou comparar as descrições feitas nas sagas com descrições de regiões da América do Norte publicadas por autores contemporâneos a ele. Como exemplo,

³⁴⁷ “From data in the Landnama and several other ancient Icelandic geographical works, we may gather that the distance of a day’s sailing was estimated at 27 to 30 geographical miles (German or Danish, of which fifteen are equal to a degree : each of these beign, accordingly, equal to four English sea-miles.)”. RAFN, C. C. *America discovered in the tenth century*, 1838, p. 16.

após calcular a distância entre a Groenlândia e *Helluland*, Rafn trouxe uma descrição da região de *Newfoundlands*, que faria parte desse primeiro país descrito nas sagas, dizendo que:

In modern descriptions it is stated that this land partly consists of naked rocky flats, where no tree – nor even a shrub, can grow, and which are therefore usually called *Barrens* ; thus answering completely to the *hell-ur* of the ancient Northmen, from which they named the country.³⁴⁸

Sobre a *Nova Scotia*, que corresponderia à *Markland*:

[...] the descriptions given by later writers answer to that given by the ancient Northmen of Markland: “the land is low in general ;” “the coast to the seaward being level and low, and the shores marked with white rocks ;” “the land is low, with white sandy cliffs, particularly visible at sea,” says the new ‘North American Pilot,’ by J. W. Norie, and another American sailor : “on the shore are some cliffs of exceedingly white sand.”³⁴⁹

Algo que chama muito a atenção são suas observações astronômicas. Considerando as informações sobre a duração dos dias descritas nas sagas³⁵⁰, Rafn pressupôs as coordenadas exatas da região em que Leif construiu sua casa (*Leifsbuðir*) na Baía do Monte Hope:

This astronomical observation gives for the place, latitude 41°24’10”. The latitude of Seaconnet Point, and of the southernmost promontory of the Island of Conannicut, is 41°26’ north ; and that of Point Judith, 41°23’. These three headlands form the entrance boundaries of the modern Mount Hope Bay [...].³⁵¹

Esses diagnósticos, no entanto, careciam de evidências materiais para corroborar as estimativas tão precisas aventadas por Rafn, e o próprio autor explicitou essa questão como se fosse um pequeno problema, defendendo que essa ausência não dissipava a verdade histórica contida nas sagas. Apesar da crença irredutível na autenticidade dos manuscritos, afirmou que parte das narrativas poderiam apresentar informações obscuras e muitos estudos ainda poderiam ser realizados para conseguir conclusões mais precisas.

É bem provável que essa pequena cautela do autor estivesse relacionada com a disponibilidade de vestígios arqueológicos encontrados a partir de escavações realizadas na

³⁴⁸ RAFN, Carl Christian. *Antiquitates Americanae*. Copenhagen: Hafnia, 1837, p. XXXIV. Grifo do autor.

³⁴⁹ *Ibidem*, loc. cit.

³⁵⁰ Em especial o trecho: “In this country, night and day were of more even length than in either Greenland or Iceland : on the shortest day of the year, the sun was already up by 9 a.m., and did not set until after 3 p.m.”. ANÔNIMO. *The Vinland Sagas*, 1965, p. 56.

³⁵¹ RAFN, C. C. *America discovered in the tenth century*, 1838, p. 22. A citação utilizada foi retirada do excerto publicado em 1838, pois ele foi alterado em relação à obra original de 1837, estando mais completo. No livro *Antiquitates Americanae*, o mesmo trecho foi redigido da seguinte forma: “This astronomical observation gives for the place, latitude 41° 24’ 10”. We thus see that this statement corresponds exactly with the other data, and indicates precisely the same region”. *Idem. Op. Cit.*, 1837, loc. cit.

Groenlândia. Pois, enquanto nos Estados Unidos não se havia encontrado nenhuma estrutura que pudesse ser atribuída a uma origem escandinava, os antigos colonos groenlandeses deixaram preciosos vestígios de sua ocupação, e a Sociedade Real direcionava uma considerável atenção ao passado nórdico naquele país. Havia um comitê específico para analisar as antiguidades groenlandesas a partir das sagas e da arqueologia. Dos resultados desse grupo originou-se o livro *Grönlands Historisk Mindesmærker*, uma outra obra de fôlego organizada por Rafn e Finn Magnussen entre 1838 e 1845, dividida em três volumes.

Em 1841, Rafn editou uma outra obra para complementar seu trabalho aos leitores da língua inglesa, *Supplement to the Antiquitates Americanæ*³⁵². Expressou que a ausência de ruínas em Rhode-Island e Massachussets era um fator quase inexplicável, pois na Groenlândia esses vestígios foram amplamente encontrados. Porém, dessa vez, engendrou uma possível justificativa para essa discrepância. Segundo ele, a madeira era um recurso extremamente escasso na Groenlândia, sendo necessário importá-la de outras regiões – inclusive, a busca pelas prolíferas florestas de *Vinland* foi um argumento utilizado para defender que as visitas ao continente americano foram constantes até o século XVI –, obrigando os colonos a construírem seus assentamentos com pedras, um recurso abundante por toda a ilha. A madeira importada para a Groenlândia não seria gasta em construções, mas em lenha e para a produção de objetos diversos. Enquanto isso, em *Markland* e *Vinland*, semelhante ao que ocorria em boa parte da Escandinávia, as casas seriam de madeira, um material abundante, mas propenso a apodrecer.

Consequentemente, justificou que as construções no continente americano, erigidas entre os séculos X e XII, já teriam desaparecido há séculos. Alvitrou a possibilidade dos normandos que lá viviam terem se misturado com os nativos e, gradualmente, perdido as características de sua civilização original e os laços com sua terra natal, degenerando-se ao selvagerismo e deixando de construir e cuidar dos assentamentos já existentes³⁵³. A conclusão de Rafn foi que, de tal forma, “the circumstance of no remains of stone buildings being hitherto found in those regions affords no proof whatever against their having been in days of yore inhabited by a civilized European nation”³⁵⁴.

Na ausência de assentamentos como monumentos físicos para evidenciar ainda mais a veracidade de sua hipótese, Rafn publicou cartas que trocou com antiquários e outros

³⁵² Baseou-se na seleção de um conteúdo publicado na primeira edição da revista *Mémoires* da Sociedade Real, incluindo um ensaio com o mesmo título que deu nome à obra.

³⁵³ “They accordingly more and more lost their original civilization, and as the connexion with the mother country in the subsequent centuries ceased to be upheld, they gradually degenerated into a state of savagism, no longer erecting such buildings, nor feeling any interest in the maintenance of those, which they had inherited from their ancestors.”. RAFN, C. C. *Supplement to the Antiquitates Americanæ*, 1841, p. 13-14.

³⁵⁴ *Ibidem*, p. 14.

pesquisadores do nordeste dos Estados Unidos, em especial da *Rhode Island Historical Society* (RIHS) – sociedade fundada em 1822 que estava envolvida na análise de monumentos funerários e inscrições em rochas encontradas na região de *Rhode Island*³⁵⁵.

Primeiramente, Rafn se envolveu na proposição de uma origem para as inscrições na *Pedra de Dighton* (ou *Dighton Writing Rock*). Essa pedra foi encontrada durante o século XVII na cidade de Berkely, no condado de Bristol (Massachussets), próximo ao estuário do rio Tauton, com uma de suas faces totalmente coberta com antigas inscrições. Desconsiderando que os nativos dispusessem das capazes técnicas para realizar as gravações na pedra, por não manipularem o ferro e, também, por uma perspectiva constante de inferiorização da posição dos indígenas na escalada civilizacional, alguns antiquários objetivaram estabelecer uma origem para aquelas inscrições.

The marks of human power and manual labor are indelibly stamped upon it. No one, who examines attentively the workmanship, will believe it to have been done by the Indians. Moreover, it is a well attested fact, that no where, throughout our wide spread domain, is a single instance of their recording or having recorded their deeds or history, on Stone.³⁵⁶

Até aquele momento, a explicação mais famosa, feita por Antonio Court de Gebelin (1725-1784), atribuía esse registro aos fenícios³⁵⁷. A partir da correspondência com Thomas Hopkins Webb (1801-1866), secretário da RIHS, Rafn e Finn Magnussen animaram-se em afirmar que as escritas e desenhos na rocha eram ilustrações e runas que retratavam as ocupações nórdicas na América. A partir de desenhos enviados a eles por Webb chegaram até mesmo a identificar o nome de Thorfinn entre as marcas.

No livro *Antiquitates Americanæ*, Rafn anexou *fac-símiles* dos desenhos que recebeu. Foram nove gravuras, produzidas entre 1680 e 1830, sendo a último criado pela RIHS especialmente para a análise de Rafn³⁵⁸. Apesar de elementos semelhantes, como figuras aparentemente humanas e traços em formatos de X, os desenhos possuem perceptíveis

³⁵⁵ Essas cartas foram publicadas e republicadas em mais de um lugar, há algumas cartas no *Antiquitates Americanæ*, no periódico *Mémoires* e no *Supplement to the Antiquitates Americanæ*.

³⁵⁶ Carta de Thomas H. Webb, datada de 22 de setembro de 1830. RAFN, C. C. *Antiquitates Americanæ*, 1837, p. 356-361.

³⁵⁷ Johni Langer faz uma breve análise sobre a polêmica *Dighton Writing Rock* no segundo capítulo de sua tese. LANGER, J. Ruínas e Mito, 2000, p. 59-97. Conferir também os tópicos 2.1.2 e 2.1.2.1 da tese de Langer.

³⁵⁸ Thomas H. Webb afirmou isso em uma das cartas enviadas para a Sociedade Real, datada de 30 de novembro de 1834. Essa é uma carta interessante, pois nela Webb respondeu a uma série de perguntas feitas por Rafn sobre a pedra, a geografia da região em que ela foi encontrada, se mais achados do tipo foram feitos nas proximidades, distâncias e histórico dos animais e árvores da região, totalizando vinte e cinco questões. Dentre elas, o Secretário da Sociedade Real solicitou uma cópia das inscrições e um mapa de Massachussets e de Rhode-Island. Webb também descreveu suas próprias análises sobre a pedra. RAFN, C. C. *Op. Cit.*, 1837, p. 371.

variações de um para o outro. É notável que a RIHS fez uma reprodução em que muitos traços ficaram muito semelhantes às runas (figura 5), talvez já influenciados e estimulados pela correspondência com a Sociedade Real e a possibilidade de uma origem escandinava para as inscrições na pedra. Rafn, segundo o que afirmou na obra *Antiquitates Americnae*, comparou aqueles desenhos com inscrições presentes em achados arqueológicos da Noruega, Suécia e Islândia, para confirmar sua suposição.

Uma outra polêmica em Rhode-Island, que foi propícia para a teoria de Rafn, foi a discussão em torno das origens de uma antiga estrutura na cidade Newport, também iniciada mediante o diálogo com Webb. Tratava-se de uma ruína construída em pedra, que Webb afirmava ser um antigo mistério, pois não conseguiam precisar as origens do monumento. Esse assunto foi tratado especificamente no *Supplement to the Antiquitates Americanae*, que apresentou as cartas que Rafn recebeu de Webb, no qual ele explicava que a estrutura foi utilizada como um moinho e galpão de pólvora pelos donos do terreno. Contudo, estranhava não haver registros da época da colonização anunciando a construção do edifício ou sequer uma menção sobre os colonos terem encontrado aquela ruína quando chegaram ali pela primeira vez. Em ambos os casos, acreditava que tal estrutura chamaria a atenção pela sua excepcional arquitetura a ponto de os colonos escreverem algo sobre ela, especialmente por agentes contratados pela coroa britânica para inventariar tudo relacionado às colônias.

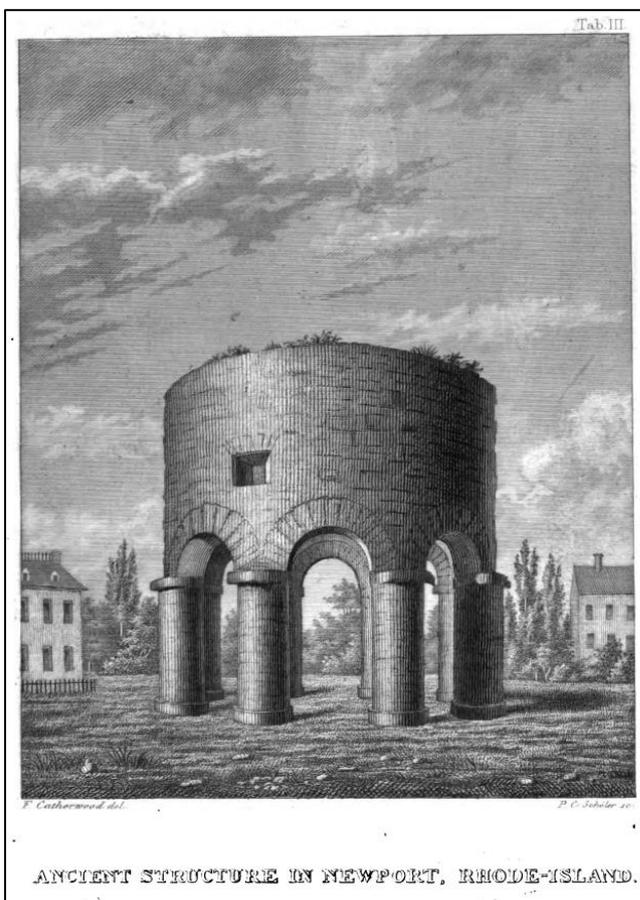
Levantando questionamentos sobre a construção da torre, Webb encaminhou cartas e desenhos para que Rafn os analisasse (figura 4), pois ele e os membros da Sociedade Real poderiam determinar se aquilo realmente era um vestígio da ocupação escandinava naquela região ou apenas um obstáculo que os atrasavam na missão de conhecer as antiguidades da América. Apesar de ter defendido que em *Vinland* as construções eram de madeira, Rafn comparou os desenhos enviados por Webb com construções de pedra em países escandinavos construídas por volta do século XII no estilo românico, mencionando que essa arquitetura foi levada ao norte europeu no período de Carlos Magno e perdurou por alguns séculos. Lamentou não haver nenhum ornamento presente na estrutura, mas, concentrando nos arcos que dominam a construção, foi categórico ao afirmar que

[...] however, we can scarcely form any other inference than one, in which I am persuaded that all who are familiar with Old-Northern architecture will concur, THAT THIS BUILDING WAS ERECTED AT A PERIOD DECIDEDDLY NOT LATER THAN THE 12TH CENTURY. This remark

applies, of course, to the original building only, and not to the alterations that it subsequently received; [...].³⁵⁹

Para Rafn, a construção consistia num um local sagrado, talvez destinado a algum monastério cristão ou de uma paróquia em *Vinland*³⁶⁰. Levando em conta as conclusões da Sociedade Real sobre as ruínas arqueológicas da Groenlândia, supôs que poderia ser um batistério, pois era uma edificação comum de ser ter próxima a uma igreja, segundo um costume de não permitir que alguém, mesmo recém-nascidos, adentrasse em solo sagrado antes do batismo.

Figura 4. Desenho da antiga estrutura de Newport

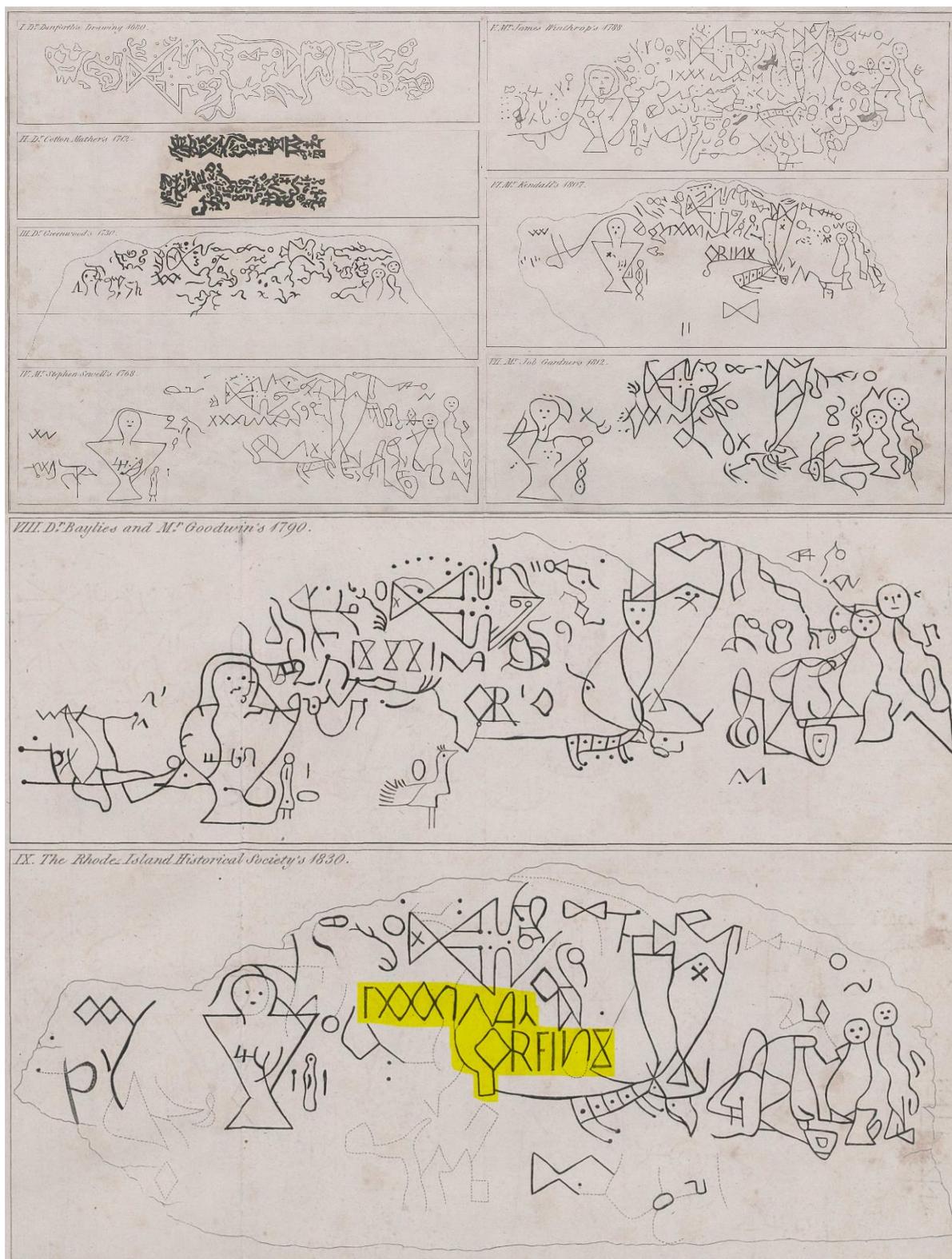


Fonte: RAFN, Carl Christian. Supplement to the *Antiquitates Americanæ*, Tab. 3.

³⁵⁹ RAFN, C. C. *Supplement to the Antiquitates Americanæ*, 1841, p. 14-15.

³⁶⁰ Em *Antiquitates Americanæ*, Rafn abordou a viagem do Bispo Erik à *Vinland*, para cristianizar os colonos que permaneciam no paganismo. Sem possuir muito material para discutir a questão de forma mais pormenorizada, ele apenas conjecturou que o bispo fixou residência permanente naquele local. A partir das ruínas de *Newport*, Rafn retornou este assunto na obra *Supplement to the Antiquitates Americanæ*, recorrendo aos anais islandeses e ao *Landnamabók*, e explicou que, com o aumento da população da Groenlândia e a existência das colônias de *Markland* e *Vinland*, o bispado situado na Islândia ficava cada vez mais longe das terras ocupadas pelos groenlandeses, que passaram a desejar um bispado próprio. Neste processo, Erik teria sido escolhido para, temporariamente, ocupar as funções de Bispo da Groenlândia e sua visita à *Vinland* seria para confirmar a fé dos moradores e, como dito anteriormente, cristianizar os pagãos. Para Rafn, sua análise indicava que a construção da torre corresponderia a presença do Bispo Eric em *Vinland*, mas prefere dizer que futuras investigações elucidariam melhor essa parte ainda obscura do passado pré-colombiano da América. *Ibidem*, p. 23-27.

Figura 5. Ilustrações diversas da Dighton Writing Rock entre 1680 e 1830



Ilustrações das inscrições da *Dighton Writing Rock* que a RIHS enviou para Carl Rafn analisar: 1) Dr. Danforth, 1680; 2) Dr. Cotton Mathers, 1742; 3) Dr. Greenwood, 1730; 4) Sr. Stephen Sewell, 1768; 5) Sr. James Winthrop, 1788; 6) Sr. Kendall, 1807; 7) Sr. Job Gardner, 1812; 8) Dr. Baylies e Sr. Goodwin, 1790; e, 9) Ilustração realizada pela própria RIHS. A parte destacada em amarelo indica os traços que foram mencionados por Rafn como runas esculpidas pelos antigos escandinavos. Na parte superior desses traços ele teria detectado o número 151 (registrado como CXXXI), que seria o número total de pessoas que acompanhavam Biarne e Snorre em determinado momento de sua expedição. Nas marcas inferiores ele teria identificado o nome de Thorfin (registrado como ÞORFINN).

Fonte: RAFN, Carl. *Antiquitates Americanæ*, Tab 11 e Tab 12.

3.2.3 Ciências e especulação na argumentação de Carl Rafn

No geral, as estratégias argumentativas de Rafn nos permite fazer paralelos com o uso científico na criação de especulações, como a prática que demonstramos em relação aos membros do IHGB. Para formular sua teoria da presença escandinava na América, ele se apoiou vigorosamente na crítica filológica dos manuscritos islandeses conciliando, sempre que possível ou necessário, os escritos com outros relatos que corroborassem com suas intenções. As informações sobre antigos monumentos encontrados foram facilmente aceitas pelo antiquário como uma nítida evidência para dar suporte a sua teoria. As sagas islandesas foram apreciadas como monumentos indiscutivelmente autênticos e suas obscuridades indicariam menos invenções do que falta de investigações para melhor compreendê-las. Para complementá-las, o antiquário confiou muito nas informações que recebeu e na fidelidade das reproduções de inscrições, dados geográficos, clima e qualquer dado relevante para suas hipóteses, mas nunca chegou a pisar em solo americano³⁶¹ ou enviar um dos membros da Sociedade Real para pessoalmente avaliar as descrições tão essenciais à formulação de sua teoria³⁶².

Dentro de uma instituição diretamente inserida no contexto de discussão da linguística, da filologia e da arqueologia como ferramentas para engendrar cientificamente narrativas sobre as antiguidades, com resultados significativamente pertinentes, é possível notar como expectativas e interesses – sejam eles pessoais, institucionais ou nacionais – influenciavam em seus trabalhos e em como o trabalho científico se misturava com a imaginação na produção de especulações. É como se, apesar da constante afirmação de que as narrativas precisavam ser fundamentadas a partir de evidências e métodos empíricos mais rigorosos, a ausência de provas concretas e a existência de vestígios circunstanciais permitissem que conjecturas científicas fossem fabricadas em um processo que moldava os dados à teoria, e não uma real construção das teorias a partir das evidências, como se pressupunha.

Enquanto isso, a própria Escandinávia era reinventada, pois, para além das possíveis descobertas científicas que suas investigações poderiam alcançar, o esforço de Rafn também se

³⁶¹ MELTON, Z. J. *Nineteenth-Century American Reception of Old Norse Literature*, 2017, p. 18.

³⁶² Rafn também recebia correspondências que visavam corroborar suas deduções. A título de exemplo, foi comentado na segunda edição da revista *Mémoires*, na seção intitulada *Histoire Antécolombienne de L'Amérique*, que a Sociedade recebeu uma carta de um viajante, identificado como sr. Fugl da Ilha de St. Thomas, que informou ter visitado a região de *Newport* e partes da Baía do Monte Hope. A carta detalhava como uvas selvagens eram facilmente encontradas nas redondezas de onde Rafn situou *Vinland*, e que chegou a analisar as inscrições na Pedra de *Dighton* e confirmado que as impressões presentes na obra *Antiquitates Americanae* eram precisas. Na mesma seção desta edição há a comunicação por carta de outros possíveis vestígios do interesse da Sociedade, como uma suposta ruína em Wisconsin no qual a notícia já afirmava a possibilidade de serem indícios de origem escandinava. HISTOIRE Antécolombienne de l'Amérique. *Mémoires de la Société Royale des Antiquaires du Nord* (1840-1843). Copenhague: Secrétariat de la Société, p. 5-13, 1844, p. 8.

relacionava com uma tentativa de “suavizar la imagen tan negativa que había caracterizado historicamente a los pueblos nórdicos”³⁶³. Visto que, com a tradução das sagas, análises linguísticas e filológicas, e as investigações arqueológicas, as pesquisas da Sociedade Real possibilitavam enfatizar como os escandinavos possuíam realizações heroicas, uma cultura complexa e interessante, uma admirável literatura e detinham marcos dignos de atenção e respeito. Com isso, propiciava formas de revisar a visão bárbara construída sobre o passado dos países do Norte europeu³⁶⁴, realçando conquistas e práticas culturais muito distantes das imagens que os associavam com seres selvagens e bárbaros.

Rafn encontrou indivíduos igualmente entusiasmados com a ideia de um passado escandinavo na América, além disso, através de sua obra e do respeito que alcançou como filólogo e historiador, ele ofereceu uma forte base argumentativa para intelectuais, artistas e partidários de movimentos ideológicos americanos buscarem fontes românticas para “inventarem” suas origens. Isso foi particularmente intenso no nordeste dos Estados Unidos no decorrer do século XIX, um país que se encontrava fervilhado por inúmeras crenças, ideologias e dicotomias identitárias, mas essas apropriações em torno dos escandinavos ainda são comuns atualmente³⁶⁵. Inúmeros trabalhos passaram a considerar suas teorias ao se falar do período pré-colombiano da América, contudo não foi um impacto isolado na região Norte do continente.

³⁶³ ANTÓN, Teodoro Manrique. Ecos de la llegada a América de los normandos: Cristiano Rafn en el mundo hispánico del siglo XIX. *Impossibilia, Revista Internacional de Estudios Literarios*, n. 21, p. 112-134, maio de 2021, p. 117.

³⁶⁴ “In order to better understand what was to become Scandinavism, we need to remember the European image of Scandinavia and the Nordic countries, influenced by dichotomies such as North and South, primitive and civilized, centre and periphery throughout history. The peoples of northern Europe were prior to the 19th century described in mostly negative and dystopian stereotypes. Therefore, it is helpful to situate the North and Scandinavia in terms of prestige and power, and how the entire area related to the South and more powerful regions of Europe.”. SIMONSEN, S. *The Cultivation of Scandinavism*, 2018, p. 73-74.

³⁶⁵ “The country at this time, however, was not simply torn by ideologies between the North and South. The Midwest, the West, and the competition between the progressive cities and the more traditional, rural communities created a much more complicated American landscape than has previously been described in texts on nineteenth-century American reception. When Rafn published his defining work, a nation fractured by beliefs and ideological leanings was clamoring for a solution to its identity crisis.”. MELTON, Z. J. *Nineteenth-Century American Reception of Old Norse Literature*, 2017, p. 15. Zachary Melton, em sua dissertação, trabalhou o paradoxo que perpassou os Estados Unidos com desejo de cortar laços com o Velho Mundo, após a vitória pela independência em 1783, mas, ainda assim, utilizando materiais europeus para cultivar uma identidade romântica e americana própria, demonstrando que não havia apenas uma simples divisão no país entre norte e sul. Como objeto principal, analisou o impacto da literatura nórdica medieval nesse processo a partir de meados do século XIX. Para Melton, várias vertentes nacionalistas seccionaram os EUA em complexas redes defensores de diferentes causas. A introdução de um passado nórdico forneceu materiais para muitos desses grupos reavaliarem suas origens e inserir uma conexão com os escandinavos no interior da fundação de seu mito de origem e identidade nacional. Johnni Langer também analisou a popularização desse mito nos Estados Unidos a partir do Oitocentos. Conf.: LANGER, J. *Vikings, cultura e região: o mito arqueológico nórdico dos Estados Unidos*, 2012. A partir do século XIX, esse mito foi se tornando cada vez mais popular. Estátuas de Leif e Thorfinn Karlsefni foram erguidas em várias cidades (há estatuas em Boston, Massachusetts; Chicago, Illinois; Newport, Virginia; St. Paul, Minnesota; Duluth, Minnesota; Minot, North Dakota; Cleveland, Ohio; e, Seattle, Washington), algumas construídas em anos recentes,

3.3 As epígrafes da Pedra da Gávea

O primeiro número da Revista Trimensal do IHGB anunciou a leitura de uma carta, na ata de sua 8ª sessão, que relatava a existência de antiguíssimos caracteres fenícios em uma montanha no litoral do Rio de Janeiro³⁶⁶. A ata apontou que o Secretário Januário da Cunha Barboza pretendia investir esforços para averiguar essa questão, considerada de grande importância. A carta também dizia que as inscrições foram analisadas por um “conhecedor das línguas orientaes”, que concluiu que o “Brazil tinha sido visitado por nações conhecedoras de navegação, e que aqui vieram antes dos Portuguezes”³⁶⁷.

A montanha em questão era a Pedra da Gávea. Com mais de 800 metros de altura, sempre chamou atenção por causa de seu formato, que muitos o interpretaram como similar a um rosto humano, um guerreiro com elmo ou uma esfinge. Seu formato é complementado por curiosas marcas em sua lateral. Sua notável aparência em conjunto com os estranhos sulcos despertou muitas hipóteses sobre como foram esculpidos. Em meados do século XIX, essas formações causaram uma animação em torno da aparente possibilidade de suas ranhuras não serem ação do tempo, mas provas de um registro feito por um povo antigo que havia passado por ali. O “conhecedor”, mencionado na ata, tratava-se do Reverendo Frei Custódio³⁶⁸, um

como a inauguração da estátua de Seattle em 2014. Conf.: LEIF. A Timeline of Leif Erikson Statues. *Leif Erikson Internacional Foundation*, [s.d]. Disponível em: <https://www.leiferikson.org/Timeline.htm>. acesso em 28 de março de 2023. Em 1918, descendentes noruegueses passaram a comemorar, em 9 de outubro, o dia de Leif Erikson, e, em 1929, Wisconsin se tornou o primeiro Estado a adotar essa data como um feriado estadual. Ainda hoje, a imagem dos *vikings* é muito popular e mobilizada como fator de identidade para alguns grupos dos Estados Unidos, por vezes fortemente relacionada com algumas associações esportivas e políticas. Em 2021, após a invasão ao Capitólio em Washington, por apoiadores ultraconservadores de Trump, que protestavam contra a derrota do ex-presidente para o democrata Joe Biden nas eleições do ano anterior, a imagem de Jake Angeli (um partidário das conspirações QAnon) trajando uma fantasia *viking* – utilizando-se de uma interpretação estereotipada dos antigos guerreiros escandinavos, em especial o elmo de chifres, tão desacreditado pela historiografia e arqueologia especializada, mas ainda presente como uma forte representação popular sobre os nórdicos –, foi amplamente disseminada pelos principais veículos de imprensa e em redes sociais na internet. Grupos conservadores, principalmente supremacistas brancos dos EUA, inspirados por semelhantes usos ideológicos da cultura nórdica e germânica feito pelo Partido Nazista no século XX, apropriam-se da imagem dos *vikings* como um símbolo de masculinidade e pureza racial. Essa apropriação constantemente leva acadêmicos da área a se manifestarem sobre o assunto e demonstrar que esses símbolos são forjados e mitificados por grupos ideológicos e que os escandinavos, ou *vikings*, na verdade foram povos que frequentemente se relacionavam com outras culturas e apresentavam grande mistura étnica, sobretudo através do comércio, da prática e relações oriundas de escravização de inimigos derrotados e da ocupação de novos territórios, em que, na maior parte dos casos buscavam legitimar suas invasões por meio de uma hibridização cultural. Após a invasão ao Capitólio, o Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos publicou um artigo em seu blog para refletir sobre essas apropriações contemporâneas: MIRANDA, Pablo Gomes de; TSUGAMI, Susan. Vikings, supremacistas e símbolos nórdicos. Blog do Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos, 24 de jan. de 2021. Disponível em: <http://neve2012.blogspot.com/2021/01/vikings-supremacistas-e-simbolos.html>. Acesso em 28 de março de 2023.

³⁶⁶ RIHGB. 8ª Sessão (extraordinária) em 23 de março de 1839. RIHGB, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3. ed., tomo 1 (1839), n. 1, p. 51-53, 1908d.

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 52.

³⁶⁸ BARBOZA, Januário da Cunha. Relatório do Secretario Perpetuo. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed., p. 212-221, 1908b, p. 217.

professor de grego considerado uma autoridade em epigrafia e que teria realizado um estudo sobre os aparentes dizeres encravados na montanha da Gávea e o oferecido ao governo de D. João VI³⁶⁹.

Havendo grande interesse na questão, o sócio Antônio José de Paiva foi encarregado de encontrar a memória escrita pelo Frei Custódio, mas não logrou sucesso em reavê-la. Expressando uma urgência em desvendar o assunto, foi montada uma Comissão responsável por levar membros até o rochedo para examinar e criar uma cópia dos caracteres. A possibilidade de existir inscrições de antigas civilizações, sobretudo no interior da capital do Império, gerava uma grande expectativa na possibilidade de se forjar uma tradição enobrecedora do território brasileiro. Langer observou que essa menção esperava equiparar os vestígios da Pedra da Gávea com importantes achados arqueológicos que apresentavam escrita, como os monumentos e hieroglíficos do Egito e das escritas cuneiformes mesopotâmicas, que possuíam grande valor simbólico e político no contexto do Oitocentos³⁷⁰.

As cobiçadas inscrições poderiam ser entendidas como duplamente favoráveis, pois simultaneamente representariam um objeto material imponente com ricas possibilidades arqueológicas e seriam um vestígio escrito, a evidência considerada mais valiosa e desejada de se encontrar. Essa expectativa foi claramente assinalada no relatório resultante da análise da Comissão, que exprimia o anseio de encontrar sinais escritos e salientava sua importância, declarando que

A descoberta de uma inscrição é um facto, que póde fazer uma revolução na historia ; que póde reconquistar idéas perdidas, e anniquillar outras em pleno dominio : um nome, uma phrase em uma lapida, podem preencher lacunas immensas, restaurando conjecturas, e abrir uma a estrada luminosa do passado ao futuro.³⁷¹

³⁶⁹ LANGER, J. *Ruínas e Mito*, 2000.

³⁷⁰ Para Johnni Langer, havia um padrão político nos principais locais em que surgiram mitos arqueológicos no Oitocentos, como as inscrições da Pedra da Gávea ou da *Dighton Writing Rock*. No geral, identificou que há um maior interesse quando são encontrados em locais estratégicos que, no forte contexto por buscas de identidade característico do século XIX, poderiam se manifestar como importantes símbolos de poder e auxiliar no enobrecimento de determinados centros políticos. Geograficamente, esses testemunhos do passado, frequentemente atribuídos aos fenícios, eram investigados em regiões próximas de locais politicamente relevantes. Por exemplo, a *Dighton Writing Rock*, muito próxima de Nova Iorque (a primeira capital dos Estados Unidos), as inscrições de *Grave Creek* (outro vestígio com epígrafes descoberta em 1838), próxima de Washington D.C (segunda capital), e os mitos em torno da Pedra da Gávea, na própria capital imperial no interior do Rio de Janeiro. Além disso, ao serem qualificados como monumentos edificadas por civilizações do Velho Mundo, segundo uma posição interpretativa que visava incapacitar os nativos de criar grandes obras, especialmente com inscrições, esses artefatos amparariam e legitimariam discursos e ações de ocupação do território. *Ibidem*.

³⁷¹ PORTO ALEGRE, Manoel de Araujo; BARBOZA, Januário da Cunha. Relatório sobre a inscrição da Gavia mandada examinar pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p.77-81, 1908., p. 77.

Contudo, o relatório demonstra que a Comissão precisou equilibrar sua avidez por descobertas com resultados que, presumivelmente, seus membros preferiram assumir como incertos. O documento com as conclusões foi elaborado por Manoel Porto Alegre e Januário da Cunha Barboza, e apresentava uma litogravura das inscrições que também foi publicada na RIHGB (figura 6). A explicação afirmava que indubitavelmente há na Pedra da Gávea “caracteres, ou sulcos que a eles se assemelham”³⁷². Mas, não arriscaram inferir se foram produzidos naturalmente ou por mãos humanas, defendendo que a Comissão admitia as duas possibilidades após visitar o local. Alertaram que já era conhecido figuras semelhantes a leões e dragões esculpidos por ações da natureza, e a esfinge e as marcas do penhasco poderiam apresentar mais um desses fenômenos. Entretanto, se fosse possível confirmar a presença de caracteres reais na montanha isso demonstraria o grande alcance dos navegadores de tempos e civilizações remotas.

Figura 6. Ilustração representando as inscrições da Pedra da Gávea publicada na RIHGB



Fonte: RIHGB, tomo 1 em 1839 (1908, p. 77).

Distinguiram, então, três argumentos favoráveis e três desfavoráveis para a hipótese de serem registros humanos. Primeiramente, enfatizaram que inscrições estavam sendo descobertas por todo o interior do Brasil por viajantes³⁷³. Conjecturaram que os povos antigos, movidos por ambições comerciais, idealizavam rotas marítimas que forçavam os limites

³⁷² PORTO ALEGRE, M. A.; BARBOSA, J. C. *Relatorio sobre a inscripção da Gavia...* (1839), 1908, p. 78.

³⁷³ “[...] a da serra da « Anabastabia », aonde se crê ver a descripção de uma batalha, assim como a das margens do « Yapura » e outras mais, que se veem na famosa collecção da palmeiras de « Spik et Martiles » [Spix e Martius], dão uma prova da existência desta sorte de monumentos no nosso solo : acrescentando mais a tradição das « Letras do diabo » n’um rochedo em Cabo-frio [...]”. *Ibidem, loc. cit.*

conhecidos e poderiam, por consequência, terem alcançado as margens brasileiras, vislumbrando o alto rochedo como um lugar ideal para registrar seus feitos para que fossem reconhecidos por gerações futuras. Por fim, consideravam que as inscrições da Gávea estavam situadas estrategicamente em um local visível do mar, com imensos caracteres que poderiam ser avistados a olho nu. Em suma, acreditavam que se algum antigo navegante almejasse fazer algum registro naquela região, com certeza seria seduzido pelo formato e visibilidade daquela montanha.

Por outro lado, a Comissão discordava de que os caracteres se assemelhavam com a escrita fenícia, ou de qualquer outra civilização antiga ou moderna. Compararam as marcas com inscrições presentes na obra de Court Gibelin, um famoso americanista que estudou a *Dighton Writing Rock* e ajudou a impulsionar a interpretação da origem fenícia de suas figuras³⁷⁴. A confrontação entre o que ele ilustrou em sua obra e o que identificaram na Pedra da Gávea não parecia indicar nenhuma semelhança com inscrições fenícias, cartaginesas ou gregas. Mas vale destacar que não questionavam a teoria da presença fenícia na América, apenas a semelhança entre os supostos vestígios na América setentrional e as ranhuras da montanha carioca. Ademais, e provavelmente o aspecto mais desanimador para eles, a região onde se encontram os sulcos do rochedo se localizavam em um ponto quase impossível de ser acessado. O local em que julgavam ser o de acesso mais difícil apresentava a parte menos conservada dos supostos caracteres, mas seria o ponto menos exposto ao tempo e, conseqüentemente, ao desgaste natural. Não bastando o desgaste desigual, observaram que também possuíam uma profundidade irregular, inferindo que não fazia sentido os fenícios não darem uma cavidade uniforme para toda a escrita.

Para a Comissão, não se poderia descartar a possibilidade de as marcas serem verdadeiras inscrições. O local estaria em uma posição privilegiada caso alguém quisesse deixar uma mensagem destacada, mas consideraram que seria de difícil acesso, o que complicava argumentos favoráveis a hipótese antrópica. Em uma tentativa de justificar o acesso inviabilizado pelo terreno, ponderaram que, desde o registro daquelas inscrições, os arredores poderiam ter passado por alterações causadas pela ação do clima e do tempo, acidentando a região ao ponto de não saberem se no passado o local seria mais acessível. Por fim, não desprezaram a ideia de ser um vestígio civilizacional, mas ainda não podiam dar uma resposta concreta sobre a questão.

³⁷⁴ LANGER. *Ruínas e Mito*, 2000.

À vista disso, a afirmação de Birgite Holten e Lúcia Maria Guimarães de que a “comissão do IHGB encarregada das investigações concluiu que as ditas marcas não passavam de ‘acaso da natureza’”³⁷⁵, não foi uma assertiva precisa. Apesar dos membros considerarem que as marcas poderiam ser um acidente natural, a comissão, a princípio, não aceitou tão facilmente essa hipótese. Com o aparente desejo de não descartar de imediato um possível monumento com alto potencial simbólico para a dignificação da pré-história brasileira, preferiram assumir um posicionamento inconclusivo, julgando que novas expedições seriam necessárias para analisar o rochedo com melhores recursos. Ao que tudo indica, possuíam uma grande expectativa em encontrar vestígios escritos e não queriam desprezar as possíveis inscrições presentes na Gávea.

Tendo em vista a relevância do assunto, o cônego Januário da Cunha Barboza, na 9ª Sessão em 6 de abril de 1839, pedia urgência em um parecer mais exato sobre a Pedra da Gávea. Ainda na mesma sessão, foi proposto que se discutisse “Quaes os vestígios existentes no Brazil, que possam provar uma civilização anterior à conquista dos Portuguezes?”³⁷⁶. As sessões, discursos e relatórios publicados na Revista Trimensal do Instituto explicitavam uma prioridade em suprir essas expectativas, e novamente o relatório reforçou isso:

A comissão não desespera da gloria, que aguarda o instituto Historico e Geographico na descoberta de iguaes monumentos; nem da esperança de ver apparecer em seu seio um Champoleon brasileiro, esse Newton da antiguidade Egypcia ou Cuvier do Nilo, para com o facto de seu genio indagador fulminar esta parte tão obscura da historia primeira do nosso Brazil; e porque ella póde n'um dia contemplar aquelle monumento como Anaxagoras do sol, e no outro como Pythagoras, ver n'aquella rocha uma inscripção gravada pelo acaso e o tempo, ou um padrão, pelo cinzel do homem, deixado ás gerações vindouras.³⁷⁷

Como já vimos, as esperanças de encontrar antigos vestígios civilizacionais eram reforçados pelas descobertas arqueológicas em outros países americanos, inclusive próximos ao Brasil. Os fenícios, geralmente, eram os primeiros a receberem os créditos por qualquer indício que surgisse. Entretanto, em meados do século XIX a hipótese da presença fenícia na América foi paulatinamente enfraquecida e considerada incerta, especialmente devido aos resultados da Sociedade Real, que ofereciam uma sólida e muito bem alternativa acerca da presença escandinava na América Setentrional.

³⁷⁵ HOLTEN, Birgite; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Desfazendo as ilusões: o Dr. Lund e a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz. *Lócus*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 45-62, 1997, p. 37.

³⁷⁶ RIHGB. 9ª Sessão em 6 de abril de 1839. *RIHGB*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3. ed., tomo 1 (1839), n. 2, p. 111, 1908e.

³⁷⁷ PORTO ALEGRE, M. A.; BARBOZA, J. C. *Relatorio sobre a inscripção da Gavia...* (1839), 1908, p. 80-81, grifos nosso.

3.4 Trocas intelectuais entre o IHGB e a Sociedade Real dos Antiquários do Norte

No segundo capítulo desta dissertação, vimos que as investigações de Peter Wilhelm Lund tiveram um considerável impacto nas discussões dos membros do IHGB sobre as origens e antiguidade do homem pré-cabralino. Suas pesquisas com fósseis e vestígios materiais, encontrados em grutas no interior de Minas Gerais, concentravam-se “em discussões sobre a simultaneidade do homem com o mundo animal extinto, e considerações sobre a idade do continente”³⁷⁸ e ofereciam novas chaves interpretativas sobre a pré-história do Brasil, e mesmo da América como um todo. Mas antes do IHGB e sua revista constituírem um espaço para a divulgação de suas pesquisas arqueológicas e paleontológicas, Lund supôs que o Instituto poderia se beneficiar dos trabalhos publicados pela Sociedade Real.

Lund mantinha correspondência com Rafn desde 1833, que lhe solicitara alguns exemplares de machados de pedra sul-americanos para a sua coleção³⁷⁹. Depois de alguns anos de contato, foi nomeado como membro da Sociedade Real em 1838, recebendo um exemplar da obra *Antiquitates Americanae*, da qual parece ter ficado profundamente interessado. Naquele mesmo ano se deu a fundação do IHGB, e quando percebeu que um dos objetivos daquela instituição era investigar o passado pré-cabralino, propondo questionamentos a respeito das origens dos ameríndios e sobre os primeiros contatos de civilizações do Velho Mundo com a América e o Brasil, julgou que ambas as sociedades compartilhavam objetivos semelhantes. Inteirado da obra de Rafn (e da conclusão a que chegou sobre a *Dighton Writing Rock* apresentar inscrições rúnicas e não fenícias), entendeu que poderia haver na Pedra da Gávea semelhante vestígio, com possibilidade de considerável expansão para os resultados alcançados pelo antiquário dinamarquês.

Por iniciativa própria, Lund enviou uma carta para a Sociedade Real endereçada a Rafn e outra para o presidente do IHGB, apresentando uma instituição à outra e sugerindo que estabelecessem contato. Para o Secretário do IHGB, enviou um exemplar da principal obra da Sociedade Real, considerando-a “hum complemento necessario á obra moderna do ^{snr}Humboldt sobre o desenvolvimento histórico dos nossos conhecimento do novo mundo”³⁸⁰ e uma cópia do artigo *Mémoire sur la découverte de l'Amérique au dixième siècle*. Explicou que esses textos

³⁷⁸ HOLTEN, B.; STERLL, M. *Peter Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*, 2011, p. 260.

³⁷⁹ *Ibidem*.

³⁸⁰ LUND, Peter Wilhelm. [carta] 16 de maio de 1839, Lagoa Santa [para] VISCONDE de Baependy Presidente do Instituto histórico – geográfico. Rio de Janeiro. 3f. Lund envia ao presidente do IHGB estudo relativo à colonização pré-colombiana das Américas.

ofereceriam um parâmetro sobre os objetivos e resultados da Sociedade Real, ressaltando que ela era uma entidade que gozava de amplo prestígio entre as instituições científicas europeias e que seus anais publicados em francês eram muito propagados e lidos. Insinuou que a correspondência com ela poderia difundir suas importantes descobertas entre os membros do Instituto Histórico e gerar novas indagações. A carta de Lund foi lida na 17ª Sessão do Instituto, em 13 de julho de 1839. Na ata da sessão, publicada na RIHGB, consta que o pedido de se abrir uma correspondência com a sociedade Real foi recebida de bom grado. Ademais, por sua iniciativa, Lund foi aprovado como sócio honorário do Instituto naquela mesma sessão – tornando-se membro de ambas as instituições em pouco tempo.

No ano seguinte foi publicado na Revista Trimensal uma revisão da obra de Rafn, com o título *Noticia sobre a Obra Intitulada Antiquitates Americanæ Sive Scriptores Septentrionales Rerum Ante-Columbianarum in America*³⁸¹. A introdução da notícia dizia que Humboldt já alardeava que a descoberta do Novo Mundo foi uma façanha dos antigos escandinavos, mas que ainda faltavam estudos sobre o assunto. No entanto, os trabalhos da Sociedade Real vinham para preencher essa lacuna após comprovarem com inovadores estudos essa afirmação.

O texto explica que os resultados das investigações indicavam que Colombo visitou a Islândia em 1477 e, nessa viagem, ficou sabendo sobre as sagas acerca da descoberta de terras no Oeste pelos escandinavos. Tal conhecimento seria o principal incentivo para que o genovês empreendesse e insistisse em sua viagem pelo Atlântico. A notícia expressava o lugar-comum de defesa dos feitos de Colombo, destacando que contatos anteriores não ocasionaria em algum rebaixamento de sua proeza. Contudo, destacou que não poderia deixar de lado os louros dos escandinavos, que sem tecnologias, conhecimentos matemáticos e cartográficos avançados, alcançaram a América Setentrional séculos antes. Dessa maneira, a percepção épica sobre Colombo não seria abalada pelas evidências de que ele não foi o primeiro europeu na América, tendo um impacto maior ao reaver para a ciência o que se perdeu no tempo.

Este entendimento, corrente à época, coaduna-se com as afirmações que Humboldt ainda faria em um de seus mais influentes trabalhos, *Cosmos*³⁸². Nesta obra, seguindo de perto

³⁸¹ RIHGB. Noticia sobre a Obra Intitulada Antiquitates Americanæ: Sive Scriptores Septentrionales Rerum Ante-Columbianarum in America – Publicada pela Sociedade Real dos Antiquários do Norte em Copenhague. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3. ed., tomo 2 (1840), p. 207-213, 1916c.

³⁸² A ideia dessa obra surgiu após uma série de famosas palestras sobre a natureza e a geografia do mundo que Humboldt ofereceu na Universidade de Berlim na segunda metade da década de 1820. Após suas extensivas viagens pelo mundo, particularmente no continente americano, suas anotações lhe renderam numerosos livros que o consagraram como um dos mais importantes naturalistas do século XIX. Abordou temas relacionados a diversas áreas como botânica, zoologia, geografia, história, astronomia e relatos de viagens descrevendo suas experiências. Após o sucesso de suas palestras, objetivou reunir todo o conhecimento que possuía sobre o mundo material a partir dos resultados que os humanos já possuíam sobre a vida na terra. Essa obra rendeu cinco volumes publicados entre 1845 e 1862, o quinto postumamente a partir de suas anotações.

os resultados de Rafn em *Antiquitates Americanae*, descreveu como os nórdicos descobriram e frequentaram o continente americano até o século XIV³⁸³. Essa realização decorreria diretamente do processo de expansão e colonização vivenciado pelos escandinavos entre os séculos IX e X, indicando a Islândia, as Ilhas Faroé e a Groenlândia como postos intermediários para o descobrimento da América. Sobre a indagação a respeito do conhecimento de Colombo dessas narrativas a partir de sua viagem à Islândia em 1477, um debate que foi travado pelos membros do IHGB como abordado no segundo capítulo desta dissertação, descartou a possibilidade de o navegador genovês ter se informado previamente sobre *Vinland*. Conjecturou que Colombo teria registrado isso em suas anotações caso soubesse de sua existência. Além disso, inferiu que não faria sentido ele ter se informado de uma rota que chegaria em novas terras perpassando pelo Norte após escolher um percurso tão diferente a partir das Ilhas Canárias.

Para Humboldt, apesar de não estarem preparados cientificamente para explorar as terras que encontraram, os escandinavos foram muito além do necessário para suprir seus recursos, mas este conhecimento não se disseminou para os países do Sul europeu e, eventualmente, caiu no esquecimento, mesmo na Islândia³⁸⁴. Assim, estabeleceu que houve um primeiro descobrimento, acidental e sem render reais conhecimentos para a inserção desse território na contemplação universal, e uma redescoberta por Colombo, um evento que ocorreu no interior de contexto mais amplo de alargamento dos conhecimentos náuticos e geográficos que resultou em uma real expansão do saber a respeito do mundo.

Logo após a notícia-resenha do trabalho principal de Rafn, o artigo enviado por Peter Lund para o IHGB foi traduzido por Manoel Ferreira Lagos e publicado com o título *Antiquitates Americanae & Memoria sobre o descobrimento da America no século décimo, escrita por C. C. Rafn, secretario da Sociedade Real dos Antiquarios do Norte*³⁸⁵, marcando a primeira vez que sagas da literatura islandesas foram traduzidas para a língua portuguesa³⁸⁶. Na página inicial do artigo foi inserida uma nota de rodapé na qual o editor expressou que o texto merecia uma tradução para o português, tendo em vista que ele já havia sido traduzido para inúmeros idiomas e era muito bem aceito pela comunidade científica³⁸⁷. Além disso, sublinhou

³⁸³ HUMBOLDT, Alexander von. *Cosmos*. The authorized edition. Traduzido para o inglês pelo Sir Edward Sabine. 7 ed. vol. 2. Londres: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1849.

³⁸⁴ Supôs que, como a Islândia perdeu sua autonomia para a Noruega no ano de 1261, que destruiu sua constituição e limitou seu contato com outros países, os islandeses teriam perdido a comunicação com a Groenlândia. Consequentemente, esse ostracismo teria minado as lembranças dessas terras mais distantes. *Ibidem*.

³⁸⁵ RAFN, C. C. *Memoria sobre o Descobrimento da America no Seculo Decimo* (1840), 1916.

³⁸⁶ LANGER, Johnni. Estudos Nórdicos Medievais: alguns apontamentos historiográficos. *Roda da Fortuna*. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, v. 6, n. 1, p. 09-24, 2017.

³⁸⁷ RAFN, C. C. *Memoria sobre o Descobrimento da America no Seculo Decimo* (1840), p. 214, [nota do redator].

que o trabalho indicava os interesses em comum que a Sociedade Real teria com o Instituto Histórico. Em consequência da repercussão da obra e da sugestão de Lund, foi iniciado um intercâmbio intelectual entre Rafn e os membros do Instituto. Entre os objetivos dessa interlocução, seus dirigentes pretendiam colaborar mutuamente em investigações sobre o passado pré-colombiano da América.

Nos anos seguintes, as duas instituições mantiveram uma comunicação constante, compartilhando conhecimentos e divulgando informações que poderiam ser úteis uma para a outra, enviando trabalhos científicos, por vezes traduzindo-os e publicando-os em seus periódicos, e trocando achados materiais de valor arqueológico e museológico. Os monarcas dos dois países, diretamente envolvidos nos assuntos científicos dessas instituições e interessados nessa parceria, foram incluídos no quadro de sócios das agremiações. O Imperador D. Pedro II foi admitido como um membro fundador da Sociedade Real dos Antiquários do Norte, como é possível ver nas publicações da Sociedade a partir da década de 1840, em uma lista que sempre estava presente nos seus periódicos e era composta por vários reis, príncipes, e outros cargos de nobreza, assim como membros de universidades e outras instituições acadêmicas espalhadas pela América, Ásia e Europa. O Rei Christian VIII, da Dinamarca, foi recebido como um presidente de honra do IHGB, uma posição, até então, ocupada por poucos³⁸⁸. Este intercâmbio perdurou, ao menos, até o ano de 1864, mas já com pouco vigor desde a segunda metade dos anos 1850. Com o falecimento de Carl Rafn, o Secretário seguinte da Sociedade Real não manteve o interesse de preservar e gerenciar sua extensa rede de comunicação internacional, além de focar em outros objetivos para a fundação³⁸⁹.

Com a publicação dos resultados de *Antiquitates Americanae* na Revista Trimensal, a ideia da suposta presença pré-colombiana de escandinavos na América Setentrional não passou despercebida pelos letrados da Corte³⁹⁰. Na RIHGB, durante os anos de 1839 e 1855, é possível encontrar menções desse diálogo e a influência da teoria de Rafn quando seus sócios abordavam as antiguidades do continente. Particularmente, os relatórios e discursos, principalmente durante a década de 1840, frequentemente destacavam os resultados da Sociedade Real como interessantes e incontestáveis. Alguns sócios do IHGB acreditavam que a teoria da exploração

³⁸⁸ RIHGB. 197ª Sessão em 3 de agosto de 1848. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 10 (1848), 2. ed., p. 399-403, 1870.

³⁸⁹ HOLTEN, B.; STERLL, M. *Peter Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*, 2011.

³⁹⁰ HOLTEN, B.; GUIMARÃES, L. M. P. *Desfazendo as ilusões*, 1997. Ao falar sobre o impacto da obra, as autoras cometem um outro equívoco. Elas relataram que Lund enviou ao Instituto “um exemplar do trabalho de C. C. Rafn: ‘*Antiquitatis Americanae – Memoire sur la dévouverte de l’Amérique au dizième siècle*’ que foi vertido para a língua portuguesa e publicado na *Revista do IHGB*” (p. 36), mas, como vimos, trata-se de dois trabalhos diferentes, um livro e um artigo, e somente este último foi traduzido. A obra completa ficou disponível para consulta na Biblioteca Pública da Corte.

escandinava na América poderia ser um caminho para explicar a existência de possíveis vestígios de uma antiga e avançada civilização no território brasileiro. A princípio, esses indícios também chamaram a atenção da instituição dinamarquesa, pois continham potencial para ampliar seus resultados em uma dimensão além do que poderiam conceber a partir das sagas.

3.5 O mito arqueológico da cidade abandonada

3.5.1 Ruínas de uma antiguidade brasileira

Apesar da Gávea ser um dos fatores que estimularam Lund a sugerir o contato entre o IHGB e a Sociedade Real, foi um interesse diferente que realmente instigou uma comunicação mais profunda entre as sociedades. Um outro enigma também surgiu no primeiro ano de trabalho do IHGB, em 1839, quando o sócio Manoel Ferreira Lagos encontrou uma cópia de um documento na Livraria Pública do Rio de Janeiro. O arquivo estava bastante corroído por insetos, com partes ilegíveis, e mencionava uma desconhecida povoação abandonada no interior da Bahia³⁹¹. Neste momento, Lagos “havia desencadeado a criação do mais famoso mito arqueológico do Brasil. Uma miragem fantástica, a qual diversos intelectuais dedicariam todos os esforços para tentar solucioná-la”³⁹².

O manuscrito, conhecido como Documento 512 e datado de 1754, descrevia uma expedição ocorrida no ano anterior na qual alguns viajantes, em busca de prata e ouro, teriam penetrado no sertão baiano e encontrado “uma cordilheira de montes tão elevados, que pareciam chegavam á região etherea, e que serviam de throno ao vento, às mesmas estrelas”³⁹³, com um brilho em seu topo que todos admiravam ao olhar. De uma forma próximo ao misticismo, a narrativa descreveu uma difícil jornada para se alcançar aquele lugar, uma montanha quase inacessível, mas que a comitiva teria tido sucesso após verem um homem negro correr atrás de um veado branco, apresentando um caminho que possibilitava a subida³⁹⁴. Ao chegarem no topo, encontraram uma cidade localizada no alto da cordilheira, parecendo ser uma cidade da corte, e surpreenderam-se ao perceberem que estava totalmente despovoada. Foram em direção

³⁹¹ RIHGB. 22ª Sessão em 10 de setembro de 1839. *RIHGB*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3. ed., tomo 1 (1839), n. 3, p. 201-204, 1908b.

³⁹² LANGER, Johnni. *Ruínas e Mito*, p. 98.

³⁹³ RIHGB. Relação Historica de uma occulta e grande povoação antiquissima, sem moradores, que se descobriu no anno de 1753, nos sertões do Brazil; copiada de um manuscrito da Biblioteca Publica do Rio de Janeiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 150-155, 1908g, p. 151.

³⁹⁴ “Abarracados nós, e com o designio de retrocedermos no dia seguinte, succedeu correr um negro, andando á lenha, a um veado branco, que viu, e descobrir por este acaso o caminho entre duas serras, que pareciam cortadas por artificio e não pela natureza: com o alvoroço dessa novidade principiámos a subir, achando muita pedra solta e amontoada por onde julgamos ser caçada desfeita com a continuação do tempo.”. *Ibidem*, p. 151-152.

à sua entrada e ela era formada por três grandes arcos, dividida por uma rua central e com casas construídas com regularidade e simetria, apesar de estarem um pouco assoladas pelo tempo. No centro da cidade havia uma praça em que avistaram

[...] uma columna de pedra preta de grandeza extraordinaria e sobre ella uma estatua de homem ordinario, com uma mão na ilharga esquerda e o braço direito estendido mostrando com o dedo index ao Pôlo do Norte: em cada canto da dita praça está uma Agulha, á imitação das que usavam os Romanos, mas algumas já maltratadas e partidas como feridas de alguns raios.³⁹⁵

O esboço da cidade traçado revelava a presença de estátuas, praças, arcos e regularidades que recordavam antigos elementos arquitetônicos europeus. Além da alusão à chamativa estátua, na narrativa são mencionadas inscrições talhadas nas construções, copiadas ao longo do relato (figura 7). A suposição mais comum sugere “que o documento foi elaborado por alguém com um mínimo de formação clássica e conhecimento das ruínas da civilização greco-romana”³⁹⁶. Esse conjunto de informações, agregado com os anseios de se encontrar monumentos civilizacionais, despertou um enorme interesse em leitores da revista.

Objetivando conseguir um parecer sobre os caracteres, o Secretário Januário da Cunha Barboza enviou uma cópia do Documento 512 para o sócio austríaco Roch Schüch (1788-1844)³⁹⁷. Schüch estava no Brasil desde 1817, quando veio junto a cientistas e artistas no séquito da imperatriz Leopoldina³⁹⁸, tornando-se diretor do Gabinete Mineralógico do Imperador e bibliotecário da Corte. Para Cunha Barboza, Schüch seria alguém ideal para analisar as inscrições, pois o descreveu como alguém versado em línguas orientais³⁹⁹ e era considerado “um especialista em paleografia”⁴⁰⁰.

Schüch desenvolveu grande interesse pelo assunto. Ao analisar o documento resolveu contrapor as inscrições do relato com a litogravura das marcas da Pedra da Gávea publicada na Revista Trimensal. Em uma carta que enviou para o IHGB, comunicou que comparou esses caracteres com o alfabeto e letras rúnicas reproduzidas na *Encyclopedia Methodica*, nas sagas que contavam as viagens de *Ollafens Tryggvason* pela Islândia, e com estampas presentes na obra *Antiquitates Americanae*⁴⁰¹. Segundo sua interpretação, duas ou três letras eram

³⁹⁵ RIHGB. *Relação Historica de uma oculta e grande povoação...* (1839), 1908g, p. 153.

³⁹⁶ ALMEIDA, Sérgio Luiz Muricy de. *Cônego Benigno José de Carvalho: Imaginário e Ciência na Bahia do Século XIX*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003, p. 67.

³⁹⁷ RIHGB. *22ª Sessão em 10 de setembro de 1839* (1839), 1908b, p. 202.

³⁹⁸ HOLTEN, B.; STERLL, M. *Peter Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*, 2011.

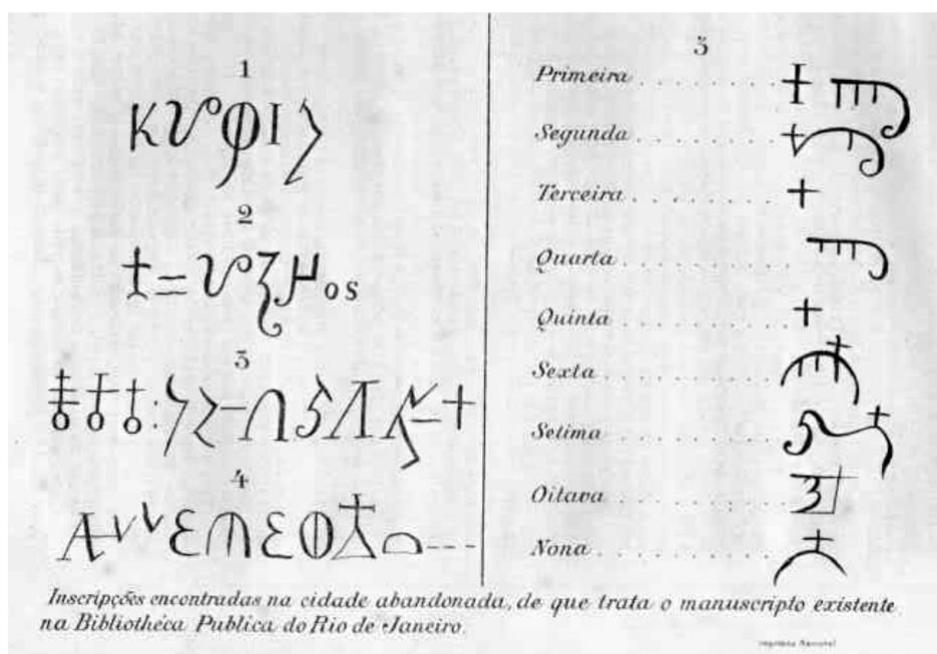
³⁹⁹ RIHGB. *Op. Cit.*, 1908b, p. 202.

⁴⁰⁰ LANGER, Johnni. *Ruínas e Mito*, 2000.

⁴⁰¹ RIHGB. *Op. Cit.*, 1908b.

semelhantes às presentes na Gávea, declarando que pertenciam aos *runos* (forma como ele se referia aos escandinavos).

Figura 7. Caracteres presentes no documento 512



Fonte: RIHGB, tomo 1 em 1839 (1908, p. 150)

Para ele, as letras da Gávea e as do relato seriam mais modernas que uma possível escrita grega ou fenícia. Claramente cômico dos trabalhos da Sociedade Real, comentou como a exploração da América do Norte pelos escandinavos no século X já era um fato histórico consolidado. Contudo, pressupôs que, da mesma forma que já haviam desbravado os mares da região setentrional do continente, haveria a possibilidade dos *runos* terem alcançado a costa do Brasil pré-cabralino. Como complemento, especulou que o dualismo presente entre os índios *manáos*, na Província do Pará, seria semelhante ao dualismo dos povos da antiga Escandinávia. Essa comparação pressupunha que esses indígenas poderiam ser descendentes dos exploradores nórdicos, reforçando a ideia de que uma civilização do Velho Mundo, semelhante ao que Rafn já havia afirmado sobre os colonos de *Vinland*, teria se degenerado ao viver entre os indígenas.

Desta forma, Schüch foi um dos primeiros a aventar em uma publicação que as navegações escandinavas poderiam ter chegado ao Brasil, e que esses exploradores teriam gravado inscrições e construído fortificações no interior do território brasileiro pré-cabralino. Quem se interessou muito pelo documento e pelas deduções de Schüch foi o cônego Benigno José de Carvalho e Cunha (1789-1852). No Brasil desde 1829, o cônego Benigno foi um

português naturalizado como brasileiro com apoio e acolhimento de Dom Romualdo Seixas⁴⁰², arcebispo da Bahia. Em uma de suas visitas ao Rio de Janeiro, em 1840, Benigno se encontrou com o Secretário e com o Presidente Perpétuo do IHGB, Januário da Cunha Barboza e o Visconde de São Leopoldo, respectivamente. Durante esse contato, Benigno se dispôs a realizar uma expedição para solucionar o mistério da cidade abandonada contido no documento descoberto por Manoel Ferreira Lagos.⁴⁰³

Primeiramente, analisou o documento e elaborou um roteiro para sua jornada. Tentou identificar os rios mencionados no manuscrito e calcular o local da cidade a partir das distâncias em dias expressas no relato. Em um processo vagamente semelhante ao que Rafn utilizou para estabelecer a localização de *Vinland*, mas sem um ponto de partida exato, determinou que a cidade estaria localizada na Serra do Sincorá, parte da Chapada Diamantina, a alguns dias de viagem ao oeste de Maracás⁴⁰⁴. Sua argumentação baseava-se na determinação de que um dos rios que os exploradores passaram era o Paraguaçu, nascente naquela região e que adentra o sertão baiano até seu estuário na cidade de Cachoeira. Ademais, alegou que a Serra do Sincorá possuía caminhos que foram abertos por humanos, mas asseverou peremptoriamente que a origem dessas trilhas não poderia ser atribuída aos colonos portugueses ou à povoação local⁴⁰⁵.

O cônego Benigno utilizou de suas férias no fim de 1840 e início de 1841 para tentar uma primeira investida no interior da Bahia para encontrar a cidade. Acreditava que precisaria de cerca de quatorze dias para ir até ela e a mesma quantidade para retornar. Mas logo que chegou na cidade de Valença, seu ponto de partida, relatou que as chuvas o impediram de seguir seu cronograma. Enquanto isso, buscou se informar mais e lhe disseram que levaria mais tempo do que ele planejara, recebendo uma nova proposta de rota, mais longa do que ele planejou

⁴⁰² Dom Romualdo foi um dos sócios do IHGB e, posteriormente, também se tornou sócio correspondente da Sociedade Real dos Antiquários do Norte. Além disso, como demonstrou Sérgio Luiz Muricy de Almeida, foi o padre que acolheu o cônego Benigno quando este chegou ao Brasil em 1829, quando este veio atender demandas eclesiásticas na região do Cabido da Sé Metropolitana de Salvador. Por ser especialista em direito canônico, após se doutorar em teologia na Universidade de Coimbra, o cônego Benigno recebeu de Romualdo o cargo de professor e procurador do Cabido da Sé Metropolitana, um cargo de alta confiança por se envolver com pendências jurídicas. ALMEIDA. *Cônego Benigno José de Carvalho*, 200, p. 26.

⁴⁰³ *Ibidem*.

⁴⁰⁴ RIHGB. Memória sobre a situação da antiga cidade abandonada, que se diz descoberta nos sertões do Brasil por certos aventureiros em 1753: Escripção pelo socio correspondente o Sr. Conego Benigno José de Carvalho e Cunha. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 3, p. 197-203, 1841d.

⁴⁰⁵ “Ora, que a abertura daquela estrada ou *tromba* não é devida ao governo portuguez, é indubitável, aliás deveria constar por escripto ou tradição o autor e concorrentes para uma obra de tanta monta e trabalho, como é a de romper tão alcantilada montanha, e a época pouco mais ou menos da execução; mas tudo se ignora: os povos que habitam confinantes nem hoje teriam força e resolução para tamanha empresa; além de que todas estas povoações datam apenas de 40 ou 50 anos para cá, como me afirmou em Valença um velho chamado F. Logrado, que conta 100 annos de idade, residente ali há 50 annos, dizendo-me que quando foi para esta villa só havia nella 18 casas, das quaes me mostrou ainda uma defronte de sua morada, e Valença é a sem duvida a maior de todas as povoações que hoje existem entre o Unna e o Paraguassú até á povoação do Cincorá: por tanto é forçoso confessar que o rompimento desta serra é obra de povos anteriores á descoberta do Brasil pelos Portuguezes”. *Ibidem*, p. 199-200.

inicialmente, porém mais confortável. No fim, tentou chegar até a cidade, todavia não logrou o sucesso desejado, apesar de julgar que colheu informações suficientes para planejar uma próxima tentativa⁴⁰⁶.

Na carta que resumiu parte de sua primeira expedição, Benigno aproveitou para criticar aqueles que decretavam que a cidade era uma fantasia, justificando que:

[...] eu porém não descubro nella nem motivos de o desconfiar, pois nada ha alli que cheire a invenção poetica, e será impossivel descortinar uma razão de gloria ou interesse, que podesse estimular uma tal ficção; e como lembrariam a mineiros os *caracteres gregos, ou runnos?* [...] mostra que foram escriptos os factos á proporção que iam lembrando, como se vê na moeda cunhada que um delles achou, etc. Diga lá cada um o que bem lhe parecer; o certo é que vi coroadas minhas diligencias, e realizadas minhas conjecturas, senão com toda a certeza, por me não caber no tempo e meios o prefazer minha viagem, ao menos com uma probabilidade, que se approxima muito da certeza.⁴⁰⁷

Na memória de Benigno, ele demonstrou grande fé na existência da cidade, elaborando uma retórica que desacreditava qualquer alusão de que o relato do manuscrito fosse uma fantasia. Para ele, explicitando estar ciente das afirmações de Schüch e da Sociedade Real, não teria como o autor ter falsificado aquelas inscrições e a narrativa parecia ter sido elaborada enquanto o escritor se lembrava dos fatos, supondo que isso era necessário para indicar que eram memórias reais. Na parte de sua correspondência que foi publicada na RIHGB durante os próximos anos é possível verificar que ele utilizava de conhecimento geográficos, hidrográficos e filológicos para defender a existência do assentamento, combinando-os com uma grande convicção em sua veracidade.

O produto desse esforço, balanço possível de se estender aos muitos casos que já observamos, é uma disposição para uma espécie de especulação científica forjada a partir da forte associação entre conhecimentos disciplinares e um horizonte de expectativa. Essa categoria de Koselleck⁴⁰⁸ leva em consideração que essa experiência antecipada no presente, por isso uma expectativa no horizonte, relaciona-se com os desejos, conhecimentos e sentimentos que permeiam um passado também presente. Isso é, acontecimentos que já ocorreram e, ao serem transmitidos e lembrados, fundem-se às elaborações racionais dos sujeitos e interferem em seu juízo, suas formas de agir, de pensar, em como tomam decisões e

⁴⁰⁶ RIHGB. 60ª Sessão em 27 de março de 1841. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 3, p. 141-144, 1841b.

⁴⁰⁷ *Idem*. *Memoria sobre a situação da antiga cidade abandonada...*, 1841d, p. 198.

⁴⁰⁸ KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. Puc-Rio, p. 350-328, 2006.

em seus anseios. Essas categorias temporais nunca se sobrepõem⁴⁰⁹, mas possuem forte relação uma com a outra e na forma como os indivíduos agem, especialmente no repertório que possuem para conjecturar o futuro.

Benigno compartilhava uma expectativa com vários outros eruditos no Brasil, nutrida por achados no interior brasileiro, por vestígios civilizacionais encontrados em países vizinhos da América e por promissores trabalhos que pretendiam atestar a presença de fenícios e escandinavos na América pré-Colombiana. Em conjunto com os desígnios civilizacionais, que eram colocados pelo cenário político e científico, essas questões exerciam grande influência em como essas evidências eram analisadas. Indiscutivelmente não podemos assumir que isso criava uma inclinação única para análise e nem afirmar que todos se lançavam profundamente às especulações. Todavia, é possível notar uma disposição clara para esse comportamento, constantemente mesmo entre aqueles mais cuidadosos.

Carregado por essas expectativas, e estimulado pelas glórias civilizacionais que poderiam advir dela, ele não desistiu de encontrar a cidade e se lançou em uma expedição no interior baiano – uma jornada em que pretendia se tornar o “Champoleon brasileiro” reivindicado no relatório sobre a Pedra da Gávea⁴¹⁰. Em 1841, novamente o cônego Benigno organizou um empreendimento no qual dedicaria os próximos anos de sua vida. Nas sessões de reunião e nas conferências de aniversário, os sócios diretores do IHGB não cessavam de demonstrar interesse pelos possíveis resultados da viagem, sempre na expectativa de que ela traria gloriosos frutos para a nação. Os sócios Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva e o desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes (1799-1855) constantemente atualizavam o Instituto sobre os progressos da viagem ao se corresponderem com a instituição. Chegaram, até mesmo, a alertar sobre a falta de recursos para o cônego cobrir suas despesas. O IHGB se prontificou para dar apoio ao cônego, utilizando de sua influência para conseguir fundos junto ao monarca. Ao ficar ciente da empreitada, D. Pedro II desobrigou o cônego de suas funções como professor no seminário diocesano e como procurador do Cabido da Sé Metropolitana, conferindo ao explorador recursos financeiros para sua viagem, apesar da quantidade não ter agradado o viajante⁴¹¹.

⁴⁰⁹ “Apesar de se relacionarem, não são conceitos simétricos complementares, que coordenam passado e futuro como se fossem imagens especulares recíprocas. Pelo contrário, experiência e expectativa possuem formas de ser diferentes. [...] Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais.”. KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado*, 2006, p. 310.

⁴¹⁰ PORTO ALEGRE, M. A.; BARBOZA, J. C.. *Relatorio sobre a inscripção da Gavia...* (1839), 1908, p. 80.

⁴¹¹ RIHGB. 80ª Sessão em 3 de fevereiro de 1842. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 4, p. 100-104, 1842a. Nessa sessão realizaram a leitura de uma carta do cônego Benigno, em que reclamou que os recursos recebidos foram

Na possibilidade de malogro da missão, o IHGB justificava que a exploração ainda poderia oferecer importantes estudos sobre o sertão baiano a partir da publicação dos resultados de Benigno. Desta forma, mesmo se o objetivo principal não fosse alcançado, esperavam se beneficiar das anotações e roteiros de viagem do cônego, além de lhe conferir a missão secundária de comunicar qualquer achado interessante, sobretudo a respeito de minérios. Nos relatos enviados pelo cônego ao IHGB, observa-se não apenas suas constantes defesas de que estaria próximo de encontrar a cidade como também enviava para o Instituto observações, atualizações e comentários de caráter cartográfico e hidrográfico enquanto descrevia os locais por onde passava⁴¹².

3.5.2 Uma ilusão arqueológica escandinava no sertão da Bahia

Durante toda a década de 1840 a jornada de Benigno, caracterizada como uma viagem científica⁴¹³, foi mencionada na RIHGB. As notícias constantemente anunciavam que a descoberta da cidade era iminente, mas também atribuíam o atraso às dificuldades por causa do clima, adoecimentos do cônego e a falta de recursos financeiros adequados⁴¹⁴. Recebendo cópias de todos os números da RIHGB e mantendo correspondência com alguns sócios do Instituto, a Sociedade Real se interessou pela procura das ruínas, assumindo que poderiam dizer respeito a possíveis vestígios de antigos imigrantes nórdicos que teriam se deslocado para mais longe do que as evidências até então indicavam⁴¹⁵. Novamente, o intermediário entre as instituições foi Peter Lund, que enviou uma carta a Rafn para lhe explicar a situação. Sua missiva foi lida em uma das sessões da Sociedade Real e publicada em seus periódicos, junto com considerações sobre as novidades que chegavam de seu sócio dinamarquês no Brasil:

menores do que planejou e isso o obrigaria a tomar outros caminhos, e a leitura de uma carta de Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, dando notícias da exploração de Benigno pelos sertões e ressoando os receios do cônego de que a falta de recursos o impossibilitasse seguir sua viagem conforme ele havia inicialmente planejado.

⁴¹² ALMEIDA. *Cônego Benigno José de Carvalho*, 2003.

⁴¹³ RIHGB. 85ª Sessão em 10 de maio de 1842. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 4, p. 216-218, 1842b.

⁴¹⁴ *Idem*. 88ª Sessão em 7 de julho de 1842. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 4, p. 379-381, 1842c; *Idem*. Carta escripta ao primeiro Secretario Perpetuo do Instituto pelo Socio correspondente o Sr. Conego Benigno José de Carvalho e Cunha. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 4, p. 399-402, 1842d. Nessa missiva, dizia que chegaria na cidade em 15 de setembro, mas temia que os indivíduos de um quilombo da proximidade de onde ele estava impedissem sua comissão de ir até a cidade; *Idem*. 113ª Sessão em 28 de setembro de 1848. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 5 (1843), 3. ed., p. 401-404, 1886a. Uma carta de Ignácio foi lida nessa sessão, informando que os resultados de Beigno ainda não haviam sido alcançados devido à sua saúde e pela falta de recursos; & *Idem*. Correspondencia. Officio do Sr. Conego Benigno ao Exm. Presidente da Bahia, o Sr. Tenente General Andréa, sobre a Cidade Abandonada, que há três anos procura nos sertões d'essa Provincia. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 7, p. 102-105, 1845. Neste officio ao Presidente da Bahia, Benigno anunciava que a cidade já estava descoberta, mas ainda não havia adentrado ao local. Após três anos de viagem pelo interior da província, afirmou ter identificado vestígios de lugares mencionados no relato.

⁴¹⁵ HOLTEN, B.; STERLL, M. *Peter Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*, 2011, p. 263.

M. le docteur Lund de Lagoa Santa du Brésil nous a fait part, sous la date du 17 novembre, de la découverte, faite depuis long-temps dans l'intérieur de la province de Bahia, d'une grande ville abandonnée, d'une construction très ancienne et dont les édifices sont de pierres de taille.⁴¹⁶

Em sequência, também aludem ao fato de Schüch ter analisado as informações e concluído que a cidade representaria resquícios da estada dos antigos escandinavos após viajarem pela costa sul-americana⁴¹⁷. Como já vimos, o próprio Rafn reconhecia que a ausência de um assentamento nórdico na América era uma das maiores fragilidades de sua teoria, apesar de ter recorrido à torre em Newport e às inscrições da *Dighton Writing Rock* para avigorar sua hipótese. Um edifício de pedra na América Meridional, com possíveis inscrições rúnicas e uma estátua apontando para o Norte, poderia revolucionar a arqueologia dinamarquesa e servir como grande símbolo civilizacional dos escandinavos. Mas a reação apresentada na revista *Mémoires* afirmava que uma posição ainda era difícil de ser estabelecida pela ausência de desenhos do local. O mesmo texto indicava que um contato com Peter Lund já havia sido estabelecido e que ele pretendia realizar uma viagem no ano seguinte para visitar as ruínas a fim de examiná-las de perto. Aparentemente, as informações se movimentaram erraticamente, pois a cidade já se apresentava como um monumento descoberto e passível de ser investigado. Novamente aqui, a crença impassível em documentos escritos pode ter desempenhado um papel nessa interpretação.

Com as animadas notícias da descoberta, o rei da Dinamarca, em 1840, ordenou que a fragata *La Bellone*, que já possuía uma expedição programada pela América do Sul, desembarcasse na Bahia com um comitê científico para examinar as antigas ruínas⁴¹⁸. O comitê foi composto por dois tenentes da marinha dinamarquesa, M. Suenson e Schiltz, além do naturalista M. Krøyer. Relatou-se que, ao chegarem no Brasil, o pastor Pontoppidan, capelão a bordo da fragata, visitou Dom Romualdo para obter esclarecimentos sobre o achado. A partir do que conversou com o arcebispo, remeteu a sociedade uma carta explicando que os brasileiros acreditavam que a cidade seria uma ex-colônia europeia estabelecida nos limites da Bahia com Minas Gerais. Contudo, explicou que maiores informações não poderiam ser encaminhadas enquanto aguardavam o resultado da expedição que o IHGB organizara com o cônego Benigno José de Carvalho, enviado para pesquisar as ditas ruínas⁴¹⁹. Em outros momentos o periódico indicou a continuidade de contatos realizados com Peter Lund, Roch Schüch, Dom Romualdo

⁴¹⁶ HISTOIRE Antécolumbienne de l'Amérique. *Mémoires de la Société Royale des Antiquaires du Nord* (1840-1843). Copenhague: Secrétariat de la Société, p. 26-29, 1844, p. 26. Grifos do autor.

⁴¹⁷ *Ibidem*.

⁴¹⁸ *Ibidem*.

⁴¹⁹ *Ibidem*.

e com o cônego Januário da Cunha Barboza, este explicando que o governo auxiliava nas investigações e que o Instituto se comprometia em manter a Sociedade Real atualizada sobre os progressos da pesquisa.

Mas a ideia de que a cidade já era um achado arqueológico repercutiu, como demonstrou Langer⁴²⁰. Citou a obra do francês Pierre Victor Lerebours, que em 1841 publicou o livro *Coup d'oeil sur les antiquités skandinaves*. Nesse livro, o autor buscou reunir as discussões sobre as antiguidades escandinavas, um tema que disse não ser mais abordado com apaixonado amorismo, mas a partir de eruditos que investiam cientificamente neste assunto. Afirmou que famosos pela guerra, pelas invasões e saques, esses trabalhos desvelavam uma outra faceta dos normandos ao demonstrarem que nem sempre viveram na barbárie que geralmente era imputada a eles. Ao relatar uma viagem que fez aos países do Norte europeu, comentou sobre os resultados da obra *Antiquitates Americanae*, e como ela comprovava, fundamentada em observações náuticas, geográficas e filológicas, como os nórdicos viajavam pela América Setentrional desde o século X. Mas é uma nota de rodapé incluída ao mencionar os resultados da obra que chama a atenção. O autor teceu um comentário sobre a cidade nos sertões da Bahia, afirmando que escavações haviam sido realizadas no Brasil em uma ruína que havia sido encontrada há pouco tempo e continha caracteres islandeses:

On annonce, en ce moment, une découverte, d'où l'on pourrait induire que les Skandinaves ont poussé leurs excursions jusque dans l'Amérique méridionale, et y ont même formé des établissements. Dans des fouilles faites, aux environs de Bahia, au Brésil, on a découvert une dalle recouverte d'anciens caracteres islandais, des vestiges d'habitations pareils, sous le rapport architectonique, aux ruines du nord de l'Europe, et une statue de Thor avec tous ses attributs, son marteau, ses gantelets et sa ceinture magique.⁴²¹

Em seu comentário, Lerebours interpretou ou recebeu a notícia da cidade no interior da Bahia como uma escavação já realizada, com vestígios arquitetônicos semelhantes aos dos nórdicos e com uma estátua identificada como uma representação do deus Thor. É notável que ele estava inteirado das notícias publicadas pela Sociedade Real e a escrita dessa nota deve ter se originado das informações publicadas na revista *Mémoires*. Como os relatos na revista foram escritos com certa ambiguidade, com margem para se interpretar que a cidade já havia sido encontrada, é possível supor que as notícias de que Lund estava se preparando para investigá-la o ajudou a compor suas afirmações irreais.

⁴²⁰ LANGER. *Ruínas e Mito*, 2000.

⁴²¹ LEREBOURS, Pierre Victor. *Coup d'œil sur les Antiquités Skandinaves*. Paris: Imprimeire de ducessois, 1841, p. 36 [nota 1].

Langer também citou Carlos Emile Adêt, que publicou o artigo *Découverte d'une ville ancienne dans les forêts du Brésil*, no periódico *La Revue Independente*, em 1845⁴²². A preocupação central do francês era com a origem dos americanos e com o questionamento se seriam autóctones ou migrantes de outras regiões. No texto, Adêt refletiu sobre a ciência da história, avaliando que nos séculos anteriores ela era apenas uma atividade que recitava os fatos, mas que, no seu tempo, tornava-se uma ciência que possibilitava apresentar a filiação de todas as coisas, o progresso dos povos e do espírito humano e auxiliar na previsão de um futuro melhor. Segundo ele, os historiadores também procuravam compreender através de objetos e de restos de pedras os vestígios dos hábitos, da civilização e das formas de pensamento daqueles que agiam sob aquele solo que engoliu seu passado. Essa contemplação direcionava-se aos indícios arqueológicos que poderiam amparar a escrita da história, ressaltando a importância das ruínas de Pompeia e Herculano para a Europa assim como as de Palenque eram para o México. Anunciou, então, a descoberta de uma cidade no interior das florestas brasileiras que poderia lançar mais luzes no passado das civilizações primitivas.

Adêt resumiu como o manuscrito datado do século XVIII, que descrevia “la découverte d'une grande ville au milieu des immenses et splendides forêts du Brésil”⁴²³, havia sido encontrado na Biblioteca do Rio de Janeiro. A seguir, traduziu o Documento 512 para o francês, reproduzindo cada inscrição. Criticou severamente o autor do manuscrito, pois julgou que ele foi raso em sua descrição e, caso tivesse detalhado melhor, acreditava que poderia comparar a exposição com outras ruínas pelo mundo, citando as descobertas de Palenque, no México, da antiga cidade assíria de Ninive, e generalizando a possibilidade de comparação com outras estruturas da civilização grega e romana. Tranquilizava-se ao assegurar que o governo brasileiro já empreendia uma expedição, com o cônego Benigno, para encontrar a cidade brasileira e melhor descrevê-la. Com isso, também traduziu um ofício que o cônego enviou para o Presidente da Bahia, o General Andréa⁴²⁴, em janeiro de 1845, e que foi publicado na RIHGB. Na mensagem declarava que a cidade já estava praticamente descoberta após encontrar vestígios de lugares mencionados no relato dos viajantes. Ademais, Benigno anunciou ter conhecido um escravo que dizia saber onde ela estava localizada. O ofício deixava entender

⁴²² ADÊT, Carlos Emile. *Découverte d'une ville ancienne dans les forêts du Brésil*. *La Revue Indépendante*, Paris, tomo 21, p. 494-509, jul. de 1845.

⁴²³ *Ibidem*, p. 495.

⁴²⁴ Durante os primeiros anos da expedição, acreditando que a exploração do cônego poderia trazer benefícios não apenas ao encontrar a cidade, mas também mediante suas descrições acerca do sertão baiano, o Presidente da Província da Bahia, General Andréa, também ofereceu auxílios a Benigno.

que somente restava chegar ao local, mas novamente enfrentava dificuldades porque o senhor do escravo não teria aceitado que o cômego o alforriasse para guiá-lo⁴²⁵.

Estimulado pelas várias perguntas que poderiam surgir com o achado, Adêl afirmou que analogias poderiam ser traçadas entre o relato e os vestígios antigos espalhados pela América do Norte, que seriam de origem escandinava. Somava-se a isso a afirmação de que viajantes encontraram caracteres rúnicos no litoral brasileiro, referindo-se à Pedra da Gávea como um ponto curioso ainda sem resposta sobre sua autenticidade. A estátua da cidade baiana também lhe chamou a atenção, e ao compará-la com as de Palenque convergiu “em seu texto para os vikings como construtores desses antigos monumentos”⁴²⁶.

Além desses exemplos, no próprio Brasil a notícia chegou a circular como a descoberta de uma ruína que já havia sido desbravada. Em fevereiro de 1842, o *Jornal do Commercio* publicou uma nota afirmando que Peter Lund encontrou e explorou ruínas no interior da Bahia, descrevendo-a como restos arquitetônicos que se assemelhavam às construções no norte da Noruega e com uma estátua do deus Thor em seu centro⁴²⁷. As publicações de Lerebours e Adêl demonstram que o assunto chamou a atenção e circulou no meio intelectual francês após a notícia do manuscrito ter sido publicado pela Sociedade Real, interesse que provavelmente também foi estimulado pela própria rede internacional de contatos do IHGB, muito próximo aos institutos franceses. Assim, é presumível que a notícia que atribuía a descoberta da cidade a Peter Lund foi estimulada principalmente por fontes francesas do que pelas publicações da RIHGB, provavelmente a partir de algum jornal publicando informações presentes no periódico em francês da Sociedade Real. O trabalho da Sociedade Real e o livro *Antiquitates Americanae* chegou a ser citado pela notícia, explicando que tiraram a informação de uma “folha francesa, em carta escripta de Copenhague”, sem maiores informações e traduzindo o seu conteúdo, um dos trechos dizia:

Na sessão que a sociedade real de archeologia septentrional da nossa cidade celebrou hontem à noite, leu Mr. Widmann uma carta escripta do Rio de Janeiro pelo Dr. Lund, na qual este sábio geólogo dinamarquez annuncia á sociedade uma descoberta importante que acabara de fazer. N^o uma excavação mandada fazer por ele nos arredores da Bahia, encontrou uma lagem coberta de caracteres rúnicos, gravados nella, mas muito estragados.⁴²⁸

⁴²⁵ RIHGB. *Correspondencia. Officio do Sr. Conego Benigno ao Exm. Presidente da Bahia...*, 1845.

⁴²⁶ LANGER. *Ruínas e Mito*, 2000, p. 134.

⁴²⁷ JORNAL do Commercio. Notícias científicas: Archeologia Brasileira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 53, p. 2, 23 de fev. de 1842.

⁴²⁸ *Ibidem*.

A notícia prosseguia comunicando que Lund teria decifrado parte das palavras do texto, reconhecendo-as como oriundas da língua islandesa⁴²⁹, e que ele teria expandido as escavações e encontrado alicerces de casas que se assemelhavam à arquitetura norueguesa, islandesa e groenlandesa e, depois de vários outros dias de escavação, teria encontrado a estátua de Thor. Por fim, afirmava que a Sociedade Real incumbiu Lund de realizar um relatório sobre sua escavação, que revelava que os povos nórdicos também estenderam suas viagens marítimas à parte meridional do continente e estabeleceram colônias duradouras. Novamente, seguindo um comportamento comum, finalizava com a ressalva de que isso não diminuiria os louros de Colombo, pois mesmo se ele não fosse o descobridor do Novo Mundo ele seria o descobridor de um mundo perdido.

Peter Lund certamente ficou surpreso ao saber do comunicado feito pelo *Jornal do Commercio*. Ao ficar ciente do informe, enviou uma carta ao jornal solicitando uma retificação das informações, pois explicou que o conteúdo estava repleto de alegações inventadas⁴³⁰. O dinamarquês esclareceu que não mandou fazer explorações, que não havia explorado a dita ruína ou mesmo escrito alguma carta comunicando sua existência.

Atendendo seu pedido, e tentando-se justificar, o editor do jornal transcreveu a mensagem do dinamarquês e ressaltou que um evento que ocorreu na capital brasileira foi, de maneira espantosa, “passando de boca em boca, até vingar finalmente a desmesurada estatura com que a folha franceza no-lo apresentou”⁴³¹. A carta de Lund, datada de 11 de março de 1842, iniciou-se da seguinte maneira:

Sr. Redactor. – Rogo-lhe o obsequio admittir na sua estimada folha a seguinte rectificação de um artigo inserido no numero 53 deste anno, relativo a uma descoberta de uns monumentos escandinavos que se diz feita por mim nos arredores da Bahia. Vm se admita com razão de que um acontecimento verificado na Bahia e anunciado em carta escripta do Rio de Janeiro, lhe seja participado pelo norte da Europa. Porém, o caso é que toda esta relação não é senão uma mytificação, sendo inventado tanto o mesmo factó, como a carta que se diz escripta por mim do Rio de Janeiro e até o nome do referente (Widmann) [...]

Desse modo, admitia que a notícia era parcialmente real, mas tudo o que o envolvia era uma falsificação. Continuou explicando que se interessou pelo achado comunicado pelo IHGB e que transmitiu a Sociedade Real uma cobertura prévia do assunto, enquanto não recebiam o

⁴²⁹ Na verdade, a notícia insinuou que as inscrições se pareciam com a língua irlandesa, mas, pelo conjunto da informação, é bem mais provável que trocaram o *s* pelo *r* e a intenção verdadeira era se referir à língua islandesa.

⁴³⁰ JORNAL do Commercio. Archeologia Brasileira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 96, p. 3, 10 de abr. de 1842.

⁴³¹ *Ibidem*.

número da Revista Trimensal com o relato. Supôs que quando alguns arqueólogos europeus souberam do tema, sem dispor dos textos que descreviam os fatos, arriscaram a criar vagas conjecturas e as ornaram com fatos fantasiosos para corroborar suas hipóteses, “a final tem chegado a um ponto de desfiguração que parece incrível”⁴³². Nesta carta, Lund fez algumas considerações próprias e emitiu uma posição que passou a defender após o entusiasmo inicial da publicação do Documento 512. Ele já supunha que o monumento descrito não seria de origem escandinava, pois a natureza dos caracteres seria claramente de natureza grega e de uma colônia cristã, apresentando palavras inteiras com frequentes usos do sinal da cruz. Entretanto, asseverou que somente a viagem de Benigno poderia elucidar a questão acerca da origem da cidade.

3.5.3 Contestação e enfraquecimento da ilusão

Contudo, a expedição do cônego Benigno jamais encontrou a cobiçada cidade. Algumas de suas cartas e relatos foram comentadas ou publicadas na RIHGB e, como já vimos, em alguns momentos Benigno chegou a anunciar que o local estava definitivamente descoberto, mas que ainda precisava de auxílios para adentrá-la⁴³³. Peter Lund, que mantinha correspondência com a Sociedade Real para remeter os resultados de suas pesquisas, sempre aproveitava para atualizar Rafn e os demais membros sobre a expedição. Em 1844, despachou para a Sociedade Real uma tradução em dinamarquês do documento que descrevia a descoberta da cidade em 1753, o mesmo publicado na RIHGB, juntamente com um relatório posterior de Benigno sobre os resultados de suas investigações⁴³⁴.

Por fim, Lund fez suas próprias considerações sobre o que concluía sobre esse assunto. Confessou que, de início, deixou-se levar pelo espírito da novidade e da empolgação por algo que poderia apresentar resultados muito importantes, mas já supunha que a autenticidade do documento poderia não ser confirmada. Segundo uma análise própria, disse ter observado inúmeras evidências de que o relato seria falsificado e que as expectativas de Benigno não eram confiáveis. De acordo com ele, os membros do Instituto não se preocuparam em perceber se o documento era genuíno, pretendendo interpretá-lo sem nenhuma dúvida quanto à sua exatidão

⁴³² JORNAL do Commercio. *Archeologia Brasileira*, 1842.

⁴³³ CUNHA, Benigno José de Carvalho e. “Correspondência: Offício do Sr. Cônego Benigno ao Exm. Presidente da Bahia, o Sr. tenente general Andréa, sobre a cidade abandonada que há três annos procura no sertão d’essa província”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 7, n. 25, p. 102-105, 1845.

⁴³⁴ CABINETTET for Americanske Oldsager. *Antiquarisk Tidsskrift* (1843-1845). Copenhagen: J. D. Qvist, p. 139-160, 1845.

e se adiantaram em estabelecer a possível localização da cidade e idealizar significações e origens para as inscrições.

Para Lund, ao considerar o documento como prova suficiente para sua existência, Benigno teria se prejudicado pela precoce opinião de que a cidade realmente existia. O paleontólogo também manifestou que, por sua própria experiência, as declarações dos brasileiros poderiam ser muito exageradas, distorcidas e pouco confiáveis⁴³⁵. Após começar a ter dúvidas sobre legitimidade do documento, suas suspeitas foram atenuadas pelas formas vagas dos relatos do cônego Benigno, que parecia levantar todos os motivos para que se duvidasse da veracidade do fato.

Assim, o próprio Lund se colocou como alguém inicialmente fascinado pela notícia, mas expressou ter chegado a conclusões mais críticas após uma releitura cuidadosa, passando a considerar que o documento não passava de uma invenção⁴³⁶. Evitando uma empolgação com o fantasioso, tentou fazer uma apuração mais racional do relato e concluiu que, pela forma e linguagem utilizada na escrita do documento, suspeitou que o autor da narrativa era uma pessoa com instrução suficiente para inventar as inscrições, julgando que ele se baseou especificamente no grego⁴³⁷.

Todavia, não fez apenas uma crítica à qualidade da forma utilizada na elaboração do documento. Sendo um naturalista experiente e que já havia percorrido e estudado regiões no interior do Brasil, especialmente antes de fixar residência em Lagoa Santa, contestou as descrições sobre a natureza brasileira apresentadas no documento. Para ele, o manuscrito descreveria uma vida selvagem não compatível com o meio que retratava, indicando animais que viviam selvagemmente nos meios descritos, como galinhas e patos que aparecem na narração. Para mais, explicou que também existiam referências a animais, como veados-brancos e grandes raposas, que não são encontrados em nenhum lugar no Brasil. Por fim, aconselhou Rafn e os membros da Sociedade Real a evitarem qualquer expectativa e julgamento antes que a existência da dita cidade fosse confirmada, somente assim seria possível realizar uma verdadeira análise⁴³⁸.

Posteriormente, tendo em vista a demora e os relatórios inconclusivos do cônego Benigno, Lund assumiu que estava totalmente correto ao suspeitar que a cidade era uma fantasia⁴³⁹. Seus trabalhos realizados em Lagoa Santa continuaram a ser publicados pela

⁴³⁵ CABINETTET for Americanske Oldsager. *Antiquarisk Tidsskrift*, 1845, p. 154.

⁴³⁶ HOLTEN, B.; STERLL, M. *Peter Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*, 2011.

⁴³⁷ *Ibidem*.

⁴³⁸ CABINETTET for Americanske Oldsager. *Op. Cit.*

⁴³⁹ *Ibidem*.

Sociedade Real, mas as menções sobre as suspeitas de antigas civilizações no Brasil, aparentemente, foram sendo deixadas de lado. Rafn também deve ter perdido o interesse, sobretudo após o falecimento de Roch Schüch em 1844, que foi um dos maiores entusiastas da ideia no Brasil. Assim, o tópico esmoreceu nos periódicos da Sociedade Real, e as menções ao país focaram-se nas conclusões paleontológicas de Lund.

No IHGB, Lund não publicou suas observações críticas acerca do relato na Revista Trimensal. É possível supor a possibilidade de que alguns membros do Instituto leram as críticas do naturalista dinamarquês, já que as instituições trocavam suas publicações a partir de sua correspondência contínua. Contudo, caso tenham se inteirado de suas observações não transpareceram isso em nenhum dos textos publicados na RIHB até meados da década de 1850. Ainda assim, se a autenticidade do documento não era explicitamente criticada, o insucesso da expedição de Benigno fez com que o entusiasmo com o assunto diminuísse e a expectativa iminente da descoberta de civilizações antigas no país foi impelida para um futuro mais distante.

Em 1848, no relatório de aniversário do Instituto, após anos de explorações infrutíferas de Benigno, pelo menos no que concerne a seu objetivo principal, Lagos faz referência à cidade perdida de uma forma um tanto quanto poética⁴⁴⁰. Apesar de ainda reiterar uma comedida expectativa no encontro do povoado, declarou aguardar o retorno do cônego e as contribuições que ele traria para o país, dizendo que:

[...] o Instituto aguarda sofrego o regresso do Sr. conego Benigno, pois quando mesmo as suas fadigas não sejam coroadas do exito esperado, o paiz muito lucrará com a publicação dos seus roteiros e observações, além de que, segundo nos consta, tem reunido grande porção de fosseis para locupietar o museu d'esta Sociedade.⁴⁴¹

Com o passar dos anos, parece que o cônego insistia em sua missão por orgulho e certa obsessão. Provavelmente um personagem conhecido no sertão. Após rondar as regiões em busca da cidade, a imprensa baiana passou a ironizar sua expedição, expondo seus esforços como um fiasco⁴⁴². Mesmo obstinado, é provável que sua falta de sucesso o desanimou e converteu seu entusiasmo em vergonha, pois seus relatórios começaram a citar, cada vez menos, a cidade, preocupando-se em destacar observações consideradas relevantes que fez no decorrer de sua viagem. Expunha a presença de comunidades quilombolas no sertão⁴⁴³, demarcava o curso de rios ausentes ou incorretos em mapas, falava sobre a topografia de onde passava, e

⁴⁴⁰ LANGER. *Ruínas e Mito*, 2000.

⁴⁴¹ LAGOS, M. F. *Relatorio dos trabalhos do Instituto Historico e Geographico* (1848), 1891, p. 107.

⁴⁴² ALMEIDA. *Cônego Benigno José de Carvalho*, 2003.

⁴⁴³ RIHGB. *Correspondencia. Officio do Sr. Conego Benigno ao Exm. Presidente da Bahia...*, 1845.

sugeria a elaboração de mapas mais precisos, acusando erros em materiais feitos por estrangeiros como Spix e Martius⁴⁴⁴.

Durante os anos que vagou pelo sertão baiano, o cônego testemunhou o avanço da ocupação das terras diamantinas, lugares que antes eram desertos e foram rapidamente ocupados após o encontro de ouro e diamante. Um relatório publicado na RIHGB, pelo sócio correspondente Benedicto Marques da Silva Acauã, narra como a mesma região em que o cônego insistira ser a localização do povoado perdido crescera, porque era composta por terrenos auríferos e diamantinos, especialmente seus rios⁴⁴⁵:

E' da serrania do Cincurá que nasce a oeste o rio Una, o qual depois de um curso estimado em quinze leguas para leste vai perder-se no rio Paraguassú no lugar chamado Morro das Araras ; este rio, o do Timbó, e Macugê e outros correços que n'elles desaguam, assim como os brejos que o rodeiam, são diamantinos [...]. Da mesma serrania do Cincurá nasce o rio d'este nome, e é elle o unico que tendo alli sua fonte segue para o sul e vai lançar-se no rio de Contas ; aquelle rio, cujo curso é estimado em vinte leguas, em quanto corre na serrania d'onde nasce é diamantino, e logo que recebe as aguas da serrania do Cocal, por cujas abas vai passar, deixa de o ser, e senta-se então sobre o ouro.⁴⁴⁶

Foi n'estes rios que José Pereira do Prado descobriu riquissimas minas diamantinas em Setembro de 1844, descoberta que divulgada fez reunir em menos de seis mezes uma população das extremidades d'esta provincia e das visinas em numero de mais de vinte cinco mil pessoas, de maneira que dentro d'aquelle tempo uma grande povoação, que tomou o nome de Paraguassú Diamantino, [...] povoação que tendo pouco mais de dois annos de existencia conta hoje cem lojas e tavernas, um milheiro de casas habitadas, e que tornada um centro de relações commerciaes para todos os sertões da provincia [...].⁴⁴⁷

Assim, enquanto seu objetivo nunca logrou o sucesso desejado, ele “contribuiu para a elaboração dos novos mapas da Chapada Diamantina, justamente no momento em que o governo provincial mais precisava”⁴⁴⁸, enquanto o território era ocupado pelo desejo de exploração de ouro e de diamante.

Mas ao mesmo tempo que o Relatório de Manoel Ferreira Lagos emitia um desejo pelo retorno seguro de Benigno, dissimuladamente explicitando o fracasso de seu objetivo principal, o texto ainda apresentou uma outra interpretação do relato por parte do sócio Theophilo Benedicto Ottoni. Este considerava que o roteiro de 1753 era uma alegoria feita por um

⁴⁴⁴ RIHGB. Correspondencias. Nº 1. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), 3. ed., p. 318-321, 1973e.

⁴⁴⁵ ACAUÃ, Benedicto Marques da Silva. Relatório. Dirigido ao Governo Imperial, em 15 de abril de 1847, pelo inspector geral dos terrenos diamantinos da Provincia da Bahia. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 9 (1847), 2. ed., p. 227-260, 1869.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 248-249.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, loc. cit.

⁴⁴⁸ ALMEIDA. *Cônego Benigno José de Carvalho*, 2003, p. 95.

descobridor de ricas minas de diamantes, que objetivava entregar disfarçadamente a localização das minas para seus parentes⁴⁴⁹. Considerando o insucesso do cômico e o constante encontro de diamantes na Bahia, essa apreciação do relato parecia ser mais precisa e convincente, além de ser uma versão que manteria a autenticidade do documento, mas como um material criptografado e não uma narrativa explícita dos acontecimentos.

3.6 Deslocamento da expectativa para o futuro

Por fim, cidades antigas estavam sendo descobertas em outras regiões do mundo, mas apesar de persistir a hipótese de sua existência, o mesmo não ocorria no imenso Brasil. A expectativa se mantinha, mas o entusiasmo inicial foi paulatinamente se transformando numa descoberta que somente seria experimentada por eruditos no futuro, em um porvir que não era mais próximo. Novamente a reflexão de Joaquim Norberto Silva e Souza de que as discussões sobre habitantes antigos e sobre o contato entre o Velho e o Novo Mundo estavam gerando “desencontradas conjecturas” e trazendo dificuldades e desânimos, permite demonstrar os motivos de uma certa desmobilização dessas teorias, após meados do século XIX.

Elas não deixariam de existir, muito pelo contrário. Até os dias de hoje encontramos suposições sobre a presença fenícia, grega, romana, cartaginesa, escandinava, etiópica e provavelmente muitas outras, especialmente pelo alcance que essas histórias alcançam atualmente com programas de TV e com a internet. Ainda durante o período imperial, essas hipóteses alimentaram outras modas, sendo somente a partir da derrocada da política imperial que essa busca por relíquias acabou perdendo um sentido institucional⁴⁵⁰. Mas, findada a primeira década de existência do IHGB, os círculos letrados se tornaram mais críticos antes de se jogarem em teorias com rasos respaldos, permitindo a existência de divergências mais explícitas nas discussões em relação a propostas visivelmente fantasiosas.

Fiéis à autoridade de Martius e o prenúncio que fez sobre as antiguidades brasileiras, acreditava-se que os vestígios civilizacionais pré-cabralinos estariam envoltos em suas grandes e parcamente desbravadas florestas. O anseio das descobertas foi deslocado de um futuro iminente para uma possibilidade no horizonte do tempo. Enquanto isso, sem materiais para investir em um homem pré-cabralino com um elo direto com antigas civilizações do Velho Mundo, o romantismo brasileiro se envolveu cada vez mais no saudosismo tupi, conferindo-lhes cada vez mais valores cavalheirescos e medievais em sua representação.

⁴⁴⁹ LAGOS, M. F. *Relatorio dos trabalhos do Instituto Historico e Geographico* (1848), 1891.

⁴⁵⁰ LANGER. *Ruínas e Mito*, 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar a produção intelectual da Revista Trimensal de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em meados do século XIX, acerca dos esforços empreendidos em direção ao estabelecimento de uma narrativa sobre um Brasil pré-cabralino. De forma mais específica, pretendeu-se chamar atenção para os saberes centrais envolvidos neste empreendimento e, sobretudo, identificar os principais temas, argumentos e preocupações expressos nesse debate, com foco na relação entre a produção historiográfica do IHGB, e a produção de hipóteses simultaneamente baseadas em discursos científicos e concepções especulativas.

Este período específico da história que os membros do IHGB pretendiam descortinar se era, sem dúvida, muito difícil de ser acessado. Os pesquisadores não dispunham de fontes escritas, tampouco de monumentos materiais concretos de antigas civilizações. Ruínas civilizacionais, como as da antiga Roma, Grécia e as do México e Peru, eram profundamente “desejadas” pelos letrados brasileiros, pois permitiriam inserir as origens da história nacional em um passado civilizacional e dignificante do Império, segundo preceitos europeus. Sendo assim, os membros do IHGB instituíram programas de pesquisa, buscaram alianças com instituições estrangeiras e estabeleceram um campo de debate para tentar compreender esse momento antes da colonização e, assim, definir os procedimentos necessários para alcançar seus resultados.

Em especial, a Revista Trimensal e as Sessões de discussões entre os membros, com suas atas publicadas na Revista lavradas nas atas das reuniões, serviram como espaço para debater e ratificar as distintas propostas de como investigar este passado. Muitas das disciplinas de que os intelectuais do IHGB lançaram mão, como a linguística, a etnografia e a arqueologia, ainda não estavam plenamente constituídas como saberes científicos definidos. Contudo, os membros do Instituto buscaram se alinhar aos avanços que as cercavam, desejosos de utilizarem esses saberes “protocientíficos” para legitimar discursos de fundação de uma história pré-cabralina. Esse contexto era caracterizado por uma nova disposição metodológica, marcada por uma antropologização mais ampla dos saberes em questão, que balizou a produção letrada da modernidade e, evidentemente, a formação disciplinar.

Além disso, não se tratava apenas de um registro inocente. O conhecimento do passado e das línguas dos indígenas se colocava como urgente frente às pretensões civilizatórias e imperialistas. O indígena contemporâneo, o selvagem Tapuia, constantemente colocado em contraste com um nobre e extinto indígena histórico, os heroicos Tupi, era observado pela ótica

da degeneração, da crença possante de que sua extinção era iminente pelo avanço da civilização. Dessa forma, o indígena contemporâneo, considerado inapto para dignificar a nação, era um sujeito a ser civilizado enquanto ainda existisse, urgindo a necessidade de resguardar suas histórias, tradições e línguas. Os Tupi, já sobrepujados, jaziam em um passado que deveria ser desvelado e utilizado para edificar a história nacional, não faltando tentativas para associá-lo às civilizações do Velho Mundo.

Assim, o homem primitivo se tornou um tópico de alto interesse, um conhecimento que, ao ampliar as informações acerca dos povos originários, poderia auxiliar as pretensões civilizatórias do Império. Apesar de alguns pesquisadores como Peter Lund oferecerem algumas evidências materiais e caminhos interpretativos para isso, várias propostas foram apresentadas e discutidas pelos sócios do Instituto para erigir a pré-história brasileira por meio da crítica-filológica, pela ausência de indícios positivos de uma antiga civilização. Esses letrados recorreram à Antiguidade clássica, mitos do Brasil colônia, teorias que circulavam na Europa e construíram expectativas sob achados materiais em outras partes da América, o que fosse possível para refletir e oferecer suporte para a elaboração de hipóteses acerca das antiguidades pré-cabralinas. Essa atitude, fundamentada cientificamente, gerou uma série de especulações ao preencher lacunas de maneiras criativas e nos parecem hoje, em alguns casos, até mesmo ingênuas.

Dentre as teorias sobre o passado pré-colombiano e pré-cabralino apresentadas na Revista, foi possível identificar dois principais eixos de discussões. Esses eixos não se anunciavam de forma explícita, e seus argumentos, frequentemente, imbricavam-se indistintamente nos textos. Por um lado, os membros do IHGB estavam interessados em constatar a forma de chegada e a origem dos indígenas americanos no continente. Com esse interesse, debateram inúmeras possibilidades, que colocavam em questão a idade do continente e se os habitantes eram realmente autóctones ou se teriam alcançado as terras além do Atlântico de alguma forma específica. A passagem pelo Estreito de Bering, a origem mongólica e a ascendência fenícia se apresentaram como as principais teorias, sendo estas as discussões mais conhecidas até os dias atuais. Porém, não foram as únicas, aventando-se, até mesmo, uma origem da humanidade no Brasil. Enquanto avançavam as observações geológicas e arqueológicas na América, a antiguidade do continente e de sua população era cada vez mais dada como certa, perspectiva que muito influenciou as discussões sobre as possíveis formas de origem do habitante primitivo brasileiro.

O outro grupo de discussões se concentrou na possibilidade do Velho Mundo e do Novo Mundo terem realizados contatos antes das chegadas de Colombo e Cabral. Os vestígios

civilizacionais encontrados no continente foram comparados às grandes civilizações da antiguidade e chamavam grande atenção dos sócios do Instituto, estimulando consideráveis expectativas para os intelectuais brasileiros. Neste contexto, a operação de fundar uma narrativa pré-cabralina contava com um horizonte de que semelhantes monumentos seriam encontrados no interior do país, principalmente em suas desconhecidas florestas.

A dissertação *Como se deve escrever a Historia do Brazil*, de Carl Friedrich Von Martius, teve particular impacto para incitar essa expectativa. Segundo ele, este país continental certamente possuía resquícios de uma ilustre e antiga civilização, e o fato de ainda não terem localizado depósitos dessa remota sociedade não seria uma prova de sua inexistência, pois o interior do Brasil ainda precisava ser muito explorado. Enquanto aguardavam esse evento, teorias como a suposta presença fenícia, grega, egípcia, chinesa e escandinava na América foram integradas à essa narrativa fundacional pelos membros do Instituto por meio de um discurso de expectativa, que projetava a descoberta de antigos vestígios civilizacionais no país.

A hipótese de uma possível presença escandinava no Brasil pré-cabralino foi particularmente demonstrada como forma de ilustrar esse desígnio. Para isso, como visto, a teoria da presença escandinava na América no século X tornou-se um argumento bem aceito mediante o trabalho de divulgação da Sociedade Real dos Antiquários do Norte.

Com o objetivo de analisar e traduzir a literatura nórdica medieval, Carl Rafn, Primeiro Secretário e um dos fundadores da instituição, empenhou-se em precisar a localização do território de *Vinland*, mencionado na saga de Erick, o Vermelho, e na Saga dos Groenlandeses. Essas narrativas descreviam a exploração de terras além da Groenlândia pelos nórdicos, e chamaram a atenção por conter vários detalhes náuticos e geográficos. Traduzidas e divulgadas somente a partir do século XVIII e, particularmente, no século XIX, após ficarem isoladas por séculos na Islândia, os conteúdos dessa literatura foram tidos como autênticos relatos por intelectuais escandinavos, sobretudo pelos membros da Sociedade Real.

O estudo de caso nos permitiu apresentar como a Sociedade Real se inseriu em um importante debate a respeito do uso de fontes literárias e não-literárias para a elaboração de uma narrativa sobre tempos pré-históricos. Membros como Rasmus Rask, Niels Petersen e Christopher Thomsen foram significativos para estabelecerem os padrões científicos utilizados pela agremiação. A crença na autenticidade de relatos manuscritos também fez com que seus trabalhos combinassem o discurso científico e o uso de especulações para propor e confirmar hipóteses.

A teoria da presença escandinava na América se disseminou a partir da obra mais importante de Carl Rafn, utilizando os preceitos científicos defendidos e discutidos na

Sociedade Real, mas com uma considerável dose de confiabilidade nos relatos que recebia sobre vestígios com inscrições nos Estados Unidos. Seu livro *Antiquitates Americanæ* logrou considerável sucesso e repercussão a partir de sua rede de contatos e, dessa forma, alcançou o IHGB por meio de Peter Lund, que se tornou um sócio em comum das duas instituições.

Esse trabalho instigou alguns membros a insinuar que os escandinavos também chegaram ao Brasil a partir do processo de expansão e exploração defendido por Rafn em sua obra. Com isso, vislumbrou-se que a origem das marcas da Pedra da Gávea e as inscrições de uma suposta cidade abandonada no interior da Bahia se relacionavam com ancestrais vestígios nórdicos na costa brasileira. Essa associação com os antigos escandinavos representou um anseio de estabelecer vínculos civilizacionais com o Velho Mundo e o passado pré-cabralino do Brasil.

Além do mais, o estudo de caso feito aqui proporcionou uma possibilidade de relacionar mais atentamente o procedimento de reflexão e aplicação dos saberes em desenvolvimento em uma das várias teorias debatidas nas páginas da Revista Trimensal. A teoria da presença escandinava na América reuniu animosos adeptos, aceitações mais diligentes e membros mais céticos sobre essa possibilidade, mas, de fato, o contato entre ambas as instituições foi algo impactante na busca pelas antiguidades americana e brasileira.

Neste trabalho evitou-se analisar o IHGB como centro de construção da identidade nacional. Esse é o foco principal da grande maioria dos trabalhos que tiveram o Instituto como objeto. Contudo, esse desígnio é vigoroso no Ocidente oitocentista, e, como a historiografia brasileira sobre esse assunto amplamente já demonstrou, está intensamente atrelado aos objetivos e práticas dos membros dessa instituição, patrocinada pela Corte Imperial. À vista disso, a questão nacional não deixa de estar presente no desenvolvimento das hipóteses aqui apresentadas, centrado no quadro de transformações científicas que transcorria no seu contexto de fundação e ao longo de seus primeiros anos, inserindo esses campos como influentes no processo de construção de uma história nacional – processo que, de qualquer modo, está atrelado ao intento de constituição de uma união política identitária pretendida pela Corte.

Esta pesquisa enfrentou, entretanto, algumas limitações, pois boa parte de seu desenvolvimento foi realizado no contexto da pandemia de coronavírus, o que eliminou a possibilidade do levantamento de fontes em arquivos físicos. Com isso, estabeleceu-se uma escolha metodológica que priorizou analisar a RIHGB, uma produção que expressa a essência dos principais interesses e posicionamentos dos sócios do Instituto, e outras documentações já disponíveis na internet, igualmente expressivas acerca do cenário analisado. Dessa maneira, os resultados dessa discussão ainda podem avançar, especialmente a partir de uma genealogia mais profunda das teorias destacadas. Além disso, é possível prescrutar melhor o campo

epistemológico do IHGB. Apesar da historiografia brasileira tê-lo explorado muito em seu contexto político, principalmente interessada em analisar sua participação na imaginação de uma comunidade nacional brasileira, talvez ainda se faça necessário compreender melhor o IHGB como uma comunidade epistêmica, sobretudo a partir da ótica do longo desenvolvimento das ciências humanas no Brasil e das relações internacionais do Instituto que impactaram seus modos de atuação. Um movimento de escalas em um jogo de análise transnacional, pois o Instituto é uma instituição que se inseriu e estabeleceu redes de relações, importando, exportando e adaptando conhecimentos e hipóteses.

Cabe ressaltar, por fim, que a escolha da Revista Trimensal como objeto desta dissertação foi profícua para o exposto, pois ela se formou como uma vitrine dos principais discursos veiculados pela elite letrada do IHGB. Sem dúvida, um levantamento mais preciso de fontes, para além da Revista, poderia permitir desvelar controvérsias, tensões e outros contrastes que permitiriam compreender mais profundamente o cenário de constituição da história nacional. Muitos materiais preteridos e não publicados na Revista ainda podem apresentar relevantes indícios de posicionamentos e ideias evidenciados no espaço de possibilidades argumentativas dos intelectuais naquele momento. Independentemente do impacto que produziram, anotações, cartas, artigos e outros textos significativos podem ainda ser analisados pela ótica de uma discussão que considere as transformações científicas e que permita pensar, até mesmo, em uma “*epistémê* imperial brasileira”, que, como já inicialmente proposto aqui, parte de numa busca de origens fundacionais.

REFERÊNCIAS

Publicações na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ACAUÃ, Benedicto Marques da Silva. Relatório. Dirigido ao Governo Imperial, em 15 de abril de 1847, pelo inspector geral dos terrenos diamantinos da Província da Bahia. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 9 (1847), 2. ed., p. 227-260, 1869.

BAENA, Antonio Laadislau Monteiro. Observações ou notas illustrativas dos primeiros tres capitulos da parte segunda no thesouro descoberto no Rio Amazonas. *RIHGB*, tomo 5 (1843), 3. ed., p. 275-311, 1886.

BARBOZA, Januário da Cunha. Discurso. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 9-17, 1908a.

BARBOZA, Januário da Cunha. Relatório do Secretario Perpetuo. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 212-221, 1908b.

BARBOZA, Januário da Cunha. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social, pelo 1.º Secretario Perpetuo o Sr. Conego Januario da Cunha Barboza. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 4, Suplemento ao tomo 4, p. 4-27, 1842.

CUNHA, Benigno José de Carvalho e. “Correspondência: Officio do Sr. Cônego Benigno ao Exm. Presidente da Bahia, o Sr. tenente general Andréa, sobre a cidade abandonada que há três annos procura no sertão d’essa província”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 7, n. 25, p. 102-105, 1845.

D’OLIVEIRA, José Joaquim Machado. Programa “Se todos os Indigenas do Brazil, conhecidos até hoje, tinham idéa de uma única Divindade, ou se a sua Religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de *fetiches*; se acreditavam na immortalidade da alma e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribos? No caso da afirmativa, em que differençavam eles entre si?”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), 3. ed., p. 134-155, 1973.

DIAS, Antônio Gonçalves. Amazonas. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira Série, tomo 18 (1855), p. 6-70, 1896.

DIAS, Antônio Gonçalves. Brasil e Oceania. (Memoria apresentada ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro e lida na augusta presença de sua Magestade Imperial). *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 30, segunda parte, p. 5-192 e 257-292, 1867.

LAGOS, Manoel Ferreira. Relatório dos trabalhos do Instituto Historico e Geographico. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Segunda Série, tomo 11 (1848), volume suplementar, p.89-149, 1891.

LAGOS, Manoel Ferreira. Relatório dos Trabalhos do Instituto no sexto anno acadêmico, pelo 2.º Secretario Perpetuo, o Sr. Manoel Ferreira Lagos. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), suplemento ao tomo 6, p. 4-35, 1973.

LEOPOLDO, Visconde de São. Discurso do Presidente. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 209-212, 1908a.

LEOPOLDO, Visconde de São. Discurso: quinta sessão publica anniversaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro no dia 10 de dezembro de 1843. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 5 (1843), 3. ed., suplemento ao tomo 5, p. 1-3, 1886.

LEOPOLDO, Visconde de São. Programa Histórico. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 61-76, 1908b.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatorio do Primeiro Secretario Dr. Joaquim Manoel de Macedo. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira Série, tomo 16, p. 563-600, 1853.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatorio. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira série, tomo 15 (1852), 2. ed., p. 486-519, 1888.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira série, v. 17 (1854), suplemento ao 17º volume, p. 3-51, 1973.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. Épocas brasileiras ou sumario dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 302, p. 218-351, jan./mar. de 1974.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Imperio do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 26, p. 121-143, 1863.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Programma sorteado na sessão de 3 de fevereiro de 1842: Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 4, p. 168-201, 1842

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possivel de documentos relativos á Historia e Geographia do Brasil? *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 3, p. 149-157, 1841.

PORTO ALEGRE, Manoel de Araujo; BARBOZA, Januário da Cunha. Relatorio sobre a inscripção da Gavia mandada examinar pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p.77-81, 1908.

RAFN, Carlos Christiano. Memoria sobre o Descobrimto da America no Seculo Decimo. *RIHGB*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3. ed., tomo 2 (1840), p. 214-241, 1916.

RIHGB. 113ª Sessão em 28 de setembro de 1848. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 5 (1843), 3. ed., p. 401-404, 1886a.

RIHGB. 127ª Sessão em 10 de outubro de 1844. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), 3. ed., p. 458-501, 1973a.

RIHGB. 168ª Sessão em 10 de junho de 1847. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 9 (1847), 2. ed., p. 277-288, 1869a.

RIHGB. 178ª Sessão em 16 de setembro de 1847. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 9 (1847), 2. ed., p. 442-444, 1869b.

RIHGB. 180ª Sessão em 14 de outubro de 1847. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 9 (1847), 2. ed., p. 562-563, 1869c.

RIHGB. 197ª Sessão em 3 de agosto de 1848. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 10 (1848), 2. ed., p. 399-403, 1870.

RIHGB. 1ª Sessão em 1 de dezembro de 1838. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 45, 1908a.

RIHGB. 212ª Sessão em 15 de dezembro de 1849. *RIHGB, Rio de Janeiro, Segunda série*, v. 12 (1849), p. 550-557, 1973b.

RIHGB. 22ª Sessão em 10 de setembro de 1839. *RIHGB, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional*, 3. ed., tomo 1 (1839), n. 3, p. 201-204, 1908b.

RIHGB. 44ª Sessão em 1 de agosto de 1840. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 2 (1840), 3. ed., p. 413-416, 1916a.

RIHGB. 51ª Sessão em 14 de novembro de 1840. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 2 (1840), 3. ed., p. 542-545, 1916b.

RIHGB. 58ª Sessão em 27 de fevereiro de 1841. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 3, p. 134-140. 1841a.

RIHGB. 60ª Sessão em 27 de março de 1841. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 3, p. 141-144, 1841b.

RIHGB. 6ª Sessão em 2 de março de 1839. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 49-50, 1908c.

RIHGB. 74ª Sessão em 4 de novembro de 1841. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 3, p. 493-498, 1841c.

RIHGB. 80ª Sessão em 3 de fevereiro de 1842. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 4, p. 100-104, 1842a.

RIHGB. 85ª Sessão em 10 de maio de 1842. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 4, p. 216-218, 1842b.

RIHGB. 88ª Sessão em 7 de julho de 1842. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 4, p. 379-381, 1842c.

RIHGB. 8ª Sessão (extraordinária) em 23 de março de 1839. *RIHGB, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional*, 3. ed., tomo 1 (1839), n. 1, p. 51-53, 1908d.

RIHGB. 9ª Sessão em 6 de abril de 1839. *RIHGB, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional*, 3. ed., tomo 1 (1839), n. 2, p. 111, 1908e.

RIHGB. Breve noticia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro: Proposta? Ill.mos Srs. Do Conselho da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 5-8, 1908f.

RIHGB. Carta de Affonso Braz, mandada do porto do Espirito Sancto do anno de 1551. *RIHGB, Rio de Janeiro*, tomo 6 (1844), 3. ed., p. 441-442, 1973c.

RIHGB. Carta do Dr. Lund, escripta da Lagôa Santa (Minas Geraes) a 21 de Abril de 1844. – Lida na sessão do Instituto de 20 de Junho d’este msmo anno. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), 3. ed., p.326-335, 1973d.

RIHGB. Carta escripta ao primeiro Secretario Perpetuo do Instituto pelo Socio correspondente o Sr. Conego Benigno José de Carvalho e Cunha. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 4, p. 399-402, 1842d.

RIHGB. Carta Escripta da Lagôa Santa (Minas Geraes), ao Sr. 1.º Secretario do Instituto, pelo socio honorario Sr. Dr. Lund. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 4, p. 80-86, 1842e.

RIHGB. Correspondencia. Officio do Sr. Conego Benigno ao Exm. Presidente da Bahia, o Sr. Tenente General Andréa, sobre a Cidade Abandonada, que há três anos procura nos sertões d’essa Provincia. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 7, p. 102-105, 1845.

RIHGB. Correspondencias. Nº 1. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), 3. ed., p. 318-321, 1973e.

RIHGB. Investigações sobre as povoações primitivas da America, etc., Publicadas na obra intitulado – Antiquidades Mexicanas –, 3 vol. Folio, Pariz 1834. Capitulo I da 2ª Parte. Pretendido conhecimento da America pelos antigos. (Escripto por Warden, e traduzido pelo Conego J. da Cunha Barboza). *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 5 (1843), 3. ed., p. 199-219, 1886b.

RIHGB. Memoria sobre a situação da antiga cidade abandonada, que se diz descoberta nos sertões do Brasil por certos aventureiros em 1753: Escripta pelo socio correspondente o Sr. Conego Benigno José de Carvalho e Cunha. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 3, p. 197-203, 1841d.

RIHGB. Noticia sobre a Obra Intitulada Antiquitates Americanæ: Sive Scriptores Septentrionales Rerum Ante-Columbianarum in America – Publicada pela Sociedade Real dos Antiquarios do Norte em Copenhagen. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3. ed., tomo 2 (1840), p. 207-213, 1916c.

RIHGB. Relação Historica de uma occulta e grande povoação antiquissima, sem moradores, que se descobriu no anno de 1753, nos sertões do Brazil; copiada de um manuscrito da Biblioteca Publica do Rio de Janeiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1 (1839), 3. ed, p. 150-155, 1908g.

RIHGB. Sessão do dia 21 de outubro de 1853. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira série, v. 17 (1854), p. 103-105, 1973f.

RIHGB. Sessão em 9 de dezembro de 1853. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira série, v. 17 (1854), p. 579-583, 1973g, p. 583.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. Dissertação Historica, ethnographica e politica sobre Quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a provincia da Bahia, ao tempo em que o Brazil foi conquistado; que extensão de terreno occupavam : quaes emigraram e para onde ; e, em fim, quaes existem ainda e em que estado? Qual a parte da mesma provincia que era já a esse tempo desprovida de matas ; quaes são os campos nativos, e qual o terreno coberto de florestas virgens ; onde estas tem sido destruidas, e onde se conservam; quaes as madeiras preciosas de que abundavam, e que qualidades de animaes as povoavam? *RIHGB*, Rio de Janeiro, Segunda série, v. 12 (1849), p. 143-257, 1973.

SILVA, Joaquim Noberto de Souza Silva. Sobre o Descobrimento do Brazil: o descobrimento do Brazil por Pedro Alvares Cabral foi devido a um mero acaso ou teve elle alguns indicios para isso? *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira série, tomo 15 (1852), 2. ed., p. 125-204, 1888.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memoria historica e documentada das aldêas de indios da provincia do Rio de Janeiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Terceira série, v. 17 (1854), p. 109-160, 1973.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Ethnographia indigena, linguas, emigrações, e archeologia. Padrões de Marmore dos Primeiros Descobridores. (carta dirigida ao 1º Secretario Perpetuo do Instituto pelo socio correspondente o Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen). *RIHGB*, Rio de Janeiro, Segunda série, v. 12 (1849), p. 366-376, 1973.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das linguas indigenas do Brazil: lida na Sessão do 1º de agosto de 1840. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 3, p. 53-63, 1841.

VON MARTIUS, Carl Friedrich. Como se deve escrever a Historia do Brazil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 6 (1844), 3. ed., p. 381-403, 1973.

WALLENSTEIN, Henrique Julio de. Memoria sobre o melhor plano de se escrever a historia antiga e moderna do Brazil Segundo a proposição do Instituto Historico e Geografico Brasileiro na 4ª Sessão Anniversaria em 27 de novembro de 1842. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 45, primeira parte, p. 159-160, 1882.

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 339, p. 7-16, abr./jun de 1983.

Dicionários consultados

Dicionários em espanhol

DICCIONARIO enciclopedico hispano-americano de literatura, ciencias y artes. Tomo 2, Am-Az. Barcelona: Montener y Simon, 1887.

DICCIONARIO enciclopedico hispano-americano de literatura, ciencias y artes. Tomo 8, F-Fyt. Barcelona: Montener y Simon, 1891.

Dicionários em francês, séculos XVII e XVIII

BAYLE, Pierre. *Dictionaire Historique et Critique*. Tomo 1, A-B. Rotterdam: Reinier Leers, 1697a.

BAYLE, Pierre. *Dictionaire Historique et Critique*. Tomo 2, C-G. Rotterdam: Reinier Leers, 1697b.

BAYLE, Pierre. *Dictionaire Historique et Critique*. Tomo 3, H-O. Rotterdam: Reinier Leers, 1697c.

BAYLE, Pierre. *Dictionnaire Historique et Critique*. Tomo 4, P-Z. Rotterdam: Reinier Leers, 1697d.

DICTIONNAIRE Universel françois et latin, vulgairement appelé Dictionnaire de Trévoux. 9. ed. Tomo 1, A-Bou. Paris: Compagnie des Libraires Associés, 1771a.

DICTIONNAIRE Universel françois et latin, vulgairement appelé Dictionnaire de Trévoux. 9. ed. Tomo 4, F-Jam. Paris: Compagnie des Libraires Associés, 1771b.

DICTIONNAIRE Universel françois et latin, vulgairement appelé Dictionnaire de Trévoux. 9. ed. Tomo 5, Jan-Mis. Paris: Compagnie des Libraires Associés, 1771c.

DICTIONNAIRE Universel françois et latin, vulgairement appelé Dictionnaire de Trévoux. 9. ed. Tomo 6, Mit-Pro. Paris: Compagnie des Libraires Associés, 1771d.

FÉRAUD, Jean-Joseph-Maxime. *Dictionnaire critique, de la langue française*. Tomo 1, A-D. Marselha: Jean Mossy Pere et Fils, 1787a.

FÉRAUD, Jean-Joseph-Maxime. *Dictionnaire critique, de la langue française*. Tomo 2, E-N. Marselha: Jean Mossy Pere et Fils, 1787b.

FÉRAUD, Jean-Joseph-Maxime. *Dictionnaire critique, de la langue française*. Tomo 3, O-Z. Marselha: Jean Mossy Pere et Fils, 1788.

FURETIERE, Antoine. *Dictionnaire Universel: contenant generalement tous le mots françois tant vieux que modernes, & les Termes de toutes les Sciences et des Arts: divisé em trois Tomes*. Tomo 1, A-E. Haye e Rotterdam: Arnout e Reinier Leers, 1690a.

FURETIERE, Antoine. *Dictionnaire Universel: contenant generalement tous le mots françois tant vieux que modernes, & les Termes de toutes les Sciences et des Arts: divisé em trois Tomes*. Tomo 2, F-O. Haye e Rotterdam: Arnout e Reinier Leers, 1690b.

FURETIERE, Antoine. *Dictionnaire Universel: contenant generalement tous le mots françois tant vieux que modernes, & les Termes de toutes les Sciences et des Arts: divisé em trois Tomes*. Tomo 3, P-Z. Haye e Rotterdam: Arnout e Reinier Leers, 1690c.

L'ACADÉMIE FRANÇOISE. *Le Dictionnaire de L'Académie Française, dédié au roy*. Tomo 1, A-L. Paris: Jean Baptiste Coignard, 1694a.

L'ACADÉMIE FRANÇOISE. *Le Dictionnaire de L'Académie Française, dédié au roy*. 4. ed. Tomo 2, M-Z. Paris: Bernard Brunet, 1694b.

Dicionários em francês, séculos XIX

DICTIONNAIRE Universel de la langue française: avec le latin et les étymologies, extrait comparatif, concordance, critique et supplément de tous ses dictionnaires; Manuel Encyclopédique et de Grammaire, d'Orthographe, de vieux langage, de néologie; pan-lexique. 7. ed. Tomo 1, A-O. Bruxelas: Frechet, Libraire-Éditeur, 1828a.

DICTIONNAIRE Universel de la langue française: avec le latin et les étymologies, extrait comparatif, concordance, critique et supplément de tous ses dictionnaires; Manuel

Encyclopédique et de Grammaire, d'Orthographe, de vieux langage, de néologie; pan-lexique. 7. ed. Tomo 2, P-Z. Bruxelles: Frechet, Libraire-Éditeur, 1828b.

INSTITUT DE FRANCE. *Dictionnaire de L'Académie Française*. 6. ed. Tomo 1, A-H. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1835a.

INSTITUT DE FRANCE. *Dictionnaire de L'Académie Française*. 6. ed. Tomo 2, I-Z. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1835b.

LAVEAUX, Jean-Charles. *Nouveau Dictionnaire de la Langue Française*. Tomo 1, A-K. Paris: Deterville Libraire, 1820a.

LAVEAUX, Jean-Charles. *Nouveau Dictionnaire de la Langue Française*. Tomo 2, L-Z. Paris: Deterville Libraire, 1820b.

RAYMOND, François. *Dictionnaire Général de la Langue Française et Vocabulaire Universel des Sciences, des Arts et des Métiers*. Tomo 1, A-L. Paris: Aimé André, 1832a.

RAYMOND, François. *Dictionnaire Général de la Langue Française et Vocabulaire Universel des Sciences, des Arts et des Métiers*. Tomo 2, M-Z. Paris: Aimé André, 1832b.

WAILLY, Noël François de; WAILLY, Etienne Augustin de. *Nouveau Vocabulaire Français*. 14. ed. Paris: Rémond Libraire, 1827.

Dicionários em inglês, séculos XVII e XVIII

BALLEY, Nathan. *Dictionarium Anglo-Britannicum or a more compleat Universal Etymological English Dictionary than any extant*. Londres: T. Cox, 1730.

JOHNSON, Samuel. *A Dictionary of the English Langue: in which the words are deduced from their originals, explained in their different meanings, and authorised by the name sof the writers in whose works they are found*. 10. ed. Londres: J. F. & C. Rivington [etc.], 1792.

MURRAY, James Augustus Henry *et al* (eds.). *A new english dictionary on historical principles: founded mainly on the materials collected by the Philological Society*. Vol. 1, A & B. Oxford: Clarendon Press; Nova Iorque: Macmillan and Co., 1888.

REES, Abraham. *The Cyclopædia; or, universal dictionary of Arts, Sciences, and Literature*. Vol. 2, Amaranthus-Arteriotomy. 2. ed. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown [etc.], 1819.

SCOTT, George Lewis. *A Supplement to Mr. Chambers's Cyclopaedia, or, Universal Dictionary of Arts and Sciences*. Vol 1, A-L. Londres: W. Innys [etc.], 1753.

SCOTT, George Lewis. *A Supplement to Mr. Chambers's Cyclopaedia, or, Universal Dictionary of Arts and Sciences*. Vol 2, M-Z. Londres: W. Innys [etc.], 1753.

Dicionários em inglês, séculos XIX e XX

JOHNSON, Samuel; WALKER, John. *Johnson and Walkers Dictionary of the English Language*. 2. ed. Londres: William Pickering, 1828.

MURRAY, James Augustus Henry (ed.). *A new english dictionary on historical principles: founded mainly on the materials collected by the Philological Society*. Vol. 6, parte 1, L. Oxford: Clarendon Press; Nova Iorque: Macmillan and Co., 1908.

MURRAY, James Augustus Henry (ed.). *A new english dictionary on historical principles: founded mainly on the materials collected by the Philological Society*. Vol. 7, O & P. Oxford: Clarendon Press; Nova Iorque: Macmillan and Co., 1909.

REES, Abraham. *The Cyclopædia; or, universal dictionary of Arts, Sciences, and Literature*. Vol. 14, Extrinsic-Food. 2. ed. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown [etc.], 1819.

REES, Abraham. *The Cyclopædia; or, universal dictionary of Arts, Sciences, and Literature*. Vol. 20, Kiln-Light. 2. ed. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown [etc.], 1819.

REES, Abraham. *The Cyclopædia; or, universal dictionary of Arts, Sciences, and Literature*. Vol. 21, Light-House-Machinery. 2. ed. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown [etc.], 1819.

REES, Abraham. *The Cyclopædia; or, universal dictionary of Arts, Sciences, and Literature*. Vol. 27, Pertussis-Poetics. 2. ed. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown [etc.], 1819.

SIMPSON, John Andrew; WEINER, Edmund. *The Oxford English Dictionary*, 1: A - Bazouki. 2. ed. [1989], Reimpressão com correções. Oxford: Clarendon Pr, 1991.

Dicionários em português

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Tomo 1, A. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Tomo 2, B-C . Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Tomo 3, D-E. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesu, 1713.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Tomo 4, F-I. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesu, 1713.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Tomo 5, K-N. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1716.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Tomo 6, O-P. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1720.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Tomo 7, Q-S. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1720.

BLUTEAU, Rafael. Vocabulario Portuguez e Latino. Tomo 8, T-Z. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1721.

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado. Tomo 1, A-K. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1779a.

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado. Tomo 2, L-Z. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1779b.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*, recopilado dos vocabularios impressos até agora. 2. ed. Tomo 1, A-E. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813a.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*, recopilado dos vocabularios impressos até agora. 2. ed. Tomo 2, F-Z. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813b.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*, recopilado de todos os impressos até o presente. 3. ed. Tomo 1, A-F. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823a.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*, recopilado de todos os impressos até o presente. 3. ed. Tomo 2, F-Z. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823b.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 4. ed. Reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta, e enriquecida de grande numero de artigos novos e dos synonymos por Theotónio José de Oliveira Velho. Tomo 1, A-E. Lisboa: Imprensa Régia, 1831a.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 4. ed. Reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta, e enriquecida de grande numero de artigos novos e dos synonymos por Theotónio José de Oliveira Velho. Tomo 2, F-Z. Lisboa: Imprensa Régia, 1831b.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 6. ed. Melhorada, e muito acrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo 1, A-E. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1858a.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 6. ed. Melhorada, e muito acrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo 2, F-Z. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1858b.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 7. ed. Melhorada, e muito acrescentada com grande numero de termos novos usados no Brasil e no portuguez da India. Tomo 1, A-E. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877a.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 7. ed. Melhorada, e muito acrescentada com grande numero de termos novos usados no Brasil e no portuguez da India. Tomo 2, F-Z. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877b.

Bibliografia

ADÊT, Carlos Emile. Découverte d'une ville ancienne dans les forêts du Brésil. *La Revue Indépendante*, Paris, tomo 21, p. 494-509, jul. de 1845.

ALMEIDA, Sérgio Luiz Muricy de. *Cônego Benigno José de Carvalho: Imaginário e Ciência na Bahia do Século XIX*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

ANÔNIMO. *The Book of Settlements: Landnámabók*. v. 1. Traduzido para o inglês por Hermann Pálsson e Paul Edwards. Winnipeg, MB, Canadá: University of Manitoba Press, 2006, cap. 122. *E-pub*.

ANÔNIMO. The Saga of Erik the Red. Traduzido para o inglês por John Sephton do original Icelandic 'Eiríks saga rauða' em 1880. *Icelandic Saga Database*, publicado em set. de 2007. Disponível em: https://sagadb.org/eiriks_saga_rauda.en. Acesso em 20 de fev. de 2023.

ANÔNIMO. *The Vinland Sagas: The Norse Discovery of America – Grænlendinga Saga and Eirik's Saga*. Traduzido para o inglês por Magnus Magnusson e Hermann Pálsson. Londres: Penguin Books, 1965.

ANTÓN, Teodoro Manrique. Ecos de la llegada a América de los normandos: Cristiano Rafn en el mundo hispánico del siglo XIX. *Impossibilia, Revista Internacional de Estudios Literarios*, n. 21, p. 112-134, maio de 2021.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Tradução do português para a versão inglesa de W. D. Ross por Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. In: HEIDEGGER, Martin; STEIN, Ernildo. *Conferências e escritos filosóficos*. 4. ed. Os pensadores 5. São Paulo: Nova Cultural, p. 3-241 [versão digital], 1991. Disponível em: <https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/%C3%89tica-a-Nic%C3%B4maco.pdf>. Acesso em 31 de jan. de 2023.

AVERTISSEMENT. *Mémoires de la Société Royal des Antiquaires du Nord* (1836-1839). Copenhague: Secrétariat de la Société, p. 3-4, 1839, p. 3.

BARTHOLIN, Thomas. *Institvtions Anatomiqves de Gaspar Bartholin : Augmentées et enrichies pour la seconde fois tant des opinions et observations nouvelles des modernes, dont la plus grande partie n'a jamais esté mise en lumiere, que de plusieurs Figures en taille-douce*. Tradução para o francês de Abr. Du Prat. Paris: Mathurin Henault & Jean Henault, 1647.

BJARNASON, Egill. *How Iceland changed the world: the big history of a small island*. New York: Penguin Books, 2021.

CABINETTET for Americanske Oldsager. *Antiquarisk Tidsskrift* (1843-1845). Copenhagen: J. D. Qvist, p. 139-160, 1845.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução: As marcas do período. In: CARVALHO, José Murilo de (coord). *A construção nacional 1830-1889*, v. 2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção de Lília Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 19-36, 2012.

CÉZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

COELHO, Geraldo Mártires. Onde fica a corte do senhor imperador?. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, p. 267-284, 2003.

CÓRDOVA, Daniel Salinas. Vikings nas Artes Plásticas. *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. São Paulo: Hedra, 2017, p. 757.

CURTO, Diogo Ramada; JERÓNIMO, Miguel Bandeira; DOMINGOS, Nuno. Nações e Nacionalismos (a teoria, a história, a moral). *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 33-58, nov. 2012.

DAHER, Andrea. *A Oralidade Perdida: Ensaio de História das Práticas Letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DAVIES, Anna Morpurgo. *History of Linguistics*. Volume 4: Nineteenth-Century Linguistics. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2014.

DEMUTH, Bathsbeba. What made the Thule move? Climate and Culture in the High Arctic. *Historical Climatology*, dez. de 2016. Disponível em: <https://www.historicalclimatology.com/features/what-made-the-thule-move-climate-and-culture-in-the-high-arctic>. Acesso em 28 de mar. de 2023.

DIAS, Fabiana. Polifonia e consenso nas páginas da Revista do IHGB: a questão da mão de obra no processo de consolidação da nação. *História da historiografia*, n. 5, p. 175-188, set. de 2010.

EGERTON, Francis [Earl of Ellesmere] (ed). *Guide to Northern Archaeology by the Royal Society of Northern Antiquaries of Copenhagen*. Edited for the use of English readers. Londres: Bearling Brothers, Copenhagen, 1848.

EGERTON, Francis [Earl of Ellesmere]. Introduction. In: EGERTON, Francis [Earl of Ellesmere] (ed). *Guide to Northern Archaeology by the Royal Society of Northern Antiquaries of Copenhagen*. Edited for the use of English readers. Londres: Bearling Brothers, Copenhagen, p. III-XVI, 1848.

ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. The Language of Objects: Christian Jürgensen Thomsen's Science of the Past. *Isis*, b. 103, n. 1, p. 24-53, mar. de 2012.

FAGAN, Brian. *A Little History of Archaeology*. New Haven: Yale University Press, 2018.

FAGAN, Brian; DURRANI, Nadia. *People of the Earth: An Introduction to World Prehistory*. 15 ed. Nova Iorque, Londres: Routledge, 2019.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueología*. São Paulo: Contexto, 2003.

GERBI, Antonello. *The Dispute of the New World: the history of a polemic, 1750-1900*. Traduzido do italiano para o inglês por Jeremy Moyle. Piitsburgh-PA, 2010.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos: A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: ARRAIS, Cristiano Alencar Arrais; BENTIVOGLIO, Julio. *As Revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra, ES: Milfontes, p. 31-54, 2017.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HANDLIN, Lilian. Discovering Columbus. *The American Scholar*, v. 62, n. 1, p. 81. 95, 1993.

HISTOIRE Antécolumbienne de l'Amérique. *Mémoires de la Société Royale des Antiquaires du Nord* (1840-1843). Copenhague: Secrétariat de la Société, p. 5-13, 1844.

HISTOIRE Antécolumbienne de l'Amérique. *Mémoires de la Société Royale des Antiquaires du Nord* (1840-1843). Copenhague: Secrétariat de la Société, p. 26-29, 1844.

HOLTEN, Birgitte; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Desfazendo as ilusões: o Dr. Lund e a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz. *Lócus*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 45-62, 1997.

HOLTEN, Birgitte; STERLL, Michael. *Peter Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HUMBOLDT, Alexander von. *Cosmos*. The authorized edition. Traduzido para o inglês pelo Sir Edward Sabine. 7 ed. vol. 2. Londres: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1849.

JORNAL do Commercio. Archeologia Brasileira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 96, p. 3, 10 de abr. de 1842.

JORNAL do Commercio. Noticias scientificas: Archeologia Brasileira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 53, p. 2, 23 de fev. de 1842.

KELLEY, Donald Reed. The Rise of Prehistory. *Journal of World History*, v, 14, n. 1, p. 17-36, mar. de 2003.

KODAMA, Kaori. O Tupi e o Sabiá: Gonçalves Dias e a Etnografia do IHGB em Brasil e Oceania. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Rio de Janeiro, ano 4, v. 4, n. 03, p. 1-14, jul./set. de 2007. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/683>. Acesso em 05 de maio de 2022.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: EDU SP, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobrea semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. Puc-Rio, p. 350-328, 2006.

LANGER, Johni. *Ruínas e Mito: A Arqueologia no Brasil Império*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

LANGER, Johni. Os enigmas de um continente: as origens da Arqueologia americana, 1750-1850. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 27, p. 143-158, jun. de 2001.

LANGER, Johni. Vikings, cultura e região: o mito arqueológico nórdico dos Estados Unidos. *O Olho da História*, Salvador, BA, n. 18, p. 01-16, jul. de 2012. Disponível em: <http://oolhodahistoria.ufba.br/numero-18-julho-2012/>. Acesso em 21 de mar. de 2021.

LANGER, Johni. Estudos Nórdicos Medievais: alguns apontamentos historiográficos. *Roda da Fortuna*. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, v. 6, n. 1, p. 09-24, 2017.

LANGER, Johni. História e sociedade nas sagas islandesas: perspectivas metodológicas. *Alétheia: Revista de estudos sobre Antiguidade e Medievo*, v. 1, n. 2, jan./jul. de 2009.

LANGER, Johni. Vikings. In: LANGER, Johni (Org). *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. São Paulo: Hedra, p. 706-717, 2017.

LANGER, Johni; SANTOS, Sérgio Ferreira dos. Fúria odínica: A criação da imagem oitocentista sobre os vikings. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 25, p. 214-230, jul. 2001; CÓRDOVA, Daniel Salinas. Vikings nas Artes Plásticas. *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. São Paulo: Hedra, 2017.

LEERSSSEN, Joep. *The Cultivation of Culture: Towards a Definition of Romantic Nationalism in Europe*. Opleiding Europese Studiers, University of Amsterdã, 2005.

LEIF. A Timeline of Leif Erikson Statues. *Leif Erikson Internacional Foundation*, [s.d]. Disponível em: <https://www.leiferikson.org/Timeline.htm>. acesso em 28 de março de 2023.

LEMBERG, Tia. Reverse Colonization: How the Inuit Conquered Greenland and Vanquished the Vikings. *Remake*, set. de 2021. Disponível em: <https://remake.wustl.edu/issue2/lemborg-reverse-colonization>. Acesso em 28 de mar. de 2023

LEREBOURS, Pierre Victor. *Coup d'œil sur les Antiquités Skandinaves*. Paris: Imprimeire de ducessois, 1841

LOVE, Jeffrey; LARSSON, Inger; DJÄRV, Ulrika *et al* (eds.). *A Lexicon of Medieval Nordic Law*. Cambridge, UK: OpenBook Publishers, 2020.

LUND, Peter Wilhelm. [carta] 16 de maio de 1839, Lagoa Santa [para] VISCONDE de Baependy Presidente do Instituto histórico – geográfico. Rio de Janeiro. 3f. Lund envia ao presidente do IHGB estudo relativo à colonização pré-colombiana das Américas.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em Busca do seu Território. In: In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, p. 285-296, 2003.

MALEVAL, Isadora Tavares. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838-1850). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, online, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02004205>. Acesso em 07 de maio de 2022.

MARSH, George Perkins. Royal Society of Northern Antiquaries at Copenhagen. Burlington, USA: [s.n], 1835.

MAXIMILIEN, Alexander Philipp. *Voyage au Brésil dans les années 1815-1816 et 1817*. Traduzido do alemão para o francês por J. B. B. Eyries. vol. 3, tomo 3. Paris, 1821-1822.

MELTON, Zachary J. Nineteenth-Century American Reception of Old Norse Literature: The Search of American Identity. 2017. Ensaio dissertativo (Mestrado – *Viking and Medieval Norse Studies*) – Universidade da Islândia (*Háskóli Íslands*), Reykjavik, 2017, p. 16-17.

MIRANDA, Pablo Gomes de. A Caçada Selvagem de Asgard, Nacionalismo e Mito na Noruega do Século XIX: considerações sobre a obra de Peter Nicolai Arbo. *Roda da Fortuna*. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval, v. 6, n. 1, p. 232-249, 2017.

MIRANDA, Pablo Gomes de; TSUGAMI, Susan. Vikings, supremacistas e símbolos nórdicos. Blog do Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos, 24 de jan. de 2021. Disponível em: <http://neve2012.blogspot.com/2021/01/vikings-supremacistas-e-simbolos.html>. Acesso em 28 de março de 2023.

MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. Tese (Livre Docência) – Departamento de Antropologia, IFCH – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

MOOSBURGER, Théo de Borba. *Brennu-Njáls Saga*: projeto tradutório e tradução para o português. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

NEVES, Maria Bastos Pereira das. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília (Org.). *O Estado Como Vocaçãõ: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

OLDSKRIFT SELSKABET. Oldskriftselskabet: Selskabets historie. Resumo sobre a história da Sociedade Real. Disponível em: <https://www.oldskriftselskabet.dk/selskabet/selskabets-historie.aspx>. Acesso em 16 de mar. de 2023.

PETERSEN, Niels Matthias. *Extent and Importance of Ancient Northern Literature*. In: EGERTON, Francis [Earl of Ellesmere] (ed). *Guide to Northern Archæology by the Royal Society of Northern Antiquaries of Copenhagen*. Edited for the use of English readers. Londres: Bearling Brothers, Copenhagen, p. 1-24, 1848.

PIASERE, Leonardo. Raffaele Maffei’s *Anthropologia* (1506): the birth and diffusion of a (quasi)-neologism. *Dada Rivista di Antropologia post-globale*, semestral n.1, Giugno, p. 55-90, 2019.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

QUINN, Judy. From orality to literacy in medieval Iceland. In: ROSS, Margaret Clunies (Ed). *Old Icelandic Literature and Society*. Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press, p. 30-60, 2000.

RAFN, Carl Christian. *America discovered in the tenth century*. Nova Iorque: William Jackson, 1838.

RAFN, Carl Christian. *Antiquitates Americanæ*. Copenhagen: Hafnia, 1837.

RAFN, Carl Christian. *Supplement to the Antiquitates Americanæ* – edited under the auspices of the Royal Society of Northern Antiquaries. Copenhagen: Secretary's Office of the Society, 1841.

RISCHEL, Jørgen. The contribution fo the Nordic countries to historical-comparative linguistics: Rasmus Rask and his followers. *Set Halbbd 1+2*. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, p. 124-133, 2002.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erica. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. *REVISTA USP*, São Paulo, n.44, p. 10-31, dez./fev. de 1999-2000.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria e História do Brasil*. Vol. 1., 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

ROSS, Margaret Clunies (Ed). *Old Icelandic Literature and Society*. Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press, p. 30-60, 2000.

ROSS, Margaret Clunies. *The Cambridge introduction to the Old Norse Icelandic Saga*. Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

SCHLEICHER, August. *Les langues de l'Europe Moderne*. Traduzido do alemão para o francês por Hermann Ewerbeek. Paris: Ladrangue; Garnier frères, 1852.

SCHNAPP, Alain. Between antiquarians and archaeologists – continuities and ruptures. *Antiquity*, v. 76, p. 134-140, jan. de 2015.

SCHUMAN, Howard; SCHWARTZ, Barry; D'ARCY, Hannah. Elite Revisionists and Popular Beliefs: Christopher Columbus, Hero or Villain?. *The Publica Opinion Quarterly*, v. 69, n. 1, p. 2-29, 2005.; HANDLIN, L. *Discovering Columbus*, 1993.

SIMONSEN, Kim. The Cultivation of Scandinavism: The Royal Society of Northern Antiquaries' International Network, Seen Through the Letter of Carl Christian Rafn. In: RUTH, Hemstad; MØLLER, Jes Fabricius; THORKILDSEN, Dag. *Skandinavismen: Vision og virkning*. Odense M, Dinamarca: Universidade do Sul da Dinamarca, p. 73-98, 2018.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 231-270, 2003.

SPON, Jacob. *Miscellanea Ervditæ Antiquitatis: Miscellanea eruditæ antiquitatis: in quibus marmora, statuae, musiva, toreumata, gemmae, numismata, Grutero, Ursino, Boissardo, Reinesio, aliisque antiquorum monumentorum collectoribus ignota, & hucusque inedita referentur ac illustrantur*. Lugduni-FR: Fratrum Huguetan & Soc, 1685.

STUDART Filho, Carlos. A Nova Atlântida. *Revista do Instituto do Ceará*, ano 84, p. 60-83, 1970, p. 68. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/1970indice.html>. Acesso em 11 de maio de 2022.

THOMSEN, Christian Jürgensen. Cursory View of the Monuments and Antiquities of the North. In: EGERTON, Francis [Earl of Ellesmere] (ed). *Guide to Northern Archaeology by the Royal Society of Northern Antiquaries of Copenhagen*. Edited for the use of English readers. Londres: Bearling Brothers, Copenhagen, p. 25-104, 1848.

VAQUERO, Pablo Barruezo; JIMÉNEZ, Iris Baena; CIVANTO, José M^a Martín. Violence and judicial-legislative system in Viking Age Iceland. *Roda da Fortuna*. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval, v. 6, n. 1, p. 174-196, 2017.

WOLF, Kirsten. Amazons in Vínland. *The Journal of English and Germanic Philology*, v. 95, n. 4, p. 469-485, out. de 1996.

WORSAAE, Jens Jacob Asmussen. *The Pre-History of the North based on Contemporary memorials*. Traduzido para o inglês por Henry Fife Morland Simpson. Londres: Trübner & Co., 1886.